

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA
EDUCAÇÃO**

**O COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS NO CONTEXTO DE
CONSOLIDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA/PR**

RENATA FRANQUI

MARINGÁ

2021

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**O COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS NO CONTEXTO DE CONSOLIDAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA/PR**

Tese de doutorado apresentada por RENATA FRANQUI, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação.
Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação.

Orientador:
Prof. Dr.: CEZAR DE ALENCAR ARNAUT DE TOLEDO

MARINGÁ

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

F835c

Franqui, Renata

O colégio Coração de Jesus no contexto de consolidação do município de Nova Esperança/PR / Renata Franqui. -- Maringá, PR, 2022.
246 f.figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2022.

1. História da Educação. 2. Projeto educacional. 3. Instituições Escolares. 4. Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus - Pr. 5. Colégio Coração de Jesus - Nova Esperança-Pr. I. Toledo, Cezar de Alencar Arnaut de , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 23.ed. 370.98162

RENATA FRANQUI

**O COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS NO CONTEXTO DE CONSOLIDAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA/PR**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo (Orientador) – UEM

Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães – UESB – Vitória da
Conquista

Profa. Dra. Marcília Rosa Periotto – UEM – Maringá

Profa. Dra. Vanessa Campos Mariano Ruckstadter – UENP –
Jacarezinho

Profa. Dra. Adriana Salvaterra – UNESPAR – Apucarana

Profa. Dra. Francielle Aparecida Garuti Andrade de Andrade –
UEM – Maringá

Profa. Dra. Maria Auxiliadora Máximo – UNIR – Ariquemes

20/09/2021

Dedico este trabalho à memória das religiosas que fundaram, em 1959, o Colégio Coração de Jesus: Ir. Ciríaca Rampo, Ir. Romualda Juliani e, de maneira especial, Ir. Domingas Brotto, cuja dedicação de quase 60 anos de sua vida contribuiu para tornar a pequena Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança em uma instituição educativa considerada referência pela sua qualidade.

AGRADECIMENTOS

Ao professor doutor César de Alencar Arnaut de Toledo, pela orientação competente, disponibilidade e confiança. Agradeço pelas oportunidades, conselhos e conversas que tanto contribuíram para minha formação.

À professora doutora Marcília Rosa Periotto, intelectual por quem tenho profunda admiração e respeito. Sua amizade, apoio e, sobretudo, o seu exemplo, foram determinantes para minha formação como pesquisadora, assim como para cada etapa da pesquisa e escrita da tese. A você, Marcília, minha eterna gratidão.

À professora doutora Ivana Guilherme Símbili que, com seu afeto e generosidade, despertou em mim o interesse pela pesquisa acadêmica, em 2011, quando eu era uma aluna de graduação em pedagogia.

A constituição das fontes primárias e iconográficas foi viabilizada pela contribuição de diversos profissionais que, cientes da importância da pesquisa histórica sobre instituições escolares, disponibilizaram o acesso aos acervos institucionais para a pesquisa. Registro, aqui, meus sinceros agradecimentos:

Ao Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus – Província do Paraná, por autorizar a pesquisa e ceder o acesso e a reprodução de seus documentos históricos. Agradeço à Ir. Luciane Taffarel, diretora da Central de Gestão Educacional no SAGRADO - Rede de Educação e à Ir. Irene Cavassim, pela gentil e afetuosa acolhida. À Ir. Elaine Oliveira, secretária provincial, agradeço por disponibilizar as informações sobre as fundadoras da Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança.

Ao Colégio Coração de Jesus de Nova Esperança, pela autorização da pesquisa.

À *Casa de Repouso São José*, especialmente à Ir. Dorinha, por me receber tão bem na ocasião em que tive a oportunidade de visitar e conhecer, em 2018, a Ir. Domingas Brotto (*in memoriam*), uma das fundadoras do Colégio Coração de Jesus.

À *Biblioteca Pública de Nova Esperança*, por permitir o acesso aos documentos históricos do município. À Roberta Fernandes Martins, coordenadora de Cultura, registro minha admiração pelo importante trabalho que realiza na idealização e execução do Museu Virtual de Nova Esperança. À Rozana Salvaterra Izidio, Jaqueline Daielli Montina e Inês Neves de Souza, agradeço pelas partilhas ao longo da pesquisa.

Ao *Museu Paranaense*, na pessoa de Renê Wagner Ramos, pela recepção e auxílio na consulta aos acervos históricos.

À *Secretaria de Educação de Nova Esperança* e, especialmente à Lilian Fávaro Alegrâncio Iwasse, pela imensa contribuição com as fontes relacionadas à história da educação pública do município.

À *Cúria Arquidiocesana de Maringá*, na pessoa da secretária Simone Aparecida Gimenez.

Ao Padre Pedro Jorge Delgado Bento, reitor do *Seminário Nossa Senhora da Glória*, pela conversa esclarecedora e pelo empréstimo de livros.

À *Paróquia do Sagrado Coração de Jesus*, de Nova Esperança. Ao Padre Claudinei Martins Romão, por autorizar o acesso aos registros históricos da paróquia. Ao secretário Michel Henrique do Nascimento pela sempre solícita ajuda na digitalização dos documentos.

À *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES*, pelo financiamento da pesquisa ao longo dos mais de quatro anos do curso.

Ao secretário do Programa de Pós-graduação em Educação (PPE/UEM), Hugo Alex da Silva que, de forma gentil e prestativa, auxiliou em todas as questões burocráticas.

À *Universidade Estadual de Maringá*, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação e do curso de Pedagogia por contribuírem com a minha formação profissional e humana. Me considero uma pessoa privilegiada por ter a oportunidade de aprender com mestres tão competentes.

Às professoras que compuseram a banca de qualificação e defesa da tese, Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães, Profa. Dra. Vanessa Campos Mariano Ruckstadter e Profa. Dra. Adriana Salvaterra pelas importantes orientações que tanto contribuíram para o aprimoramento do meu trabalho.

Ao meu companheiro de vida, Eduardo Marchioli, por ser o meu apoio e meu refúgio. Obrigada por me incentivar e acreditar que sou capaz de ir além.

Aos amigos e amigas, pelo apoio, incentivo, conversas e momentos de descontração. De maneira especial, agradeço àqueles(as) que compartilharam as angústias, lutas e conquistas que caracterizam a pesquisa acadêmica e a escrita de uma tese de doutoramento. Lucimar da Luz Leite e William Robson Cazavechia foram muito importantes em todo o processo. Da mesma forma, agradeço à querida amiga Ana Paula Rosa da Silva, em cuja doçura e força encontrei o apoio necessário para enfrentar os momentos mais desafiadores.

Aos meus irmãos, Junior e Tiago, minhas cunhadas, Monique e Natasha, e ao meu sobrinho Felipe, pelo amor, apoio e incentivo em cada etapa. Aos meus pais, Wanderley e Marlene, por terem dedicado suas vidas à criação dos filhos, propiciando, a mim e aos meus irmãos, oportunidades que nunca tiveram. Mesmo não as tendo, se esforçaram para nos oferecer. À família Marchioli agradeço pela sempre agradável companhia e pelos tantos momentos compartilhados.

"Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo."

Karl Marx, em *Teses ad Feuerbach* (1845).

FRANQUI, Renata. **O COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS NO CONTEXTO DE CONSOLIDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA/PR**. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Cezar de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2021.

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental na área de História da Educação e no campo de investigação sobre instituições escolares, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, na linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação. O objetivo é analisar historicamente o projeto educacional do Colégio Coração de Jesus, administrado pelas irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, a partir do ano de 1959, em Nova Esperança, na região noroeste do estado do Paraná. De maneira específica, o estudo visa esclarecer a forma como a escola, a partir de suas particularidades, expressou o movimento histórico do contexto global da sociedade na qual foi engendrada. O Colégio iniciou suas atividades em 1959, assumindo a educação antes feita pela escola paroquial da cidade e as freiras da Congregação das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus ficaram responsáveis pela administração da escola. O período era de grande euforia na região devido à disseminação do plantio do café e a sua produção voltada para o mercado externo. Tratava-se de uma sociedade em vias de constituição e o projeto de desenvolvimento era capitaneado pela Companhia de Terras que ficara responsável pela (re)colonização da região. Paralelamente ao desenvolvimento econômico gerado pela cultura cafeeira, a Igreja Católica estava empenhada em fazer frente às denominações religiosas não católicas, visto que, desde a proclamação da República, em 1889, e a conseqüente ameaça à sua hegemonia religiosa no país, as lideranças católicas concluíram ser necessário repensar sua missão institucional. As autoridades eclesiais, conscientes do papel que lhes cabia, cumpriram a função de empreender ações que contribuíssem para arregimentar o maior número possível de fiéis em todo o país. O trabalho foi norteado pelo seguinte *problema* de pesquisa: Como o Colégio Coração de Jesus expressou, no contexto da consolidação do município de Nova Esperança/PR, o movimento geral da Igreja Católica em busca da manutenção de sua hegemonia religiosa na região? E mais, de que forma essa escola privada fortaleceu as diferenciações sociais numa sociedade em processo de constituição? A hipótese construída ao longo da pesquisa foi confirmada pelos dados revelados pelas fontes que, analisadas à luz do movimento geral da sociedade, indicaram que o Colégio Coração de Jesus, desde a sua fundação, tem servido à estratificação social do município de Nova Esperança. As principais fontes desta tese foram localizadas na Biblioteca Municipal de Nova Esperança e na sede paranaense da Congregação das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus. Diante de uma conjuntura histórica que requeria uma nova mentalidade social consoante às questões de sua época, a instituição promoveu uma assistência educacional cristã por intermédio da formação escolar das crianças e dos jovens provenientes das famílias mais ricas da região, contribuindo para a formação da identidade da elite econômica no contexto de consolidação de Nova Esperança.

Palavras-chave: História da Educação; Instituições Escolares; Nova Esperança; Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus; Colégio Coração de Jesus.

FRANQUI, Renata. **THE CORAÇÃO DE JESUS SCHOOL IN THE CONTEXT OF THE CONSOLIDATION OF THE CITY OF NOVA ESPERANÇA, PARANÁ, BRAZIL.** 249 f. Thesis (Doctorate in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Cezar de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2021.

ABSTRACT

The study is a bibliographic and documentary research in the History of Education field and also in the field of investigation regarding scholar institutions, linked to the Postgraduate Program in Education at the State University of Maringá, in the research line of History and Historiography of Education.. The objective is to historically analyze the educational project of *Colégio Coração de Jesus* – The Heart of Jesus School - administered by the of the *Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus* - Sacred Heart of Jesus Apostles Sisters - since 1959, in the city of Nova Esperança, situated in the northwest region of the state of Paraná, Brazil. The study specifically aims to clarify how the school, based on its particularities, expressed the historical global context movement of the society in which it was engendered. The school began its activities in 1959 assuming the education previously carried out by the parish school in the city and the nuns of the *Congregação das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus* - Congregation of the Apostles of the Sacred Heart of Jesus - were responsible for the administration of the school. The period was of great euphoria in the region due to the spread of coffee planting crops and the production being aimed to the foreign market. The local society was in the process of being formed and the local development project was headed by the *Companhia de Terras*, which had been responsible for the (re) colonization of the region. Parallel to the economic development generated by the coffee culture, the Catholic Church was committed to confronting non-Catholic religious denominations, as it is known, since the proclamation of the Republic in 1889, and the consequent threat to its religious hegemony in the country, the Catholic leaders concluded it was necessary to rethink its institutional mission. The ecclesial authorities, aware of their role, fulfilled the function of undertaking actions that would contribute to enlisting the greatest possible number of churchgoers throughout the country. The work was guided by the following research problem: “How did *Colégio Coração de Jesus* express, in the context of the consolidation of the city of Nova Esperança (Paraná, Brazil), the general movement of the Catholic Church in search of maintaining its religious hegemony in the region?” Furthermore, “in what way has this private school strengthened social differences in a society in the process of being constituted?” The hypothesis built during the research was confirmed by the data revealed by the sources, which, analyzed considering the general movement of society, indicated that *Colégio Coração de Jesus*, since its foundation, has served as a social stratification in the municipality of Nova Esperança. The sources of this thesis were located at the City Library of Nova Esperança and at the headquarters of the *Congregação das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus* in Paraná. Faced with a historical situation that required a new social mentality according to the issues of its time, the institution promoted Christian educational assistance through the school training of children and young people from the richest families in the region, contributing to the formation of the identity of the economic elite in the context of the consolidation of the city of Nova Esperança.

Keywords: History of Education; Scholar Institutions; Nova Esperança; Institute of the Apostles of the Sacred Heart of Jesus; Heart of Jesus College.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Madre Clélia, Mãe e Mestra	47
Figura 2	Casa onde morou a família Merloni em Sanremo	48
Figura 3	Dom Scalabrini e as primeiras Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus	54
Figura 4	Corpo incorrupto de Madre Clélia, 88 anos depois de sua morte	55
Figura 5	Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus em Piacenza (1900)	73
Figura 6	Genealogia do município de Mandaguari	99
Figura 7	Festa de comemoração aos 10 anos da fundação de Nova Esperança – representação da Capelinha encontrada na mata (1962)	101
Figura 8	Inauguração do primeiro posto de gasolina do município de Nova Esperança – Praça Mello Palheta (1952)	103
Figura 9	Grupo Escolar Ana Rita de Cássia (1952)	109
Figura 10	Primeira procissão – Praça Mello Palheta (1951)	113
Figura 11	Paróquia Sagrado Coração de Jesus - Igreja de madeira (1955)	116
Figura 12	Padre José Antônio Roldan e alunos da Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança (1958)	121
Figura 13	Vista aérea da Praça D. Pedro II (1959)	122
Figura 14	Irmãs pioneiras do Colégio Coração de Jesus	127
Figura 15	Recepção da comunidade pela chegada das Irmãs em Nova Esperança (06/01/1959)	127
Figura 16	Primeira residência das irmãs (1959)	128
Figura 17	Solenidade da bênção da pedra fundamental do Colégio Nossa Senhora da Esperança (15/02/1959)	130
Figura 18	Projeto do Colégio Nossa Senhora da Esperança	131
Figura 19	Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança (1959)	132
Figura 20	Primeiras etapas da construção (1960)	134
Figura 21	Desfile Cívico – 7 de setembro de 1959	136
Figura 22	Formatura da primeira turma – 1959	137
Figura 23	Pátio do prédio de madeira – Escola Nossa Senhora da Esperança – Concentração para o desfile cívico (1962)	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dissertações de Mestrado sobre Instituições Escolares entre os anos de 2008 e 2015	33
Tabela 2	Teses de Doutorado sobre Instituições Escolares entre os anos de 2008 e 2015	33
Tabela 3	Número de dissertações de mestrado sobre Instituições Escolares defendidas entre os anos de 2016 e 2020 no estado do Paraná	34
Tabela 4	Número de teses de doutorado sobre Instituições Escolares defendidas entre os anos de 2016 e 2020 no estado do Paraná	34
Tabela 5	Número de trabalhos publicados em anais de eventos de História da Educação entre os anos de 2016 e 2020	36
Tabela 6	Número de imigrantes italianos no Brasil entre os anos de 1884 e 1959	60
Tabela 7	Dados sobre declaração de religião no estado do Paraná	62
Tabela 8	População do Brasil e do estado do Paraná nas décadas de 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970	87
Tabela 9	Norte Novo – Fundado pela Companhia de Terras Norte do Paraná	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Instituições Educativas mantidas pelo Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus no Paraná	66
Quadro 2	Documentos relacionados à doação de terreno pela CMNP em benefício da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus e Mitra Diocesana de Maringá (1959)	123
Quadro 3	Professoras do Curso Primário em 1954 e 1955	119

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA A PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES	24
2.1 Configuração do campo da História da Educação	24
2.2 As instituições escolares e suas fontes para a pesquisa em História da Educação Brasileira: aspectos teóricos e metodológicos	28
2.3 A pesquisa sobre Instituições Escolares na historiografia brasileira: estado da arte	32
2.4 A Congregação do Sagrado Coração de Jesus na historiografia da educação brasileira	37
3 AS APÓSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	44
3.1 Madre Clélia Merloni: fundadora das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus	44
3.2 História da criação do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus	50
3.3 A chegada das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus ao Brasil do início do século XX	56
3.4 As Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus no estado do Paraná	62
3.5 <i>Caritas Christi Urget Nos</i> : princípios educativos e valores do Apostolado	66
4 CENÁRIO SÓCIO-HISTÓRICO DO ESTADO DO PARANÁ EM MEADOS DO SÉCULO XX	76
4.1 Panorama histórico, político, social e econômico do Paraná	76
4.1.1 A produção cafeeira no estado do Paraná	80
4.1.2 Colonização e (re)ocupação planejada das terras do noroeste paranaense: o caso da Companhia de Terras Norte do Paraná	85

4.2 A Capelinha e a origem do município de Nova Esperança	100
4.2.1 Gênese da história da educação de Nova Esperança: os primeiros grupos escolares	104
5 O COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS DE NOVA ESPERANÇA/PR	111
5.1 A instalação da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus e a criação da Escola Nossa Senhora Da Esperança	112
5.2 A chegada das Irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus em Nova Esperança	126
5.2.1 Destino social dos egressos do Colégio Coração de Jesus	136
6 CONCLUSÃO	140
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICES	158
ANEXOS	180

1 INTRODUÇÃO

Este estudo está vinculado à área de História da Educação, particularmente no campo da História das Instituições Escolares. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica cujo *objetivo* é analisar historicamente o projeto educativo do Colégio Coração de Jesus, administrado pelas irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus a partir do ano de 1959, na cidade de Nova Esperança, situada na região noroeste do estado do Paraná. De maneira específica, o estudo visa esclarecer a forma como a escola, a partir de suas particularidades, expressou o movimento histórico do contexto global da sociedade na qual foi engendrada.

Considerando que a realidade é um todo complexo, entendê-la em sua multiplicidade de relações requer a compreensão de que o processo histórico não se restringe a uma sucessão de acontecimentos e fatos que se encadeiam em um esquema ordenado. As configurações política, social, cultural, econômica, religiosa e tantas outras nas quais os homens empreendem suas atividades são dimensões que compõem o processo histórico enquanto totalidade, sem subordinações ou compartimentações. Constituem-se como determinantes, assim como são determinadas pelas ações dos homens, em uma relação de reciprocidade.

Por essa razão, uma ressalva se faz necessária: o conhecimento que essa tese pretendeu erigir a respeito do Colégio Coração de Jesus de Nova Esperança também é um produto historicamente engendrado. O trabalho expressa a posição teórica, as expectativas e o diálogo empreendido com as fontes pelo sujeito que pesquisa, no corolário dos limites e das possibilidades decorrentes do lugar que ocupa na prática social. A dinâmica da investigação procurou ter em vista os processos constitutivos do real, buscando apreender dele o seu sentido histórico.

As transformações decorrentes do desenvolvimento do capitalismo na Europa na primeira metade do século XIX oferecem as bases para a compreensão do fenômeno migratório do período. Se, por um lado, a Revolução Industrial (1760-1840) alterou radicalmente os sistemas de transportes terrestres e marítimos e ampliou a capacidade produtiva das fábricas e, por outro, significou a derrocada de milhares de pequenos agricultores e artesãos que não eram capazes de concorrer com as novas

e poderosas indústrias. Naquele momento, a Europa experimentava pela primeira vez um expressivo decréscimo das taxas de mortalidade, alcançando os mais baixos níveis históricos, justificado pelos avanços científicos e melhores condições de saneamento. Paralelamente, o aumento dos índices de natalidade fez acentuar o crescimento populacional e, com ele, a demanda pela produção de alimentos.

As grandes correntes emigratórias ocorridas no final do século XIX e início do século XX com destino às Américas são resultado desse cenário de precariedade de condições econômicas¹. Como um escoadouro, o Brasil foi uma das nações do continente americano que mais recebeu trabalhadores europeus expatriados, em razão das condições climáticas favoráveis à agricultura. Outro fator de atração consistia na abundância de terras férteis e, sobretudo, na escassez de mão de obra, tendo em vista a recente proibição do trabalho escravo.

Localizada nas terras adquiridas pela Companhia de Terras Norte do Paraná junto ao governo do estado anos antes, – a partir do projeto colonizador de expansão do capitalismo inglês para ampliar suas perspectivas de lucro –, a região que hoje é o município de Nova Esperança iniciou seu povoamento a partir do ano de 1948, com a chegada de correntes migratórias de diversas regiões do país. O território de Capelinha somente foi legalmente instituído e elevado à categoria de município em 1951. A instalação e a abertura do comércio local impulsionou a chegada de diversas famílias à região.

Por iniciativa do primeiro vigário Padre José Antonio Roldan (1925-2020) e mantida pela Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, em resposta a uma exigência da instituição Igreja Católica, a Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança foi criada em 1954, para atender jovens e crianças que necessitavam de instrução. Em 1959, chegaram ao município as primeiras Irmãs Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, Irmã Ciríaca Rampo (1909-1993), Irmã Domingas Brotto (1925-2019) e Irmã Romualda Juliani (1929-?), com a missão de promover uma educação evangelizadora.

¹ Os movimentos migratórios podem ser impulsionados por uma multiplicidade de causas que incluem perseguições em razão da nacionalidade, cultura ou credo religioso minoritário. O fator de expulsão que prevalece é, no entanto, a impossibilidade econômica de garantir os meios necessários de subsistência familiar.

A instituição faz parte de uma ampla rede de escolas ligada ao Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, fundado por Madre Clélia Merloni, em 1894, na Itália. A ação missionária das apóstolas chegou ao Brasil em 1900, com o intuito de prestar assistência espiritual aos imigrantes italianos, que chegavam ao país em quantidade expressiva. Embora o Colégio Coração de Jesus faça parte de uma rede de escolas cujas unidades educacionais estão presentes em diversos estados do país, nada fora escrito ou pesquisado sobre a unidade situada em Nova Esperança/PR, o que configura a originalidade da temática da pesquisa.

O estudo é *justificado* pela relevância social atribuída ao Colégio Coração de Jesus, assim como pela eficácia de seu trabalho na disseminação da doutrina católica e da moral alicerçada na fé cristã em Nova Esperança durante os anos iniciais de seu desenvolvimento. Além disso, outro elemento motivador da pesquisa é a carência de estudos acadêmicos relacionados à história da educação – seja ela ofertada por instituições públicas ou privadas – no município de Nova Esperança.

O trabalho foi norteado pelo seguinte *problema* de pesquisa: **Como o Colégio Coração de Jesus expressou, no contexto da consolidação do município de Nova Esperança/PR, o movimento geral da Igreja Católica em busca da manutenção de sua hegemonia religiosa na região?** E mais, de que forma essa instituição escolar privada fortaleceu as diferenciações sociais numa sociedade em processo de constituição? A *hipótese* é que a ação educativa alicerçada nos princípios da doutrina católica empreendida pela referida instituição contribuiu para a efetivação da estratificação social do município, tendo em vista a priorização do atendimento aos filhos da elite econômica, que dispunham de recursos para arcar com os custos de uma educação de alto nível, ofertada em uma escola privada, em oposição ao ensino público frequentado pelos filhos das famílias que não possuíam condições econômicas necessárias para pagar para frequentar uma escola.

Tendo em vista o fato de o Colégio Coração de Jesus se encontrar em pleno funcionamento, o estudo poderia ter sido conduzido a partir de dois condicionantes temporais: o de buscar a história do passado e do presente ou apenas debruçar-se sobre a história do passado da instituição, priorizando um determinado recorte temporal. Para este trabalho, optou-se por pesquisar as décadas iniciais de

funcionamento da instituição – que coincidem com o período de consolidação do município de Nova Esperança – situando-a no tempo e no espaço.

O levantamento das fontes consistiu em uma experiência desafiadora. Apesar da precariedade de alguns acervos e, sobretudo, da pouca ou nenhuma colaboração enfrentada ao solicitar acesso para a pesquisa em determinados arquivos não inviabilizou, entretanto, a constituição de um *corpus* documental expressivo. O inventário de fontes foi constituído a partir do seguinte percurso: em outubro de 2018 foi realizada uma visita à *Biblioteca Pública do Paraná* (Curitiba/PR), para consulta dos acervos de história do Paraná e imprensa, porém, ambas as bibliotecas setoriais passavam por reforma e o conteúdo não pôde ser acessado. Na ocasião, foi realizada uma visita à *Casa São José*, espaço destinado ao repouso e cuidado das irmãs idosas do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, onde foi possível conhecer uma das fundadoras do Colégio Coração de Jesus, Irmã Domingas Brotto, falecida no ano seguinte.

No mesmo período foram realizadas outras duas visitas. A primeira, ao *Arquivo Público do Paraná*, onde havia poucos documentos históricos relacionados à fundação do município de Nova Esperança. No *Museu Paranaense* foi possível encontrar objetos e documentos históricos sobre o Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, tais como uma placa de homenagem do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus a Ney Braga² (18/10/1976), e duas lembranças de conclusão do curso ginásial do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1955 e 1958). Sobre o município de Nova Esperança, foram localizados: medalha de comemoração

² Segundo dados obtidos pelo Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do Brasil (CPDOC), **Ney Amintas de Barros Braga** nasceu em Lapa (PR) no dia 25 de julho de 1917. Vindo de uma família tradicional e influente da região de Lapa, no Paraná, formou-se na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1937. Foi promovido a major em 1950, ao retornar para Curitiba. Dois anos mais tarde foi nomeado chefe de polícia do estado por Bento Munhoz da Rocha Neto, que ocupava o cargo de governador do Paraná. Dessa aliança política resultou a eleição de Ney Braga a prefeito de Curitiba pelo Partido Libertador (PL), em 1954. Sua administração contribuiu para a urbanização da capital do estado, a partir da instalação da estação rodoviária, pavimentação de ruas em vários bairros periféricos e outras ações progressistas. Foi eleito governador do Paraná em 1961. Em sua gestão, concluiu as obras da rodovia do Café, que ligava Ponta Grossa a Paranavaí. Durante o movimento político-militar de 1964, Ney Braga defendeu a reforma agrária e outras reformas de base, com ampla consulta popular. Anos mais tarde, em 1974, assumiu o Ministério da Educação e Cultura (MEC), onde atuou até 1978. Como ministro da educação, suas ações se voltaram à ampliação das vagas escolares. Foi novamente governador do estado do Paraná de 1979 a 1982. Nos últimos anos de sua vida política, dedicou-se à presidência da Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação Mudes). Faleceu em Curitiba, em 16 de outubro de 2000.

pelos 15 anos de fundação da cidade, medalha do Curso Normal Regional Julia Wanderley de Nova Esperança, medalha de Pedro Arthur Sampaio (responsável pela administração dos municípios entre 1964 e 1967) e um diploma de cidadão de Nova Esperança atribuído a Ney Braga (1962).

Em março de 2019 ocorreu a primeira visita ao *Colégio Coração de Jesus* com a intenção de iniciar a pesquisa propriamente dita. A instituição não permitiu o acesso aos documentos originais, restringindo-o às versões digitalizadas e a algumas poucas fotografias registradas ao longo da história do colégio. Na ocasião, o acesso sem ressalvas ficou restrito às listas que continham os nomes dos alunos das primeiras turmas da Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança, de 1954 e 1955.

Ainda no mês de março, em visita à *Casa da Cultura* e à *Biblioteca Pública de Nova Esperança*, localizou-se muitos arquivos úteis à pesquisa. Além de centenas de fotografias coletadas para o Projeto de Museu Histórico, iniciativa que está em desenvolvimento e recebe o apoio da prefeitura de Nova Esperança, em que foi possível acessar revistas históricas, arquivos audiovisuais, livros e demais materiais relacionados à fundação do município e também ao desenvolvimento de sua educação pública.

Em abril de 2019 realizou-se uma nova visita à *Biblioteca Pública do Paraná* e, dessa vez, não havia quaisquer impeditivos que inviabilizassem o acesso aos arquivos buscados. Além de documentos específicos da Prefeitura de Nova Esperança, contendo narrativas da época da fundação da cidade, foram encontrados panfletos de campanha política, recortes de jornais e revistas das décadas de 1950 e 1960.

A visita ao *Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus* (Curitiba/PR) foi realizada no dia 7 de maio de 2019. A sede provincial possui um vasto acervo sobre cada unidade escolar e, nele, o inventário sobre o Colégio Coração de Jesus de Nova Esperança alberga dezenas de documentos que foram úteis à pesquisa: correspondências, relatos, documentos oficiais, recortes de jornais e revistas, livros e fotografias. Além disso, no *Centro Histórico Madre Clélia Merloni*, localizado na sede do Instituto, foi disponibilizado o acesso às cópias dos documentos históricos sobre a vida e a obra da fundadora da Congregação, muitos em italiano, sem qualquer tipo de restrição no que diz respeito à reprodução com fins de pesquisa.

Como forma de contribuir com o *Projeto de Museu Histórico* que está sendo desenvolvido pela *Casa da Cultura e Biblioteca Pública de Nova Esperança*, com o apoio da prefeitura do município, foram digitalizadas, manualmente, no período entre junho e setembro de 2019 um montante de 977 páginas de documentos úteis à preservação da história e da memória do município de Nova Esperança. A digitalização contou com o apoio da Central de Documentações da Universidade Estadual de Maringá (CDO – COMCAP/UEM), com a disponibilização da estrutura e equipamentos necessários. Os documentos digitalizados foram compartilhados com o Projeto e hoje integram o acervo histórico do município. Os materiais digitalizados foram: Estatuto da Associação de Pais e Professores; Fotografia de Nova Esperança (1950); Lei nº 128, de 1955, que institui o brasão do município; Nova Esperança em Revista (1976); Revista O Imparcial (1963); Revista Paraná em Três Dimensões (1978); Perfil do Município de Nova Esperança (1999); Reportagem dos Municípios (1977); Ensaio sobre Nova Esperança (1973) e Plano Municipal de Educação e Cultura (1976-1979).

No dia 26 de setembro de 2019 realizou-se a pesquisa nos arquivos da *Secretaria Municipal de Educação de Nova Esperança*. Constam dezenas de caixas empoeiradas e mal alocadas, repletas de documentos antigos referentes às escolas mantidas pelo poder público do município desde a sua criação. Trata-se de um valioso material – e ainda não suficientemente explorado por pesquisas acadêmicas – para a pesquisa sobre a história da educação pública em Nova Esperança. Na ocasião, o critério para a pesquisa consistiu na busca por registros sobre as primeiras escolas criadas no município. A finalidade era compreender, a partir das fontes históricas, as condições em que estava organizada a educação escolar no município na época de sua fundação, a partir de 1952, poucos anos antes das irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus iniciarem suas atividades pedagógicas na Escola Nossa Senhora da Esperança, fundada em 1954. Dentre os arquivos encontrados, destacam-se os documentos relacionados ao Grupo Escolar Ana Rita de Cássia (antiga Escola Isolada "Capelinha"), criado em 1950, tais como livros de atas, históricos, inventário e outros.

Em setembro de 2020 foi realizado um contato com o *Núcleo Regional de Educação de Paranavaí*, do qual o Colégio Coração de Jesus é componente. O único

documento disponibilizado refere-se à Vida Legal do Estabelecimento de Ensino, emitido pela Secretaria do Estado da Educação – SEED.

Uma nova visita à *Secretaria Municipal de Educação de Nova Esperança* ocorreu no dia 15 de janeiro de 2020, data em que se localizou documentos relacionados aos históricos das escolas fundadas nos distritos de Nova Esperança, Barão de Lucena e Ivaitinga, descritos a seguir: Histórico da Escola Estadual de Barão de Lucena, fundada em 1962 com o nome de Grupo Escolar Barão de Lucena e Histórico da Escola Estadual de Ivaitinga, fundada em 1963 sob a denominação de Escola Isolada de Ivaitinga.

A pesquisa realizada na *Cúria Arquidiocesana de Maringá*, no dia 3 de novembro de 2020, resultou na coleta de documentos que se constituíram como fontes essenciais para esta tese: a) Decreto emitido pelo bispo diocesano de Jacarezinho, Dom Geraldo de Proença Sigaud, instituindo a paróquia amovível de Capelinha, a partir do desmembramento das paróquias de Alto Paraná e Mandaguaçu; b) Núncio Apostólico nº 7608, redigido em latim, sobre a criação da Diocese de Maringá, em 01/02/1956; c) Cartas trocadas entre Padre José Antônio Roldan e Dom Jaime Luiz Coelho contendo deliberações sobre a chegada das Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus a Nova Esperança; d) Documentos relacionados aos trâmites da doação do pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná em favor da Mitra Diocesana de Maringá, para nele ser construída a casa paroquial.

No dia 2 de dezembro de 2020 foi realizada uma reunião remota com o funcionário do *Colégio Coração de Jesus* designado pela diretoria da escola para auxiliar na pesquisa. Após diversas tentativas de contato e alguns reagendamentos, foram disponibilizadas as cópias digitais dos seguintes documentos: a) Ata nº 1 (06/03/1959) – Redigida pela Irmã Domingas Brotto. Deliberações sobre a formação da comissão responsável pela construção do Colégio Nossa Senhora da Esperança; b) Licença para funcionamento da Escola Nossa Senhora da Esperança, registrada sob nº 360 no município de Nova Esperança, sob a direção da professora Mitiko Komoguchi. Documento emitido pela Secretaria de Educação e Cultura do estado do Paraná; c) Currículos Escolares do Colégio Coração de Jesus (Curso Ginásial). Anos letivos: 1973 e 1974; d) Grades Curriculares do Colégio Coração de Jesus (Ensino de 1º Grau). Anos letivos: 1973 a 1976.

No *Cartório de Registros de Imóveis de Nova Esperança* foram coletados, em 19 dezembro de 2020, documentos auxiliares à compreensão dos aspectos relacionados aos lotes urbanos doados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná ao Colégio Nossa Senhora da Esperança, são eles: Certidão de Transcrição de Transmissão nº 2.635, de 5 de setembro de 1960 e Matrícula nº 4.322, de 20 de setembro de 1979. No *Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de Tibagi*, foi coletada a Transcrição nº 2.796, de 7 de maio de 1926, que contém as características e confrontações das terras adquiridas do Estado do Paraná pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

A última etapa da pesquisa em arquivos ocorreu em março de 2021, data em que foi realizada a visita à *Paróquia do Sagrado Coração de Jesus*, de Nova Esperança, e autorizada a reprodução de dois documentos que foram essenciais para a pesquisa: a) Livro de Atas da Igreja de Capelinha; b) Livro Tombo da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus.

Para fins didáticos, a exposição do trabalho está organizada em quatro seções. Na primeira, intitulada *Pressupostos teórico-metodológicos para a pesquisa sobre Instituições Escolares*, apresenta a discussão das questões relacionadas à teoria e metodologia norteadoras a pesquisa. Em um primeiro momento, o texto exhibe os principais determinantes que configuraram o campo da História da Educação. Em seguida, discute as Instituições Escolares como espaço para pesquisa acadêmica, bem como as fontes documentais que produzem. Exhibe um balanço da produção acadêmica da área no período entre 2016 e 2020 e uma detalhada revisão de literatura, elencando as teses e as dissertações publicadas nos programas de pós-graduação em Educação sobre instituições escolares, ligadas à Rede Sagrado de Ensino.

Na segunda seção, *As Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus*, é apresentada a história da fundação do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus partindo da exposição de aspectos gerais da vida e da obra apostólica de sua fundadora, Madre Clélia Merloni, nascida em 1894 em Forlì, Itália. Os princípios educativos e valores são discutidos com vistas à compreensão da atuação realizada pelo Instituto no campo educacional. Por fim, é discutida a chegada das irmãs

apóstolas no Brasil e, especificamente, ao estado do Paraná, motivada pela ação missionária de apoio espiritual e cuidado com os imigrantes italianos.

A terceira seção, *Cenário sócio-histórico do estado do Paraná no início do século XX*, trata dos aspectos conjunturais paranaenses para analisar suas implicações no momento da criação do Colégio Coração de Jesus no município de Nova Esperança, em 1952. A expansão da cultura cafeeira após a década de 1930 e a atuação da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná na reocupação do norte do estado foram analisadas de modo a dimensionar a relação entre tal cenário e a implantação da instituição educativa que constitui o objeto de estudo desta pesquisa.

Por fim, a quarta e última seção, *O Colégio Coração de Jesus de Nova Esperança/PR*, apresenta a história da implantação e dos primeiros anos de atuação do Colégio Coração de Jesus no município. Ademais, a seção contempla a organização pedagógica e administrativa da instituição, com destaque aos aspectos físicos e curriculares e corpo docente concernentes à atividade dos anos iniciais. A exposição considera que as fontes analisadas foram produzidas no interior de uma sociedade cuja síntese é composta pela luta entre classes social e ideologicamente *antagônicas*, bem como a sua articulação com o movimento contraditório da totalidade e mediado pela multiplicidade de circunstâncias que coexistiam na época da criação e durante os primeiros anos de sua atuação no município de Nova Esperança/PR.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA A PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES

A seção apresenta os pressupostos teóricos e metodológicos norteadores da pesquisa. Discute a configuração do campo da História da Educação e o conceito de Instituições Escolares e suas fontes como tema de estudo para pesquisas historiográficas. Apresenta um levantamento da produção acadêmica da área no período entre 2016 e 2020 e traz a revisão de literatura, elencando as teses e dissertações publicadas nos programas de pós-graduação em educação sobre instituições escolares, ligadas à Rede Sagrado de Ensino. A abordagem neste estudo se refere ao Colégio Coração de Jesus situado em Nova Esperança, no estado do Paraná.

2.1 CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

O entendimento das questões relacionadas à história da educação é requisito fundamental para aqueles cujo ofício compreende a tarefa de educar. O debate sobre os desígnios da educação nacional perpassa sua historicidade, a partir de um caminho de permanências e discontinuidades. Em razão desse caráter histórico, a educação não é um fenômeno linear, mas, ao contrário, sua configuração se altera em consonância com cada momento, época e sociedade. Logo, o processo educativo carrega as marcas de seu tempo tendo em vista as condições de desenvolvimento material no qual se insere.

Em meados do século XX, o campo da pesquisa histórica passou por uma importante reformulação. Ao buscar a superação da tradição da mera descrição dos fatos políticos, os novos estudos historiográficos pretendiam romper com a ideia da produção de verdades absolutas. Nesse período, duas correntes historiográficas se destacaram quanto aos procedimentos de investigação no campo da história: a Escola dos *Annales* e a nova historiografia marxista inglesa.

Por volta da década de 1930, a tradição acadêmica da historiografia francesa, denominada inicialmente por Escola dos *Annales* e, posteriormente, a partir de 1970,

por Nova História, é caracterizada por uma “[...] posição teórica que contempla a ideia de que o social não se pode compreender de modo simplificador; pelo contrário, a realidade produzida pelo homem é complexa tanto em sua efetivação quanto na sua interpretação” (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 8). Contudo, especialmente na vertente da Nova História, verificou-se o surgimento de um número significativo de estudos com análises segmentadas e descontínuas. “Seguindo essa tendência, as fronteiras da história se estenderam de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo e mesmo do odor” (BITTAR; FERREIRA JR., 2009, p. 498).

As pesquisas acadêmicas sofreram um processo de pulverização em micro objetos de investigação fragmentados, que não levavam em consideração os fenômenos econômicos, social e políticos característicos do modo de produção capitalista do qual fazem parte (BITTAR; FERREIRA JR., 2009). Para os autores, isso ocorre porque

Para os chamados paradigmas epistemológicos emergentes, a história da sociedade humana não se explica pelas relações sociais de produção; pela lógica do desenvolvimento das forças produtivas; pelo conflito que se estabelece entre as classes sociais antagônicas; pelo papel de controle econômico e ideológico que o Estado assume no âmbito da sociedade de classes; pela relação dialética existente entre sociedade civil, sociedade política e Estado; pela capacidade de autonomia e criatividade que as instituições superestruturais gozam frente às relações sociais de produção da vida material (BITTAR; FERREIRA JR., 2009, p. 491).

Dessa forma, se ampliou as linhas de investigação dos estudos historiográficos, assim como o conceito de fontes históricas e os procedimentos metodológicos. Rompendo com a historiografia tradicional, “[...] a valorização que criou uma nova hierarquia dos estudos históricos ficou marcada pela efemeridade dos objetos de investigação” (BITTAR; FERREIRA JR., 2009, p. 491). Nesse sentido, os historiadores dos *Annales* se concentraram em temas como sociedade, economia, política, intelectuais e cultura, desenvolvendo uma história das mentalidades.

Essa transformação culminou em novas abordagens anteriormente negligenciadas, tais como: “[...] histórias da vida privada, agora também da brasileira, das gentes simples, de seu cotidiano, da vida doméstica, religiosa, sexual [...]” (BUFFA, 2001, p. 82). Nessa conjuntura, ganhou proeminência o mundo subjetivo, e

se passou a valorizar o fragmentado, o efêmero e o imaginário, e “[...] quanto mais desconectados, fugazes, isolados, tênues, rarefeitos, fortuitos, bizarros e excêntricos forem os objetos de pesquisa, mais eles serão nobres e relevantes para o conhecimento histórico” (BITTAR; FERREIRA JR., 2009, p. 492).

Os historiadores ingleses, em especial a geração de militantes de esquerda, inauguraram uma historiografia crítica e de maior abrangência, rompendo com a vertente positivista, assim como com o que consideravam marxismo vulgar³. “Perceberam que o ser social e sua vivência precisam ser compreendidos em sua complexidade macrossocial, ou seja, atribuíram grande importância às singularidades e particularidades sociais” (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 11).

Para além de constituir-se como uma disciplina curricular e acadêmica, a História da Educação é um campo de conhecimento próprio. Seu objeto de investigação, o fenômeno educativo, é analisado a partir de teorias e métodos que são próprios da ciência da história. A história da educação é uma área de conhecimento cujo objeto de estudo é a própria educação, a partir de uma abordagem historiográfica.

Os significados relacionados à história da educação possuem uma ambiguidade terminológica. É possível compreendê-la como o conjunto de estudos históricos cujo objeto é a própria educação, como um subcampo dos estudos histórico-educativos ou, ainda, está relacionada à “[...] contribuição dada pelas pesquisas que podem ser conduzidas sob tal expressão no que concerne às abordagens e às temáticas das quais são portadoras” (RAGAZZINI, 1999, p. 20).

As mudanças paradigmáticas no campo das pesquisas históricas também causaram impacto nos estudos da área de História da Educação no Brasil. A partir dos anos 1980, os procedimentos de pesquisa utilizados pelos historiadores da educação passaram a se assemelhar aos dos chamados “historiadores de ofício”. Paralelamente, à criação dos programas de pós-graduação⁴, bem como à

³ No texto *A contribuição de Karl Marx para a Historiografia*, Hobsbawm (1982) discute a forma como os historiadores utilizaram a teoria de Marx no fazer historiográfico moderno. O autor admite a dificuldade de realizar a tarefa, uma vez que “[...] a influência marxista entre os historiadores tem sido identificada com algumas ideias relativamente simples, embora poderosas, de um modo ou de outro associada a Marx e aos movimentos inspirados pelo seu pensamento, mas que não são necessariamente marxistas, ou que não representam necessariamente o pensamento amadurecido de Marx. Podemos chamar esse tipo de influência de ‘*marxismo vulgar*’” (HOBSBAWM, 1982, p. 248, grifo nosso).

⁴ José Claudinei Lombardi fez um balanço da produção acadêmica dos programas de pós-graduação em educação nas décadas iniciais de sua consolidação. Diz o autor que “Entre 1971 e 1996, a

organização com periodicidade regular de congressos de História da Educação, surgiram os estudos sistematizados que passaram a configurar o campo de pesquisa sobre a história da educação (SAVIANI, 1999).

Em 1978, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) foi fundada com o compromisso de lutar pela universalização e desenvolvimento da educação no Brasil. São realizadas reuniões nacionais e regionais, como espaço de produção e divulgação do conhecimento sobre educação.

O Grupo de Estudo e Pesquisas *História, Sociedade e Educação no Brasil* (HISTEDBR) foi criado no ano de 1986, na Faculdade de Educação da UNICAMP⁵. Formado inicialmente por professores e alunos de mestrado e doutorado, o grupo nasceu com o objetivo de promover o intercâmbio de pesquisas realizadas sobre História da Educação desenvolvidas pelo programa de pós-graduação. Atualmente, a coordenação nacional é representada pelos professores doutores Dermeval Saviani e José Claudinei Lombardi. O primeiro evento promovido pelo HISTEDBR ocorreu em 1991, na UNICAMP. Desde então, os seminários e jornadas promovidos pelo Grupo representam uma ação efetiva de promoção da área de História da Educação no país. O Grupo organiza, ainda, a Revista HISTEDBR On-Line, de publicação trimestral e de fluxo contínuo.

A Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) foi fundada em 1999, no período de consolidação do campo de estudos da História da Educação. A SBHE é responsável pela organização dos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHE), pela Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) e pelas coleções Horizontes da História da Educação e Documentos da História da Educação Brasileira.

produção dos alunos dos programas de pós-graduação em educação registrou um total de 8.416 trabalhos, sendo 7.609 (90,41%) dissertações de mestrado e 807 (9,59%) teses de doutorado. Até 1974, essa produção pouco tinha ultrapassado o limite de 200 trabalhos, todos eles dissertações de mestrado defendidas nos 15 programas então existentes no Brasil. Somente no quinquênio entre 1990-1994 ocorreu um salto quantitativo de tal ordem que 2.498 (87,43%) dissertações e 359 (12,57%) teses foram defendidas, em 45 programas existentes no país, 15 deles também oferecendo doutorado, totalizando 2.847 trabalhos produzidos" (LOMBARDI, 2004, p. 162).

⁵ O Grupo de Estudo e Pesquisas *História, Sociedade e Educação no Brasil* (HISTEDBR) apresenta contribuições substanciais para o campo da historiografia da Educação brasileira, inclusive no estado do Paraná, por intermédio dos Grupos de Trabalhos (GTs) estruturados nas instituições de ensino superior paranaenses, tais como UEM, UNIOESTE, UENP, UNICENTRO, UEPG e UNESPAR.

Nesse momento de consolidação do campo da História da Educação e em meio às investigações realizadas pelas iniciativas da ANPEd, HISTEDBR e SBHE, dentre outras, a ampliação dos temas e fontes para as investigações relacionadas à história da educação permitiu que se voltasse o olhar ao ambiente escolar, em sua materialidade e finalidade, ao passo que estas se apresentam “[...] como locais que portam um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias e, sobretudo, sobre a história da educação brasileira” (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 4).

Paralelamente à consolidação do campo da História da Educação, alguns estudos sobre instituições escolares foram desenvolvidos nos anos 1950 e 1960, período em que a discussão sobre a realidade educacional brasileira e a democratização do ensino ganhou força no meio acadêmico, seguidos pela tramitação da Lei nº 4.024/1961 e a disputa pela hegemonia educacional entre católicos e liberais.

Nas décadas de 1970 e 1980, em decorrência da institucionalização da pós-graduação em educação e da reação dos pesquisadores ao governo militar, a pesquisa propiciou o desenvolvimento de estudos relacionados à sociedade numa perspectiva crítica. Nesse período, as pesquisas sobre instituições escolares serviam como forma de ilustrar o movimento histórico geral acadêmico.

A partir dos anos 1990, a chamada crise dos paradigmas, liderada por um movimento de abandono da perspectiva histórica, tornou privilegiados temas como “[...] cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância [...]” (BUFFA; NOSELLA, 2013, p. 19). Dentre tais temáticas, os estudos sobre instituições escolares ganharam destaque.

2.2 AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E SUAS FONTES PARA A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

As investigações sobre a história das instituições escolares surgiram no âmbito de renovação da pesquisa em História da Educação, campo de estudos que se ocupa dos espaços formais de educação, buscando apreender os elementos que compõem

a sua identidade no cenário social em que faz parte. A busca pela apreensão dos sentidos histórico, social e político da ação educativa empreendida por uma instituição educativa em nível local, não se opõe ou exclui as articulações estabelecidas com o nível nacional. Essas categorias, local e nacional, se configuram em uma relação espaço-tempo-movimento-memória que não são autônomas entre si, mas constituem parte uma da outra e são mediadas pela interferência humana (CORRÊA, 2012).

As manifestações particulares de uma instituição educativa são elucidativas para a elaboração do "[...] conhecimento efetivo, isto é, para a compreensão concreta da educação em âmbito nacional" (SAVIANI, 2012, p. 27). Isso, pois, conforme os dados são analisados, são estabelecidas as conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática, buscando situar a particularidade do objeto de estudo em sua relação com a totalidade.

O estudo da trajetória ou impacto de uma instituição escolar no contexto em que foi engendrada é, também, uma das formas de compreensão da história e da filosofia educacional brasileira, visto que tais espaços disseminam os valores e os ideais educacionais correntes. Ao fazê-lo, são superadas “[...] a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia” (BUFFA, 2002, p. 25-26). Os aspectos principais a serem considerados nesse tipo de pesquisa são:

[...] preocupações com os processos de criação e do desenvolvimento (ciclo de vida) das instituições educativas; a configuração e as mudanças ocorridas na arquitetura do prédio escolar; os processos de conservação e mudança no perfil dos docentes; os processos de conservação e mudança do perfil dos alunos; as formas de configuração e transformação do saber veiculado nessas instituições de ensino etc. (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 21).

A pesquisa sobre instituições escolares deve ter como ponto de partida a conjuntura histórica, política, social, cultural e econômica na qual está inserida. É por intermédio das motivações para a criação da escola, pela organização do espaço físico, pela relação entre professores e alunos, pelas variadas formulações curriculares, que é revelado o ideário educacional dessa mesma sociedade.

Investigar as motivações que levaram à criação da escola, “[...] os elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento [...],

o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores) [...]” (BUFFA, 2002, p. 27), a relação entre professores e alunos, as variadas formulações curriculares, a organização e uso do tempo, a origem social dos alunos, a legislação vigente, as normas, permitem compreender o significado que a escola possui para seu entorno, bem como evidencia o ideário educacional do período.

As fontes documentais são aqui compreendidas como alicerces para a produção historiográfica, pois expressam a experiência humana e a luta de classes engendradas por sujeitos reais, vivendo em circunstâncias determinadas por relações de dominação, subordinação e resistência. O conhecimento histórico busca apreender essa realidade ao incorporar essa experiência vivida e documentada, tornando-se capaz de “[...] fazer retornar homens e mulheres não como sujeitos passivos e individualizados, mas como pessoas que vivem situações e relações sociais determinadas, com necessidades e interesses e com antagonismos” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p.17-18).

As fontes históricas são constituídas por “[...] todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 491). Transformar os testemunhos e as fontes registradas sob as mais variadas formas em conhecimento histórico pode ser uma experiência desafiadora, pois, por serem históricas, as fontes e expressam as contradições e limites de seu tempo. É necessário compreender o seu processo constitutivo, bem como a ideia comunicada por intermédio da linguagem.

O historiador, quando está trabalhando determinado objeto, o que está trazendo à tona, conscientemente ou não, é a própria luta de classes do momento que está tratando e do seu próprio momento. Se faz isso inadvertidamente, sem pensar na complexidade da própria produção do conhecimento, pode estar sendo um veículo de perpetuação da dominação de classe. Entretanto, se realizar seu trabalho pensando a história como um campo de possibilidades, em que os diferentes sujeitos sociais têm diferentes formas de pensar o real e, portanto, formas diferentes de intervir no real, deverá se propor a recuperar as várias propostas em jogo e as razões da vitória de uma delas sobre as outras, o que significa trazer à tona também as causas perdidas. Para nós, isto é recuperar a relação, o movimento, a contradição (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 26-27).

Numa palavra, o pesquisador deve tentar responder "[...] *por que* as coisas estão representadas de uma determinada maneira, antes de se perguntar *o que* está representado" (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 23). Nesse sentido, não basta que a pesquisa considere apenas as fontes provenientes da escola e da educação. É preciso ir além, considerando os documentos provenientes do âmbito da legislação, do direito, da administração pública, da economia, do Estado e dos partidos políticos, tais como debates parlamentares, legislação, normas da jurisprudência, dos balanços econômicos, entre outros (RAGAZZINI, 2001). É importante que os órgãos de gestão da escola devem ser caracterizados, de modo a compreender as relações de poder que se estabelecem em meio aos processos de organização da instituição.

As fontes, por si mesmas, não contribuem para a compreensão do objeto de pesquisa. Embora sejam provenientes do passado, as fontes não estão no passado quando são problematizadas. Ainda que não tenham sido produzidas com esta finalidade, as fontes são produções humanas que testemunham os atos históricos, "[...] estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado" (SAVIANI, 2004, p. 5).

Por isso, é pertinente a questão "Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?", de Ragazzini (2001, p. 14), que explicita que "são vestígios, testemunhos que respondem [...] às perguntas que lhes são apresentadas". Como parte da produção historiográfica, as fontes atribuem sentidos, sendo o "[...] único contato possível com o passado que permite formas de verificação" (RAGAZZINI, 2001, p. 14).

Em relação aos procedimentos técnicos da investigação, levantamento e utilização de fontes, no acervo de cada escola são encontrados relatórios, atas, fichas de matrículas, programas das disciplinas, fotografias e outros tipos de documentos que devem ser analisados à luz da legislação, dos jornais da época e demais fontes que forneçam informações pertinentes.

A escolha das fontes deve estar relacionada aos objetivos da pesquisa, ao passo que os "[...] objetos só adquirem estatutos de fonte diante do historiador que, ao formular o seu problema de pesquisa, delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas" (SAVIANI, 2004, p. 6-7).

O autor indica a inesgotabilidade das fontes históricas, pois “[...] sempre que a elas retornamos, tendemos a descobrir novos elementos, novos significados, novas informações que nos tinham escapado por ocasião das incursões anteriores” (SAVIANI, 2004, p. 6). Em consonância, Ragazzini afirma que

As fontes permitem encontrar e reconhecer: encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção. Para encontrar é necessário procurar e estar disponível ao encontro: não basta olhar, é necessário ver. Para reconhecer é necessário atribuir significado, isto é, ler e indicar os signos e os vestígios como sinais (RAGAZZINI, 2001, p. 14).

Ainda que as fontes escolares sejam importantes e significativas, não são suficientes para produzir uma história integral da escola. Aos historiadores da educação, cabe a tarefa de articular os princípios teóricos gerais aos dados empíricos encontrados nos arquivos da instituição pesquisada, de modo a captar nas particularidades da escola as características gerais da educação brasileira constitui um desafio (BUFFA, 2001). Da mesma forma, é necessário ter em mente que o local apresenta suas especificidades.

"A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela. Há sempre algo que escapa às nossas sínteses [...]", constituídas por uma "[...] visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada" (KONDER, 2008, p. 36). Não basta que se analise o aspecto fenomênico por ele mesmo, mas como um produto da práxis, entendida, aqui, como a articulação do movimento entre a reflexão, a teoria e a ação concreta. Dessa forma, a produção do conhecimento histórico requer que se recupere a ação de diferentes grupos sociais na realidade, buscando compreender as motivações que culminaram na realização de um determinado fato e não de outro.

2.3 A PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: ESTADO DA ARTE

A produção historiográfica relacionada à história das instituições escolares foi objeto de estudo de Francielle Aparecida Garuti de Andrade (2016), que analisou o estado da arte desse campo de pesquisa no estado do Paraná, apresentando os dados relacionados à produção acadêmica em relação à temática. A partir do

entendimento de que Historiografia da Educação é o “[...] campo de estudo que tem por objeto de investigação as produções históricas que estudam a educação” (LOMBARDI, 2006, p. 82), o levantamento contemplou teses de doutorado, dissertações de mestrado e textos publicados em anais de eventos no período entre 2008 e 2015.

Em primeiro lugar, foram buscadas nas instituições de ensino superior do Paraná os Programas de Pós-graduação em Educação que possuem uma linha de pesquisa sobre história da educação e, especificamente, sobre história das instituições escolares, as dissertações e teses sobre a temática analisada, as quais estão dispostas nas tabelas 1 e 2, abaixo.

Tabela 1 - Dissertações de Mestrado sobre Instituições Escolares entre os anos de 2008 e 2015

IES/Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
UFPR	0	0	0	2	0	0	0	0	2
UEPG	0	0	1	0	0	1	1	0	3
UEL	0	1	0	0	1	0	0	0	2
PUC/PR	4	1	0	0	1	0	0	0	6
UNIOESTE	0	0	0	0	1	3	0	0	4
UEM	0	1	2	2	2	0	2	0	9
Total anual	4	3	3	4	5	4	3	0	26

Fonte: Extraído de Garuti de Andrade (2016)

Tabela 2 - Teses de Doutorado sobre Instituições Escolares entre os anos de 2008 e 2015

IES/Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
UFPR	1	2	0	0	0	1	0	0	4
UEPG	0	0	0	0	0	0	1	0	1
UEM	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PUC/PR	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Total anual	1	2	0	0	0	2	1	0	6

Fonte: Extraído de Garuti de Andrade (2016).

Com vistas à continuidade do mapeamento realizado pela autora, apresentamos a seguir os dados relacionados à produção acadêmica de dissertações e teses sobre instituições escolares publicadas no período de 2016 a 2020 pelos programas de pós-graduação em educação das universidades do Paraná (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 - Número de dissertações de mestrado sobre Instituições Escolares defendidas entre os anos de 2016 e 2020 no estado do Paraná

IES/Ano	2016	2017	2018	2019	2020	Total
UFPR	2	0	0	1	0	3
UEPG	1	1	0	0	2	4
UEL	0	0	0	1	0	1
PUC/PR	3	0	0	0	0	3
UNIOESTE	3	2	2	1	1	9
UEM	2	2	1	1	1	7
Total anual	11	5	3	4	4	27

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 4 - Número de teses de doutorado sobre Instituições Escolares defendidas entre os anos de 2016 e 2020 no estado do Paraná⁶

IES/Ano	2016	2017	2018	2019	2020	Total
UFPR	0	1	0	0	0	1
UEPG	0	0	1	0	0	1
PUC/PR	0	0	0	0	0	0
UEM	0	2	0	0	0	2
Total anual	0	3	1	0	0	4

Fonte: Dados da Pesquisa

O inventário das dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas nos programas de pós-graduação em educação das universidades paranaenses permitiu verificar que, em um período de 13 anos (2008 a 2020) foram produzidas 53 dissertações de mestrado e 10 teses de doutorado, totalizando 63 produções, uma média de menos de 5 trabalhos por ano. O ano com maior incidência de dissertações de mestrado foi 2016, apresentando 11 trabalhos, dentre as quais a PUC/PR e UNIOESTE produziram três trabalhos cada. As instituições UEM e UFPR produziram dois trabalhos cada e a UEPG apresentou apenas um trabalho defendido. Em relação às teses de doutorado, o maior número de trabalhos foi defendido no ano de 2017, com duas produções provenientes da UEM e uma da UFPR. Não foram localizadas teses de doutorado sobre o assunto defendidas nos anos de 2019 e 2020.

No que se refere aos textos publicados em anais de eventos de História da Educação, a pesquisa realizada por Garuti de Andrade (2016) inventariou os trabalhos publicados nos eventos de História da Educação ocorridos nos anos de 2013 e 2014.

⁶ O Apêndice B apresenta um quadro com os títulos das teses de doutorado sobre Instituições Escolares defendidas entre os anos de 2016 e 2020 no estado do Paraná, bem como as respectivas autorias.

A autora selecionou as jornadas e seminários realizados pelo Grupo de Pesquisas do HISTEDBR, o X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, a 36ª Reunião Nacional da ANPEd, a X ANPEd Sul – Reunião Científica da ANPEd, a 37ª Reunião Científica da ANPEd, o VIII Congresso Brasileiro de História da Educação e o XIII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação e I Seminário Interinstitucional de Pesquisa em Educação da Região Sul, da Universidade Estadual de Maringá.

O inventário realizado pela autora apresentou um total de 151 trabalhos publicados em anais de eventos sobre História da Educação, com foco no estudo sobre Instituições Escolares, em 2013 e 2014⁷. Na ocasião, Garuti de Andrade (2016) identificou que os estudos relacionados à temática assumiram uma notável proporção no período analisado. Porém, “[...] quando pensado em nível estadual, Paraná, e, sobretudo regional [...] o número de investigações sobre instituições não é compatível com o que se vê no cenário nacional” (GARUTI DE ANDRADE, 2016, p. 55).

A Tabela 5 sintetiza o número de trabalhos publicados em anais de eventos de História da Educação entre os anos de 2016 e 2020, dando continuidade à pesquisa de Garuti Andrade (2016). Ao longo dos anos de 2016 e 2020, foram publicados 304 trabalhos, sendo 80 em 2016, 92 em 2017, 16 em 2018, 1 em 2019 e 26 em 2021. O maior número de trabalhos é encontrado nos eventos mais expressivos na área de História da Educação. No XI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, que ocorreu na cidade do Porto/Portugal entre os dias 20 e 23 de junho de 2016, foram apresentados 49 textos sobre a temática no eixo de Subsistemas [educativos] e instituições escolares. No IX Congresso Brasileiro de História da Educação, que ocorreu na cidade de João Pessoa/PB nos dias 15 a 18 de junho de 2017, foram localizadas 78 investigações publicadas no eixo de Políticas e Instituições Educativas. Número semelhante de trabalhos foram localizados na edição de 2020 do mesmo evento. No X Congresso Brasileiro de História da Educação, ocorrido em Belém (PA), entre 2 e 5 de setembro de 2019, 71 trabalhos foram apresentados. No XII Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, programado para ocorrer em 2020 na cidade

⁷ O apêndice C apresenta um quadro com os títulos e autores dos trabalhos publicados em anais de eventos de História da Educação entre os anos de 2016 e 2020

de Cuiabá-MT, foram apresentados 25 trabalhos sobre instituições escolares, cujos autores participaram do evento de maneira remota, entre 23 e 26 de fevereiro de 2021.

Tabela 5 - Número de trabalhos publicados em anais de eventos de História da Educação entre os anos de 2016 e 2020

Evento	2016	2017	2018	2019	2020	2021⁸
XI Anped Sul	12					
X Seminário Nacional do HISTEDBR	19					
XI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação	49					
38ª Reunião da Anped Sul		0				
XIV Jornada do HISTEDBR		9				
IX Congresso Brasileiro de História da Educação		78				
XIV Seminário de Pesquisa do PPE/UEM		5				
XII Anped Sul			8			
XV Jornada do HISTEDBR			8			
XI Seminário Nacional do HISTEDBR				18		
X Congresso Brasileiro de História da Educação				71		
39ª Reunião da Anped Sul					1	
XIII Anped Sul						1
XII Congresso Luso-brasileiro de História da Educação						25
Total Anual	80	92	16	89	1	26

Fonte: Dados da Pesquisa

O ano de 2018 apresenta baixa produção quando comparada aos seus dois antecessores. Na XV Jornada do HISTEDBR que ocorreu nos dias 8 a 10 de agosto de 2018, em Belém/PA. Foram publicados apenas 8 trabalhos sobre o tema no eixo de Instituições e Culturas Escolares. O mesmo número de textos sobre a temática foi apresentado no eixo sobre História da Educação do XII Anped Sul, realizado entre os dias 23 e 26 de julho de 2018, em Porto Alegre/RS. As informações sobre os títulos e autores de cada trabalho publicado nos eventos encontram-se no Apêndice A.

O cotejamento entre o levantamento produzido por Garuti de Andrade (2016) referente aos anos de 2008 a 2015 e o inventário concernente ao período de 2016 a 2020 permitiu verificar que o número de dissertações e teses publicadas aumentou significativamente. Dentre os trabalhos analisados, não foi encontrada produção

⁸ Em decorrência da pandemia da Covid-19, a segunda etapa do XIII Anped Sul ocorreu entre 22 e 24 de março de 2021, de maneira remota. O mesmo aconteceu com o XII Congresso Luso-brasileiro de História da Educação que, inicialmente estava programado para 2020, mas ocorreu nos dias 23 a 26 de fevereiro de 2021.

acadêmica que tivesse as instituições de ensino ligadas ao Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, no qual está situado o objeto de investigação desta tese.

As informações que compõem o inventário das produções acadêmicas sobre Instituições Escolares entre os anos de 2008 e 2020 revelam o fortalecimento da área da História da Educação em relação à temática. Contudo, dada sua importância para o cenário da História da Educação, ainda há muitos estudos a serem feitos sobre instituições escolares paranaenses.

2.4 A CONGREGAÇÃO DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS NA HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Conforme foi possível observar no levantamento dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos nos programas de pós-graduação em educação, bem como dos textos publicados em anais de evento, diversos estudos foram realizados sobre instituições escolares. Dos trinta e um trabalhos elencados, nove são dedicados ao estudo de instituições de ensino confessionais católicas (LUI, 2016; SIQUEIRA, 2016; MOTIN, 2016; SANTOS, 2016; ANDRADE, 2016; ANDRADE, 2017; PASQUINI, 2017; BELLIATO, 2017; SANTOS, 2020)⁹.

O Banco de Teses e Dissertações da Capes alberga trabalhos que têm, como objeto de estudo, instituições de ensino ligadas à Rede Sagrado, do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus. Foram localizados catorze trabalhos científicos – treze dissertações de mestrado e duas teses de doutorado – defendidos em programas de pós-graduação em educação de instituições de ensino superior do Brasil. Os estudos abaixo destacados estão apresentados em ordem cronológica de publicação.

A pesquisa de mestrado realizada por Myrian Lúcia Ruiz Castilho é intitulada *Os colégios das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus no estado de São Paulo (1927-1945)* e foi defendida no ano 2000 na UNESP, campus Marília. O estudo analisou a proposta educacional oferecida por cinco colégios da Congregação em comunidades paulistas em meados do século XX, com especial atenção à educação

⁹ O quadro com os dados das Dissertações de mestrado sobre Instituições Escolares defendidas entre os anos de 2016 e 2020 no estado do Paraná está disponível no Apêndice A.

feminina, nos aspectos relacionados à formação intelectual, moral e religiosa. A pesquisa foi alicerçada em relatos orais e documentos coletados no Arquivo Provincial da Congregação. A pesquisadora chegou à conclusão de que a organização e a filosofia dos colégios eram vinculadas às necessidades do contexto social e político que se apresentava à época.

Em 2003, Therezinha Elizabeth Tofoli desenvolveu uma pesquisa intitulada *Educação feminina em Adamantina-SP: o Instituto de Educação Madre Clélia (1951-1978)*, na UNESP, campus de Presidente Prudente. A pesquisa de mestrado da autora investigou o processo de criação, instalação e transformações do ensino destinado às meninas do Colégio Madre Clélia, buscando compreender a formação das identidades das alunas, com vistas a identificar aspectos de (re) e/ou (des) construção da lógica comumente atribuída ao gênero. A autora indica que, embora a instituição, por meio de sua atuação pedagógica, estabelecesse um padrão de comportamento a ser seguido pelas meninas, muitas educandas não se limitaram a exercer as funções sociais para as quais foram treinadas – maternidade e magistério –, mas adentraram a esfera pública, espaço historicamente destinado ao gênero masculino.

Na obra *A Igreja Católica e a Educação Feminina no Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus 1936-1956*, de Fermina Cassemira de Paula e Silva Carvalho, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná em 2004, o objetivo era analisar parte da história do Colégio Normal Sagrado Coração de Jesus, a partir do recorte temporal de 1936 a 1956. Sua investigação foi pautada pelo estudo dos preceitos da educação feminina empreendidos pela instituição, sobretudo no que diz respeito aos ensinamentos cristãos católicos. A conclusão do estudo indica que o curso normal teve papel significativo na formação para a maternidade, para o cuidado com a casa e para o exercício do magistério. A preparação para tais vertentes de atuação feminina visava inculcar os princípios da doutrina cristã católica por meio da família e da escola, garantindo a “[...] permanência da Igreja Católica na sociedade” (CARVALHO, 2004, p. 133).

A tese de doutoramento de Adarzilse Mazzuco Dallabrida, defendida em 2006 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, versou sobre *As famílias com filhos deficientes e a escolha da escola: o caso do Colégio Coração de Jesus*. Nela, a autora

analisou as motivações e as expectativas das famílias que matricularam seus filhos com necessidades especiais na referida instituição entre as décadas de 1970 e 1990 na cidade de Florianópolis.

Tatiana Cavanha Santos, em sua dissertação intitulada *Formação inicial docente: a Escola Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1946-1971)*, defendida em 2006 na Universidade Tuiuti do Paraná, analisou as diretrizes curriculares propostas para a formação inicial docente entre os anos de 1946, em que foi inaugurado o Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Curitiba, e 1971, data da instituição da Lei nº 5.692/71, a respeito das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A partir da análise de documentos oficiais, relatos e fotografias, buscou analisar a memória da referida instituição.

A dissertação intitulada *O curso normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus - Araguari-MG (1930-1947)*, de Melina Brasil Silva Resende, foi apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Uberlândia em 2006. Sua pesquisa se concentrou no estudo sobre o processo de criação e consolidação do curso normal criado pela instituição e dirigido pelas religiosas da Congregação do Sagrado Coração de Maria, estabelecendo como recorte histórico os anos entre 1930 e 1947. A pesquisa demonstrou que a abertura da referida instituição estava alinhada com a proposta católica de recristianização da nação brasileira. Além disso, o curso normal trabalhou na formação feminina para a disseminação da fé católica às gerações futuras, a partir de sua atuação como mãe, esposa e professora.

A pesquisa de mestrado realizada por Vanessa Elisa Zoca, realizada em 2007 na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, é intitulada *A construção do Colégio Santo Antonio para o processo de romanização da Igreja Católica e para a manutenção da cultura italiana*. No período posterior à proclamação da República no Brasil, as relações entre Estado e Igreja Católica foram abaladas. A autora afirma que, na tentativa de reestabelecer sua força política e religiosa na sociedade, a Igreja Católica utilizou as escolas como ambientes para disseminação de sua doutrina, assim como espaço para preparação para a vida religiosa. Além disso, o estudo permitiu concluir que o Colégio Santo Antonio, mantido pelo Instituto das Apóstolas

do Sagrado Coração de Jesus, atendia aos desejos dos imigrantes italianos, seu maior público, de que a escola fosse um ambiente seguro para a educação de seus filhos.

Estela Maris Sartori Martini, em sua dissertação de mestrado intitulada *Mulheres destinadas ao êxito: trajetórias escolares e profissionais de ex-alunas do curso científico do Colégio Coração de Jesus de Florianópolis (1949/1960)* e apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina em 2011 teve como foco a investigação das trajetórias sociais das alunas egressas do curso científico da instituição, no período de 1949 a 1960. O estudo demonstrou que as famílias da elite catarinense atribuíam à instituição a função de reforçar a educação recebida no núcleo familiar. Da mesma forma, a autora indica que o êxito profissional e acadêmico das alunas egressas estava relacionado à origem social.

A dissertação de Nelson Maurilio Coelho Junior, defendida em 2013 no programa de mestrado em educação, linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina é intitulada *Relicários de um tempo: os quadros de formatura do Colégio Coração de Jesus 1922-1929 (Contribuições para o estudo da História da Educação em Santa Catarina)*. No trabalho, o autor analisou seis quadros de formatura de normalistas da década de 1920 e pertencentes ao acervo do Colégio Coração de Jesus de Florianópolis. O autor concluiu que tais objetos representam a cultura material da escola e constituem o “[...] testemunho do investimento político, institucional e pessoal engendrados pela efervescência da construção social de necessidades e crenças na formação através da educação” (COELHO JUNIOR, 2013, p. 135).

A dissertação de mestrado defendida por Ana Luíza Mello Santiago de Andrade no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina no ano de 2013 tem por título *Comemorações entre atos: o centenário do Colégio Coração de Jesus (Florianópolis, 1988-1998)*. A autora se dedicou ao estudo das crônicas escritas por ex-alunas no contexto das celebrações dos cem anos de existência da instituição, com o propósito de produzir uma narrativa oficial da história da escola. Além disso, a autora analisou as expectativas enunciadas pelo Colégio em meio às comemorações de seu centenário.

O estudo realizado por Julia Tomedi Poletto, intitulado *Colégio Sagrado Coração De Jesus, Bento Gonçalves/RS (1956–1972): Processo Identitário e Cultura Escolar compondo uma história* no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, em 2014, investigou o processo histórico do Colégio Sagrado Coração de Jesus situado na cidade de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, no período de 1956 a 1972, a partir da implementação da LDB nº 5.692/71 e das alterações referentes ao processo educativo da instituição, tendo em vista a construção do transcurso identitário e a cultura escolar característicos da escola no período investigado.

Oswaldo Luis Meza Siqueira, em seu estudo sobre o *Colégio Padre Cláudio Morelli: um locus de educação e formação de identidade “umbaraense” de 1912 a 1970*, defendido em 2014 no programa de pós-graduação em educação da Universidade Tuiuti do Paraná, defende a ideia de que uma instituição escolar representa uma cultura que lhe é própria, a qual se relaciona com o meio em que está inserida. Situada no bairro de Umbará, em Curitiba, teve sua identidade definida pelos seus moradores, compostos por imigrantes italianos. O autor defende que a chegada da escola paroquial mantida pela congregação católica italiana das Irmãs Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus contribuiu sobremaneira para a manutenção da identidade chamada de *umbaraense*.

A dissertação de mestrado cujo título é *O Colégio e a Cidade: História do Colégio São José de Bauru/SP (1926-1955)*, defendida em 2016 no Centro Universitário Moura Lacerda por Valter dos Santos Xavier, analisa a história da instituição cuja mantenedora é o Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, a partir dos condicionantes políticos e econômicos que possibilitaram sua implantação na cidade de Bauru, situada no estado de São Paulo. O recorte temporal estabelecido pelo autor foram os anos de 1920 e 1950, período em que as missionárias assumiram a direção do Colégio.

A tese de doutoramento de Nelson Maurilio Coelho Junior, defendida na Universidade do Estado de Santa Catarina em 2018, intitulada *Entre a caneta do legislador e a vigilância do inspetor: as correspondências de Elpídio Barbosa no arquivo do Colégio Coração de Jesus (Florianópolis, 1939/1949)*. Nela, o autor analisa as correspondências administrativas recebidas pela instituição, assim como outros

documentos arquivos, de modo a buscar indícios sobre como se dava o processo de escolarização catarinense em meados do século XX.

O último trabalho elencado é a dissertação de mestrado de Giuliane Ciniciato Gonçalves dos Santos, defendida em 2020 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na área de Ciência da Religião. A pesquisa intitulada *O discurso religioso da Pastoral Escolar no Colégio Sagrado Coração de Jesus-SP para crianças de três a seis anos de idade* analisou a experiência religiosa vivenciada por crianças de três a seis anos, por intermédio da prática pedagógica lúdica ministrada pela Pastoral Escolar.

A leitura de tais trabalhos, publicados entre os anos de 2000 e 2020, permitiu verificar a recorrência de duas diferentes abordagens: em primeiro lugar, a incidência do tema da educação feminina e, em segundo lugar, a relação entre a instituição escolar e a cidade em que se situa.

Nos trabalhos de Castilho (2000), Tofoli (2003), Carvalho (2004), Santos (2006), Resende (2006) e Martini (2011) perpassam a temática da educação feminina, a partir da oferta do curso Normal em instituições da Rede Sagrado. É consenso entre as autoras que o ensino ofertado pelas instituições analisadas buscava formar suas alunas na perspectiva da conformação dos papéis historicamente atribuídos ao gênero feminino, por meio da atuação como dona de casa, mãe, esposa e professora.

Os recortes temporais estabelecidos pelas autoras se concentraram entre os anos 1930 e 1978. Nesse período, dada a conjuntura histórica, econômica, social e política em que o Brasil se encontrava, às mulheres era reservado o âmbito privado, em contraponto com os homens, para os quais o espaço público dava autonomia e voz ativa. Tendo em vista a divisão sexual do trabalho, especialmente na primeira metade do século XX, recaía sobre as mulheres o exercício das funções de cuidado (não remuneradas), contribuindo com a difusão da fé cristã por intermédio da educação dos filhos. Ao homem era atribuída a tarefa de prover o lar e se responsabilizar pelos processos decisórios da sociedade, tanto no espaço doméstico, como no espaço público.

A respeito da relação existente entre as instituições escolares pesquisadas e a formação das cidades em que se situavam, Poletto (2014), Siqueira (2014), Xavier (2016) e Coelho Junior (2018) apresentaram contribuições importantes. Vale lembrar

que a articulação entre o singular (instituição escolar) e o geral (contexto histórico) é necessária ao processo de pesquisa sobre determinada instituição educativa, uma vez que comportam elementos associados à formação da sociedade. “A escola possui uma capacidade de, ao tempo em que recebe interferência do geral e do particular, exerce, também, certa influência sobre eles” (ARNAUT DE TOLEDO, ANDRADE, 2014, p. 183).

Os trabalhos de Andrade (2013), Coelho Junior (2013; 2018) e de Dallabrida (2006) trazem temáticas diferenciadas. Andrade (2013) e Coelho Junior (2013; 2018) buscaram nos arquivos escolares fontes documentais para alicerçarem seus estudos. Considerados elementos importantes no processo de pesquisa, os arquivos escolares disponibilizam as fontes que servem de base para a realização da investigação histórica.

No caso da pesquisa realizada por Dallabrida (2006), o tema escolhido difere das demais, na medida em que tem como objeto a inserção de pessoas com deficiência provenientes da elite econômica de Florianópolis no Colégio Coração de Jesus, é considerado fonte para sua pesquisa. De maneira semelhante, o trabalho de Santos (2020) se diferencia dos demais ao analisar o discurso religioso da Pastoral Familiar o Colégio Coração de Jesus situado em São Paulo, com base no carisma cleliano.

O levantamento realizado permitiu observar que, embora diversos pesquisadores tenham encontrado nas unidades da Rede Sagrado seu objeto ou fonte de pesquisa para suas investigações, nada havia sido pesquisado sobre aquela situada especificamente no município de Nova Esperança/PR. Desta forma, salientamos a necessidade de nos dedicarmos ao estudo sobre a história e a memória da instituição de ensino Colégio Coração de Jesus, em sua relação com o desenvolvimento e crescimento do município no qual está situado. Para tal, a próxima seção apresentará a história da Congregação das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus e sua chegada ao Paraná.

3 AS APÓSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

A seção apresenta a história da fundação do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, partindo da exposição de aspectos gerais da vida e da obra apostólica de sua fundadora, Madre Clélia Merloni, nascida em 1894 em Forlì, Itália. A missão evangélica iniciada pela madre ampliou-se para diferentes regiões do mundo. No Brasil, as Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus iniciaram suas atividades em 1900, motivadas pela necessidade de atender e prestar apoio espiritual aos milhares imigrantes italianos que desembarcavam no país. Estabelecidas inicialmente na cidade de São Paulo, as religiosas rapidamente organizaram a expansão de suas atividades para o estado do Paraná, onde atuaram, principalmente, na área da saúde e da educação. A seção apresenta e analisa, ainda, os princípios educativos e os valores norteadores do trabalho desenvolvido pelo Instituto na área educação.

3.1 MADRE CLÉLIA MERLONI: FUNDADORA DAS APÓSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

A história da vida e da obra de Madre Clélia Merloni foi contada por muitas biografias escritas por autores que, em sua maioria, possuem algum tipo de vínculo com o Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus ou com a vida religiosa. Os modos como os biógrafos conduziram a narrativa, em tom literário, apresentam a trajetória de vida de uma heroína. Madre Clélia Merloni é retratada como santa e, suas ações descritas com forte apelo de renúncia e abnegação, além dos sacrifícios sofridos em nome de sua missão apostólica, contudo. "[...] uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica" (LEVI, 2006, p. 176).

Por essa razão, o uso de biografias como fonte para História da Educação requer um certo cuidado¹⁰. "Quando busca ensinar aos demais por meio de uma vida-

¹⁰ Ao tratar sobre o uso do gênero biográfico para a pesquisa histórica, Borges (2008) apresenta algumas diretrizes que orientam o trato com esse tipo de fonte: "Os acontecimentos que podem ser

modelo, uma biografia não cumpre apenas um papel pedagógico, mas também político" (RUCKSTADTER, 2006, p. 22). Alguns documentos históricos possuem uma característica polivalente, como é o caso das biografias de santos, por se tratar de uma vida carregada de "[...] simbolismo religioso, posto que visam 'edificar' o fiel, mas, ao mesmo tempo, são uma fonte inestimável sobre os costumes de uma época [...]" (ARÓSTEGUI, 200, p. 495).

A mais antiga biografia localizada foi publicada no Brasil em junho de 1958, na cidade de São Paulo. Originalmente escrita em italiano pela Irmã Alda Just, o livro *Vida de Madre Clélia Merloni, Fundadora das Irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus* foi traduzido para a língua portuguesa pelo padre Eugênio Mazarotto (?-1975), com a autorização de Dom Paulo Rolim Loureiro (1908-1975), que na época ocupava o cargo de bispo auxiliar e vigário geral da Arquidiocese de São Paulo.

Em *A inexplicável Merloni* (1988), padre Afonso de Santa Cruz narra a história de Madre Clélia Merloni desde o nascimento, tratando também da criação do Instituto. De maneira semelhante, na obra *Clélia Merloni: apóstola do amor* (1992), o religioso Fidélis Dalcin Barbosa também conta a história de vida da Madre e de todo o seu apostolado. O livro faz parte da Coleção *Os Fundadores*, publicada pelas Edições Loyola, e apresenta diversas fotos que ilustram a história de Madre Clélia Merloni.

Na obra intitulada *Madre Clélia: geografia e história* (2002), o professor Muricy Domingues situou a vida e a obra da fundadora do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus no tempo e no espaço, por meio de um relato sobre o ambiente geográfico e o período histórico em que a religiosa viveu. As fontes para a pesquisa contemplaram impressos sem periodicidade, periódicos da Instituição e da comunidade leiga, fotografias e outros.

Como um grão de trigo (2017) é também uma biografia de Madre Clélia Merloni e foi escrita pelo jornalista italiano Nicola Gori, a partir de documentos da *Positio* da

vistos como menores na vida de um indivíduo são mais difíceis de ser selecionados: que detalhe enriquece a interpretação? Qual é meramente anedótico? O que pode ser visto como simbólico? O que é aleatório? Uma vida individual imbrica-se com os grandes acontecimentos de sua época, e a presença de todo o tipo de fatos (políticos, económicos, culturais etc.) é percebida na vida da pessoa; esses só devem entrar na narração do historiador biógrafo se marcaram essa vida. E ainda uma colocação importante: quando começa a nossa história? Nas origens familiares, no nascimento do biografado? E pode a morte ser considerada o final?" (BORGES, 2008, p. 221).

Causa de Beatificação da Madre. Além de narrar a história da vida e da obra da religiosa, o autor apresenta um álbum fotográfico, contendo importantes imagens históricas. O livro *Amor que não se deixa vencer* (2018) é a mais recente obra publicada sobre a vida e os ensinamentos de Madre Clélia Merloni. Escrito por Domenico Agasso Junior, o livro é dedicado aos jovens, idealizado a partir dos anseios do Sínodo dos Bispos realizado em 2018¹¹.

De maneira geral, as particularidades da ambiência característica da época em que viveu Madre Clélia não foram consideradas como elementos explicativos da singularidade da trajetória da religiosa. Ainda assim, tais obras ajudaram a tornar conhecida a história de Clélia Cleópatra Maria Merloni, retratada em sua juventude, na pintura de Giuseppe Antonio Lomuscio (Figura 1), que apresenta a expressão atribuída à religiosa: "*Confidate nel cuore di Gesù e vedrete miracoli...*", isto é, "Confie no coração de Jesus e vereis milagres...". Clélia nasceu no dia 10 de março de 1861, na cidade de Forlì, situada na região da Emília-Romanha, Itália¹².

Na segunda metade do século XIX, Forlì era a principal cidade da Província de Romagna. Tinha pertencido ao Estado pontifício até 19 de junho de 1859, quando foi anexada ao Reino da Sardenha e depois ao Reino da Itália. Em 1861, contava com 18.000 habitantes, o Município 39.000, os arredores compostos por nove Municípios, contavam quase 69.000. A Província tinha uma economia principalmente agrícola, sendo 70% da população constituída por rendeiros e operários. Havia também empregados artesanais e operários contratados nas oficinas manufactureiras, criadas entre 1850 e 1860 (GORI, 2017, p. 37).

¹¹ Entre os dias 19 e 24 de março de 2018 ocorreu a XV Assembleia Geral Ordinária "Jovens, a fé e discernimento vocacional", em Roma. A reunião pré-sinodal resultou em um documento que registra que, diante dos desafios enfrentados pelos jovens na atualidade, torna-se "[...] necessário para a Igreja examinar o modo com o qual enxerga os jovens e se compromete com eles, de modo que seja um guia eficaz, relevante e vivificante no decorrer de suas vidas". Para tanto, estabelece a difusão do evangelho por intermédio de instrumentos alinhados aos costumes e culturas dos jovens, tais como mídias sociais, artes, meditação e outros. O *Documento della Riunione pre-sinodale in preparazione alla XV Assemblea Generale Ordinaria del Sinodo dei Vescovi (Roma, 19-24 marzo 2018)*, foi publicado na Sala de Imprensa na página oficial de *La Santa Sede* (Vaticano) e pode ser acessado pelo seguinte endereço eletrônico: <http://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2018/03/24/0220.html>. Acesso em: 28 jul. 2019.

¹² De acordo com documento publicado pelo Escritório Toponímico de Forlì em abril de 2018, existe uma via pública denominada de Clélia Merloni, em sua homenagem. Tal deliberação ocorreu no dia 7 de maio de 1962. Fonte: http://www.comune.forli.fc.it/upload/forli/gestionedocumentale/odonomastica%202018%20aprile_784_4767.pdf. Acesso em: 28 jul. 2019.

Filha de Gioacchino Merloni (? – 1895) e de Maria Teresa Brandinelli (? – 1864), seus avós paternos foram Antônio Merloni e Antônia Castelli, e seus avós maternos, Pedro Sante Brandinelli e Maria Domingas Ottaviani. Antes do nascimento de Clélia, o casal perdeu prematuramente outras duas filhas, ainda bebês: Antônia Virgínia Domenica, em 15 de fevereiro de 1858, e Emília Luisa Antônia, em 3 de março de 1860¹³.

Figura 1 - Madre Clélia, Mãe e Mestra



Fonte: LOMUSCIO (2019)¹⁴

A família morava e trabalhava na casa dos Condes Merenda: Fabrício di Giuseppe e sua irmã Clélia Merenda, os quais viriam a ser os padrinhos da menina. Conforme a tradição da época, Clélia foi batizada na Catedral de Forlì no mesmo dia de seu nascimento, recebendo este nome em homenagem à sua madrinha (BARBOSA, 1992).

¹³ Embora a sede provincial do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, no Paraná, possua um vasto acervo com informações sobre a vida de Madre Clélia Merloni, não foram localizados documentos que contivessem dados referentes aos anos de nascimento e morte de seus familiares.

¹⁴ LOMUSCIO, Giuseppe Antonio. **Madre Clélia, Mãe e Mestra**. 2019. óleo sobre tela, 80 x 100 cm. Disponível em: <https://madreclélia.org/pt/pinturas/madre-clelia-mae-e-mestra/>. Acesso em: 15 ago. 2021

Clélia vivenciou diferentes arranjos familiares nos primeiros anos de sua infância. Com a saúde severamente debilitada, a mãe de Clélia morreu aos 33 anos, em 2 de julho de 1864, deixando a filha aos cuidados da avó materna, Maria Domingas. Senhora profundamente religiosa, a avó foi responsável pelos primeiros ensinamentos cristãos à menina.

Figura 2 - Casa onde morou a família Merloni em Sanremo



Fonte: Acervo do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, Curitiba.

A Figura 2 apresenta a fotografia da modesta residência localizada na via De Benedetti, número 7, em que a família Merloni viveu na cidade de Sanremo. Foi nesta casa que o pai de Clélia se casou novamente. Em 9 de julho de 1866, Gioacchino Merloni uniu-se em matrimônio com a viúva Maria Giovanna Boeri (? – 1883), que rapidamente se afeiçãoou por Clélia, auxiliando em sua educação. Diferentemente da avó e da madrasta, o pai, agora próspero industrial e detentor de vasta riqueza, não era um homem religioso. De acordo com Domenico Agasso Junior, Gioacchino Merloni

Aproxima-se da Maçonaria, obtendo evidentes vantagens, novos conhecidos, relações privilegiadas. A organização é muito poderosa, são maçons muitos dos protagonistas da vida econômica, política e social, entre os quais os construtores mais importantes da nova Itália Unificada. É abertamente inimiga da Igreja Católica, que contrasta nitidamente em todas as ocasiões e em todos os aspectos (AGASSO JUNIOR, 2018, p. 15).

Descontente com a forma como a menina vinha sendo educada, Gioacchino expulsou a avó de sua casa, deixando Clélia aos cuidados de Bianca, contratada especialmente para cumprir essa função. Em pouco tempo, Bianca assumiu o lugar de Maria Giovanna e passou a viver com Gioacchino, em concubinato.

Subordinada à nova condição à qual foi submetida, Clélia manifestou o desejo de se tornar religiosa, estabelecendo um conflito constante com o pai, que almejava que, no futuro, a filha se casasse com um marido da alta sociedade. Mas, “Clélia não quer se casar, não tem desejo de uma maternidade humana, de estabilidade econômica, de exibição pública de uma felicidade inexistente” (AGASSO JUNIOR, 2018, p. 20). Contudo, Gioacchino decidiu enviar a filha à escola, de modo a evitar os constantes embates entre ela e a nova madrasta.

Em 1872, Clélia recebeu o Sacramento da Confirmação na Basílica de San Siro, em Sanremo. Em 1876, aos vinte e dois anos de idade, entrou, como educanda, para o Instituto das Filhas de Nossa Senhora da Purificação de Maria Santíssima em Savona, onde permaneceu até 1877. Em 1883, Clélia realizou a vestição na Congregação das Filhas de Nossa Senhora das Neves, tornando-se freira¹⁵. Seu nome foi alterado para Irmã Albina. Após um terremoto na cidade onde residia, ocorrido em fevereiro de 1887, Clélia retornou à casa do pai para tratar de sua saúde.

No ano seguinte, com a saúde reestabelecida, Clélia abriu em Nevi, Gênova, um orfanato para abrigar meninas pobres, cujas despesas eram custeadas por Gioacchino Merloni. Porém, dois anos mais tarde, em 1889, o orfanato precisou ser fechado em virtude de problemas legais.

¹⁵ A Congregação das Irmãs de Nossa Senhora das Neves foi fundada em 8 de dezembro de 1843, pelo Padre Giovanni Battista Becchi (1785-1845). O carisma da Congregação é a educação da infância, e sua espiritualidade está ligada ao Sagrado Coração de Jesus (AGASSO JUNIOR, 2018).

Em agosto de 1892, Clélia entrou para a Congregação das Filhas de Santa Maria da Providência, com sede em Como, e foi recebida pelo Padre Luigi Guanella (1842-1915) (GORI, 2017). A educação das órfãs era responsabilidade de Clélia, que as ensinava “[...] catecismo, canto litúrgico, um pouco de italiano, aritmética e tarefas domésticas” (AGASSO JUNIOR, 2018, p. 26).

No inverno de 1894, Madre Clélia foi acometida de uma severa tuberculose, tendo sido desenganada pelos médicos. Os biógrafos relatam um suposto milagre do Imaculado Coração de Maria, que a teria livrado da morte. Fato é que Clélia viveu e decidiu consagrar perpetuamente sua vida à obra cristã, fundando uma Congregação dedicada ao Sagrado Coração de Jesus.

3.2 HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO DAS APÓSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

A fundação do Instituto consagrado ao Coração de Jesus aconteceu em 30 de maio de 1894, em Viareggio (Luca-Itália), na Igreja de São Francisco, onde uma cerimônia presidida pelo Padre Serafino Bigongiari, dos Frades Menores, deu início aos trabalhos da Congregação (LIMA, 2018). Na ocasião, foram apresentadas as três primeiras Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus: Madre Clélia Merloni, Ir. Elisa Pederzini e Ir. Teresita d’Ingenheim, a postulante¹⁶. No mês seguinte, no dia 11 de junho de 1894, foi celebrada a primeira vestição religiosa do novo instituto.

Inicialmente, o objetivo do Instituto era prestar assistência e educar meninas órfãs e pobres, para que pudessem ter um futuro com melhores perspectivas (GORI, 2017). Em pouco tempo a Congregação se tornou numerosa, expandindo sua atuação em novas aberturas, fundando uma casa em Via di Mezzo e outra em Via della Stella, graças à ajuda financeira do pai de Clélia.

A morte de Gioacchino Merloni, em 27 de junho de 1895, em Sanremo, ocasionou sérios problemas financeiros ao Instituto, forçando as Apóstolas a abandonarem muitas de suas obras. O infortúnio se deveu à má administração dos recursos, que estava sob responsabilidade de Dom Clemente Leoni, pároco de

¹⁶ *Postulado* consiste no período de preparação e provações que as candidatas ao noviciado devem cumprir para serem admitidas em determinadas comunidades religiosas.

Sanremo, que assistiu Gioacchino Merloni em seus últimos anos (AGASSO JUNIOR, 2018).

Todos os imóveis, todas as casas e o imponente edifício de São Ponciano, o orfanato, o asilo, tudo acaba sendo hipotecado, todos os bens do Instituto penhorados, e, com eles a atividade das Irmãs cai em descrédito geral. Em três anos, a falência é total (BARBOSA, 1992, p. 61).

A precária situação financeira em que se encontrava o Instituto foi a motivação para que duas de suas irmãs – Ir. Nazzarena Viganó e Ir. Gioacchina Heim – fossem à Piacenza solicitar autorização ao Bispo para pedir esmolas na cidade (AGASSO JUNIOR, 2018). O Bispo de Piacenza era Dom Giovanni Battista Scalabrini (1839-1905), responsável pela fundação da Congregação dos Missionários de São Carlos, em 1887, instituição dedicada ao cuidado, apoio e acompanhamento de imigrantes italianos em todo o mundo, com o envio de seus religiosos aos países de grande imigração¹⁷.

Dom Scalabrini atribuía à emigração italiana a seguinte justificativa:

A emigração, na quase totalidade dos casos, não é um prazer, mas uma necessidade inevitável. Sem dúvida há entre os emigrantes também maus elementos, vagabundos e viciados; constituem, porém, a minoria. A imensa maioria, para não dizer a totalidade dos que deixam a pátria para dirigir-se à longínqua América, não pertencem a essa espécie; não fogem da Itália por desprezarem o trabalho, mas porque é este que lhes falta, e não sabem como viver e manter a família (SCALABRINI, 1979, p. 46).

De fato, a Itália vivia um momento político e econômico bastante conturbado. As disputas territoriais, as lutas pela unificação e a industrialização do país ocasionaram uma intensa instabilidade econômica, prejudicando sobremaneira os trabalhadores rurais, os quais não puderam contar com o apoio governamental. "O aumento da produtividade e a crescente mecanização da agricultura europeia significaram menor necessidade de mão de obra, exatamente num momento em que

¹⁷ O livro intitulado "A emigração italiana na América", publicado em 1979 no Brasil foi traduzido por Redovino Rizzardo e apresenta textos escritos por Dom Scalabrini sobre o fenômeno emigratório e as ações da Igreja Católica, por meio da Associação de assistência aos emigrados italianos por ele criada.

surgia um excedente de força de trabalho" (KLEIN, 2000, p. 15). Esse cenário culminou na emigração em massa de italianos para as Américas¹⁸. De maneira geral, os movimentos migratórios são impulsionados por uma multiplicidade de causas que incluem perseguições em razão da nacionalidade, cultura ou credo religioso minoritário. O fator de expulsão que prevalece é, no entanto, a impossibilidade econômica de garantir os meios necessários de subsistência familiar.

Em 27 de dezembro de 1888, o Parlamento da Itália aprovou a primeira lei que permitia a emigração, dando início ao intenso êxodo de famílias italianas para a América¹⁹. Os esforços do governo italiano estavam voltados para resolver o problema da mão de obra decorrente da liberação do trabalho escravo e, assim, garantir que o país mantivesse a política agrária centrada na exportação. Em razão da precariedade em que viviam, a Igreja Católica buscou iniciativas que prestassem assistência a esses imigrantes italianos.

Quem poderia dar-lhes a feição de uma comunidade e não de uma pilha de estrangeiros, exceto, em primeiro lugar, um grupo como a sua igreja – que, embora em teoria fosse universal, era nacional, na prática –, uma vez que seus sacerdotes provinham do mesmo povo que suas congregações? (HOBBSAWM, 2014, p. 240-241).

Havia, porém, uma acentuada indefinição sobre o propósito a que se destinava o instituto de Dom Scalabrini, pois "[...] não ficara estabelecido com clareza se constituía uma verdade congregação religiosa, ou se era apenas uma associação de sacerdotes devotados à causa dos emigrantes italianos (AZZI, 1988, p. 13). Ainda assim, a criação de uma associação destinada ao cuidado dos interesses espirituais dos italianos emigrados nas Américas necessitava de pessoas interessadas a cumprir essa missão pastoral, por intermédio de ações que tinham como objetivos,

¹⁸ O anexo A reproduz o poema *I va in Mèrica*, escrito em 1896 pelo poeta socialista veronês Berto Barbarani (Roberto Tiberio Barbarani – Verona, 1872-1945). O poema narra as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores italianos e a decisão pelo abandono da pátria rumo às Américas (FRANCESCHETTO, 2014).

¹⁹ "Nas décadas anteriores, os debates parlamentares centravam-se formalmente na negação da liberdade de emigração, com argumentos que iam desde temor de que a perda de tantos trabalhadores faria aumentar o preço do trabalho, criando dificuldades na ainda frágil economia italiana, até os defensores da autoridade estatal, que reivindicavam à Nação o direito e o dever de dirigir o processo migratório" (TARONY, 1991, p. 10).

- 1.º - Arrancar os emigrantes à exploração descarada aos interesses de emigração, os quais, com intentos lucrativos, esmagam material e moralmente os pobres que caem em suas redes.
- 2.º - Montar uma secretaria destinada a fornecer o que for necessário para a colocação dos emigrantes que se dirigem aos portos americanos; assim, sempre que um italiano se dirige à Associação, deve encontrá-la capacitada a indicar-lhe uma atividade útil; caso contrário, deve ser dissuadido de emigrar.
- 3.º - Prestar socorros em casos de acidades ou de doença, tanto durante a viagem quanto depois do desembarque.
- 4.º - Mover uma guerra implacável – permitam-me a expressão, - contra os comerciantes de carne humana, que não sentem vergonha de recorrer aos meios mais sórdidos a fim de satisfazer sua ganância.
- 5.º - Promover a assistência religiosa durante a travessia, depois do desembarque e nos locais onde os emigrantes se estabelecerem (SCALABRINI, 1979, p. 73-74).

O encontro entre Dom Scalabrini e Madre Clélia permitiu a salvação do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus. "O Bispo disponibilizou-se a acolher as Irmãs em sua Diocese e a oferecer-lhes o apoio necessário para prosseguir a missão" (GORI, 2018, p. 73). A ajuda econômica de Dom Scalabrini estaria, portanto, condicionada à participação das Irmãs em sua obra missionária.

Para isto abraçaria todas as obras de caridade evangélica que pudessem aliviar as misérias espirituais e materiais, sobretudo dos emigrados italianos. É óbvio que o recrutamento dos elementos idôneos fosse feito na Pátria; os elementos deviam vir do povo sadio, do povo que vivia e por isto compreendia o drama dos seus filhos em terra estrangeira. Era, portanto, indispensável fazer conhecer e dilatar a obra (JUST, 1958, p. 100).

Madre Clélia Merloni aceitou a proposta e, no dia 10 de junho de 1900, foi emitido o *Decreto de Ereção da Congregação das Apóstolas Missionárias do Sagrado Coração de Jesus*²⁰. Além disso, a sede do Instituto foi transferida para Piacenza, na região noroeste da Emília Romanha. Após a morte de Dom Scalabrini²¹, em 1905, a

²⁰ A cópia do referido documento não consta entre os arquivos do acervo da sede provincial do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus no Paraná.

²¹ Dom Scalabrini foi beatificado com o título de Pai dos Migrantes, em 9 de novembro de 1997, pelo Papa João Paulo II. Na atualidade, as Irmãs Missionárias de São Carlos - Scalabrinianas, contam com 160 comunidades distribuídas em 27 países em quatro continentes: Europa, África, Ásia e América. Sua atuação social compreende também os aspectos educacionais, concretizada pela criação da Rede ESI - Educação Scalabriniana Integrada. Fonte: <<http://www.scalabriniane.org/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

casa geral do Instituto seria transferida para Alexandria, no Piemonte, sob a proteção de Dom Capecci.²²

A Figura 3 apresenta uma colagem que une fotografias de Dom Scalabrini e das irmãs pioneiras do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, Madre Clélia, Irmã Terezinha e Irmã Elisa. O apoio de Dom Scalabrini e o trabalho das religiosas tornaram o período bastante próspero para o Instituto. Em pouco tempo, o número de casas e de religiosas aumentou significativamente. A quantidade de interessadas no noviciado crescia a cada dia.

Figura 3 - Dom Scalabrini e as primeiras Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus

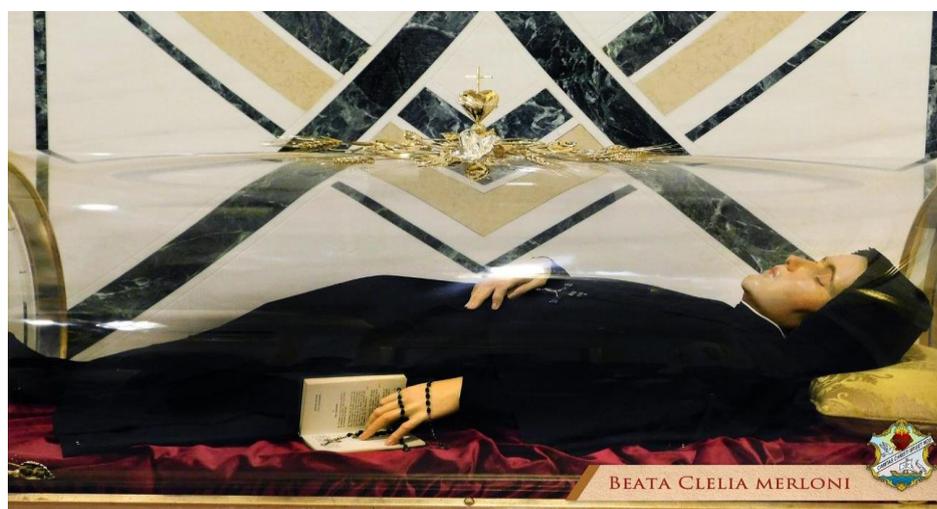


Fonte: Acervo do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, Curitiba

Apesar do progresso do Instituto, Madre Clélia, até então à frente da direção, foi compelida a se afastar. Em “[...] 28 de fevereiro de 1904, é promulgado o decreto de destituição de Madre Clélia, com a passagem do governo à Madre Marcellina Viganò” (LIMA, 2018, p. 25). As biografias da religiosa atribuem o afastamento a calúnias e acusações infundadas. Madre Clélia somente seria readmitida no Instituto em 1928, após um período de exílio.

²² “A separação oficial das duas congregações, das missionárias de São Carlos e das apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, ocorrida a 22 de setembro de 1907 graças à intervenção de d. Duarte Leopoldo e Silva [...]” (LUCHESE; MATIELLO; BARAUSSE, 2019, p. 1428).

Figura 4 - Corpo incorrupto de Madre Clélia, 88 anos depois de sua morte



Fonte: ASCJ – Roma (Itália)²³

Dois anos mais tarde, no dia 21 de novembro de 1930, a fundadora do Instituto faleceu na Casa Geral e teve seu corpo sepultado no Cemitério de Verano, em Roma. Após quinze anos de sua morte, o corpo foi encontrado intacto e transferido para a Capela da Casa Geral, em Roma. Em 23 de abril de 2018, durante o processo de beatificação, o túmulo foi reaberto e o corpo permanecia incorrupto, conforme é possível observar na Figura 4.

O Decreto de Beatificação de Madre Clélia Merloni foi assinado pelo Papa Francisco em 26 de janeiro de 2018, atestando o milagre que a torna Bem-Aventurada²⁴. A celebração de Beatificação ocorreu em Roma, no dia 3 de novembro do mesmo ano.

²³ **CORPO de Madre Clélia é colocado numa urna de vidro onde permanece em exposição na Capela da Casa Geral, Roma, Itália.** Disponível em: <https://www.ascjroma.org/internacional/pagina/226-corpo-de-madre-clelia-e-colocado-numa-urna-de-vidro-onde-permanece-em-exposicao-na-capela-da-casa-geral-roma-italia>. Acesso em: 16 ago. 2021.

²⁴ O milagre atribuído a Madre Clélia Merloni teria ocorrido no Brasil, na cidade de Ribeirão Preto/SP, em 20 de março de 1951. Um homem com diagnóstico de um tipo de paralisia progressiva chamada Síndrome de Landry havia sido desenganado pelos médicos. A partir de uma novena e do contato com uma relíquia de Madre Clélia – alguns fios do hábito que ela usava em vida, oferecidos por uma Irmã –, o paciente teria se recuperado imediatamente, surpreendendo a equipe médica. Após vinte e cinco anos do milagre, o paciente faleceu de parada cardíaca, em 25 de setembro de 1976. Mais informações sobre o milagre atribuído à Madre Clélia Merloni podem ser encontradas na página de notícias do Vaticano, disponível em:

<https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2018-01/o-milagre-que-levara-madre-clelia-merloni-a-beatificacao.html>. Acesso em: 31 jul. 2019.

3.3 A CHEGADA DAS APÓSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS AO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Em 1900, quando as primeiras irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus chegaram ao Brasil, o país vivia os seus primeiros anos de regime republicano²⁵. O processo de expansão das forças produtivas e progresso material iniciado no Império havia se intensificado a partir do advento da República, ampliando as perspectivas econômicas nacionais como em nenhum outro momento histórico. O rompimento com o ideário imperial fez com que o período republicano desencadeasse “um novo espírito”, mais condizente com a fase de prosperidade material em que o país se encontrava.

A mudança de regime ocorreu em razão de um golpe militar, sem a participação do povo, que assistiu aos acontecimentos de forma “bestializada” (PRADO JUNIOR, 1993). Essa ideia também é defendida por José Murilo de Carvalho, que afirma que a república no Brasil foi construída a partir da vitória da ideologia liberal pré-democrática, darwinista, reforçadora do poder oligárquico, e “[...] consolidou-se sobre um mínimo de participação eleitoral, sobre a exclusão do envolvimento popular no governo” (CARVALHO, 1987, p. 161).

No terreno econômico observaremos a eclosão de um espírito que se não era novo, se mantivera no entanto na sombra e em plano secundário: a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material. Isto, na monarquia, nunca se tivera como um ideal legítimo e plenamente reconhecido. O novo regime o consagrará (PRADO JUNIOR, 1993, p. 208).

A aceitação da alteração de regime político se deu de forma plena e pacífica, sem reformas importantes ou choques de opiniões. O esforço adaptativo passivo às diversas conjunturas que se apresentam historicamente faz parte da história nacional. A adequação às condições do capitalismo imperialista ocorreu, portanto, sem grandes perturbações à ordem. “Toda a nossa história, e as alterações que ela assinala, marca as etapas por um esforço de adaptação: da produção colonial ao capital comercial; da

²⁵ No período da chegada das Irmãs ao Brasil, a organização da "Igreja Católica no Brasil estava estruturada em duas províncias eclesiásticas: a Bahia, sede da Província Setentrional, e o Rio de Janeiro, sede da Província Meridional, à qual pertencia a Província Eclesiástica de São Paulo que abrangia a diocese de Curitiba" (PASQUINI, 2017, p. 130).

produção colonial ao capitalista; da produção semicolonial ao imperialismo” (SODRÉ, 1990, p. 294).

Embora a mudança para o regime republicano e a tentativa de ajustamento à nova ordem não tenham alterado substancialmente a economia nacional, Prado Junior afirma que, nesse período, “Transpunha-se de um salto o hiato que separava certos aspectos de uma superestrutura ideológica anacrônica e o nível das forças produtivas em franca expansão. Ambos agora se acordavam” (PRADO JUNIOR, 1993, p. 209).

O liberalismo econômico proporcionava oportunidades comerciais para os países economicamente subordinados. O autor defende a ideia de que a economia brasileira esteve alicerçada no fornecimento de gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais à Europa, a partir de uma relação de colonialismo, em detrimento da autonomia de uma economia essencialmente nacional (PRADO JUNIOR, 1993).

A severa crise financeira desencadeada em toda a Europa pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) impediu a Inglaterra de efetivar maiores investimentos no exterior. Contudo, a dívida externa contraída pelo Brasil com os bancos ingleses, mantinha o país subordinado às parcerias nos projetos de colonização (STECA; FLORES, 2008). A inadimplência punha o Brasil em condição de inferioridade em relação à Inglaterra, que o tratava de forma subalterna: “[...] quando não se tem dinheiro – paga-se com soberania” (JOFFILY, 1985, p. 38).

A natureza da indústria brasileira sempre consistiu, pois, no fornecimento de produtos primários para mercados exteriores. “Esta é a circunstância principal que tornará o Brasil tão vulnerável à penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a esta fase do seu desenvolvimento” (PRADO JUNIOR, 1993, p. 270). Dessa forma, o progresso material brasileiro depende da introdução e do desenvolvimento de atividades econômicas que se estejam à serviço das necessidades e dos problemas fundamentais do Brasil (PRADO JUNIOR, 1993).

Na fase imperialista do capitalismo, os países considerados atrasados foram subordinados às nações economicamente poderosas, em um processo de *dependência estrutural*, conceituado por Octavio Ianni como

[...] um aspecto importante das relações de dominação-subordinação envolvidas nas relações de tipo imperialista. Em outros termos, a dependência estrutural revela, em detalhe, a forma pela qual o imperialismo insere-se e difunde-se no interior da sociedade

subordinada; ou como se dá a interiorização das relações imperialistas, pela sociedade dependente (IANNI, 1974, p. 122).

O estabelecimento dessa superioridade garantiu aos países imperialistas a condição de parasitas, síntese de um modo de produção em decomposição. Em *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, publicado originalmente em 1917, Vladimir Lenin definiu esta etapa do capital como o

[...] estágio de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu marcada importância; em que a partilha do mundo pelos trustes internacionais começou; em que a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes terminou (LENIN, 2012, p. 124-125).

Os monopólios imperialistas aqui instalados afetaram diretamente o país, uma vez que seus interesses são o elemento principal e o fator decisivo para o desenvolvimento econômico nacional. No Brasil, o imperialismo explorou intensamente a riqueza nacional, a fim de se apropriar da mais-valia do trabalho, produzindo transformações profundas nos âmbitos político, econômico e social (PRADO JUNIOR, 1993).

Embora tenha estimulado o desenvolvimento de atividades de energia e favorecido o progresso econômico no país, a produção de insumos destinados ao comércio internacional continuava a ser a principal base econômica brasileira, tornando evidente a incompatibilidade entre o progresso material e a dinâmica de vida da população.

Considerada do ponto de vista geral do imperialismo, a economia brasileira se engrena no sistema dele como fornecedor de produtos primários, cuja venda nos mercados internacionais proporciona os lucros dos trustes que dominam aquele sistema. Todo funcionamento da economia brasileira, isto é, as atividades econômicas do país e suas perspectivas futuras, se subordinam assim, em última instância, ao processo comercial em que os trustes ocupam hoje o centro (PRADO JUNIOR, 1993, p. 328).

Assim, por ser um dos principais fornecedores de matérias-primas do mercado mundial, as atividades econômicas do Brasil foram estimuladas, em grande parte, pelo financiamento internacional. Era “[...] um sistema grande, mas frágil, extremamente

vulnerável pela sua dependência do exterior” (SODRÉ, 1990, p. 295). Dessa forma, os empreendimentos imperialistas representam para o Brasil um reforço da condição de país colonizado (PRADO JUNIOR, 1993). “A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país [...]” (PRADO JUNIOR, 1993, p. 270).

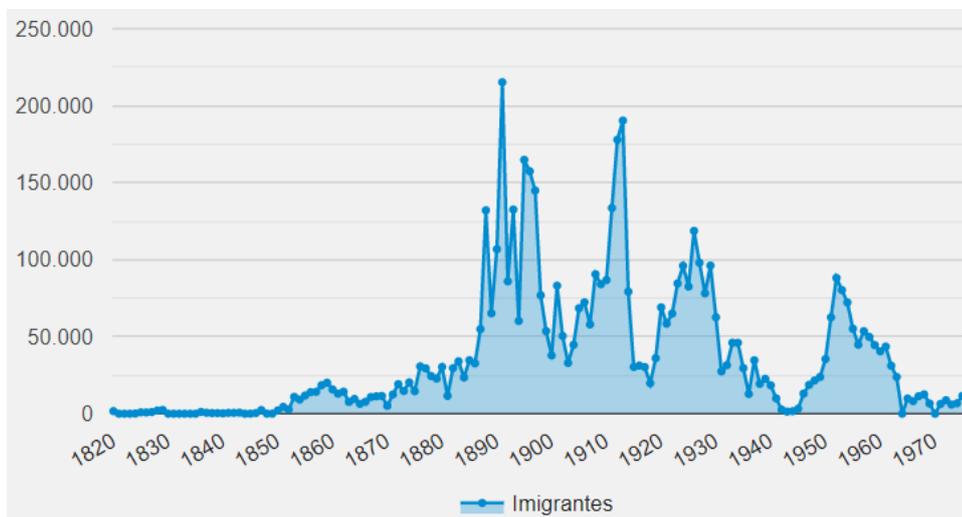
Os interesses comerciais estrangeiros, atuando no país logo após a Independência, se intensificaram na medida em que filiais de grandes bancos estrangeiros (ingleses, alemães, franceses norte-americanos e outros) se instalaram no país, participando ativamente dos setores fundamentais da economia brasileira (PRADO JUNIOR, 1993).

A conjuntura interna brasileira era favorável a esse cenário. A abolição da escravidão desimpediu o desenvolvimento do trabalho livre, ao mesmo tempo em que um grande contingente de imigrantes, especialmente os italianos, desembarcava no país, constituindo a mão de obra necessária – abundante e barata – naquele momento, especialmente para a agricultura, que se expandia sem encontrar entraves.

A chegada em massa de imigrantes italianos somente foi possível em razão da aprovação de uma política unitária para a introdução de estrangeiros no Brasil, resultado de uma forte pressão exercida por grandes proprietários de terras interessados na força de trabalho de baixo custo. A Lei nº 28, de 29 março de 1884, garantia que o governo imperial brasileiro se responsabilizasse pelas despesas de metade das passagens dos imigrantes e também pelo traslado integral dos colonos até os núcleos (ALVIM, 2000).

Os dados apresentados no gráfico a seguir permitem identificar dois grandes picos de imigrantes que chegaram ao Brasil. O primeiro grupo, composto por 215.239 estrangeiros, entrou no país em 1891, poucos anos após a promulgação da Lei nº 28/1884. Em 1913, pouco antes do rompimento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), emigraram 190.343 pessoas de diferentes nacionalidades com destino ao Brasil.

Gráfico 1: Número de imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1820 e 1970



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 225.

A maioria dos imigrantes era composta por jovens solteiros do sexo masculino que se sujeitavam a trabalhar em precárias condições em troca de uma baixa remuneração, mas, havia também o esquema de imigração familiar, no qual todos os membros da família – incluindo mulheres e crianças – eram incorporados na dinâmica de trabalho na lavoura cafeeira (KLEIN, 2000). Conforme apresentado na Tabela 6, os imigrantes italianos representavam mais da metade da população de origem estrangeira que chegou ao Brasil entre os anos de 1884 e 1903, período da instalação da congregação no país.

Tabela 6 - Número de imigrantes italianos no Brasil entre os anos de 1884 e 1959

	Total de imigrantes	Imigrantes italianos	%
1884-1893	883668	510533	57,8
1894-1903	852110	537784	63,1
1904-1913	1006617	196521	19,5
1914-1923	503981	86320	17,1
1924-1933	717223	70177	9,8
1945-1949	80424	15312	19,0
1950-1954	338726	59785	17,6
1955-1959	247944	31263	12,6

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2000)

Dentre os imigrantes que chegaram em São Paulo, local escolhido para o estabelecimento inicial da Congregação, a maior parte é composta por italianos (34,64%), seguidos dos espanhóis (16,10%) e dos portugueses (13,73%), os quais contribuíram para o crescimento populacional do país (LEVY, 1974)²⁶. A escolha certamente não se deu de forma aleatória. As primeiras irmãs do Sagrado Coração de Jesus que desembarcaram no Brasil, em 1900, encontraram terreno fértil para prestarem assistência aos imigrantes italianos, ação missionária idealizada por Madre Clélia Merloni.

A ideia das Irmãs migrarem para o Continente Americano nasceu de dois aspectos: a) a necessidade de acompanhar os emigrantes italianos que deixavam seu país e necessitavam de uma forte assistência espiritual; e b) para a abertura de escolas que possibilitassem a manutenção da cultura cristã local (DOMINGUES, 2002, p. 81).

As primeiras seis irmãs chegaram ao Brasil no dia 18 de setembro, à cidade de São Paulo, com o objetivo de "[...] dedicar as energias e a vida à causa dos Emigrados" (JUST, 1958, p. 91). São elas: Irmã Eliza Pederzini (Superiora), Irmã Assunta Bellini (Vice-superiora), Irmã Maddalena Pampana, Irmã Carmela Tomedi, Irmã Agnese Rizzieri e Irmã Antonietta Fontana (GORI, 2017). Desembarcaram no Porto de Santos e se dirigiram ao Orfanato Cristóvão Colombo, no bairro do Ipiranga em São Paulo. Dois meses mais tarde, outro grupo de Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus seria designado a ampliar a missão, desta vez no estado do Paraná.

3.4 AS APÓSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS NO ESTADO DO PARANÁ

²⁶ "No total de cem anos [1872-1972], portanto, entraram no Brasil pelo menos 5.350.889 imigrantes, [...] dos quais 31,06% de origem portuguesa, 30,32% de italianos, 13,38% de espanhóis, 4,36% de japoneses, 4,18% de alemães, e ainda 16,42% de outras origens não especificadas" (LEVY, 1974, p. 55).

No Paraná, o Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus encontrou um vasto terreno para sua atuação. Localizado em um país onde a maioria da população se declarava católica, o Paraná não fugia à regra. Os censos demográficos entre as décadas de 1900 e 1970 registram a profissão da fé católica em torno de 90% do contingente populacional, conforme dados sistematizados na Tabela 7.

Tabela 7 - Dados sobre declaração de religião no estado do Paraná

Censo	Total de habitantes	Católicos Romanos	%	Protestantes	%	Outras ou Sem religião ²⁷	%
1900	327.136	291.365	89%	8.775	3%	26.996	8%
1920 ²⁸	685.711	-	-	-	-	-	-
1940	1.236.276	1.156.484	94%	43.858	4%	35.934	3%
1950	2.115.547	1.943.229	92%	95.546	5%	76.772	4%
1960	4.263.721	3.889.135	91%	226.038	5%	148.548	3%
1970	6.929.821	6.229.101	90%	509.668	7%	191.032	3%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1900, 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970

O contexto era marcado pela tentativa de ajustamento do Brasil à nova ordem mundial, que seria propiciado por intermédio da educação, considerada uma alavanca para o desenvolvimento material e progresso dos países subordinados às grandes nações civilizadas. Nesse projeto de consolidação da sociedade burguesa, a Igreja Católica teve um importante papel. Sua função ideológica seria exercida também por intermédio do ensino.

A educação e a instrução deviam servir, não só de marca registrada da classe média urbana em formação, mas ao mesmo tempo como um sinal distintivo desse segmento populacional, estabelecendo-se pouco a pouco, não só a separação material, mas também cultural, com relação às camadas populares dos camponeses e operários (AZZI, 2008, p. 72).

²⁷ O Censo Demográfico do Estado do Paraná de 1920 não apresentou dados relacionados à religião dos habitantes.

²⁸ **1900** = Espíritas - 0; Ortodoxos - 521; Israelitas - 17; Outras religiões - 1.881; Sem religião ou Sem declaração de religião - 24.577 / **1940** = Espíritas - 9.421; Ortodoxos - 8.049; Israelitas - 1.033; Outras religiões - 13.484; Sem religião ou Sem declaração de religião - 3.947 / **1950** = Espíritas - 26.230; Ortodoxos - 5.083; Israelitas - 1.340; Outras religiões - 32.043; Sem religião ou Sem declaração de religião - 12.076 / **1960** = Espíritas - 36.870; Budistas - 35.650; Ortodoxos - 5.390; Israelitas - 4.656; Monetanos - 1.146; Outras religiões - 45.951; Sem religião ou Sem declaração de religião - 17.885 / **1970** = Espíritas - 35.715; Outras religiões - 128.085; Sem religião ou Sem declaração de religião - 27.232 (Fonte: IBGE).

A questão da escola pública e da educação popular estava posta e dela dependeria a manutenção da ordem social sob os moldes do capitalismo. “Modernizar e civilizar, eis a dupla tarefa da burguesia no aprimoramento ou mesmo na continuidade do desenvolvimento da ordem capitalista” (MURASSE, 2006, p. 280).

No dia 2 de novembro de 1900 vieram Irmã Giuseppina d’Ingenheim, Irmã Irene Viganò, Irmã Carolina Squassi e Irmã Eufrosina Invernizzi, com destino a Curitiba, acompanhadas pelo Padre Francisco Brescianini. Após vinte e nove dias de viagem marítima, as irmãs se instalaram no bairro de Santa Felicidade, que foi fundado por colonos italianos, para assumirem o comando da escola paroquial, a convite do Pe. Francesco Brescianini, pároco da Paróquia São José e Santa Felicidade, administrada pelos Missionários Scalabrinianos²⁹.

Naquela época, cada núcleo étnico era responsável pela preservação das características próprias de sua nacionalidade, pois, “a manutenção de formas ancestrais entre os imigrantes não é tributária apenas ao isolamento étnico que favorecia a permanência do idioma e das tradições” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 55). Além das escolas laicas e das escolas de imigrantes, a educação no período relativo à Primeira República (1889-1930) foi ofertada por muitas instituições confessionais provenientes dos países de origem dos imigrantes.

Embora houvesse diversas escolas protestantes, a maior parte das instituições era mantida por congregações religiosas católicas que, em sua maioria, se alojavam nas proximidades dos núcleos de imigrantes ou em lugares de prestígio (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001).

É o caso das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus que, a princípio, os dois primeiros grupos missionários instalados no Brasil formavam um só Vicariato Apostólico³⁰. No decorrer dos anos, a sede provincial alternou entre São Paulo e Curitiba. Em 1958, as casas foram definitivamente divididas em Província de São

²⁹ Não foram localizadas informações sobre nascimento e morte do Pe. Francesco Brescianini, missionário scalabriniano que esteve à frente da Paróquia São José e Santa Felicidade entre os anos de 1895 e 1906.

³⁰ Vicariato Apostólico é um tipo de província eclesiástica que abrange uma determinada área pastoral. Sua função é servir como instrumento evangelizador descentralizado.

Paulo e Província do Paraná, sob os cuidados de Madre Nazarena Viganò e Madre Melânia Galli, respectivamente³¹.

Desde a chegada dos Padres Carlistas ao Paraná, havia o projeto de fundação de um colégio de Irmãs, cuja direção deveria ser confiada a religiosas vindas da Itália. A ideia partira do bispo de Curitiba, D. José de Camargo Barros, que desejava pelo menos três Irmãs, para formar uma comunidade religiosa feminina, em Santa Felicidade. O Padre Carlista, Francisco Brescianini, ocupou-se desta tarefa e construiu uma grande casa que serviria de residência para as Irmãs e ao mesmo tempo de escola paroquial, voltada à educação feminina. O Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus aceitou o desafio missionário (INSTITUTO DAS APÓSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1999, p. 11).

Em pouco tempo, a primeira escola foi fundada em meio a uma conjuntura de grande precariedade. Agasso Junior narra a carência estrutural do empreendimento: “Na realidade, não há sequer os bancos escolares; falta tudo, de livros a outras ferramentas didáticas” (AGASSO JUNIOR, 2018, p. 74). O método pedagógico e o programa curricular utilizados pelas irmãs seguia os modelos vigentes na Itália, isto é, as atividades eram pautadas no método Montessori, com o acréscimo do ensino de Língua Portuguesa, História e Geografia do Brasil (LIMA, 2018, p. 51). Na época, foram atendidas mais de sessenta meninas, filhas de imigrantes italianos pobres vindos principalmente da região do Vêneto.

Há uma conexão entre o intenso movimento migratório e a campanha pela escola pública no Brasil do final do século XIX e início do século XX, pois ambos são indicativos de uma ruptura no desenvolvimento da sociedade burguesa.

O movimento e a campanha sinalizam a primeira grande crise de superprodução capitalista, gerada nas metrópoles europeias, que estabeleceu a necessidade histórica do reordenamento internacional das relações burguesas e comandou a ampliação do mercado mundial, visando, principalmente, às antigas colônias para drenar seus excedentes de riqueza (capital e trabalho). O Brasil, bem como os demais países, deveria absorver todos esses excedentes (MURASSE, 2006, p. 279-280).

³¹ Atualmente, embora a sede da Província do Paraná seja localizada na cidade de Curitiba, suas ações compreendem também os estados do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Sua vice-província está sediada em Buenos Aires, e abrange os países de língua espanhola da América Latina: Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina.

A reorganização da sociedade para conduzir o progresso material (científico e técnico) e o progresso moral, dependeria da modernização dos métodos produtivos, via industrialização, e da criação de uma civilização universal, que seria alcançada por meio da difusão da educação pública para todos (MURASSE, 2006).

Se, em meados do século XIX, a mecanização da grande indústria não requeria especialização por parte dos trabalhadores, a nova ordem material estabeleceu uma nova mentalidade, que exigia o aprimoramento político e moral. Portanto, era preciso lutar pela educação. O Paraná, por seu turno, já o fazia desde o período provincial.

Durante o período de 1853 a 1889 houve um avanço significativo no desenvolvimento do aspecto legal da educação. Porém, o ensino não foi efetivamente estruturado, pois, “embora o discurso priorizasse a educação, as medidas tomadas no âmbito das leis não tinham força para mudar as reais condições sociais e econômicas” (MIGUEL, 2006, p. 202). Além disso, a autora afirma que a população, de modo geral, não demonstrava interesse em educar seus filhos, por não considerar a educação um elemento capaz de promover sua prosperidade material.

A chegada das irmãs apóstolas e a conseqüente fundação de escolas para meninas no início do século XX pode ser entendida como uma estratégia para suprir a lacuna de formação no período, especialmente em relação à educação feminina. “Os colégios femininos contribuíram de forma expressiva para o abandono da antiga mentalidade rural, para a adoção das normas da sociedade emergente” (AZZI, 2008, p. 90). No quadro 1, a seguir, estão indicadas as instituições educativas mantidas pelo Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus no Paraná, desde a Escola Imaculada Conceição, criada em Curitiba em 1900.

Quadro 1 - Instituições Educativas mantidas pelo Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus no Paraná

Nome da Instituição	Cidade	Fundação
Escola Imaculada Conceição	Curitiba	1900
Colégio Sagrado Coração de Jesus	Curitiba	1915
Escola Santa Teresinha do Menino Jesus	Curitiba	1956
Escola Social Madre Clélia	Curitiba	1957
Colégio Coração de Jesus	Nova Esperança	1959
Escola Sagrado Coração de Jesus	Ponta Grossa	1963
Escola Social Clélia Merloni	Florestópolis	2002
Escola Social Coração de Jesus	Piraquara	2007
Centro de Educação Infantil Padre Carlos Zelesny	Ponta Grossa	2008

Fonte: Informações coletadas na página oficial do Instituto. Disponível em: <http://www.redesagradosul.com.br/unidades-educacionais>. Acesso em: out. 2019.

Era necessário prover uma educação que facilitasse a inserção feminina na sociedade urbana civilizada, pautada pelos moldes burgueses de comportamento. Além de uma educação diferenciada, era necessário oferecer uma formação elevada também nos aspectos comportamentais e morais àquelas que seriam as responsáveis pela educação dos filhos da elite econômica. Para tanto, a educação empenhada nas escolas mantidas pela Congregação deveria aliar uma ampla formação cultural a uma reta e consistente formação moral, temática que será tratada a seguir.

3.5 *CARITAS CHRISTI URGET NOS*: PRINCÍPIOS EDUCATIVOS E VALORES DO APOSTOLADO

O trabalho educativo desempenhado pelas irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus no Brasil – no qual se insere a atuação do Colégio Coração de Jesus de Nova Esperança, objeto de estudo desta tese – remonta a uma atividade apostólica de evangelização que está presente no país desde os tempos coloniais. Os elos entre a religião católica e os processos educativos no Brasil remetem à chegada dos portugueses e a instalação da pedagogia jesuítica.

Do ano de 1442 até o fim do século XVI, a relação entre a Igreja e o Estado português era imbricada por uma espécie de simbiose, ratificada pelo regime de

padroado, no qual "[...] a fé católica foi incorporada ao Estado, e o monarca passou a ser considerado, a partir de então, protetor da Igreja" (MOURA, 2000, p. 19). O que motivou a união entre tais instituições em um esforço conjunto era o avanço do protestantismo, que punha em risco tanto o comando imperial quanto a hegemonia da fé católica. Sob este regime, o governo português tornava a religião católica oficial e obrigatória na nação. "Tendo obtido para si o título perpétuo de grão-mestre da Ordem de Cristo, os reis de Portugal passaram a exercer nas colônias e terras de conquista o pleno domínio político e religioso" (HOORNAERT *et al.*, 2008, p. 162). De acordo com o autor, "O padroado é sinal do sistema colonial, expressão prática do colonialismo em termos de instituição religiosa" (HOORNAERT *et al.*, 2008, p. 39).

O direito de padroado foi cedido pelo papa ao rei português com a incumbência de promover a organização da Igreja nas terras "descobertas", de sorte que foi por intermédio deste Padroado que a expansão do catolicismo no Brasil foi financiada (HOORNAERT, 1984, p. 12).

O Brasil consistia em um dos mais lucrativos negócios de além-mar e o estabelecimento do padroado permitiu a instrumentalização da Igreja Católica no país³². O regime de padroado aplicado nas terras brasileiras funcionou como uma espécie de "roubo institucionalizado", uma vez que o que saía do país em benefício de Portugal voltava "[...] em termos de doações, privilégios, subsídios, 'verbas', sempre precárias e provisórias, sempre vexatórias" (HOORNAERT *et al.*, 2008, p. 39).

É neste contexto que, no Brasil, a obra missionária empreendida pelos padres jesuítas extrapolou os limites da conversão catequética dos nativos e perpassou a constituição das bases da iminente nação. A atividade educativa tornava-se, então, um instrumento decisivo para a formação do homem cristão e civilizado. No processo civilizatório dos nativos, obstavam dificuldades como a existência de "[...] pajés feiticeiros, as antigas crenças e tradições, os vícios da poligamia e da antropofagia, o excesso no beber, as contínuas guerras de vingança, a pouca constância e falta de sujeição" (ROMAG, 1941, p. 131).

Durante o regime do padroado, embora a Igreja estivesse submetida ao Estado, as autoridades civis não coíbiam a ação educativa empreendida pelas ordens e

³² O padroado foi oficialmente reconhecido no Brasil a partir publicação da bula *Super Specula*, em 1551, que instituía a criação da primeira diocese no país, em Salvador (MOURA, 2000).

congregações religiosas, as quais assumiram com os jesuítas a liderança absoluta do campo educacional brasileiro. Esse cenário perdurou até a primeira metade do século XVIII, período em que se "[...] respirava as novas ideias de enciclopedismo e do iluminismo, com tendências anticatólicas e antijesuíticas" (HOORNAERT *et al.*, 2008, p. 221).

Se ao regime do padroado interessava financiar as obras missionárias capitaneadas por homens, com vistas no retorno em termos políticos, o mesmo não ocorria em relação aos conventos femininos, cuja construção e manutenção dependiam do financiamento do setor privado (HOORNAERT, 1984)³³.

Outro fator deve ser considerado sobre o predomínio de ordens masculinas em expedições missionárias. Naquele momento, vigorava uma concepção de mulher pautada na subalternidade e inferioridade em comparação ao homem. Se, no âmbito familiar à figura feminina restava a tarefa de cuidar da casa, dos filhos e do marido, "analogamente, não se concebia na época a mulher religiosa senão perpetuamente fechada dentro dos muros do claustro ou do convento, numa dependência total da superiora" (HOORNAERT *et al.*, 2008, p. 223). Assim como no espaço privado do lar, no qual historicamente a mulher cumpre a função de cuidadora, a instituição cristã também foi sustentada pelo alicerce do trabalho feminino executado nos diferentes espaços eclesiais, nas ações de evangelização e na animação das comunidades e, principalmente, nos cuidados básicos como alimentação, limpeza e saúde (HOORNAERT, 1984).

Data do século XVII a primeira iniciativa efetiva de organização da vida religiosa feminina no Brasil, com a fundação de três recolhimentos, situados na Bahia, no Rio de Janeiro e em São Paulo, para onde eram encaminhadas as mulheres que desejavam dedicar suas vidas à religiosidade (HOORNAERT *et al.*, 2008). "O recolhimento do Desterro da Bahia constituiu-se na primeira casa religiosa feminina no Brasil, pois vieram religiosas professoras diretamente de Portugal para organizar o convento nos padrões de vida religiosa europeia" (HOORNAERT *et al.*, 2008, p. 223).

Esses conventos eram instituições urbanas altamente elitistas, cujo público era formado por jovens que recebiam acesso à cultura letrada e dedicavam seu tempo à

³³ Até o fim do século XVI, três grandes ordens de tradição medieval chegaram ao país: os beneditinos (Salvador, 1581), os carmelitas (Paraíba, 1579) e os franciscanos (São Paulo, 1596) (HOORNAERT *et al.*, 2008).

vida contemplativa (HOORNAERT, 1984). Os recolhimentos também exerciam uma função reguladora da sociedade. Nessa época, "muitos senhores proprietários conseguiram 'guardar' suas filhas nos conventos, já que o casamento delas ameaçava retalhar as propriedades" (HOORNAERT, 1984, p. 74).

Em 1759 ocorreu a expulsão dos padres jesuítas a partir de uma ação arquitetada por Marquês de Pombal (1699-1782) que, inspirado pelos ideais do século das luzes e pelas novas ideias sobre educação, almejava instituir o ensino laico. Ocorre que as ideias pombalinas não se efetivaram e, somadas ao descaso das autoridades públicas, submeteram a educação do Brasil a um período de severa decadência marcado por "descontinuidade, improvisação, amadorismo e falta absoluta de senso pedagógico [...]" (MOURA, 2000, p. 71).

Essa dificuldade de adequar-se ao projeto reformista de Marquês de Pombal pôs a cultura brasileira em crise, impulsionou a intelectualidade brasileira a criarem polos de cultura e academias literárias em diferentes regiões do país, contribuindo para a difusão das ideias iluministas e liberais.

Para que de fato o reino lusitano pudesse iniciar o desenvolvimento econômico, uma das condições básicas era que o país se abrisse culturalmente para as novas conquistas da ciência. Era necessário, enfim, deixar a cultura preponderantemente acadêmica ministrada nas escolas jesuítas e dar um novo rumo ao estudo universitário no país (AZZI, 1991, p. 46).

A forma como a Igreja estava estruturada institucionalmente no Brasil não permitiu uma reação ao despotismo pombalino: com poucas dioceses e sem condições de arregimentar novos elementos para o trabalho educacional, a liberdade para a instalação de ordens e congregações religiosas no Brasil tornava-se cada vez mais restrita (MOURA, 2000). Essa situação não impediu, porém, que a Igreja Católica continuasse sua atuação no campo educacional ao longo de todo o Império (1822-1889).

A separação completa entre o Estado e a Igreja Católica ocorreria apenas com a instauração da República, em 1889. No dia 7 de janeiro de 1890, o Decreto nº 119-

A extinguiu o regime do padroado no Brasil e, assim, o catolicismo deixou de ser a religião oficial do país³⁴.

Ao mesmo tempo foi decretada completa liberdade de cultos, secularização dos cemitérios, laicização do ensino nas escolas públicas, casamento civil como única base da constituição da família, negação dos direitos políticos aos religiosos, confirmação da lei pombalina que excluía os jesuítas e a vedação de novos conventos ou ordens religiosas (ROMAG, 1941, p. 280).

A implantação do ensino leigo significava a perda de uma importante esfera de poder da Igreja Católica. “A instituição católica apostou na educação das classes dirigentes e centrou nelas o melhor de seus esforços na certeza de que, através delas, encontraria um canal adequado para influir na construção da sociedade” (AZZI, 2008, p. 108).

Tal panorama levou a Igreja Católica a um processo de reestruturação institucional, organizando um intenso trabalho de difusão de sua cristandade, como meio de recuperar o seu poder como religião dominante. Tornava-se necessário, portanto, que a Igreja se adaptasse aos novos tempos. A esse movimento de "renascimento do catolicismo como força social", estruturado a partir da instauração do Estado laico e republicano brasileiros (ROMANO, 1979, p. 12).

Na tentativa de manter sua influência na educação, muitas congregações masculinas e femininas chegaram ao Brasil, implantando redes escolares em todo o país. Para além da educação, a formação de novas congregações religiosas femininas, a expansão das atividades da Igreja Católica no decorrer do século XIX estava alicerçada no

[...] no desejo de revigorar o sentimento religioso feminino e de fazer amadurecer na mulher católica uma maior consciência do próprio papel e de suas tarefas familiares. Outra finalidade foi a de proteger dos “graves perigos” aos quais era exposta a família por desprendimento dos vínculos tradicionais e pelos fenômenos de desagregação produzidos pelos processos de modernização

³⁴ Durante o regime imperial brasileiro, a relação entre Igreja e Estado se expressava no artigo 5º da Constituição Política do Império do Brasil, promulgada em 1824 pelo imperador Dom Pedro I (1798-1834), que afirma, em seu artigo 5, que a "A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo" (BRASIL, 1824).

econômica e social, urbanização, expansão capitalista, além da secularização dos modos de pensar e dos costumes (LUCHESE; MATIELLO; BARAUSSE, 2019, p. 1422).

É mediante tal contexto que as Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus expandiram seu campo de atuação. Na atualidade, a congregação está presente em 15 países: Albânia, Argentina, Benim, Brasil, Chile, Estados Unidos, Filipinas, Haiti, Irlanda, Itália, Moçambique, Paraguai, Portugal, Suíça e Uruguai. As ações de sua obra de missão compreendem as seguintes áreas: Educação, Saúde, Serviço de Pastoral e Promoção Humana e Social, além das ações “*ad extra*”³⁵.

Com a sede geral situada em Roma desde 1916, o Instituto está organizado em cinco províncias e duas vice-províncias, são elas: Província Itália Setentrional, com sede em Milão; Província Itália Centro-Sul, com sede em Barí; Província dos Estados Unidos, com sede em Hamden; Província do Paraná, com sede em Curitiba e Província de São Paulo, com sede em São Paulo. Há, ainda, a Vice-Província Cone Sul, com sede em Buenos Aires (Argentina) e a Vice-Província Centro-Norte do Brasil, com sede em Brasília.

O trabalho realizado pelas Irmãs Apóstolas é norteado pelo carisma³⁶ da Congregação fundada por Madre Clélia, que consiste na missão de propagar o amor ao Coração de Jesus. A evangelização promovida pelas irmãs prevê uma ação reparadora, que as aproxime do exemplo dos Apóstolos de Cristo. "No caso do carisma cleliano, cada indivíduo é chamado a ensinar com o coração, ou seja, com ternura e amabilidade, o que inclui a correção, mostrando o que é certo naquilo que se refere à moral cristã, à cidadania e à ética" (SANTOS, 2020, p. 17).

No campo educacional, definido pelo carisma cleliano, o trabalho pedagógico do Instituto se baseia em valores humanistas e cristãos, buscando desenvolver a capacidade cognitiva, a criatividade, a intuição e os sentimentos. Essa *pedagogia cleliana* não se trata de um método de ensino sistematizado, mas consiste em

³⁵ Na área da saúde, as obras da Província do Paraná compreendem ações de recuperação física e espiritual dos enfermos, prestando serviços em diferentes hospitais no Paraná e em Santa Catarina. No que se refere ao serviço pastoral e de promoção humana e social, as atividades das Apóstolas são realizadas em diversos centros pastorais e comunidades.

³⁶ De acordo com o dicionário Michaelis (2021), o termo carisma provém do grego *khárisma* e apresenta dois significados de origem teológica: "1. Dom da graça de Deus; 2; Dom extraordinário de Deus concedido a pessoas ou grupo de pessoas com grande fé religiosa, para trabalhar em favor da comunidade".

fundamentos morais orientadores do trabalho educativo desempenhado pela congregação.

O documento intitulado *Educandato delle Suore Apostole del Sacro Cuore*³⁷ (Anexo B), cujo conteúdo encontra-se transcrito na íntegra a seguir, foi escrito na época de fundação do Instituto e apresenta os princípios formativos fundamentais do internato feminino erigido por Madre Clélia Merloni.

**EDUCANDATO DELLE SUORE APOSTOLE DEL SACRO CUORE
VIAREGGIO (TOSCANA)**

Poco distante dalla stazione ferroviaria in amena posizione, trovasi un grandioso palazzo con ampie sale e bem ombreggiato giardino chiamato ISTITUTO DEL SACRO CUORE. L'aria pura, la vigilanza materna con cui sono tenute le fanciulle questo Istituto, offre alle educande il campo di arricchire la mente ed irrobustre le forze vitali.

Questo Istituto, il quali da all' istruzione delle giovinette, tutto lo sviluppo che esigono le famiglie, ha per iscopo di procurar loro una educazione modesta e semplice, ma solida e completa. Si cerca di non lasciar loro ignorare nulla tutto cio che è necessario o veramente utile alla donna cristiana, soprattutto quando essa deve esercitare una certa influenza colle perone che la circondano. Così la Religione studiata in tutte le sue parti e praticata nei doveri ch'essa impone come nelle virtù ch'essa ispira.

La Lettura non solamente corretta, ma facile e sentita: la Scrittura colle sue forme variate e la sua pronta esecuzione: la Grammatica abbastanza compresa onde evitare errori di pronunzia e di ortografia: la Storia e la Geografia studiata in modo che esse non rimangono straniere ne ai tempo, nè ai luogi, nè ai personaggi che devono conoscere; l'Aritmetica nelle sue regole applicabili agli nsi ordinari della vita e così pore-a qualche relazione di commercio. Così delle nozioni di Litteratura, di Storia Naturale, di Fisica e di Mitologia, secondo la forza della classe a cui appartengono. Il cucito, il rammendo, il ricamo, in una parola tutti i diversi lavori indispensabili al buon

³⁷ O documento *Educandato delle Suore Apostole del Sacro Cuore* foi encontrado nos arquivos do Centro Histórico Madre Clélia Merloni, em Curitiba, em meio a outros materiais relacionados à vida da fundadora do Instituto. Embora não tenha sido possível localizar informações como data de emissão, finalidade e autoria, o documento constitui uma fonte importante para a compreensão dos princípios educativos que orientaram o trabalho pedagógico da congregação.

andamento di una casa onde educare le giovanette all'ordine ed all'economia domestica, nonchè alla civiltà.

Ecco ciò che forma il fondamento obbligatorio dell' educandato delle SUORE APOSTOLE DEL SACRO CUORE.

Si veglia attentamente alla salute delle alunne; in caso di malattia se ne dà subito avviso ai Genitori, i quali, senza v'eruma difficoltà, possono visitare le lore figlie all'infermeria.

No documento, o Educandário é descrito como um espaço amplo e agradável, adequado ao enriquecimento da mente das jovens mantidas pelo Instituto. Empreendida sob uma "*vigilância maternal*", a formação ofertada estaria alinhada às exigências da família, isto é, "*uma educação modesta e simples, mas sólida e completa*"³⁸. A figura 5 é ilustrativa do que seria esse olhar de vigilância maternal referido no documento. A fotografia da esquerda apresenta duas religiosas e quatro meninas, todas ajoelhadas, no que parece ser um momento dedicado à oração. À direita, uma menina deitada, aparentemente doente, recebe cuidados de uma irmã do Instituto.

Figura 5 - Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus em Piacenza (1900)



Fonte: Acervo do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, Curitiba

³⁸ Os excertos destacados em itálico são fragmentos, em tradução livre, do texto em análise.

O elemento central da proposta educativa consistia na formação para a prática da religião católica e no desenvolvimento das virtudes. “*Nós tentamos não deixar que elas ignorem qualquer coisa que seja necessária ou realmente útil para a mulher cristã, especialmente quando ela tem que exercer uma certa influência com as pessoas ao seu redor*”. Essa afirmação indica a compreensão do Instituto a respeito da função social que era esperada da mulher naquele período. A formação deveria propiciar que as jovens se tornassem referência no que diz respeito ao ideal de mulher cristão, servindo como modelo a ser seguido.

O currículo norteador do ensino na Instituição era composto pelos seguintes conteúdos: leitura e escrita pautados na Gramática “[...] para evitar erros de pronúncia e ortografia”; História e Geografia “[...] não permaneçam estranhas nem ao tempo, nem aos lugares, nem aos personagens que devem conhecer”; aritmética, “[...] que pode ser aplicada às leis ordinárias da vida e, portanto, a alguma relação comercial”. O currículo também contemplava o desenvolvimento de habilidades como costurar e bordar, os quais eram considerados “[...] trabalhos indispensáveis para o bom funcionamento de uma casa [...]”. O rol de conteúdos ensinados também incluía noções de Literatura, História Natural, Física e Mitologia, completando os saberes considerados pelo instituto necessários “[...] para educar as jovens na ordem e na economia doméstica, bem como na civilização”.

A leitura do documento permitiu conhecer a proposta educativa para as meninas e jovens confiadas aos cuidados das irmãs no período inicial das atividades do Instituto. A pedagogia que norteou o trabalho educativo do Educandário – e que serviu de inspiração para as demais instituições de ensino mantidas pela Congregação – não demonstra qualquer desalinho em relação às expectativas que recaíam às mulheres da elite no âmbito geral da sociedade europeia, em que figurava.

O domínio das letras e dos números, das noções básicas de História e Geografia e outras poucas disciplinas, bem como das habilidades de costurar e bordar consistiam nos saberes necessários à formação feminina, segundo o documento. As jovens formadas sob tais preceitos e a partir dos valores da doutrina católica estariam aptas para exercerem o papel que lhes cabia na sociedade, contribuindo para a disseminação e a consolidação dos princípios cristãos católicos, inclusive no âmbito familiar.

Não é em outro, senão, no mundo sensível que as ideias se materializam, por meio das ações concretas dos sujeitos. Os princípios educativos e valores do Apostolado idealizados, a princípio, pela madre fundadora, tornaram-se intervenções reais (e não simplesmente projeções) a medida em que se cumpria a missão evangelizadora das religiosas, tais como o fizeram as irmãs responsáveis pelo Colégio Coração de Jesus, em Nova Esperança.

A análise do itinerário iniciado por Madre Clélia Merloni, na Itália, a partir da criação do Instituto e continuado pelas irmãs apóstolas do Sagrado Coração de Jesus permite compreender que as peculiaridades regionais não são elementos alheios à dimensão geral na qual estão inseridas. Os condicionantes históricos, sociais, políticos e econômicos característicos do estado do Paraná durante as décadas iniciais do século XX serão analisados a seguir para que se possa demonstrar os nexos de interferência mútua estabelecidos em sua relação com o objeto de estudo deste trabalho.

4 CENÁRIO SÓCIO-HISTÓRICO DO ESTADO DO PARANÁ EM MEADOS DO SÉCULO XX

A compreensão do alcance e influência da atuação do Colégio Coração de Jesus no desenvolvimento do município de Nova Esperança, exige, de antemão, o quadro do processo histórico e geográfico da região noroeste do Paraná. O objetivo da seção é apresentar a conjuntura sócio-histórica paranaense nos meados do século XX, para compreender suas implicações quando da criação da Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança no município de Nova Esperança, em 1954 e, posteriormente as motivações para a chegada das Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus na região noroeste paranaense. A expansão da cultura cafeeira após a década de 1930 e a atuação da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná serão analisadas de modo a dimensionar a relação entre tal cenário e a implantação da instituição educativa que constitui o objeto de estudo desta pesquisa.

4.1 PANORAMA HISTÓRICO, POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO DO PARANÁ

Em razão da conjuntura de colonização da América Latina, o desenvolvimento dos países se sujeitou, durante séculos, às decisões e vontades de suas metrópoles políticas. A subordinação às nações europeias que, na época, figuravam como centrais do capitalismo imperialista, exerceu profunda influência nos elementos constitutivos das personalidades nacionais dos países latino-americanos, assim como afetou seus desenvolvimentos social, econômico e político (PRADO JUNIOR, 2014).

A análise do avanço capitalista no Brasil exige levar em consideração sua herança escravista, que afeta tanto as características da burguesia brasileira quanto de seu proletariado, composto por trabalhadores provenientes majoritariamente do campo³⁹. O Brasil foi uma das últimas nações a abolir o regime escravocrata, décadas

³⁹ Em "Ideia de um Brasil moderno" Octavio Ianni afirma que rompimento tardio do país com o modo de produção escravocrata evidencia os traços de uma mentalidade forjada nos tempos de colonialismo português. Segundo o autor, tratava-se de "Uma sociedade não só muito esgarçada, mas atravessada por diversidades regionais e raciais, isto é, sociais, econômicas, políticas e culturais, que facilitavam o exercício do mando pelos detentores dos instrumentos de poder" (IANNI, 2004, p. 19-20). A análise de Ianni concluiu que, para além dos objetivos humanitários, a superação do trabalho escravo só ocorreu mediante os interesses dos setores da burguesia emergente, composta por cafeicultores do oeste paulista, canavieiros e pecuaristas de diferentes regiões do país.

depois dos Estados Unidos e dos países da Europa e, tendo em vista que sua principal fonte de riqueza estava pautada na agricultura, a emancipação do trabalho servil representou uma significativa desorganização do regime, causando grave perturbação (MARTINS, 1995).

Segundo Sodré, “[...] no campo está, na maioria esmagadora dos casos dos países latino-americanos, a inércia histórica, a presença do passado, configurada com destaque no monopólio de terra” (SODRÉ, 1997, p. 119). No Brasil, a estagnação e a decadência do sistema produtivo tradicional tornou indispensável o desenvolvimento de seu mercado interno. O crescimento da população e a elevação de seu padrão de vida permitiu que o elemento produção desse lugar ao fator consumo (PRADO JUNIOR, 1993).

Alguns fatores foram determinantes para a expansão do mercado interno brasileiro. Conforme já mencionado, a abolição da escravatura transformou a população escravizada em consumidora em potencial, mas, foi a imigração europeia o fator decisivo para o surto da lavoura de café no Brasil, pois os imigrantes substituíram a mão de obra escrava⁴⁰.

Os primeiros núcleos de imigrantes que se estabeleceram no Brasil foram os suíços, no Rio de Janeiro, e os alemães, na Bahia. O fracasso de tais colônias impulsionou que estas correntes imigratórias se dirigissem à São Paulo ou ao sul do país. Mas, é a partir da segunda metade do século XIX que o fluxo imigratório se intensifica, quando a colonização ficou a cargo dos governos provinciais e houve a abertura para as iniciativas privadas das companhias colonizadoras (SEYFERTH, 1990).

O fazendeiro e o imigrante revelam-se, assim, os personagens dessa nova época da formação social brasileira. Representam as forças mais visíveis na marcha da revolução burguesa que se deslancha com a Abolição e a República. Acelera-se a urbanização, dinamiza-se o mercado interno, desenvolve-se a divisão do trabalho social, multiplicam-se as atividades artesanais, fabris, comerciais e bancárias (IANNI, 2004, p. 65).

⁴⁰ "O ponto de partida para o estabelecimento de imigrantes europeus no Brasil foi o decreto de 25 de novembro de 1808, de D. João VI, que permitiu aos estrangeiros o acesso à propriedade de terra. Esta providência foi tomada visando atrair para o país parte dos europeus que procuravam novas oportunidades na América" (SEYFERTH, 1990, p. 9).

A questão da mão de obra, somada ao progresso da técnica moderna observada no período – maquinaria, energia, transportes ferroviários e marítimos, entre outros – permitiram um acentuado desenvolvimento da produção brasileira. A indústria brasileira era também favorecida pela produção do algodão, matéria-prima que propiciou a instalação da indústria têxtil.

Além disso, a disponibilidade de mão de obra de baixo preço também era uma circunstância favorável ao estabelecimento da indústria no país (PRADO JUNIOR, 1993). Dentre as atividades nacionais, a produção de artigos como borracha, cacau, mate e fumo se destaca. Mas, o financiamento estrangeiro beneficiou sobretudo a produção de café, que se expandia a partir dos moldes capitalistas.

O largo incremento da lavoura cafeeira, por exemplo, não teria sido possível sem os capitais e créditos fornecidos pela finança internacional. Boa parte dos fundos necessários ao estabelecimento das plantações e custeio da produção provém de bancos ingleses e franceses, ou então de casas exportadoras do produto ou outros intermediários, muitos deles firmas estrangeiras ou financiadas com capitais estrangeiros (PRADO JUNIOR, 1993, p. 210).

Por mais de meio século, o café constituiu o principal ativo da base da economia nacional e sua decadência como terreno de exportação afetou diretamente sua lucratividade, tornando a produção mais cara. As condições naturais do clima e qualidade do solo brasileiro favoreciam o sucesso do empreendimento cafeeiro.

Mas o que sobretudo dificultava o estabelecimento da indústria moderna no Brasil era a deficiência dos mercados consumidores, cuja amplitude encontra na produção em larga escala, que caracteriza a maquinofatura, uma condição essencial que nada pode suprir (PRADO JUNIOR, 1993, p. 258).

A atividade industrial de caráter primário-exportadora determinou a geração da renda nacional, na qual o estado de São Paulo assumiu a dianteira, tornando-se o centro dinâmico da economia industrial do país do qual as demais regiões passaram a depender (PADIS, 1981). A prosperidade a longo prazo da produção cafeeira também esbarrava na questão da exploração das terras férteis para seu plantio que,

quando esgotadas em determinadas regiões, precisavam ser substituídas por outras. Além disso, naquele momento,

[...] o café começava a ser consumido no mundo, os mercados se alargavam incessantemente e precipitadamente, concorrentes eram praticamente inexistentes e as lavouras tinham diante de si um espaço, que ainda parecia ilimitado, de terras novas a ocupar (PRADO JUNIOR, 1993, p. 295).

A concentração da produção de poucos gêneros exportáveis consistia em uma base precária de estruturação da vida econômica do país, pois, “[...] no auge da prosperidade começarão a abater-se sobre o Brasil as primeiras crises e desastres graves que comprometerão irremediavelmente o futuro da sua organização econômica” (PRADO JUNIOR, 1993, p. 211).

As primeiras perturbações datam do começo do século XX, em decorrência da superprodução, queda de preços e dificuldade de escoamento da produção. Por ampliar o mercado interno e promover o desenvolvimento ferroviário, a produção cafeeira foi responsável pelo crescimento industrial no país. Em termos mundiais, o produto liderava entre os gêneros primários do comércio internacional. No Brasil, era “[...] sua quota de 70% da produção, gozará de primazia indisputada” (PRADO JUNIOR, 1993, p. 226).

Em 1918, uma geada de grandes proporções no estado de São Paulo ocasionou um período de preços baixos e elevação dos custos da produção. O declínio de produtividade e os preços favoráveis do café paranaense atraíram cafeicultores paulistas para a região do Norte Pioneiro, caracterizada pela extensão de suas terras férteis. A expansão territorial empreendida revela os interesses econômicos e o desejo pela maximização dos lucros que os cafeicultores paulistas perseguiram.

O lema paulista na época era: “*Onde há café, aí deve estar São Paulo*”. Uma política expansionista que tinha por objetivo tornar o Porto de Santos o centro receptor e exportador de toda a produção dos Estados vizinhos, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná (STECA; FLORES, 2008, p. 128).

Naquele momento, o Paraná apresentava dificuldades estruturais em relação ao crescimento econômico, pois o estado continuava a figurar como uma extensão da produção cafeeira paulista. As perspectivas de diversificação da produção e de amplitude de renda eram bastante limitadas no estado. Isso se dava pelo fato de que o Paraná se fundamentava em uma economia periférica em relação ao sistema econômico brasileiro, especialmente ao de São Paulo (PADIS, 1981).

Padis afirma que “[...] durante todo o período da grande produção cafeeira que caracterizou o Paraná, em quase nada o Estado aproveitou para implantar a infraestrutura adequada à manutenção do ritmo de crescimento de sua econômica” (PADIS, 1981, p. 195). Apesar dos enormes benefícios que a atividade cafeeira trouxe para a região paranaense, “[...] não é menos verdade que, ao mesmo tempo em que isso ocorria, o Paraná alienava, por um bom período de tempo, suas possibilidades de industrialização” (PADIS, 1981, p. 131).

4.1.1 A produção cafeeira no estado do Paraná

A construção da cafeicultura paranaense é um dos maiores empreendimentos já realizados na história do Brasil, dada a sua importância como fonte de renda para a economia nacional.

O Paraná muito deve ao café, econômica, social e politicamente. Por longo período foi ele o principal gerador de riquezas, propiciando a fixação da população rural através de um projeto privado envolvendo empresas de colonização e proprietários de grandes áreas de terras (POZZOBON, 2006, p. 16).

O café chegou ao Brasil no ano de 1727, quando Francisco de Mello Palheta, “[...] convidado para mediar uma questão de fronteira entre as Guianas Francesa e Holandesa, introduz as primeiras sementes recebidas de presente” (POZZOBON, 2006, p. 22). Inicialmente na região norte e nordeste, a difusão do grão alcançou o Rio de Janeiro em 1760 e posteriormente, em 1820, a cultura se estabeleceu na região do Vale do Paraíba.

No final do século XIX, “dado o isolamento, as plantações de café se expandiram de modo lento e espontâneo, quando novos agricultores paulistas e

mineiros tomaram conhecimento das riquezas a serem exploradas” (POZZOBON, 2006, p. 28). No período de 1886 a 1906, “[...] após rápida expansão no oeste paulista, inicia sua marcha rumo ao Paraná” (CANCIAN, 1981, p. 18). Diz a autora que “[...] a abolição da escravatura e o propiciamento à vinda de mão de obra imigrante em grande escala como decorrência, permitiu a expansão em terras novas, com alargamento da produção poucos anos depois” (CANCIAN, 1981, p. 18).

O século XX marcou o início da produção e exportação de café nas terras paranaenses. O Norte do Paraná “[...] tornou-se conhecido como ‘eldorado’, ‘paraíso da terra roxa⁴¹’, e ‘terra da promessa’, por conta da fertilidade do solo [...]” (POZZOBON, 2006, p. 24). De acordo com o autor, “a possibilidade de tornar-se uma nova ‘terra prometida’, sem dúvida, exerceu forte poder de atração na busca de novas oportunidades, numa época em que a promessa de industrialização caminhava ainda a passos lentos” (POZZOBON, 2006, p. 41).

Naquele momento, a base econômica do estado do Paraná consistia na produção extrativista de madeira e erva-mate, sendo o cultivo do café destinado apenas ao consumo local. Foi somente a partir do século XX que a cafeicultura passou a ser realizada com vistas à comercialização, uma vez que a produção poderia ser transportada via porto de Santos.

Dada a instabilidade política e econômica em que se encontrava o país nos anos posteriores à proclamação da república, assim como a crise da produção cafeeira, os estados produtores estabeleceram um plano de defesa de preços e controle da oferta do café (POZZOBON, 2006). Em 1906, o *Convênio de Taubaté* foi um acordo firmado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro que visava reestabelecer “[...] o equilíbrio entre oferta e demanda que provocava as crises cíclicas e financiar a compra de excedentes a fim de preservar a renda dos produtores” (POZZOBON, 2006, p. 24).

Em 1927 ocorreu o *Segundo Convênio Cafeeiro*, que visava defender o produto a partir do estabelecimento de produção e exportação a cada um dos estados envolvidos na atividade. “O Paraná como pequeno produtor, sem expressão nacional, ficou fora dos rígidos controles de produção estabelecidos nacionalmente” (STECA; FLORES, 2008, p. 195). Ainda que, naquele momento, o Paraná não figurasse entre

⁴¹ Do italiano, *rossa* (vermelha).

os produtores cafeeiros de grande expressão, o estado foi beneficiado pelo acordo, pois “[...] os cafeicultores capitalizados pela política adotada passaram a adquirir terras do estado” (POZZOBON, 2006, p. 33).

Esse cenário alterou profundamente a economia e a vida paranaense. A decadência das lavouras e a construção de estradas de ferro propiciaram o acesso à faixa de terras férteis, integrando a atividade cafeeira à economia do estado.

Além disso, a criação do Conselho Nacional do Café, em 1931, e do Departamento Nacional do Café, em 1933, constituíram o início da intervenção sistemática do governo na economia. Os esforços governamentais no sentido de proteger a cafeicultura paranaense resultaram em um convênio cafeeiro entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Pernambuco e Goiás, no ano de 1935 (CANCIAN, 1981).

Paralelamente, as medidas de valorização do café também contemplavam uma solução de longo prazo, que seria o desencorajamento de novas plantações em São Paulo. “Essa política num primeiro momento funcionou, mas com o tempo causou desequilíbrio entre produção e consumo, acumulando estoques e agravando a crise de superprodução” (STECA; FLORES, 2008, p. 195).

Atraídos pela riqueza do solo e em razão da ausência de novas terras roxas para o cultivo do café em São Paulo, os antigos colonos e lavradores paulistas foram incentivados a comprar terras no norte paranaense, conforme destacado por Nadir Cancian:

A cafeicultura paranaense é continuação da “Marcha para o Oeste” dos paulistas, que sempre à procura de perspectivas de lucros adentraram o Paraná quando suas terras já estavam se tornando escassas ou supervalorizadas pelo desenvolvimento da agricultura comercial com base na produção de café. São também importantes os fatores internos como o encontro dos paulistas com a “terra roxa”, a reorganização da força de trabalho após a extinção do tráfico de escravos e o imperativo da imigração estrangeira, as medidas de amparo à produção, tais como o financiamento pelo governo dos gastos de viagem e instalação dos colonos nas fazendas, a construção de ferrovias e melhoria dos meios de transporte, o incentivo e financiamento de máquinas de beneficiamento e instrumentos rurais, dando certeza de lucros num tipo de cultura que exigia grandes investimentos (CANCIAN, 1981, p. 13).

Entretanto, as crises cíclicas do capitalismo e os desdobramentos da recessão econômica mundial causada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, ocorrida em 1929, e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) afetaram diretamente a economia brasileira, especialmente porque o avanço da produção de café no período originou excedentes nos anos anteriores. Embora a cafeicultura fosse uma atividade agrícola voltada para o mercado externo, esse cenário não interrompeu a produção cafeeira, pois a profunda depressão ocasionada pela superprodução impeliu o governo brasileiro a estabelecer medidas de contenção da oferta do produto, que apresentava baixos preços para comercialização.

O estoque de café precisou ser incinerado e muitos cafezais de baixa produtividade foram abandonados, resultando na migração de fazendeiros para as terras novas paranaenses, a diversificação de lavouras e, ainda, o fracionamento de propriedades (CANCIAN, 1981). Tornava-se necessário ao país ampliar sua base econômica, deixando de ser um mero fornecedor de produtos para exportação para se tornar autossuficiente no que diz respeito ao atendimento das necessidades de sua população. Consistia em uma tentativa de rompimento com a tradição colonial de servir aos interesses alheios.

A economia brasileira encontrava assim, graças às circunstâncias excepcionais da guerra, um novo equilíbrio provisório; e apesar dos grandes sacrifícios suportados pelo país, os anos de duração do conflito representam uma fase de nítido progresso. É certo que este se fazia à custa da massa trabalhadora do país, que suportou todo o ônus daqueles sacrifícios (por efeito, em particular, das restrições alimentares e do encarecimento considerável da vida), e são somente as classes possuidoras que dele participarão efetivamente (PRADO JUNIOR, 1993, p. 304).

O equilíbrio econômico durou pouco. A retração da demanda da produção cafeeira ocasionada pelo conflito mundial resultou na perda de cerca de 41% dos seus mercados tradicionais na década de 1940 (CANCIAN, 1981). Além disso, as condições climáticas, como a seca e as intensas geadas, debilitaram as lavouras na região.

O Paraná não era o único estado a enfrentar o agravamento de sua situação econômica. A aquisição desvantajosa de empresas ferroviárias malsucedidas – dentre elas a antiga São Paulo *Railway* – contribuiu para que o país aumentasse a posição

deficitária de suas contas externas (PRADO JUNIOR, 1993). Em 1947, a dívida gerada pela importação de mercadorias já alcançava a marca de US\$ 82 milhões. A falta de recursos para saldá-la e a consequente suspensão das remessas de matérias-primas por parte dos fornecedores efetivou a redução do ritmo de produção das indústrias brasileiras (PRADO JUNIOR, 1993).

Na tentativa de retomar o controle do mercado nacional, foi promulgada a Lei nº 262, em 23 de fevereiro de 1948, que estabelecia uma licença prévia para as importações, restringindo-as aos produtos considerados essenciais para o desenvolvimento do país. Apesar de tal iniciativa ter propiciado a ampliação do setor de gêneros alimentícios e, dentre eles, o de café, Prado Junior defende a ideia de que o desenvolvimento interno do país dependia do estabelecimento de medidas profundas e não de “[...] simples providências fundadas em circunstâncias excepcionais, como foi a momentânea e precária valorização, nos mercados internacionais, de nossos produtos de exportação” (PRADO JUNIOR, 1993, p. 309).

Embora não fosse um produto de cultura exclusiva nas terras paranaenses, o café representava o principal produto da agricultura do estado, juntamente com o cultivo de algodão, as pastagens e as lavouras temporárias. Nesse período, a produção cafeeira paranaense oscilava entre 2 e 3% do total nacional, o que fazia do estado produtor coadjuvante no cenário brasileiro. Porém, no final da década de 1950, “[...] o Paraná tornou-se inclusive o maior produtor brasileiro de café, chegando mais tarde a produzir 60% do total nacional” (WACHOWICZ, 2016, p. 320).

O estado do Paraná liderou a produção brasileira de café na década de 1960. Entretanto, alguns fatores contribuíram para a decadência da cafeicultura do estado: as geadas de 1963, 1964 e 1966; a política de erradicação dos cafeeiros, a fim de diminuir a produção nacional; o desenvolvimento de um novo produto agrícola de grande aceitação: a soja; e o receio de novas geadas que prejudicassem a produção cafeeira (WACHOWICZ, 2016).

Esse cenário contribui para a mudança do perfil econômico paranaense na década de 1970, especialmente no que diz respeito ao interesse pela produção de grãos e a mecanização da lavoura, fatores que contribuíram para a extinção do sistema de colonato e o surgimento do trabalho temporário com pagamento diário de salários. Em decorrência da nova configuração propiciada pelo desenvolvimento da

região, uma grande leva de trabalhadores deixou o campo, em um acentuado processo de êxodo rural que causou o inchamento das cidades.

O aumento da população, o crescimento do mercado produtor e consumidor, as estradas cada vez melhores, trouxeram, como era inevitável, um acentuado surto de desenvolvimento à região. E com o desenvolvimento chegou outra espécie de colonizador: grandes empresas ou particulares, com recursos para planejar a ocupação de extensas áreas, num processo inverso ao dos posseiros: solicitavam antes o título de determinado lote, apresentando apenas um projeto de colonização (IANNI, 1981, p. 113-114).

Essa conjuntura abriu precedentes para que o estado permitisse e incentivasse que grandes empresas iniciassem seus projetos de colonização das extensas faixas de terras paranaenses. Se, como bem afirma Octavio Ianni, tais empresas colonizadoras "[...] são, ao mesmo tempo, uma justaposição e um desenvolvimento da economia e sociedade preexistentes" (IANNI, 1981, p. 131), é preciso considerar esse estabelecimento não ocorreu em espaços vazios, livres de relações de interesses, carências e antagonismos. A transformação da terra em mercadoria e as complexas relações de disputa entre as diferentes categorias sociais serão tratadas a seguir.

4.1.2 Colonização e (re)ocupação planejada das terras do noroeste paranaense: o caso da Companhia de Terras Norte do Paraná

Ao longo de sua história, o norte paranaense foi ocupado e reocupado várias vezes. A ação colonizadora dos europeus, especialmente portugueses e espanhóis, desde o século XVI, ocorreu por meio de expedições que buscavam explorar a região em busca de riquezas. O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, determinava que a maior parte do atual território paranaense pertencia à Espanha.

O processo exploratório ao qual o Paraná foi submetido atravessou os séculos posteriores. Em meados do século XIX e início do século XX, as expedições que investigavam as possibilidades de exploração de riquezas serviram como prenúncio da colonização moderna do estado (ROMPATTO, 2012).

Inseridas no âmbito do capitalismo, "As terras, da mesma forma que as matas, os rios, os animais, as aves, os peixes e os minerais, passam a fazer parte da vida

dos homens, são incorporadas nas suas relações de produção" (IANNI, 1981, p, 163). Contudo, afirma o autor que "A transformação da natureza em mercadoria – ou, em âmbito mais geral, a metamorfose da natureza em história – não é um processo pacífico. Ele envolve tanto a violência dos homens contra a natureza como dos homens entre si" (IANNI, 1981, p. 164).

A ação exploratória exercida pelo homem submete a natureza a um processo de humanização e socialização, inculcando-lhe "[...] as formas sociais exigidas pela malha das relações de produção" (IANNI, 1981, p. 88). Portanto, a terra pode ser entendida como uma categoria social, observada sua sujeição mediante as ações que o homem estabelece com a natureza em determinado estágio do desenvolvimento social.

Se, em sua essência, a terra é um elemento que integra a totalidade da natureza e consiste na fonte principal para a produção e subsistência humana, as relações políticas e econômicas entre os homens transformaram a terra em produto e meio de produção de valores de uso e de troca, governada pelas exigências da produção de mais-valia, atribuindo-lhe um novo significado social.

Convertida em mercadoria de alto potencial lucrativo e inserida na trama das complexas relações entre as classes sociais, a terra passou a ser objeto de disputa por seu uso e apropriação, o que lhe conferiu diferentes categorizações, tais como tribal, devoluta, invadida, ocupada, grilada e propriedade titulada (IANNI, 1981). Esses novos significados sociais são produzidos e reproduzidos na medida em que ocorrem as atividades extrativas, agrícolas e pecuárias que atribuem uma fisionomia social à terra.

No caso do Paraná, fatores como a qualidade das terras, a situação em que se encontrava a economia nacional mediante o contexto internacional pós-crise de 1929, a evolução da cafeicultura e a industrialização em São Paulo contribuíram para o amplo e acelerado movimento ocupacional que ocorreu nas terras do estado no período (PADIS, 1981).

A chegada da enorme quantidade de pessoas para trabalhar na lavoura tornou necessária a ampliação das vias de transporte, a fim de facilitar o acesso ao interior do estado e o movimento de cargas e pessoas. A construção das ferrovias promoveria a integração social e econômica da região com o restante do país, além de servir como

meio para escoamento da produção, tornando a atividade agrícola um empreendimento altamente lucrativo.

O progresso tecnológico dos transportes e comunicações, por meio do aparelhamento comercial e de distribuição, tornou “[...] acessível às grandes massas consumidoras os mais variados artigos antes fora de seu alcance ou mesmo inexistentes” (PRADO JUNIOR, 1993, p. 289).

Outras economias se desenvolveram em decorrência da cafeicultura: ferrovias, rodovias, escolas, armazéns, além das atividades terciárias dele decorrentes, caso da rede bancária, corretagem, representação, entre outros (PADIS, 1981). Isso representou um grande avanço para o norte, uma vez que “[...] desde a sua ocupação até quase metade da década dos anos sessenta, permanecia praticamente isolado do resto do Estado em virtude, sobretudo, da completa ausência de meios de comunicação [...]” (PADIS, 1981, p. 125).

A tabela abaixo mostra os dados referentes à população do Paraná em comparação com o contingente populacional brasileiro, de acordo com os censos realizados pelos Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas décadas de 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970⁴² (Tabela 8).

Tabela 8 - População do Brasil e do estado do Paraná nas décadas de 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970

Censos	Brasil	Paraná	%
1920	30.635.605	685.711	2%
1940	41.236.615	1.236.276	3%
1950	51.944.397	2.115.547	4%
1960	70.191.370	4.263.721	6%
1970	93.139.037	6.929.868	7%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Os dados apresentados demonstram que no período que compreende as décadas de 1920 a 1970, o contingente populacional brasileiro cresceu 204%, enquanto que o estado do Paraná aumentou sua população em cerca de 904%, demonstrando uma radical transformação. De acordo com Padis, “o considerável aumento populacional da década dos anos quarenta se deveu, quase unicamente, aos grandes fluxos migratórios em direção ao norte do Estado” (PADIS, 1981, p. 184).

⁴² Não houve recenseamento no Brasil no decênio de 1930.

O intenso afluxo de paulistas, mineiros e nordestinos para o Norte paranaense trouxe alguns problemas relativos à legalização da posse da terra. Diante disso, visando eliminar uma ocupação ilegal e predatória do solo e de suas matas, feita por posseiros, o governo do Estado promoveu, especialmente durante o segundo decênio deste século, a divisão em lotes e a venda a preços bastantes baixos [...] (PADIS, 1981, p. 89-90).

Tais ações de incentivo promovidas pelo governo culminaram na aceleração da busca por novas terras para o plantio, ativando a especulação na compra e venda. “Para o Paraná, significou a expansão do plantio com o aumento da produção nos anos seguintes e abertura de ‘frentes pioneiras’” (CANCIAN, 1981, p. 28). Ao fazê-lo, o governo conseguiu inibir os movimentos espontâneos de população, encerrando essa etapa de ocupação desordenada do território e iniciando o que se denomina por *movimentos ocupacionais organizados*.

O processo de reocupação do Paraná começou a ser planejado já no final do século XIX, com o intuito de modernizar a região. Mas, foi a partir de uma política agrária desenvolvida pelo governo estadual nos anos 1930 que o cenário econômico paranaense sofreu uma importante modificação⁴³. Essa política agrária possibilitou a realização de projetos imobiliários de grandes companhias privadas de terras, cujo resultado foi a multiplicação do número de propriedades rurais, o desenvolvimento do comércio e o surgimento de novas cidades (POZZOBON, 2006).

Na tentativa de legalizar a situação das terras, a medida consistia na anulação de títulos antigos, revertendo ao estado todas as terras disponíveis. Isso foi possível em decorrência da alteração do regime de propriedade característica do período republicano, que possibilitou ao Paraná o domínio sobre o que eram consideradas

⁴³ Sobre as diferentes categorias sociais envolvidas na luta pela terra, Octavio Ianni explicita: "Essa luta envolve as seguintes categorias sociais: o *invasor*, que ocupa a terra por um período que pode variar de um dia a um ano; o *posseiro*, que ocupa a terra por um ano e um dia ou mais; o *grileiro*, que procura ocupar a terra mediante documentação falsa; o *colono* que é o posseiro que recebe de alguma agência do poder público uma licença de ocupação, um título provisório de propriedade ou um título definitivo; e o *fazendeiro* é o grande ou médio proprietário, cuja terra está escriturada, em forma provisória ou definitiva. Assim, a partir dessas categorias sociais, a terra ganha diferentes formas sociais; pode ser terra devoluta, invadida, posse, grilada ou titulada. [...] É o poder público que define o que é terra devoluta, isto é, do poder público, da mesma forma que define o que é posse, ou propriedade de fato, e domínio, ou propriedade de direito" (IANNI, 1981, p. 189-190, grifos nossos).

terras devolutas, que então passaram a pertencer ao estado⁴⁴. Embora a titulação das terras devolutas fosse uma obrigação do poder público, a crescente demanda por terras serviu como justificativa para que o Estado terceirizasse o processo de venda e distribuição das áreas devolutas, atribuindo a função para empresas particulares (ROMPATTO, 2012).

O processo de ocupação de terras devolutas não exigia nenhum tipo de formalidade. Para ser considerado dono da terra, bastava ao posseiro "[...] embrenhar-se na mata, construir um rancho, limpar um trecho, plantar uma roça e demarcar com uma picada rústica a área da posse. Em seguida deveria ser feita uma solicitação de título de posse" (IANNI, 1981, p. 113). Embora fosse fácil e sem burocracia, a solicitação do registro de posse não era efetivada, em razão da pouca ou nenhuma instrução dos posseiros somada à escassez de informações.

As terras localizadas nas regiões norte, oeste e sudoeste paranaenses foram, então, consideradas como devolutas pelo estado, nas quais as companhias colonizadoras privadas promoveram a ocupação em ritmo acelerado. Ademais, sem recursos para a construção de ferrovias, o governo paranaense concedia extensas áreas de terra para empresas estrangeiras de colonização em troca da construção de ferrovias, conforme destacado por Rompatto:

Com a “Revolução” de 1930, Getúlio Vargas procura cancelar todas as concessões de terras a empresas estrangeiras que não vinham cumprindo suas obrigações contratuais na construção de ferrovias ou que não vinham operando para o processo de ocupação e povoamento dos chamados “espaços vazios”. Uma das políticas de Getúlio Vargas durante seu primeiro governo (1930-45) foi a de “preencher os espaços vazios” das chamadas áreas de fronteira com projetos de colonização e de povoamento. O slogan dessa política ficou conhecido como *Marcha para o Oeste* (ROMPATTO, 2012, p. 27).

É necessário considerar que o processo acelerado de ocupação dessas regiões ocorreu a partir de dois movimentos distintos: o primeiro, de ordem material, consistia

⁴⁴ A Constituição Federal de 1891, ao transformar as antigas províncias imperiais em Estados, dotados de certa autonomia relativa à União, desde que respeitados os princípios constitucionais, estabeleceu em seu Art. 64 que “Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais” (BRASIL, 1891).

na transformação da natureza; e o segundo, de cunho ideológico, visava difundir a ideia de que os territórios eram espaços vazios, desabitados, que deveriam ser colonizados para produzir alimentos que satisfizessem as necessidades da população (MOTA, 2012).

Contudo, as terras que foram colonizadas pelas empresas estrangeiras já estavam ocupadas por povos nativos – populações indígenas e caboclas – e por pequenos proprietários, não constituindo, portanto, uma ocupação pioneira, como afirmam os documentos oficiais. Essa narrativa procurava “[...] valorizar a figura do fazendeiro e assim da grande propriedade, além do fato de que, no contexto da narrativa dominante, era necessário reafirmar que a reocupação da região era uma extensão da cafeicultura paulista” (TOMAZI, 1999, p. 59).

Nesse processo de reocupação das terras do norte do Paraná há uma relação de poder que se estabelece em benefício dos grandes fazendeiros e das empresas colonizadoras, em detrimento dos povos nativos e pequenos proprietários que, com pouca ou nenhuma instrução ou apoio do poder público, não possuíam condições objetivas para protegerem suas terras.

Nesse movimento de expansão, a sociedade nacional destrói o espaço das comunidades tradicionais e constrói o seu próprio, de modo acelerado. [...] O espaço da sociedade industrial caminha em outra direção: é o espaço onde se retalha a terra, etiquetando-a com valores, transformando-a em mercadoria pelo potencial produtivo que carrega (MOTA, 2012, p. 96-97).

As empresas colonizadoras adquiriam os lotes de terra por um baixo custo, em uma lucrativa transação, que beneficiava vendedores em detrimento dos colonos. À medida em que ocorria o loteamento e venda das glebas por parte dessas empresas, ampliava-se as vias de acesso, o que permitia implantar “[...] os núcleos urbanos ao longo da estrada principal, acompanhando o espigão que corta a região” (LUZ, 1997, p. 59).

A terra paranaense – precificada e juridicamente controlada – assumia, então, uma dimensão histórica:

De repente, parece que tudo mudou. Todos mudaram em face da terra. Não era mais a ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento no lugar, a vizinhança, que garantiam a "propriedade".

Havia que ter papel, documento, título, prova, escritura, para que a propriedade fosse propriedade. De repente, a gente não sabe mais de quem é a terra da gente. O homem e a terra estranharam-se (IANNI, 1981, p. 154).

Na passagem acima, Octavio Ianni se referia ao processo de rearranjo jurídico da estrutura fundiária da região amazônica ocorrido nas décadas de 1950 a 1970. Porém, o excerto em questão é elucidativo para dimensionar a perspectiva dos camponeses em relação ao movimento de monopolização das terras pelos proprietários dos meios de produção característico do estado do Paraná. Como na Amazônia, as terras paranaenses também foram colocadas no circuito da reprodução do capital por meio de sua apropriação privada por parte das grandes empresas sob a proteção do Estado, em âmbito federal e estadual.

Mais do que incentivar e apoiar a expansão das grandes empresas colonizadoras no projeto de privatização das terras paranaenses, o poder público cuidava da legalização, em termos jurídicos, das terras devolutas ou ocupadas em terras privadas, convertendo a posse em domínio. William Henry Nicholls, ao discutir sobre a colonização na região norte do Paraná, afirma que na década de 1920,

[...] existia uma desilusão generalizada quanto ao ritmo lento da colonização sob os auspícios do estado, caracterizada pela sua falta de continuidade, limitados recursos financeiros e inépcia oficial, descrédito acrescido pelo fato de que a Primeira Guerra Mundial, não somente interrompera seriamente o fluxo de imigrantes, como também criara uma considerável desconfiança naqueles já presentes (NICHOLLS, 1970, p. 44).

Dirigida pelo estado e empreendida pelas companhias colonizadoras estrangeiras, a reocupação das terras paranaenses foi divulgada oficialmente de modo a encobrir os conflitos ocorridos com os antigos ocupantes das terras (ROMPATTO, 2012). O autor entende que esse processo constitui uma luta simbólica pelo título de “pioneiro” junto ao Estado brasileiro.

O processo de colonização se iniciou a partir de um intenso trabalho de publicização das potencialidades da região que, por meio de ostensivas propagandas, eram enaltecidas a fertilidade do solo, a ausência de pragas e a garantia da transação legalizada e da compra facilitada, além da assistência técnica e financeira (POZZOBON, 2006; NICHOLLS, 1970).

Como consequência, esse período foi marcado pela substancial concessão de terras a empresas privadas de colonização, fato que estabeleceu um padrão para o desenvolvimento da região. Além disso, as grandes concessões de terras consistiam em uma promissora fonte de renda para o estado do Paraná, uma vez que os impostos de transferência eram tão lucrativos quanto a produção agrícola (CANCIAN, 1981).

Mais do que isso, a venda de lotes originava a força de trabalho necessária para o desenvolvimento da região. Isso acontecia, pois, ao comprar suas terras a prestações, o pequeno produtor endividado se tornava rentável com o seu trabalho “[...] acreditando estar produzindo divisas apenas para si, enquanto que, na verdade, tornava produtiva toda uma região e é claro, beneficiava os responsáveis pelo projeto de colonização” (STECA; FLORES, 2008, p. 140).

Esse cenário foi o que motivou os ingleses a visitarem o país em 31 de dezembro de 1923, em um episódio que ficou conhecido como “Missão Montagu”. O evento carregou o nome do chefe da missão, o ex-secretário financeiro do Tesouro da Inglaterra, Edwin Samuel Montagu (1879-1924). A intenção era realizar estudos sobre a situação econômica, financeira e comercial da região. Mas, não era somente este a razão que motivou a visita: “Em consequência do crônico atraso no pagamento de nossas dívidas, os banqueiros Rothschild⁴⁵ enviaram emissários ao Governo, em busca de maiores garantias financeiras e em detrimento da nossa soberania” (JOFFILY, 1985, p. 114).

As relações comerciais entre o banco inglês e o governo brasileiro eram mediadas por Henry Joseph Lynch (1878-1958), representante de *N. M. Rothschild & Sons*⁴⁶, entre os anos de 1919 e 1957, e responsável por promover os interesses britânicos no Brasil. Conforme afirmado em artigo publicado no *The Rothschild Archive's Website*, a despeito da incerteza manifestada pelo banco na ocasião, o

⁴⁵ O alemão Mayer Amschel Rothschild (1744-1812) fundou, em 1768, o Banco *Frankfurt House*, cujas atividades foram exercidas até o ano de 1901, quando a empresa foi voluntariamente liquidada. A família Rothschild expandiu sua rede de bancos para Londres (1804), Paris (1812), Vienna (1820) e Naples (1820). Desde o século XIX, a família Rothschild, por intermédio do banco londrino *N M Rothschild & Sons*, realizava empréstimos substanciais ao Brasil, incluindo aquele que possibilitou o pagamento de 1 milhão e 400 mil libras esterlinas como indenização à Coroa Portuguesa em razão da independência proclamada anos antes (BARRETO *et al.*, 2003). Mais informações sobre a relação comercial estabelecida entre os banqueiros ingleses e o governo brasileiro podem ser encontradas no *website The Rothschild Archive's*, disponível em: <https://www.rothschildarchive.org/>.

⁴⁶ Filho de Mayer Amschel Rothschild, Nathan Mayer Rothschild (1977-1836) foi o fundador da unidade bancária em Londres, no ano de 1810, da qual foram concedidos os empréstimos ao Brasil.

empréstimo foi concedido ao Brasil, possibilitando ao país os recursos necessários para efetuar maiores investimentos na produção de café.

The bank was sceptical of such 'valorization' schemes, but on the telegraphed advice in 1922 of Henry Lynch, their agent in Brazil, eventually felt they had to become involved lest they lose business to other firms: "As you have not favoured policy up to the present I venture to suggest continue your policy pending result elections but if Brazilian Federal Government present or future determined sustain policy in my opinion against your interest to decline for we cannot help thinking others will make capital of financial agents not supporting government when money market permit others to do so." As a result the bank participated in the 1922 loan to Brazil intended to help finance the stock-piling of coffee. With a £9,000,000 loan secured on 3,000,000 sacks of coffee, the government had to protect this economically vital commodity (THE ROTHSCHILDS AND BRAZIL, [entre 2009 e 2020]).⁴⁷

De acordo com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975)⁴⁸, os ingleses teriam vindo ao Brasil a convite do então presidente Artur Bernardes (1875-1955). Contudo, José Joffily, na obra *Londres-Londrina* (1985), explicita que nunca houve um convite aos ingleses. O autor afirma que “Naquele tempo, a política externa da Inglaterra partia do princípio segundo o qual os países pobres, dentro do quadro de dificuldades do mundo moderna, ainda não estavam preparados para o exercício da autodeterminação” (JOFFILY, 1985, p. 41).

Sob a ótica da Companhia inglesa, sua atuação na região Norte do estado decorreria da “bela e irreprímível aspiração do ser humano: [...] a necessidade de serem livres” (CMNP, 1975, p. 7). Para tanto, a empresa teria transformado o esforço e a audácia de alguns em bens úteis a toda a coletividade, uma vez que caberia às

⁴⁷ O banco estava cético em relação a tais esquemas de "valorização", mas com base nos conselhos telegrafados em 1922 de Henry Lynch, o seu agente no Brasil, sentiu que tinha de se envolver, para não perder negócios com outras empresas: "Como não favoreceram a política até o presente, atrevo-me a sugerir que continuem a vossa política até o resultado das eleições, mas se o Governo Federal brasileiro, presente ou futuro, determinou, na minha opinião, sustentar a política contra o vosso interesse de declinar, pois não podemos deixar de pensar que outros farão capital de agentes financeiros que não apoiam o governo quando o mercado monetário permite que outros o façam". Como resultado, o banco participou no empréstimo de 1922 ao Brasil destinado a ajudar a financiar a acumulação de estoques de café. Com um empréstimo de £9.000.000 garantido por 3.000.000 de sacos de café, o governo protegeu esta mercadoria economicamente vital (*tradução livre*).

⁴⁸ Em 1975, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná lançou uma publicação comemorativa do cinquentenário da empresa. A narrativa foi escrita pelo jornalista Rubens Rodrigues dos Santos a partir de depoimentos de pessoas que participaram do processo de reocupação e desenvolvimento do norte do Paraná pelos ingleses.

nações colonizadoras a tarefa de alçar à civilização os povos menos adiantados e inexperientes.

É importante salientar que a história foi contada sob a perspectiva da Companhia, cujos protagonistas foram enaltecidos e as ações justificadas como uma forma de “resguardar o interesse público”, numa “[...] oportunidade de sobrevivência do capitalismo democrático” (CMNP, 1975, p. 8).

Se o capital constrói outra natureza nos espaços que ocupa, esses espaços submetidos à conquista também passam a existir a partir da ação exterior dos conquistadores, isto é, a sua história passa a ser recontado a partir da visão que os conquistadores têm de si (MOTA, 2012, p. 97).

Ao discutir a identificação do processo de reocupação com a ação da Companhia, Tomazi afirma que a empresa visava “[...] silenciar e até negar, quando não denegrir, a presença do poder público no processo de (re)ocupação” (TOMAZI, 1999, p. 77). Apesar de um suposto “elevado interesse público”, a ação colonizatória empreendida pelos ingleses compreendia o enriquecimento à custa dos recursos excedentes provenientes da exploração das terras paranaenses.

A Missão Montagu resultou na fundação da *Brazil Plantations Syndicate Limited*⁴⁹, pelo agrônomo inglês Lord Lovat – Simon Joseph Fraser (1871-1933), com o objetivo de cultivar algodão. Lord Lovat, “[...] valendo-se da subserviência das autoridades brasileiras, comprou a preços simbólicos 13.165 km² no norte do Paraná, área que foi dividida em lotes rurais e urbanos de elevado custo” (JOFFILY, 1985, p. 114).

Em pouco tempo, a desativação dessa companhia resultou na fundação da *Paraná Plantation Limited*, em Londres, responsável pela aquisição de “[...] 515 mil hectares de terras entre os rios Tibagi e Paraná, onde hoje se localizam Londrina, Maringá, Cianorte, Umuarama e numerosas cidades de menor porte” (MOTA, 2012, p. 92). O mapa a seguir apresenta a divisão política do estado do Paraná para o ano de 1939, em concordância com o decreto-lei nº 311, de 2 de março de 1938, que

⁴⁹ De acordo com Joffily, o uso da expressão *plantation* nada tem a ver com plantação: “Designa, em seu significado histórico, ‘colonização’, do mesmo modo que o vocábulo ‘syndicate’ não possui o sentido atual de ‘associação de empregados ou de empregadores’ e sim agrupamento de homens de negócio, de capitalistas” (JOFFILY, 1985, p. 79).

dispõe sobre a divisão territorial do país. Na região norte do estado, é possível verificar o amplo território de terras contínuas que compunha a cidade de Londrina, sede da circunscrição.

Mapa 1 - Divisão territorial do estado Paraná (1939)



Fonte: ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná

Não há dúvidas de que a transação foi altamente vantajosa para a Inglaterra que, à custa das riquezas naturais e "[...] graças à fertilidade das terras roxas, e diversos favores oficiais e a um eficiente plano de loteamento ficariam assegurados os extraordinários lucros dos ingleses" (JOFFILY, 1985, p. 114).

No início da década de 1940, uma alteração na legislação brasileira implicou diretamente na atuação exploratória dos ingleses nas terras paranaenses. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), "[...] o governo brasileiro, por motivos de segurança nacional, proibiu a propriedade de terras por estrangeiros, obrigando a venda da companhia inglesa a um grupo capitalista de São Paulo, já intimamente a ela vinculado" (PADIS, 1981, p. 91).

Em consonância com o projeto da Inglaterra de repatriar seus investimentos no exterior e angariar recursos para reaver as despesas geradas pelo conflito mundial, foram colocadas à venda diversas empresas inglesas, dentre as quais estava a

Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), subsidiária brasileira da *Paraná Plantation Limited*. Em 1942, a Companhia foi comprada pelo engenheiro paulista Gastão de Mesquita Filho e, com o apoio de Arthur Bernardes Filho e dos irmãos Soares Sampaio, a empresa foi nacionalizada e passou a se chamar *Companhia Melhoramentos Norte do Paraná* (STECA; FLORES, 2008).

A empresa sucessora não alterou as diretrizes anteriormente fixadas, dando prosseguimento ao plano de colonização dos ingleses. “Ao contrário, procurou evitar qualquer solução de continuidade que pudesse interromper a magnífica obra de desbravamento e uso racional da terra [...]” (CMNP, 1975, p. 101). Ao mesmo tempo, a conjuntura de industrialização do Brasil requeria ajustes administrativos.

Em janeiro de 1950, o advogado e administrador Hermann Moraes Barros (1907-1994) foi indicado como diretor gerente da Companhia, tendo como função a tarefa de diversificar as atividades da empresa, abrindo-se à agricultura, à pecuária e ao desenvolvimento industrial (WACHOWICZ, 2016). Mesmo com a diversificação de atividades, a Companhia, então nacional, continuou com a venda de terras, dando prosseguimento ao projeto de colonização iniciado anteriormente pelos ingleses (STECA; FLORES, 2008, p. 153). Segundo a empresa,

A Companhia, até então, tinha vivido exclusivamente da venda de terras, caracterizando-se assim uma autofagia que no futuro acabaria por levar à sua extinção. Era preciso adotar critérios modernos de administração, olhar para o futuro, assegurar a inteligente aplicação das disponibilidades financeiras até então alcançadas, dinamizar as vendas e obter delas não apenas lucros, mas também benefícios para a própria Companhia e para as coletividades do Paraná e do Brasil (CMNP, 1975, p. 101-103).

De acordo com a Companhia, a industrialização do Brasil se deve “[...] ao encontro do desbravador, do café e da terra roxa” (CMNP, 1975, p. 28). Assim, mediante o significativo aumento da produção de café, houve a necessidade de pensar em alternativas para transportá-lo, pensadas para atender às necessidades dos exportadores.

Segundo a Companhia, os “[...] grandes lucros, legítimos, não esbanjados levemente, não imobilizados inutilmente [...]” (CMNP, 1975, p. 31) foram aplicados na abertura de estradas de ferro, na construção civil e na contratação de imigrantes. Dessa forma, a empresa afirma que o progresso ocorrido na colonização do Norte do

Paraná não pode ser atribuído somente à fertilidade do solo. Por essa razão, o gerente da Companhia e homem de confiança de Lord Lovat, o escocês Arthur Thomas (1889-1960), teria cuidado “[...] para que a obra civilizadora não se transformasse, por força da ganância e da imprevidência, em investida lesiva à região e ao País” (CMNP, 1975, p. 76).

Em relação às disputas de terras, Tomazi afirma que, embora a Companhia tenha tentado negar que houvesse o uso de práticas litigiosas para retirar os posseiros, indígenas, caboclos e grileiros que ocupavam suas terras, há evidências do uso de violência na resolução dos conflitos de terras, uma vez que “[...] a questão da propriedade privada era um valor que não se questionava” (TOMAZI, 1999, p. 72). Dentre as diretrizes definidas para a colonização das terras paranaenses, constava que as cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos, a exemplo de Londrina e Maringá, deveriam ser demarcadas de cem em cem quilômetros, nas quais as áreas urbanas apresentariam uma divisão em datas residenciais e comerciais (CMNP, 1975).

De acordo com a própria Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, foram fundadas 63 cidades e patrimônios, com um total de terras colonizadas que corresponde ao número de 546.078 alqueires, 1.321.499 hectares ou 13.166 quilômetros quadrados (CMNP, 1975).

Segundo a empresa, ao oportunizar aos trabalhadores mais humildes a compra de pequenos lotes em condições favoráveis de pagamento, o trabalho da Companhia teria resultado em riqueza para muitos. A convicção da empresa é evidenciada por uma narrativa de teor metafórico, quase que literário: “E assim a democracia autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária” (CMNP, 1975, p. 150).

Para formar o Norte Novo e Novíssimo foram idealizados quatro núcleos habitacionais, fundados sucessivamente, distanciados entre si de aproximadamente cem quilômetros e destinados às grandes cidades do Norte e do Oeste do Paraná: Londrina (1930/1934), Maringá (1947/1951), Cianorte (1953/1955) e Umuarama (1955-1960). Entre os quatro núcleos e de quinze em quinze quilômetros, criaram-se patrimônios e vilas, de cujo impressionante desenvolvimento surgiu um grande número de cidades e municípios de apreciáveis dimensões, todos em franca expansão (CMNP, 1975, p. 252-253).

A tabela 9, a seguir, apresenta dados sobre as cidades fundadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná na região denominada de Norte Novo.

Tabela 9 - Norte Novo – Fundado pela Companhia de Terras Norte do Paraná

Nº	Município	Ano Funda ção	Data Elevação	Área Km ²	Populaç ão 1960	1968	Densidade Demogr.	
1	Londrina	1930	03-12-934	2.119	134.824	226.332	106.81	Comarca
2	Rolândia	1932	30-12-943	589	44.461	74.639	126.72	Comarca
3	Apucarana	1938	30-12-943	563	66.091	79.645	141.07	Comarca
4	Cambé	1930	10-10-947	442	29.151	48.937	110.72	Comarca
5	Arapongas	1935	10-10-947	355	38.067	63.905	180.01	Comarca
6	Mandaguari	1937	10-10-947	343	24.630	41.348	120.55	Comarca
7	Astorga	1945	14-11-951	437	25.445	42.296	96.79	Comarca
8	Jandaia do Sul	1951	14-11-951	191	31.448	28.636	149.93	Comarca
9	Maringá	1947	14-11-951	509	104.131	111.773	219.59	Comarca
10	Marialva	1951	14-11-951	600	35.866	46.184	76.97	Comarca
11	Nova Esperança	1946	14-11-951	396	43.095	45.016	113.68	Comarca
12	Bom Sucesso	1954	26-11-954	310	22.624	34.057	109.86	
13	Sabáudia	1945	26-11-954	199	10.145	17.031	85.58	
14	S. J. do Caiuá	1951	26-11-954	312	18.542	20.667	66.24	
15	São Jorge	1946	26-11-954	339	22.361	34.279	101.12	
16	Floraí	1947	25-11-955	200	13.566	20.189	100.95	
17	Cruzeiro do Sul	1952	26-12-955	240	10.159	17.054	71.06	
18	Lobato	1948	31-07-956	256	10.174	17.080	66.72	
19	Atalaia	1953	25-07-960	141	-	13.559	96.16	
20	Flórida	1955	25-07-960	91	-	5.563	61.13	
21	Marumbi	1951	25-07-960	167	-	17.219	103.11	
22	Paiçandu	1960	25-07-960	180	-	21.886	121.59	
23	Inajá	1955	25-01-961	173	-	20.439	118.14	
24	Uniflor	1954	25-01-961	94	-	8.748	93.06	
25	S. A. do Caiuá	1961	25-01-961	190	-	10.460	55.05	
26	Dr. Camargo	1964	02-03-964	115	-	8.563	74.06	
27	Pres. Castelo Branco	1954	21-12-964	117	-	11.728	100.24	
SOMA				9.668	684.777	1.087.233	110.24	

Fonte: Extraído de COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (1975)

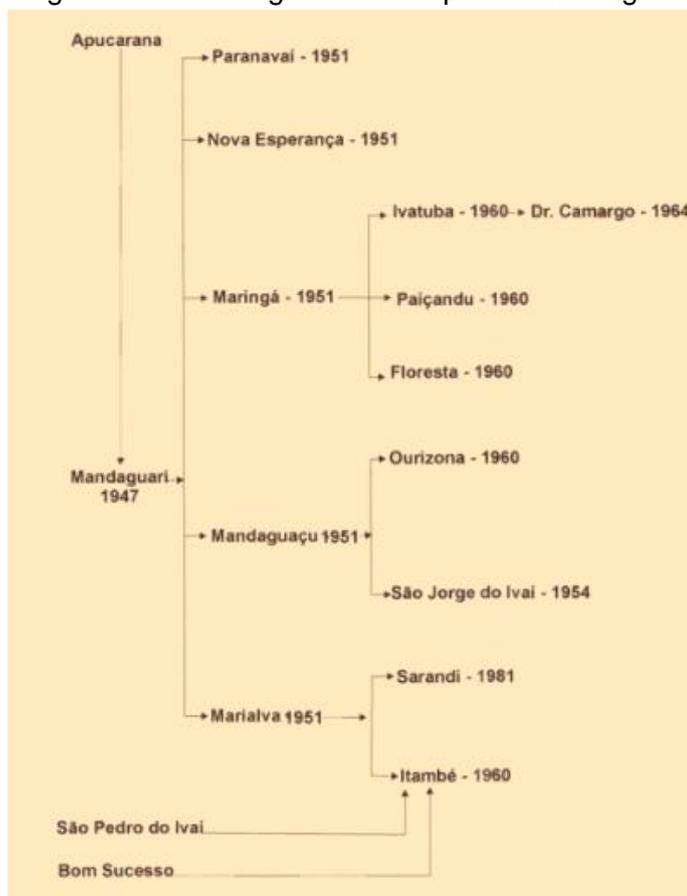
Os núcleos urbanos que foram fundados pela Companhia se aparelharam ao longo das principais cidades da região: Cambé, Arapongas, Apucarana e Mandaguari (LUZ, 1997). Para evitar o isolamento e suprir as principais necessidades da população, a Companhia desmatou extensas áreas, construiu vias de acesso que ligavam as glebas ao patrimônio mais próximo e também se responsabilizou pela distribuição de água potável e energia elétrica. Contudo, era reservado um local privilegiado para o estabelecimento de uma cidade polo, que serviria como centro propulsor de progresso⁵⁰.

⁵⁰ A respeito da fragmentação do território paranaense em unidades político-administrativas, recomenda-se a leitura da dissertação de mestrado de Adilar Antonio Cigolini, defendida em 1999 na Universidade Federal de Santa Catarina.

Os primeiros geradores a diesel estavam voltados para atender os escritórios da Companhia e as residências dos moradores mais ilustres, porém, com o desenvolvimento gradativo da cidade e com o sucesso de vendas dos lotes, foi necessário organizar um esquema de infraestrutura mais avançado (ATHAIDES; PEREIRA, 2017, p. 167).

A sede da Companhia de Terras Norte do Paraná, situada inicialmente em Mandaguari⁵¹, foi transferida para Maringá, assim como seus investimentos, em decorrência de conflitos relacionados à cobrança, considerada exacerbada, de impostos pelo município (ATHAIDES; PEREIRA, 2017). Por essa razão, Mandaguari que, em 1944, era o segundo maior município paranaense em extensão territorial, perdeu grande parte de seu território a partir da década de 1950.

Figura 6 - Genealogia do município de Mandaguari



Fonte: ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná

⁵¹ Athaides e Pereira contam que “[...]” Mandaguari foi elevada à condição de município em 12 de abril de 1944, quando era habitada por quase 15 mil habitantes. Naquela época, a cidade contava com os distritos de Marialva, Maringá, Guaíra [Mandaguaçu], Capelinha [Nova Esperança] e Paranavaí” (ATHAIDES; PEREIRA, 2017, p. 173).

Na figura 6, é possível verificar os municípios que foram desmembrados de Mandaguari – Paranaíba, Nova Esperança, Maringá, Mandaguaçu e Marialva –, fundados em decorrência da promulgação da Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951 pelo governo do estado do Paraná, que dispõe sobre a divisão administrativa do estado do Paraná para o quinquênio de 1952 a 1956.

Na região noroeste paranaense, a cidade de Maringá constitui uma referência de planejamento urbano e desenvolvimento. Diversas cidades fundadas pela iniciativa privada da Companhia de Terras Norte do Paraná cresceram à sua margem, caso do núcleo urbano que originou o município de Nova Esperança, criado no ano de 1948.

4.2 A CAPELINHA E A ORIGEM DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA

O período anterior à fundação e ao povoamento do núcleo que originou o município de Nova Esperança se caracterizava por uma significativa movimentação de tropeiros e viajantes vindos de São Paulo e Mato Grosso do Sul, com destino a Guarapuava e Palmas.

A exploração do norte do Paraná a partir de 1925/26 pela empresa britânica de colonização atraiu, rapidamente, pessoas de todos os cantos do Brasil, uma vez que a estrada de ferro, feita pela companhia ferroviária e, cujas ações pertenciam majoritariamente, aos britânicos, avançou cada vez mais do Estado de São Paulo em direção à mata do norte do Paraná (MAINKA, 2017, p. 33).

O caminho foi aberto a partir de 1926, quando “Esses viajantes fizeram as suas primeiras penetrações no sertão, onde hoje se localiza o município de Nova Esperança, por um “picadão” através da mata virgem” (FERREIRA, 1996, p. 465).

Como consequência do acelerado crescimento populacional do noroeste paranaense, houve uma ampliação significativa no nível de urbanização. De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná (2004), a mesorregião alcançou a terceira posição do Estado nesse quesito, embora ainda estivesse abaixo dos 50%.

Naquela época, uma empresa de levantamentos topográficos trabalhava na abertura de picadas que se destinavam aos Campos de Guarapuava (FERREIRA, 1996). Em determinado momento, o trabalho foi abandonado, mas, antes de partirem

da região, “[...] alguns funcionários daquela companhia topográfica, que ficaram ‘ilhados’, em função do excesso de chuvas, resolveram construir no ponto final da picada, às margens do Ribeirão Biguá, uma capelinha [...]” (FERREIRA, 1996, p. 465).

Figura 7 - Festa de comemoração aos 10 anos da fundação de Nova Esperança – representação da Capelinha encontrada na mata (1962)



Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Nova Esperança

Essa capelinha, que possuía aproximadamente dois metros de altura por um metro de comprimento e um metro de largura e era coberta por folhas de zinco, está retratada na imagem (figura 7), fotografada na ocasião da festa de comemoração pela primeira década da instalação do município, em 1962. No seu interior, havia a imagem do Sagrado Coração de Jesus, razão pela qual este se tornou padroeiro do município.

Anos mais tarde, em 1946, o local ainda era conhecido como “Capelinha” e, quando a Companhia de Terras Norte do Paraná chegou à região para dar continuidade ao seu empreendimento de colonização, essa denominação foi mantida, a pedido de Arthur Thomas (FERREIRA, 1996). A mudança de nome ocorreu somente quando o conglomerado urbano foi elevado à condição de município, sem passar pelo estágio de distrito, a partir da promulgação da Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951

pelo governo do estado do Paraná⁵², estabelecendo os limites territoriais conforme a seguinte disposição:

Município de Nova Esperança (Capellinha)

I – Limites municipais

Linhas de limites

1 – Com o Estado de São Paulo: Começa no rio Paranapanema na corredeira do Estreito em frente ao marco da divisa N. S. das terras da Companhia Melhoramentos Norte do Parana com as da Colônia Paranaíba e sóbe pelo rio até a fóz do rio Pirapó.

2 – Com o município de Santo Inácio (ex-Redução de Santo Inácio): Começa no rio Paranapanema na fóz do rio Pirapó, sóbe por este a fóz do ribeirão Japira.

3 – Com o município de Jaguapitã: Começa na fóz do rio ribeirão Japira no rio Pirapó, e sobe por êste até a fóz do rio Bandeirantes do Norte.

4 – Com o município de Astorga: Começa na fóz do rio Bandeirantes do Norte, no rio Pirapó sobe por êste até a fóz do rio Jacupiranga.

5 – Com o município de Mandaguaçu: Começa no rio Pirapó na fóz do rio ribeirão Jacutinga, sobe por êste e depois pelo córrego Turiaçu até sua cabeceira, de onde em reta alcança a êste até o cruzamento com a divisa N. S. das terras da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, com as da Colônia Paranaíba.

6 – Com o município de Paranaíba: Começa no cruzamento do ribeirão Paranhos com a linha da divisa N. S. das terras da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná com as da Colônia Paranaíba e segue por esta divisa no sentido N. até o rio Paranapanema.

II - Divisas Administrativas

Linhas de divisa

[...], de onde em reta alcança a cabeceira do córrego Piuá, desce por êste e depois pelo ribeirão do Diabo até a sua fóz na rio Paranapanema (PARANÁ, 1951).

O documento intitulado *História Remota de Nova Esperança*⁵³, assinado pelo médico e prefeito do município entre 1977 e 1982, Severino Ramos Bezerra (1933-2018), apresenta a jornada exploratória capitaneada pela Companhia de Terras Norte do Paraná na região noroeste do estado. Na narrativa é possível dimensionar a

⁵² “**Dependência Genealógica** – Nova Esperança emancipou-se em 14.11.1951 de Mandaguari, que em 10.10.1947 se originou de Apucarana, que se desmembrou em 30.12.1943 de Londrina, que se emancipou em 03.12.1934 de Jataí, que se originou em 14.03.1929 de São Jerônimo, que se desmembrou em 23.02.1920 de Tibagi, que se emancipou em 18.03.1872 de Castro, que originou-se em 24.09.1788 de Curitiba, que se desmembrou em 29.03.1693 de Paranaguá, criado em 29.07.1648 por Carta Régia” (FERREIRA, 1996, p. 466).

⁵³ Trata-se de um documento datilografado em papel timbrado da Prefeitura do Município de Nova Esperança, localizado entre os arquivos da Biblioteca Pública do Paraná. Não possui indicação de data ou mesmo da finalidade para a qual foi emitido. Estima-se que o documento tenha sido escrito entre os anos de 1977 a 1982, período que Severino Ramos Bezerra exerceu mandato como prefeito do município.

evolução da pequena cidade por intermédio do inventário detalhado dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço atendia o território de Capelinha:

No ano de 1948, começou a abertura e colonização da cidade, para onde vieram correntes migratórias de todas as regiões brasileiras e no ano de 1951, a povoação já possuía 6 serrarias, 6 máquinas de beneficiar arroz, 2 debulhadeiras de milho, 2 fábricas de móveis, 1 máquina de café, 5 postos de gasolina, 2 serrarias, 5 oficinas mecânicas, 3 sorveterias, 28 casas de secos e molhados, 16 casas de tecidos, 22 bares, 4 barbearias, 2 tinturarias, 4 alfaiatarias, 1 fábrica de calçados, 1 funilaria, 3 restaurantes, 1 relojoaria, 2 casas especializadas em ferragens, 12 carros de alugueis, 42 caminhões de alugueis, 3 carros particulares, 5 depósitos de tijolos e telhas, 1 fábrica de tubos, 6 compradores de cereais, 1 correio particular, 2 escritórios comerciais, 4 médicos, 2 dentistas e 1 engenheiro agrônomo (BEZERRA, [entre 1977 e 1982], p. 4).

Em 14 de dezembro de 1952, ocorreu a instalação oficial do município, dia em que tomou posse o primeiro prefeito eleito, o médico José Teixeira da Silveira (1918-2009). A imagem a seguir (Figura 8) ilustra a prosperidade econômica conquistada pelo município na época, ao capturar a cena de dezenas de crianças e alguns adultos afoitos de curiosidade pela inauguração do primeiro posto de gasolina de Nova Esperança, em 1952, localizado na Praça Mello Palheta.

Figura 8 - Inauguração do primeiro posto de gasolina do município de Nova Esperança – Praça Mello Palheta (1952)



Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Nova Esperança

De acordo com informações da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (Volume XXXI – Paraná), nesse período, o município contava com um total de “[...] 21 patrimônios, numa área total de 155.000 alqueires, sendo 70.000 alqueires cultivados havendo 82.000.000 pés de café e 1.138 quilômetros de estrada de rodagem” (FERREIRA, 1959, p. 336). A produção agrícola do município consistia no cultivo de algodão, cereais e, principalmente, o café.

O progresso e a significativa expansão econômica alcançados pelo município nos primeiros anos de sua história levou um número expressivo de famílias a migrarem para a região. Após o estabelecimento dos primeiros moradores, tornou-se latente a necessidade de se organizar uma educação escolar que pudesse atender à demanda de alunos formada pelos filhos da sociedade emergente.

4.2.1 Gênese da história da educação de Nova Esperança: os primeiros grupos escolares

Até meados do século XX, a educação nacional estava voltada à satisfação dos interesses oligárquicos, que não contemplavam a formação da população que figurava à margem social. A escola era um espaço para a educação das elites. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública demonstrava que “[...] a educação começava a ser reconhecida, inclusive no plano institucional, como uma questão nacional” (SAVIANI, 2005, p. 11). Interessava ao Estado a questão da erradicação do analfabetismo, possibilitando a ampliação do “curral eleitoral”, além do fato de que uma nação cujo povo tem acesso às letras significa maior proximidade em relação ao nível dos países desenvolvidos (CURY, 1986).

À escola foi atribuída a função de formar os cidadãos que elevariam o país, a partir da ideia de reconstrução nacional pela reconstrução educacional. “Formar-se-iam ‘duas redes de ensino’: aquela que atenderia a formação das ‘elites’ e a que atenderia a formação da força de trabalho” (CURY, 1986, p. 19). Dois grupos com proposições pedagógicas e ideológicas distintas disputavam o campo educacional: de um lado, os Pioneiros da Escola Nova, signatários da defesa de um ideal liberal, e, de outro, os líderes intelectuais católicos.

Por outro lado, um grupo de intelectuais da Igreja Católica via na proposta de instrução pública que se desenhava, a intenção do Estado em monopolizar a Educação (MIGUEL; VIEIRA, 2005). Para o grupo católico, "[...] as manifestações da crise no mundo e no Brasil vão do moral ao econômico em ordem de importâncias, *mas a raiz do mal é intelectual*" (CURY, 1986, p. 53). A difusão do intelectualismo cristão e católico ocorreria por meio da educação, de modo a alcançar a cura para o mal intelectual instalado.

É preciso lembrar que a Igreja Católica mantinha estreitos laços com a burguesia, assumindo uma postura reformista que, baseada na "[...] conversão moral individual (e dos indivíduos extendendo-se [sic] à sociedade), reduziriam os excessos e exageros do capitalismo (sede de lucro, apego aos valores materiais e descaso quanto aos valores espirituais) (CURY, 1986, p. 12). Na época, sua causa foi apoiada pelo governo, na figura de Getúlio Vargas (1882-1954) e do ministro Francisco Campos (1891-1968) que, à frente do Ministério da Educação, reintroduziu o ensino religioso nas escolas públicas, o qual contribuiria para a formação moral daqueles que constituiriam os dirigentes da nação⁵⁴.

A versão ideológica dos Pioneiros da Escola Nova também partia da constatação de um mundo em crise, porém, representava "[...] a adaptação da política educacional ao processo econômico gerado pelas novas forças produtivas [...]" (CURY, 1986, p. 25). Para os reformadores, signatários do Manifesto de 1932, a escola seria uma réplica do meio social no qual se insere e, portanto, seus princípios pedagógicos deveriam estar alinhados ao processo de industrialização que o país almejava. "A filosofia, a moral, a educação, dependem, pois, do tipo de sociedade que se tem em vista" (CURY, 1986, p. 82). Os escolanovistas defendiam que o Estado deveria assumir seu dever de oferecer educação para seus cidadãos, por meio da ampliação do número de escolas públicas para o atendimento de todos, sem distinção ou discriminação (CURY, 1986).

Em 1959, em meio ao processo de tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no congresso nacional, os intelectuais da Escola Nova

⁵⁴ O ministro Francisco Campos, embora fosse signatário do movimento da Escola Nova, foi o responsável por introduzir o ensino religioso nas escolas oficiais. Por meio do Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, a reivindicação da Igreja Católica foi atendida (SAVIANI, 2008). A determinação que autorizava o ensino da doutrina católica nas escolas públicas foi um dos fatores que contribuiu para o início do processo de desaparecimento das escolas paroquiais (DALLABRIDA, 2005).

redigiram um novo documento: Manifesto dos educadores democratas em defesa do ensino público (1959) – Mais uma vez convocados – Manifesto ao povo e ao governo. “Revisitava-se, portanto, o Manifesto de 1932, com olhares tanto do passado como dos novos tempos [...]” (SANFELICE, 2007, p. 546). O futuro que apontava, embora não igualmente para todos os segmentos de classe, deveria contemplar um projeto consistente de educação escolar.

O Manifesto de 1959, de certa maneira, dá sequência ao Manifesto de 1932, o complementa e atualiza, com uma visão histórica mais de vinte anos depois. As rupturas que se fariam com o movimento civil-militar de 1964, atingindo globalmente a sociedade, já se delineavam ao longo dos anos 1950. Estes anos tinham, então, contraditoriamente, a presença ainda do passado pré-1930, a sua temporalidade própria e o futura, o pós-64 em construção (SANFELICE, 2007, p. 545).

Desse confronto estabelecido entre católicos e liberais constata-se que ambos os grupos compõem faces distintas de uma mesma moeda e defendiam os interesses da classe dominante. Ainda que representassem segmentos diferenciados, os segmentos em conflito não questionaram a estrutura do sistema vigente, uma vez que “[...] as mudanças funcionais far-se-iam dentro dos princípios do capitalismo, atingindo aspectos conjunturais do mesmo” (CURY, 1986, p. 189).

Como se vê, no alvorecer da República e nas décadas iniciais do século XX, o desejo de construir uma nação que se assemelhasse aos pressupostos civilizatórios europeus pôs a escolarização no centro do debate político no Brasil. No estado do Paraná, a institucionalização da instrução pública foi marcada por uma concepção liberal de educação que não era condizente com a realidade social do Brasil nos tempos da instalação da Província, em 1854 (MIGUEL, 2008). Além das diferentes concepções de instrução pública dos políticos envolvidos nesse processo, a depender do lugar social em que se encontravam, as questões relacionadas à materialidade contribuíram sobremaneira para o fracasso do empreendimento:

A institucionalização da instrução pública, nos documentos consultados, surge eivada por diferentes concepções e permeada por problemas como a criação de escolas e seu não provimento, a formação do professor, as ingerências políticas nas nomeações de professores e inspetores, a pobreza da população, a falta de pagamento dos salários dos mestres e a escassez ou falta total de bancos e mesas escolares, de livros e demais materiais e métodos (MIGUEL, 2008, p. 34).

Nas décadas posteriores à instalação provincial paranaense, conforme a produção da vida material se organizava, na medida em que o avanço do capitalismo punha o estado do Paraná como grande produtor e exportador de café e, posteriormente, com o advento da industrialização que alcançava o país, a instrução pública tornou-se pauta dos governantes, uma vez que a população passou a ser chamada a participar efetivamente da força de trabalho, especialmente após a libertação da escravatura. A transformação do trabalho agrícola do café em capital financeiro “[...] gerou no mercado interno novas relações sociais de produção da vida material e social, bem como o aparecimento de novas demandas profissionais” (MIGUEL; VIEIRA, 2005, p. 95).

Embora a Constituição Federal de 1891 determinasse que cabia aos entes federados a obrigação de providenciar as reformas de ensino que adequassem a oferta da educação escolar às suas realidades políticos-educacionais, havia uma “[...] vergonhosa falta de recursos destinada à instrução primária” (BENCOSTTA, 2015, p. 69). Os primeiros grupos escolares implantados no Brasil datam do fim do século XIX quando, em 1893, o estado de São Paulo implantou pela primeira vez este modelo de organização administrativo-pedagógica. A experiência exitosa “[...] orientou não somente as determinações que levaram à criação dos grupos escolares daquele Estado, mas também, em pouco tempo, foram adotados por todo o país” (BENCOSTTA, 2015, p. 69).

Para o Estado, a organização do ensino por meio da criação dos grupos escolares contribuía para a minimização do custo dispendido com aspectos estruturais. Isso, pois, a organização dos grupos escolares previa a união de várias escolas primárias – as escolas isoladas – de uma determinada área em um único prédio. As autoridades do ensino, entretanto, não concordavam com a ideia de fazer dos grupos escolares um amontoado de escolas em um único edifício, ao afirmarem que “[...] se esta escola deveria possuir uma sequência metódica e sistemática de ensino, seria necessário, portanto, submetê-los a uma regulamentação específica” (BENCOSTTA, 2015, p. 71).

Ao longo da história dos grupos escolares, coube aos órgãos de ensino organizar os programas adotados pelas disciplinas da escola primária. Durante a sua

primeira fase, caracterizada pelos esforços de implantação dessa etapa de ensino, a distribuição do conhecimento escolar nos quatro anos de formação elementar previa a transmissão de matérias como: leitura, caligrafia, aritmética, desenho, linguagem, música, geometria, trabalhos manuais, história, ginástica, geografia e cosmografia, ciências físicas e naturais - higiene, moral e cívica (BENCOSTTA, 2015, p. 75).

Esse foi o contexto educacional em que ocorreu a instalação das primeiras instituições escolares no município de Nova Esperança. Do avanço econômico da região surgiu a necessidade de pensar em uma instituição educativa que atendesse os filhos da sociedade que estava se estabelecendo. Na época da criação da primeira escola, a região ainda era denominada de Patrimônio Capelinha, pertencente ao município de Mandaguari.

A Escola Isolada Capelinha foi criada em 1950 e, em seu primeiro ano de funcionamento, contava com um número de mais de 80 crianças matriculadas, todas elas atendidas por uma única professora, Dalva Lira Soares. No livro destinado ao registro do histórico do estabelecimento (Anexo C) consta o registro do empenho da professora para fundar a escola:

Dona Dalva era professora nomeada pelo Estado e precisava lecionar: conseguiu um salão de propriedade do Sr. José Rezende (era em frente à Igreja Matriz). Compra madeira e manda fazer banco, quadro negro. Sai em busca de alunos, visitando a fazenda Ribeiro, a Serraria do Sr. José Fabrini (hoje Clube Campestre), casas do Patrimônio, sítios vizinhos. Consegue 87 alunos (distribuídos em turmas de 1º, 2º e 3º anos) e encaminha esta listagem à Curitiba, através da professora Ruth de Muzio Carvalho em Marialva. Era o início do ano de 1950 e nascia a Escola Isolada "Capelinha" (SECRETARIA DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, 1978, p. 2).

Poucos meses depois do início de suas atividades, a escola foi transferida para um salão construído pelos moradores. No ano seguinte, chegaram à Capelinha os professores João Panasiewicz e sua esposa, Regina Panasiewicz. João Panasiewicz assumiu a direção escolar e providenciou a ampliação do corpo docente, convidando as professoras Maria Lima dos Santos e Lúcia Verneck Torres a lecionarem na escola. Ambas residiam no Patrimônio Capelinha e contribuíram, com a ajuda do povo, para a construção de mais três salas.

Em 1952, o Patrimônio Capelinha foi elevado à condição de município, a partir do seu desmembramento do território de Mandaguari, ocasião em que passou a ser

denominado de Nova Esperança. A Escola Isolada Capelinha também recebeu uma nova denominação, passando a se chamar Grupo Escolar de Nova Esperança. No ano de 1955, o grupo escolar foi oficializado por meio do Decreto nº 16.122, de 8 de março de 1955, que dispunha sobre a criação de diversos grupos escolares no Paraná.

Figura 9 - Grupo Escolar Ana Rita de Cássia (1952)



Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Nova Esperança

"Em reunião de professores, sugeriu-se novo nome ao Grupo Escolar, citaram Ana Neri, Anita Garibaldi e Ana Rita de Cássia, saindo escolhido este último, por se tratar da primeira professora do Paraná" (SECRETARIA DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANA, 1978, p. 2 [verso]). A nova denominação, Grupo Escolar Ana Rita de Cássia⁵⁵, foi registrada pelo Decreto nº 19.564, 4 de novembro de 1955. A fotografia (Figura 9) é um registro do prédio onde funcionava o grupo escolar.

Somados às iniciativas individuais da população e da equipe de professores, o Poder Público também contribuiu para tornar o estabelecimento adequado às necessidades do novo município. No sítio eletrônico oficial da Assembleia Legislativa

⁵⁵ Ritta Anna de Cássia Franco (1810-1883) era natural de Curitiba. "Foi a 1ª professora pública para meninas da então 5ª Comarca da Província de São Paulo, depois Província do Paraná. Seu exame para o cargo, até então ocupado por homens, em 1833, foi um grande acontecimento na sociedade curitibana" (CARNEIRO JUNIOR, 2014, p. 172).

do Estado do Paraná, constam dois registros relacionados à/ao Escola Isolada Capelinha/Grupo Escolar de Nova Esperança. O primeiro, sem indicação de autoria, refere-se à Lei Sancionada nº 802, publicada no Diário Oficial nº 215 de 24 de novembro de 1951, que autoriza o Poder Executivo a abrir à Secretaria de Viação de Obras Públicas, um crédito especial de CR\$ 600.000,00 para a construção de alvenaria, de um grupo escolar no povoado de Capelinha, distrito de Maringá, município de Mandaguari. O segundo registro, de autoria do prefeito José Teixeira da Silveira, trata-se da Lei Sancionada nº 3538, publicada no Diário Oficial nº 268 de 3 de fevereiro de 1958, autorizando o Poder Executivo a abrir um crédito especial de CR\$. 60.000,00, ao Departamento de Edificações, da S.V.O.P, para ampliação do Grupo Escolar de Nova Esperança.

As informações registradas no Livro de registro do histórico do estabelecimento (Anexo C) e no Histórico Estabelecimento (Resumo) - Grupo Escolar Ana Rita de Cássia (Anexo D) indicam os principais acontecimentos da trajetória da instituição até o ano de 1978, quando já possuía nova denominação: Colégio Costa Monteiro – Ensino Regular e Supletivo de 1º Grau e Ensino de 2º Grau, em concordância com o Decreto Oficial nº 157, de 13 de outubro de 1977.

A história da instituição também foi tema de uma matéria publicada na edição comemorativa ao 11º aniversário de Nova Esperança, Paraná, pela Revista O Imparcial, veiculada no estado de São Paulo. O texto “Da humilde ‘Escola Isolada Capelinha’ ao moderno Grupo Escolar ‘Ana Rita de Cássia’” (Anexo E), sem indicação de autoria, apresenta uma narrativa que destaca o empenho daqueles que, mesmo em condições precárias, envidaram esforços para fundar a primeira escola do município.

A preocupação com os processos educativos da população, que impulsionou a criação da Escola Isolada de Capelinha, foi ampliada no decorrer dos anos 1950. Diversas outras instituições de ensino, com predomínio dos grupos escolares, foram criadas em Nova Esperança naquele período, incluindo a Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança, precursora do Colégio Coração de Jesus.

5 O COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS DE NOVA ESPERANÇA/PR

Educação e religião são duas categorias ambíguas cuja relação é permeada por conflitos e contradições. Enquanto instituição social, a Igreja não está alheia aos determinantes históricos de seu tempo, tampouco às transformações da sociedade como um todo. De modo dialético, sociedade, Igreja e educação modificam-se mutuamente. A atuação do Colégio Coração de Jesus no município de Nova Esperança faz parte de um amplo projeto de educação empreendido pela Igreja Católica a partir da proclamação da República. A influência da Igreja entre as classes dominantes foi abalada pela aspiração do país em tornar-se moderno, além de aspectos como a disseminação dos ideais seculares, a ascensão do protestantismo e o crescimento da esquerda no cenário político.

A Igreja, "[...] atingida pelo processo de secularização e vendo sua credibilidade contestada por instâncias da ciência, vê-se também diante de exigências da educação como fato social e mediadora do processo de criação cultural" (PAIVA, 1991, p. 54). O empenho da Igreja em proteger seus interesses organizacionais resulta dos conflitos políticos internos, sem que isso se oponha à propagação sincera da mensagem presente em seu evangelho.

Todavia, dependendo da percepção que tenha dessa mensagem, pode vir a se preocupar com a defesa de interesses tais como sua unidade, posição: em relação às outras religiões, influência na sociedade e no Estado, o número de seus adeptos e sua situação financeira. Quase toda instituição se preocupa com a própria preservação; muitas tratam de se expandir (MAINWARING, 2004, p. 16).

Para proteger seus interesses e combater o estabelecimento cada vez mais acentuado do pensamento secular, a Igreja Católica convocou o Concílio Vaticano II, anunciado pelo papa João XXIII em 25 de janeiro de 1959, com o intuito de contribuir para a unidade dos cristãos e para a reforma da Igreja⁵⁶. Embora fosse um evento

⁵⁶ "Na década de 1955-1965 houve mudanças significativas na Igreja Católica Romana, tanto em nível internacional como no Brasil. O cauteloso e conservador Pio XII faleceu em 1958, e seu substituto João XXIII promoveu reformas importantes. As encíclicas de João XXIII, tais como *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) modificaram o pensamento católico oficial. Ambas desenvolveram uma nova concepção da Igreja, mas em sintonia com o mundo secular moderno, comprometia em melhorar o destino dos seres humanos na Terra e em promover a justiça social. O concílio Vaticano II começou em 1962 sob a orientação de João XXIII, reunindo os bispos do mundo inteiro em Roma

religioso, a dimensão política perpassou cada etapa da realização do Concílio, incluindo sua preparação, que foi permeada pelas tensões decorrentes do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e pela ameaça comunista da qual o Papa Pio XII (1876-1958) julgava necessário proteger a Igreja. Além disso, o concílio deveria cumprir a tarefa crucial de impulsionar a "[...] futura e desejável reconciliação geral dos cristãos desunidos através da história⁵⁷" (FOUILLOUX, 1996, p. 82). Dentre as deliberações conciliares, a propagação da fé católica deveria ocorrer, também, por intermédio da atuação da Igreja no campo educacional.

No Paraná, a Igreja concentrou seus esforços para garantir sua presença em todos os espaços urbanos recém-criados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Nas dependências sob responsabilidade da Diocese de Jacarezinho, dado o acentuado crescimento populacional na região, coube ao bispo diocesano Dom Geraldo de Proença Sigaud⁵⁸ (1909-1999) articular uma ação ofensiva que resultou na criação de diversas paróquias espalhadas pelos municípios, bem como na importação de Ordens e Congregações religiosas para auxiliar no atendimento espiritual da população.

5.1 A INSTALAÇÃO DA PARÓQUIA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS E A CRIAÇÃO DA ESCOLA NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA

A história da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus teve início no ano de 1952, quando Dom Geraldo de Proença Sigaud, então bispo da Diocese de Jacarezinho, assinou o seu decreto de criação (Anexo F). O documento, assinado aos dezenove dias do mês de setembro daquele ano, declarava que a instituição da paróquia amovível de Capelinha se deu a partir de seu desmembramento das

para discutir uma visão mais aberta da Igreja, e teve um efeito retumbante. Quando João XXIII faleceu, em 1963, Paulo VI assumiu o papado e, apesar de algumas oscilações, deu continuidade ao processo de renovação da Igreja até sua morte em 1978" (MAINWARING, 2004, p. 62).

⁵⁷ "A Reforma Protestante, a primeira, introduziu o germe do livre exame no ato de fé outrora regulado só pela autoridade. Para limitar seus desgastes, senão para extirpá-los inteiramente, foi preciso travar a dura batalha da Contra-reforma, da qual emergiu o catolicismo, no sentido pleno do termo. Depois vieram o iluminismo e sua filha a Revolução (francesa, em primeiro lugar): foram combatidas, sempre em retirada, por meio de um antiliberalismo resolutivo, que é a um só tempo recusa da laicização da vida pública e da privatização da religião" (FOUILLOUX, 1996, p. 86-87).

⁵⁸ Dom Geraldo de Proença Sigaud atuou como bispo diocesano de Jacarezinho-PR durante os anos 1947 a 1961. Seu posicionamento político não destoava da orientação conservadora da Igreja Católica no período, marcada por uma acentuada postura crítica em relação ao comunismo.

paróquias dos municípios de Alto Paraná e Mandaguçu. A extensão da nova paróquia, criada pelo referido decreto, contemplava as seguintes divisas:

Começa do ponto em que a divisa oeste da Companhia de Terras Norte do paraná córta o ribeirão Paranhos. Sóbe por aquela rumo ao norte até o ponto em que cruza o ribeirão Anhumas; sobre por este até suas cabeceiras, seguindo dai em linha reta atravessando a estrada oficial Paranaíba-Maringá até as cabeceiras do ribeirão do Diabo (São Francisco); por este segue até a sua foz no Paranapanema; sobe dai o Paranapanema até o ponto em que neste desemboca o Pirapó; sobe este até a foz do ribeirão Branco e continúa subindo até a foz do ribeirão Turiaçu sobre este até a sua nascente e numa reta atravessa a estrada Maringá-Paranaíba, até as cabeceiras do Paranhos, desce até seu ponto inicial (CÚRIA DIOCESANA DE JACAREZINHO, 1952).

Figura 10 - Primeira procissão – Praça Mello Palheta (1951)



Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Nova Esperança

A imagem acima (Figura 10) apresenta a primeira procissão realizada em Capelinha, antes mesmo da criação da Paróquia, a qual teria como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus. O registro é do ano de 1951 e mostra a procissão de fiéis seguida majoritariamente por homens.

Em sua última instrução do decreto, Dom Geraldo de Proença Sigaud mandou que o documento fosse lido em um domingo ou dia santo nas missas celebradas em

Capelinha, Mandaguaçu e Alto Paraná, assim como fosse integralmente registrado no livro de Criação de Paróquias da Cúria Diocesana e nos respectivos livros do Tombo. Em cumprimento ao estabelecido, no livro do Tombo da Paróquia de Capelinha, cujo termo de abertura foi assinado na mesma data, consta a transcrição do referido decreto.

O registro posterior é a ata da posse do Padre José Antônio Roldan⁵⁹ (Anexo G), curiosamente datada em 13 de setembro de 1952, dias antes da assinatura do decreto de ereção da Paróquia e mesmo do termo de abertura do seu livro do Tombo. No documento, consta a informação de que a nomeação do vigário, por provisão de Dom Geraldo de Proença Sigaud, se deu em 7 de setembro do mesmo ano. A ata foi lavrada e assinada pelo recém designado vigário da nova freguesia eclesial.

Os livros de registros oficiais da paróquia apresentam uma certa desordem no que diz em relação às datas. No Livro do Tombo da Paróquia, existe uma lacuna importante a esse respeito. Da ocasião da posse do Padre José Antônio Roldan, em setembro de 1952, o registro subsequente aconteceria apenas quatro anos depois, quando ocorreu a visita pastoral do bispo diocesano de Jacarezinho, Dom Geraldo de Proença Sigaud, entre os dias 18 de junho e 7 de julho de 1956. As deliberações ocorridas nos anos de 1953 a 1955 não figuram entre os registros e atas oficiais do livro.

Semelhante desalinho foi identificado no Livro de Atas da Igreja de Capelinha, cujo termo de abertura data de 19 de abril de 1952 e afirma referir-se às atas das reuniões da Comissão da Igreja Local do Patrimônio de Capelinha, tem a assinatura de um Frei cujo nome não foi possível identificar. Contudo, o primeiro registro do livro refere-se à Ata de Fundação, redigida em 4 de março de 1951, narra a reunião para eleger a diretoria responsável em angariar donativos para a construção de uma igreja católica em Capelinha (Anexo H). No documento, os presentes manifestaram sua intenção em realizar uma visita ao bispo de Jacarezinho para solicitar que este providenciasse um pároco para a futura igreja, visto que a paróquia mais próxima

⁵⁹ De acordo com as informações descritas no prontuário encontrado no acervo histórico da Cúria Arquidiocesana de Maringá, Pe. José Antônio Roldan nasceu na Espanha em 11 de junho de 1925. Sua ordenação sacerdotal ocorreu em 1º de maio de 1950, em Jacarezinho, realizada por Dom Geraldo de Proença Sigaud. Dentre as atividades exercidas antes de se tornar o primeiro padre de Nova Esperança, o religioso foi secretário do arcebispo e vigário da catedral de Jacarezinho.

ficava a 38 quilômetros de distância. A comissão salientou, ainda, que a construção da igreja tinha como objetivo fazer progredir o número de fiéis.

As 1ª e 2ª Atas registradas em 25 de março de 1951 e 24 de junho de 1951, respectivamente, apresentam os valores angariados até as referidas datas. Na 1ª Ata, discutiram e aprovaram a planta da igreja, com dimensão de 142m². Na 2ª Ata, deliberaram sobre a contratação de um carpinteiro para trabalhar na construção. As atas subsequentes referem-se ao ano de 1952.

Na Ata Extraordinária, de 19 de abril, consta o registro da nova comissão da Igreja e foi assinada pelo padre Frei Salvador de Pádua⁶⁰. O último registro do livro foi redigido em 15 de junho e apresenta apenas a informação de que na ocasião foi discutida a construção da igreja e da casa paroquial, sem dar mais detalhes das deliberações. Na contracapa do livro de Atas consta o termo de encerramento, assinado pelo Frei Salvador de Pádua em 19 de abril de 1952.

A Igreja a que se referiam as atas foi concluída em 1955 e possuía imponentes torres laterais construídas com madeira de lei, conforme pode ser observado na Figura 11, a seguir. Não foram localizadas imagens do interior da construção, porém, nos registros mantidos pela Paróquia em seu histórico, consta a informação de que havia três altares, um central e dois laterais, além de confessionários, de modo a atender o número cada vez maior de fiéis.

⁶⁰ O capuchinho Frei Salvador de Pádua tomou posse da futura igreja do município de Alto Paraná em 1º de novembro de 1951, tornando-se o primeiro pároco responsável pela Paróquia Santo Antônio de Pádua, fundada em 16 de março de 1952, responsável pelas capelas de Paranacity e Capelinha (ROBLES, 2007). Não foram encontrados dados sobre o nascimento e a morte do religioso.

Figura 11 - Paróquia Sagrado Coração de Jesus - Igreja de madeira (1955)



Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Nova Esperança

No Livro Tombo da Paróquia foram dedicadas cinco páginas para a Ata da segunda visita pastoral à Igreja do Sagrado Coração de Jesus, de 18 de junho a 7 de julho de 1956. Na ocasião, Dom Geraldo de Proença Sigaud deliberou sobre aspectos diversos que resultaram em sete determinações a serem cumpridas, dentre as quais, destacam-se as duas últimas. De acordo com o bispo, as necessidades mais urgentes da igreja estavam satisfeitas, e orientou que o padre desse prosseguimento ao que ele considerava os dois pilares do trabalho pastoral no município: a escola paroquial e o Hospital Santa Casa. Sobre a primeira, o bispo manifestou seu contentamento pelos frutos colhidos pela administração realizada pela paróquia, mas indicou a necessidade de que a administração da escola fosse entregue aos cuidados de religiosas. A outra determinação de Dom Geraldo de Proença Sigaud tratou da necessidade de formação de catequistas, de modo que todas as escolas municipais e estaduais recebessem eficientes aulas da religião. De acordo com a orientação do bispo, os catequistas deveriam ser formados pela Escola Normal Regional.

A pedido do bispo durante a visita pastoral, Padre José Antônio Roldan narrou os principais acontecimentos relacionados à Paróquia de Capelinha até aquele momento. O relato inicia tratando da intenção de loteamento daquela região por parte da "Companhia Inglesa de Terras", a CTNP. Desse registro, importa destacar a o relato de que os sócios da companhia teriam encontrado uma capelinha feita de pau ipê e palmito e pequenas tábuas de cedro: "Um altazinho com a sagrada imagem do Coração de Jesus; de lado uma bandeja, ainda com níqueis dos viajantes, que respeitosa e depositaram com santa devoção" (PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1953, p. 7). Fizeram, então, um juramento de construir uma igreja consagrada ao Coração de Jesus, planejando uma cidade que levaria o nome de Capelinha. No documento consta, ainda, por que foi substituído o nome de Capelinha por Nova Esperança, conforme segue:

Um deputado na câmara de Curitiba do partido do P.T.B., desconhecendo e ignorando tão bela história, alegando que já havia em Minas-Gerais uma cidade com esse nome entrou com o projeto na câmara no ano de 1951 sendo aprovado pelos outros que também nada sabiam a respeito de tão emocionante origem. Posso dizer que naquele tempo ainda não era paróquia não tendo assim o padre que defendesse seu primitivo nome. Se é verdade que existe uma outra cidade com o mesmo nome, porque então não colocaram o nome de "Capelinha do Sagrado Coração de Jesus"? Não perdia assim o seu primeiro batismo e se diferenciava o suficiente daquela outra cidade de Minas (PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1953, p. 7 [verso]).

Segundo o padre, a referida capelinha teria sido completamente destruída após um descuido na queima de uma derrubada vizinha. A cidade tinha, entretanto, outra capela, feita de madeira, com aproximadamente 6x9 metros. "Aquele capelinha era de uma pobreza aterradora. Não tinha sacrário, nem confessionário, nem púlpito, nem bancos; servia de altar um armário onde era guardado o único paramento branco e preto, o cálice e o cibório" (PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1953, p. 9). Seis meses após a posse do vigário, outra construção seria erigida, servindo como local de celebração da missa dominical e, futuramente, à escola paroquial.

O esforço empenhado nessas construções estava alinhado ao movimento de âmbito geral que realizado pela Igreja Católica em resposta à instituição do Estado

laico brasileiro decorrente da Proclamação da República, em 1889⁶¹. Desde então e com vistas na preservação de seu *status quo*, "[...] a hierarquia Católica do Brasil elaborou cartas pastorais e documentos com orientações práticas que deveriam ser seguidas pelo clero e pelos fiéis, a fim de amenizar os possíveis danos causados pela laicização do Estado" (PASQUINI, 2017, p. 133).

Dentre os documentos emitidos pela Igreja Católica no período, destacam-se uma carta circular e dois boletins eclesiais pela sua orientação quanto à estruturação das escolas paroquiais no território paranaense (PASQUINI, 2017)⁶². O objetivo era promover a fé católica por meio da educação da infância e juventude e, para tanto, as escolas paroquiais seriam os instrumentos necessários para combater o pensamento secularizado e à ignorância religiosa do povo. Na referida Carta, Dom José de Camargo Barros (1858-1906)⁶³, ao tratar sobre as escolas paroquiais, afirmava que

[...] agora nestes tempos em que não somente não se ensina nenhuma palavra de religião nessas escolas públicas, mas leva-se à intolerância de nem permitir a presença do padre; nesses tempos em que se pretende sequestrar a infância de todo contacto com o sacerdote e de toda a influência religiosa; nestes tempos a necessidade de escolas parochiaes se impõe como a necessidade da luz, do ar e da vida (BOLETIM ECLESIASTICO DA DIOCESE DE CORYTIBA, 1900, p. 25).

No ano posterior, em 1901, a prescrição sobre a instalação de escolas paroquiais anexas às paróquias estava mantida: "Para melhorar as condições

⁶¹ No ano de 1953, o Brasil contava com "[...] 20 Províncias Eclesiásticas, 19 Arquidioceses, 57 Dioceses, 29 Prelazias, 3.110 paróquias, 3.494 sacerdotes do clero secular e perto de 7.000 sacerdotes religiosos" (D'ELBOUX, 1956, p. 190). Dom Manuel da Silveira d'Elboux (1904-1970) foi arcebispo de Curitiba entre 1950 e 1970. Embora sua atuação no interior da Igreja Católica não esteja relacionada ao Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, seu lema episcopal coincidia com aquele professado pela Congregação como seu carisma: *Caritas Christi Urget Nos* que. Em tradução livre, o lema paulino significa "O amor de Cristo nos constrange".

⁶² Em sua tese de doutoramento defendida em 2017 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Adriana Salvaterra Pasquini analisou detalhadamente os documentos encontrados nos arquivos da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Curitiba a respeito da criação das Escolas Paroquiais. São eles: Carta Circular intitulada *O Catechismo*, escrita por Dom José de Camargo Barros em 6 de janeiro de 1897; Boletim Eclesiástico da Diocese de Corytiba – Anno I – Carta Pastoral nº 3, escrito por Dom José de Camargo Barros em 2 de março de 1900 cujo tema era as escolas paroquiais; Boletim Eclesiástico da Diocese de Corytiba – Anno I – Província Eclesiástica Meridional do Brasil, publicada em 8 de novembro de 1901 e direcionada ao clero brasileiro.

⁶³ Dom José de Camargo Barros foi feito o primeiro bispo da Diocese de Curitiba, onde atuou durante os anos de 1894 e 1903, segundo dados disponibilizados pela Arquidiocese de São Paulo.

intelectuaes e religiosas da maior parte dos nosso parochianos, não basta termos um Collegio em Lages, precisamos de muitas escolas parochiaes, ao menos ao lado de todas as Capellas" (BOLETIM ECCLESIASTICO DA DIOCESE DE CORYTIBA, 1901, p. 65).

A laicidade do ensino, especialmente aplicada nas escolas de ensino primário, reduziu as perspectivas católicas de atuarem na formação religiosa das crianças. Como meio de "[...] combater o ateísmo, positivismo e o liberalismo da constituição brasileira" (HEERDT, 1992, p. 184), a Igreja entendia que era necessário investir na instrução religiosa do povo por intermédio da dinamização da catequese e da proliferação de escolas católicas, ou seja, as escolas paroquiais.

O fator decisivo do êxito da Igreja Católica no campo educacional foi a atuação das ordens e congregações católicas, masculinas e femininas, de origem europeia, como os lazaristas, jesuítas, salesianos, maristas, franciscanos, lassaristas, Irmãs de São José de Chamberry, Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, Irmãs da Divina Providência (DALLABRIDA, 2005, p. 18-19).

Os documentos históricos permitem verificar a articulação do clero paranaense para o atendimento das prescrições. Coube ao Padre José Antônio Roldan a criação da Escola Nossa Senhora da Esperança, em 1954, com o apoio de sua assessora educativa Rita Mercedes Cardoso Amorim. As primeiras normalistas, cedidas pelo governo do Estado, foram Maria Dalva Silveira Petris e Maria Célia Monteiro Wefort (O REGIONAL, 1995; REVISTA CORAÇÃO, 1989)⁶⁴.

Segundo informações disponibilizadas pela Paróquia, nos anos 1954 e 1955, o quadro docente do curso primário era composto pelas seguintes professoras (Quadro 3):

Quadro 3 - Professoras do Curso Primário em 1954 e 1955

Ano	Série	Professora	Ano	Série	Professora
1954	1º ano	Julieta Mesquita Rigonato	1955	1º ano	Ivone Silvestre
	1º ano	Francisca S. Squeti		1º ano	Maria Aparecida Melo
	2º ano	Julieta Kalil		2º ano	Lourdina Santos Leite
	3º ano	Mítico Komoguchi		3º ano	Julieta Kalil

⁶⁴ Os dados que tratam sobre as primeiras professoras da Escola Nossa Senhora da Esperança foram retirados da publicação intitulada *Colégio Coração de Jesus*, publicada em junho de 1995 pela revista O Regional, de Nova Esperança, bem como na Revista Coração, Edição Especial - 30 anos da Escola Coração de Jesus de Nova Esperança (1959-1989). Não foram localizados registros oficiais a esse respeito nos arquivos da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus ou no Colégio Coração de Jesus.

				4º ano	Mítico Komoguchi
--	--	--	--	--------	------------------

Fonte: Paróquia do Sagrado Coração de Jesus

De acordo com a Relação de Padres e Paróquias do Bispado de Maringá (Anexo I), em 1957, a diocese maringaense contava com um total de 16 paróquias, a partir das quais se desdobravam dezenas de capelas. A Paróquia de Nova Esperança, administrada pelo vigário José Antônio Roldan, atendia quatro municípios da região dispostos em um raio de mais de 100km: Nova Esperança, Floraí, Cruzeiro e Paranacity, que juntas possuíam mais de quinze capelas.

De acordo com informações localizadas na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Lei Sancionada nº 1829, publicada no Diário Oficial nº 40 de 22 de abril de 1954, autorizou o Poder Executivo a abrir um crédito especial de CR\$. 500.000,00, destinado a auxiliar as obras da Igreja Matriz de Nova Esperança. Mesmo podendo contar com o apoio financeiro para auxiliar nos projetos da Igreja de Nova Esperança, a responsabilidade pela administração da ampla extensão que paróquia contemplava tornou inviável ao pároco se manter à frente da Escola Nossa Senhora da Esperança.

A administração da escola paroquial ficou a cargo do Padre José Antônio Roldan até os fins de 1958. Durante sua gestão, o número de alunos apresentou um elevado progresso. Em 1954, quando a escola paroquial inaugurou suas atividades, o os matriculados somaram um total de 96 alunos. Nos anos posteriores, 1955 e 1956, foram realizadas 121 e 154 matrículas, respectivamente. Não foram localizados dados referentes aos anos de 1957 e 1958, contudo, a partir da fotografia abaixo, de 1958 (Figura 12), é possível inferir que o número de alunos atendidos permaneceu expressivo⁶⁵.

⁶⁵ No Anexo J é possível verificar os nomes dos alunos das primeiras turmas de alunos da Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança (1954) - Diretora: Mítico Komoguchi.

Figura 12 - Padre José Antônio Roldan e alunos da Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança (1958)



Fonte: Acervo Histórico do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus

Em sua ofensiva contra os ideais iluministas, a Igreja Católica articulou para fazer-se presente nos municípios recém-criados no norte do Paraná por intermédio das ordens e congregações religiosas, que atuaram nas diferentes obras sociais e na educação, a partir do comando de escolas paroquiais e da criação de instituições educativas confessionais privadas. No cumprimento da tarefa de propagar os ideais católicos e ampliar seu rebanho, a Igreja contou com o apoio da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que oportunizou as condições materiais para que novas paróquias e novas escolas fossem criadas na região. Vale lembrar que, "[...] com a laicização do Estado brasileiro, a Igreja Católica deixou de receber auxílios pecuniários do governo como ocorria no período imperial e passou a buscar recursos financeiros próprios" (DALLABRIDA, 2005, p. 82).

A fundamental contribuição empreendida pela CMNP nesse movimento de expansão católica no Paraná não foi motivada por uma identificação com os preceitos morais e doutrinários do catolicismo, nem mesmo inspirada pela prática altruísta da caridade. A crença religiosa de origem protestante dos dirigentes da Companhia inglesa não impediu que o culto ao dinheiro e ao lucro se sobressaísse. À CMNP interessava prosperar em seu empreendimento imobiliário altamente lucrativo. A Igreja, por sua vez, defendia o direito de obtenção da propriedade privada, como um mecanismo que contribuía para a organização dos fiéis em torno de sua célula mãe:

a família (CAVALCANTI, 2007). A doutrina católica era o elemento aglutinador necessário à formação das colônias de povoamento e, assim, alinhados em seus interesses particulares, Companhia e Igreja desempenharam uma ação de ajuda mútua.

Os terrenos foram doados pela Companhia em benefício da Igreja eram localizados em pontos estratégicos das localidades demarcadas como futuras cidades, e deveriam ser utilizados para a construção de igrejas matriz e escolas paroquiais. "Na realidade, não era interesse do colonizador formar a base econômica a partir dos valores de fé cristã [...], mas se valer dos preceitos e se sensibilidade do poder religioso para fortalecer o poder econômico" (CAVALCANTI, 2007, p. 238). No caso de Nova Esperança, o local escolhido para a construção da Igreja Matriz foi a praça D. Pedro II (Figura 13), localizada em um espaço privilegiado do município.

Figura 13 - Vista aérea da Praça D. Pedro II (1959)



Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Nova Esperança

Em Relatório apresentado à Exma. Nunciatura Apostólica Diocese de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, no dia 10 de janeiro de 1961, apresentou dados ano de 1958 relacionados à diocese (Anexo K). No documento, o bispo esclareceu as ações que estavam sendo empreendidas para viabilizar a chegada de congregações e ordens religiosas para o atendimento de Colégios nas Paróquias de Paraiso do Norte, Nova Esperança e Paranaíba. No que diz respeito à situação econômica da Diocese, consta

a informação de que estavam sendo discutidas possíveis doações de datas por parte da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em benefício do patrimônio da Diocese. De acordo com o bispo, as paróquias estavam empenhadas em legalizar os terrenos doados para igrejas matrizes e capelas, colégios e alguns pequenos patrimônios.

Diversos documentos relacionados aos trâmites da doação foram encontrados nos arquivos da Cúria Arquidiocesana de Maringá, cuja sistematização pode ser verificada no quadro 2. O terreno com área de 3.200m² doado pela Companhia está localizado nas datas de números 8 a 13 da quadra nº 6-A do município.

Quadro 2 - Documentos relacionados à doação de terreno pela CMNP em benefício da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus e Mitra Diocesana de Maringá (1959)

Data de emissão	Conteúdo do documento
07/08/1959	Procuração em nome de Alfredo Werner Nyffeler, Vladimir Babkov, Anibal Bianchini da Rocha e Helio Jarreta para outorga e assinatura da escritura de doação à Mitra Diocesana de Maringá de terreno com área de 3.200 m ² , destinada à construção da casa paroquial em Nova Esperança.
17/08/1959	Documento emitido pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná contendo os dados para a escritura definitiva do terreno doado em 07/08/1959 à Mitra Diocesana de Maringá para a construção da casa paroquial de Nova Esperança, no valor de Cr\$ 600.000,00.
10/10/1959	Documento assinado por Dom Jerônimo Mazzarotto atestando que o terreno recebido seria usado com finalidade de obras sociais anexas à casa canônica, para fins de isenção de impostos de transmissão.
20/10/1959	Documento emitido pela Mitra Diocesana de Maringá solicitando a isenção de imposto de transmissão "inter-vivos" do terreno de 3.200 m ² para a construção da casa paroquial na cidade de Nova Esperança, recebido como doação da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná.
Não consta	Documento emitido pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná contendo os dados relacionados ao terreno doado (Datas números 8 a 13 da quadra nº 6-A de Nova Esperança).
Não consta	Planta Parcial de Nova Esperança – Quadra n. 6-A.
Não consta	Anotação manuscrita em papel timbrado da Cúria Diocesana de Maringá, informando que os terrenos de Igreja, casas paroquiais ou qualquer patrimônio das paróquias e capelas deveriam ser passados, em escritura pública, para a Mitra Diocesana de Maringá. O documento não contém data e assinatura.
06/11/1959	Parecer nº 9.671/1959. Estabelece o deferimento de isenção dos impostos requerida pela Mitra Diocesana de Maringá referente a transmissão de propriedade de inter-vivos, recebida por doação.
24/11/1959	Parecer nº 7.155/1959. Mitra Diocesana de Maringá solicita isenção de imposto de transmissão de propriedade "inter-vivos", incidente sobre o

	imóvel que iria adquirir na cidade de Nova Esperança, por doação da Cia. Melhoramentos do Paraná.
--	---

Fonte: Cúria Arquidiocesana de Maringá

No mesmo ano, foi formalizado a doação do terreno para construção da casa paroquial junto à Prefeitura Municipal. No documento, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná comunicava a Prefeitura Municipal de Nova Esperança sobre a relação de transmissão de posse de terrenos, referente ao ano de 1959. Nele, constam os registros dos terrenos doados para a Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança e para a Mitra Diocesana de Maringá (Anexo L).

É importante destacar que a doação do terreno por parte da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná estava condicionava ao uso exclusivo das terras para as obras da Igreja, não podendo ser vendida, sob a penalidade de devolução à Companhia. Em um documento assinado por Dom Jerônimo Mazzarotto⁶⁶ em 10 de agosto de 1959 (Anexo M), consta o atestado de que o terreno recebido por doação seria usado com finalidade de obras sociais anexas à casa canônica, para fins de isenção de impostos de transmissão. O deferimento do pedido de isenção dos impostos requerida pela Mitra Diocesana de Maringá referente a transmissão de propriedade de inter-vivos, recebida por doação foi registrado no Parecer nº 9.671/1959 (Anexo N).

Além destes documentos, os trâmites relacionados à doação do terreno por parte da Companhia estão registrados no Cartório de Registros de Imóveis de Nova Esperança. Na Certidão de Transcrição de Transmissão nº 2.635, de 5 de setembro de 1960 (Anexo O), ficou estabelecida a transmissão do título, por meio de doação para o Colégio Nossa Senhora da Esperança, da Associação das Irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, de lotes urbanos situados na comarca do município⁶⁷. O transmitente, por sua vez, era a Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, com sede na capital do estado de São Paulo.

⁶⁶ Dom Jerônimo Mazzarotto (1898-1999) foi bispo auxiliar da Arquidiocese de Curitiba, entre os anos de 1957 e 1970, ao lado de Dom Manuel da Silveira d'Elboux, que atuava como bispo titular no período.

⁶⁷ As características e confrontações das terras adquiridas do Estado do Paraná pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, dentre as quais constam os lotes doados para a Escola Nossa Senhora da Esperança, encontram-se detalhadas na Transcrição nº 2.796, de 7 de maio de 1926, localizada no Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de Tibagi (Anexo P).

Durante os anos iniciais da instalação do município, os esforços dos pioneiros estavam voltados ao processo de colonização do território. A educação, naquela época, não era uma questão prioritária. Ocorre que o próspero desenvolvimento econômico da região, em decorrência da intensa atividade agrícola nas lavouras de café, pôs em evidência as diferenças entre as classes sociais. Logo, a educação escolar dos filhos das famílias que estavam se constituindo como elite também deveria ser diferenciada, capaz de torná-los aptos a ocupar os postos-chave daquela sociedade que ascendia como polo econômico da região.

No mesmo período, havia um intenso movimento da Igreja Católica para ampliar sua rede de escolas católicas no Paraná, em consonância ao processo de romanização da Igreja no Brasil, no século XIX e primeira metade do século XX. Ordens e Congregações de diferentes países eram recepcionadas com interesse pelo clero brasileiro, se manifestassem a intenção de dedicarem-se ao serviço educacional (ALVES, 1991).

Algumas correspondências trocadas entre o pároco de Nova Esperança e Dom Jaime Luiz Coelho (1916-2013), bispo da Diocese de Maringá⁶⁸, entre setembro e outubro de 1958 ajudam a elucidar o modo como esse processo ocorreu no município⁶⁹. Nas cartas, Pe. José e Dom Jaime Luiz Coelho acertaram os detalhes que confirmavam a chegada das religiosas designadas para assumirem a direção da escola paroquial. Em 26 de setembro de 1958, o bispo enviou uma carta à Madre Provincial das Irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, de Curitiba, Madre Jesualda Périco, afirmando sua concordância com a abertura de escola em Nova Esperança (Anexo R)⁷⁰. Além de promoverem a educação escolar

⁶⁸ A Diocese de Maringá foi criada no dia 2 de fevereiro de 1956, em decorrência do desmembramento da Diocese de Jacarezinho em duas outras, situadas em Londrina e Maringá. O primeiro bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, tomou posse em 24 de março de 1956. Durante a pesquisa, foram localizados os seguintes documentos sobre o assunto: 1) Documento redigido em latim emitido pela Diocese de Jacarezinho solicitando sua divisão em duas dioceses, em Londrina e Maringá, com data de 01/02/1956; 2) Núncio Apostólico nº 7.608, emitido em 25/02/1956 e redigido em latim, sobre a criação da Diocese de Maringá, em 01/02/1956; 3) Quarta Carta Pastoral Sobre a Criação das Dioceses de Londrina e Maringá, com data de 18/03/1956 e transcrita no livro do tomo da Paróquia de Nova Esperança; 4) Carta emitida em 04/01/1957 pela Nunciatura Apostólica do Brasil (nº 6.891), concordando com a data sugerida por Dom Jaime Luiz Coelho para a tomada de posse da nova Diocese de Maringá em 25 de março de 1957.

⁶⁹ As três cartas datadas em 18 e 19 de setembro e 18 de outubro de 1958 foram localizadas no acervo de documentos da Cúria Arquidiocesana de Maringá e estão disponíveis no Anexo Q.

⁷⁰ Na mesma carta, Dom Jaime Luiz Coelho, dando o assunto de Nova Esperança como encerrado, solicitou à madre Jesualda que enviasse uma carta à madre geral das Carmelitas da Caridade a

cristã no município, às irmãs também foi designada a tarefa de evangelizar e disseminar o cristianismo na região.

5.2 A CHEGADA DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS ZELADORAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS EM NOVA ESPERANÇA

No dia 6 de janeiro de 1959, acompanhadas do bispo diocesano, da Madre Superiora Provincial Jesualda Périco e da secretária provincial, Ir. Afonsina Ribeiro, chegaram as três religiosas designadas para representar a educação católica no município de Nova Esperança: Ir. Ciríaca Rampo⁷¹, superiora da nova comunidade, Ir. Domingas Brotto⁷² e Ir. Romualda Juliani⁷³ (Figura 14).

assumirem a direção de um colégio no município de Mandaguaçu. Além desse, o bispo faz outro pedido: "[...] trata-se de Marialva, a 16 quilômetros de Maringá. O vigário e o povo, por ocasião da Visita Pastoral realizada em fins de agosto último, assediaram-me com pedidos de Religiosas para uma Escola Paroquial e futuro Colégio". Anos mais tarde, em 1965, chegaram ao município de Marialva as Irmãs da Congregação dos Santos Anjos Custódios, vindas do Rio de Janeiro, para fundarem o Colégio Anjos Custódios, em 29 de janeiro do mesmo ano, em substituição da Escola Paroquial São Judas Tadeu.

⁷¹ **Irmã Ciríaca Rampo** nasceu em Verona, Itália, em 26 de janeiro de 1909, sob o nome civil Rosa Rampo. Iniciou sua vida religiosa em 25 de outubro de 1930, data de sua admissão no Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, ainda na Itália, confessando-se perpetuamente em 18 de dezembro de 1938. Dedicou-se a atividade de enfermeira ou superiora administrativa nas seguintes comunidades: Hospital Matarazzo-SP (1937); Hospital de Crianças – Curitiba/PR (1938); Hospital Poços de Caldas-MG (1952); Escola Coração de Jesus – Nova Esperança/PR (1960); Escola Mater Amibilis – Nova Araçá/RS (1967); Asilo Santo Antonio da Platina-PR (1972) e Casa São José – Curitiba/PR, onde exerceu a função de coordenadora da comunidade (1979) e as atividades de descanso e oração em 1982 até 25 de abril de 1993, data de seu falecimento.

⁷² **Irmã Domingas Brotto** nasceu em Curitiba em 27 de dezembro de 1925, sob o nome civil de Olivina Brotto. Iniciou sua vida religiosa no Instituto em 20 de janeiro de 1946 e professou-se perpetuamente em 2 de fevereiro de 1954, em São Paulo. Exerceu diversas atividades em diferentes comunidades, a saber: Casa Vínculo Província de São Paulo (professora, de 29/01/1949 a 31/12/1955 e estudante de 29/01/1949 a 31/12/1955); Colégio Sagrado Coração de Jesus – Bento Gonçalves/RS (professora de 01/01/1956 a 15/01/1959); Colégio Coração de Jesus – Nova Esperança/PR (diretora pedagógica e professora de 16/01/1959 a 20/01/1970; tesoureira de 03/01/1971 a 15/01/1982; Pastorais da Sobriedade, Paroquial e Escola de 06/02/1992 a 24/06/2015); Colégio Imaculada Conceição (Superiora de 21/01/1970 a 02/01/1971); Casa paroquial – Pequi/MG (Pastoral Paroquial de 16/01/1982 a 05/02/1982). Com a saúde debilitada, foi transferida para o Centro de Integração à Pessoa Idosa Casa São José, em 25/06/2015. Faleceu em 4 de dezembro de 2019.

⁷³ **Irmã Romualda Juliani** nasceu em 4 de julho de 1929, na cidade de Colombo, no Paraná, com o nome civil Maria Angela Juliani. Sua entrada no Instituto ocorreu em 20 de outubro de 1948, em São Paulo. Sua profissão perpétua ocorreu em 11 de fevereiro de 1957. Exerceu a atividade de professora em todas as comunidades que residiu: Escola Imaculada Conceição - Curitiba/PR (1950); Escola Coração de Jesus - Marília/SP (1951); Escola Imaculada Conceição Curitiba/PR (1952); Escola Coração de Jesus - Nova Esperança/PR (1959); Escola Santa Terezinha do Menino Jesus - Curitiba/PR (1964); Escola Sagrado Coração de Jesus - Bento Gonçalves/RS (1968); Escola Imaculada Conceição - Curitiba/PR (1969); Escola São Sebastião - Ponta Grossa/PR (1974) e Escola Sagrado Coração de Jesus - Bento Gonçalves/RS (1985).

Figura 14 - Irmãs pioneiras do Colégio Coração de Jesus



Fonte: Revista do SAGRADO - Rede de Educação. n. 4, ano 4, nov. 2014, p. 16.

A comunidade católica de Nova Esperança recepcionou calorosamente as Irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus. Na ocasião, a importância hierárquica da Igreja e o seu elo com a política se faziam notar pela presença de políticos e autoridades locais na cerimônia. A paróquia não perderia a oportunidade de tornar a chegada das religiosas ao município em um evento. A fotografia evidencia a concentração de uma grande quantidade de pessoas que compareceram para recepcionar as irmãs (Figura 15).

Figura 15 - Recepção da comunidade pela chegada das Irmãs em Nova Esperança (06/01/1959)



Fonte: Acervo Histórico do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus

A solenidade está registrada no Livro do Tombo da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus de Nova Esperança (Anexo S). Além deste, uma ata lavrada pela Ir. Domingas Brotto naquele dia narrou os principais acontecimentos relacionados à *Fundação da Casa de Nova Esperança – Norte do Paraná*:

O povo rompeu num delírio incontido e com vivas palmas, rojões manifestavam o seu contentamento em receber as Irmãs na sua cidade. Em poucos minutos nós nos vimos rodeadas de crianças e moças, filhas de Maria, etc., que era impossível sairmos do lugar, e com muita dificuldade os Marianos mediante ordem do Sr. Bispo conseguiram abrir alas para que as Irmãs pudessem chegar até a escadaria da Igreja (PARÓQUIA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1959, p. 1).

No mesmo dia, às 20h, foi realizada uma reunião sediada na recém estabelecida casa das Irmãs, cujo objetivo era discutir sobre a construção de um novo prédio para a Escola Nossa Senhora da Esperança, sob a supervisão do Padre José Antônio Roldan. O principal assunto discutido na ocasião foi o levantamento de fundos necessários à construção, sendo necessário "[...] iniciar uma intensa campanha para a aquisição de 2 milhões de cruzeiros, importância que se julgou necessária para o 1º impulso das obras" (ESCOLA PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA, 1959).

Figura 16 - Primeira residência das irmãs (1959)



Fonte: Acervo Histórico do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus

No dia 30 de janeiro de 1959, em atendimento ao pedido da Madre Jesualda Périco, Superiora Provincial das Irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, Dom Jaime Luiz Coelho concedeu autorização para a abertura de uma Casa Religiosa na Paróquia de Nova Esperança (Figura 16) e uma Escola Paroquial anexa

(Anexo T). Tomadas as primeiras providências da instalação das irmãs no município, era necessário iniciar, de fato, o trabalho para o qual foram designadas. Na imagem abaixo, o retrato da primeira residência das irmãs.

No dia 15 de fevereiro de 1959 foi realizada a solenidade da bênção da pedra fundamental do da Escola Nossa Senhora da Esperança. Em ata lavrada pela Ir. Domingas, constam informações sobre o evento que contou com a presença do Bispo Diocesano e de autoridades locais. O discurso proferido pelo bispo na ocasião alertava para um suposto perigo comunista⁷⁴, conforme pode ser observado nas palavras da Ir. Domingas Brotto:

Cheio de Santa energia alertou os ouvintes sobre os perigos que atravessa a nossa Pátria. Primou pela firmeza e coragem com que desmascarou as tramas de certos elementos do Ministério de Educação, que estão tentando extinguir o ensino particular no Brasil para melhor poderem imiscuir na instrução seus planos comunistas, traidores da Fé e da Pátria (BROTTO, 1959).

Após a missa celebrada por Dom Jaime Luiz Coelho, os presentes dirigiram-se ao local da construção para que fosse realizada a bênção da pedra fundamental (Figura 17). Naquele dia, 15 de fevereiro de 1959, foi sepultada uma urna onde havia selos e moedas da época, bem como o jornal do dia. A Ata de Solenidade da bênção da pedra fundamental do Colégio Nossa Senhora da Esperança está disponível no Anexo V.

⁷⁴ É preciso lembrar que naquele momento histórico, o Brasil enfrentava uma efervescência política que culminou no Golpe Militar de 1964, que recebeu apoio de uma ampla parcela da Igreja Católica brasileira. "A expansão do comunismo era vista como um sinal de decadência da cultura católica e dos valores tradicionais. Ela também indicava a necessidade da Igreja se implantar mais firmemente na sociedade" (MAINWARING, 2004, p. 56). A respeito do que o clero paranaense entendiam ser a "ameaça comunista", foram localizadas as seguintes fontes documentais, que serão objeto de análise aprofundada em momento oportuno: *Manifesto do Episcopado Paranaense* (temas tratados: combate ao comunismo e respeito às instituições), emitido em 31 de março de 1964; *Manifesto da Comissão Central da Marcha da Família Maringaense com Deus pela Liberdade*, escrito em 2 de abril de 1964 (Anexo U); e *Carta de Dom Jaime Luiz Coelho ao governador do estado de São Paulo, Adhemar de Barros*, cumprimentando sua atuação no combate ao comunismo, escrita em 8 de abril de 1964.

Figura 17 - Solenidade da bênção da pedra fundamental do Colégio Nossa Senhora da Esperança (15/02/1959)



Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Nova Esperança

O jornal O Estado do Paraná, de Curitiba, realizou a cobertura do evento e, no dia 19 de fevereiro, publicou a matéria intitulada "Lançada a pedra fundamental" (Anexo W). Na publicação do correspondente Jamil Riechi, foi reproduzido, na íntegra, o discurso da Ir. Domingas Brotto. Especificamente sobre a educação, a religiosa afirmou que

E vô-lo asseguramos que aqui estamos animadas de verdadeira boa vontade para empenharmos todos os meios a fim de que o desenvolvimento educativo e cultural acompanhe o progresso material desta florescente cidade. [...] A solenidade com que este bom povo recepcionou as primeiras religiosas que viriam trabalhar eloquente do seu nobre espírito voltado aos interesses culturais não só, mas, interessados de que, a instrução que seus filhos receberão seja realmente educativa, que os leve a escolha do melhor do mais perfeito em qualquer circunstância: custe o que custar (BROTTO, 1959 apud O ESTADO DO PARANÁ, 1959, p. 5).

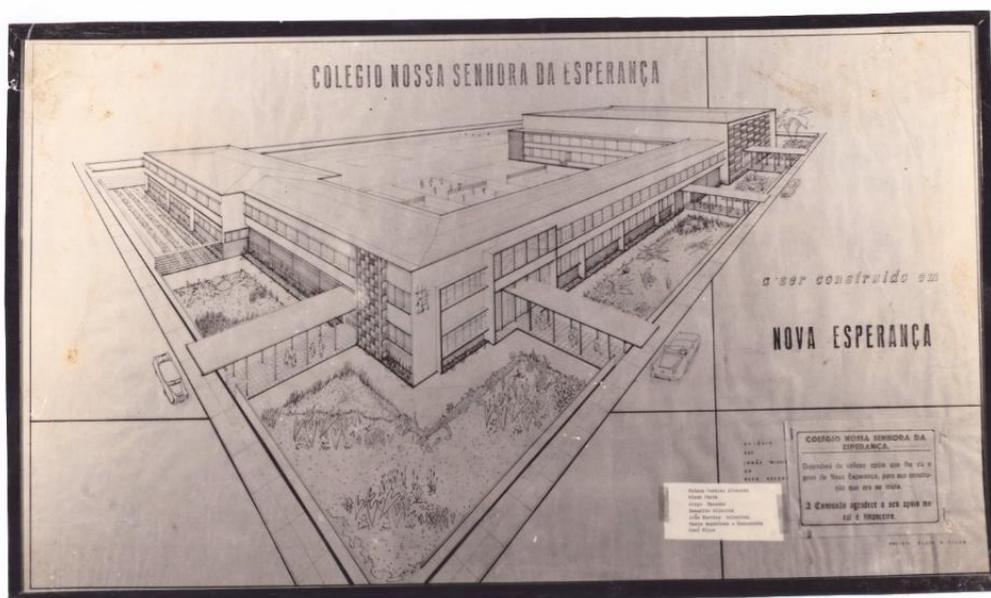
O trabalho empenhado para a construção do novo prédio pode ser compreendido a partir da leitura do relato da Irmã Domingas Brotto na ocasião do aniversário de 30 anos do Colégio Coração de Jesus:

As aulas eram ministradas em "moderno" prédio de madeira. Dividiam as salas, paredes de meia altura, favorecendo ao máximo a ultrapassagem do som, ruído, barulho e animação da criançada irrequieta. Somente a acrobacia pedagógica e didática das jovens professoras, recém-formadas, conseguia manter atentos os alunos, os

quais miraculosamente saiam da Escola com cultura superior ao correspondente Diploma do Curso Primário. Meninos e meninas de então, são agora os pais e, quiçá os avós dos alunos do querido Colégio Coração de Jesus. São elas, a grande Nova Esperança de hoje (BROTTO, 1989, p. 5).

Na Ata nº 1 (Anexo X), redigida pela Ir. Domingas Brotto no dia 6 de março de 1959, constam as deliberações sobre a formação da comissão responsável pela construção do Colégio Nossa Senhora da Esperança, cuja planta do prédio deveria ser buscada na sede provincial, em Curitiba (Figura 18). Discutiram formas de angariar recursos para a construção que teria, como custo do primeiro impulso da obra, o montante de dois milhões de cruzeiros. Em carta à Irmã Superiora do Colégio Nossa Senhora da Esperança em 23 de julho de 1959, Dom Jaime Luiz Coelho estabelece algumas orientações para a campanha em prol da construção do Colégio (Anexo Z). Na ocasião, o bispo esclareceu que os valores arrecadados na campanha do café deveriam ser destinados à construção do Colégio Nossa Senhora da Esperança, respeito a seguinte determinação: 10% corresponderiam ao Seminário Diocesano, 10% ao Sacerdote da paróquia e os restantes 80% deveriam ser aplicados integralmente nas obras do Colégio.

Figura 18 - Projeto do Colégio Nossa Senhora da Esperança



Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Nova Esperança

Figura 19 - Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança (1959)



Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Nova Esperança

No relatório apresentado à Exma. Nunciatura Apostólica Diocese de Maringá, reunindo os dados da Diocese referente ao ano de 1959 (Anexo Y), consta o registro da chegada das Irmãs Missionárias Zeladoras do Coração de Jesus, vindas da Província de Curitiba. Redigido em 1961 pelo bispo da diocese, o documento também apresentou informações sobre o funcionamento da Escola Nossa Senhora da Esperança (Figura 19), que já contava com Jardim de Infância e Curso Primário e, embora funcionasse em espaços provisórios, a construção do prédio próprio já havia sido iniciada.

Na Carta redigida por Dom Jaime Luiz Coelho em 13 de julho de 1959 e transcrita no *Termo da Visita Pastoral à Paróquia do Sagrado Coração de Jesus de Nova Esperança (7 a 13 de julho de 1959)*, o bispo registrou seus agradecimentos às irmãs que, "[...] tão abnegadamente se estabeleceram na Paróquia e se dispõem, com a ajuda do Pároco e do povo, construir o Colégio de Nossa Senhora da Esperança (PARÓQUIA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1959, p. 38). No documento, em meio às doze recomendações de caráter geral direcionadas à paróquia, a segunda dispõe sobre o Colégio das Irmãs:

2ª - Colégio de Irmãs: Como é do desejo do Pároco e do Povo, e dentro do nosso programa de organização da Diocese, seja o Colégio das Irmãs uma das primeiras obras paroquiais. Seja organizada uma Comissão competente e disposta ao trabalho, por nós nomeada e tendo o Pároco por omitente, para que leve avante a construção do Colégio Nossa Senhora da Esperança (PARÓQUIA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1959, p. 37 [verso]).

Em uma crônica escrita em fevereiro de 1965, a pedido da secretaria da instituição, Irmã Domingas Brotto relatou os principais acontecimentos do 1º sessênio do Colégio Nossa Senhora da Esperança, de 6 de janeiro de 1959 a 6 de janeiro de 1965 (Anexo AA). Do ano em que chegaram ao município, 1959, chama a atenção a riqueza de detalhes como foram contadas as primeiras relações estabelecidas entre as religiosas e o povo novaesperancense e demais personalidades da época.

Sobre a Escola Paroquial mantida pelo vigário daquela freguesia, Irmã Domingas Brotto contou que "Essa escola já estava bem organizada, com numerosos alunos e boas professoras, quase todas estaduais; porém, tivera uma crise sua Direção em 1958, motivo porque fora mais suspirada a vinda das Irmãs" (BROTTO, 1965, p. 2). Ainda sobre os acontecimentos de 1959, a irmã descreve

No dia 12 de maio de 1959, coincidindo com o "Dia das Mães" tivemos a visita da Revda. Madre Speranzina Morelli, Superiora Geral. Demonstrou grande satisfação pela nova fundação. Entusiasmou-se sobremaneira ao conhecer a história da Capelinha do Sagrado Coração que deu origem à cidade. Viu a Mão da Providência a encaminhar para cá as Irmãs do Coração de Jesus (BROTTO, 1965, p. 2).

Quando chegaram ao município, muitas foram as dificuldades que enfrentaram, sobretudo em termos de infraestrutura. As acomodações, embora fossem confortáveis, eram igualmente malcuidadas ("as casas aqui, eram encardidas; não tinham o costume de pintá-las"). Faltava luz elétrica, obrigando as religiosas a "[...] irem à Matriz de madrugada com velas acesas, procurando o caminho na escuridão, e lá fazer as orações da manhã, a luz de velas" (BROTTO, 1965, p. 2). A água era escassa água ("que as 10 horas da manhã já não tínhamos mais") e cabia às aspirantes a responsabilidade de ("tirar água à mão, de um poço de 60m, de um vizinho, para cozinha, limpeza, lavanderia etc.").

Se, para as irmãs fundadoras, o ano de 1959 foi particularmente desafiador, 1960 não reservou grandes dificuldades. No início do ano, a escola foi transportada

para o pátio da Igreja Matriz, onde seria a Praça D. Pedro II para o terreno próprio do Colégio. A fotografia a seguir é um retrato das primeiras etapas da construção do novo prédio (Figura 20).

Figura 20 - Primeiras etapas da construção (1960)



Fonte: Acervo Histórico do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus

O lote, doado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em 1959, para a Associação das Irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus possuía um tamanho expressivo, ocupando praticamente um quarteirão.

No dia 18 de junho foi inaugurada, com grande solenidade, a Capelinha na casa das irmãs onde os alunos teriam sempre livre acesso para visitar a Jesus. A esta inauguração esteve presente grande número de convidados, autoridades locais, além do Exmo. Sr. Bispo Diocesano, Madre Provincial e o novo Vigário da Paróquia: Padre Ernesto Pretti (BROTTO, 1965, p. 2).

De fato, ao que indicam as informações narradas pela Irmã na *Ata de Inauguração da Capelinha das Irmãs no Colégio "N. Senhora da Esperança"* (Anexo AB), a cerimônia estava à altura da nobre missão educacional – ainda que permeada por contradições, é verdade – empreendida pelas irmãs no município. Não são novidade as estreitas relações entre os membros da Igreja Católica e os donos do

poder político. Localmente, em Nova Esperança e nas dependências compreendidas pela Diocese de Maringá, não era diferente. Indicativo de tal afirmação pode ser encontrado em uma parte da crônica escrita pela Ir. Domingas Brotto:

Em 1961, precisamente no dia do Sagrado Coração de Jesus, 9 de junho, estando providencialmente presente a Madre Provincial, as Irmãs foram, em companhia do Sr. Heriberto Bruning, escolher um lote que a Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, doaria às Irmãs para a chácara. Dois locais nos propuseram à escolha. O primeiro, porém, a nos ser apresentado foi justamente o do local onde fora encontrada em 1930 a Capelinha do Sagrado Coração de Jesus. Tomadas de entusiasmo não quisemos mais ver o segundo lote! Tratamos de legalizar logo a doação para podermos preparar a reconstrução da Capelinha que fora incendiada. Foi preciso começar desbravando o mato (BROTTO, 1965, p. 3).

Os interesses mútuos que permeavam as relações entre as grandes empresas colonizadoras e a Igreja, representada por suas ordens, congregações e demais setores do clero, já foram debatidos anteriormente neste trabalho. Importa, nesse momento, destacar que além do comprometimento e seriedade que constituem o trabalho educativo empreendido pelas Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus desde sua chegada em Nova Esperança, o sucesso do empreendimento escolar também se deve, em partes, das alianças estabelecidas com segmentos da sociedade que representavam, naquele momento, os interesses do capitalismo.

A trajetória dos anos iniciais do Colégio Coração de Jesus foi aqui apresentada com base em fontes documentais e sob a ótica orientada pelo problema norteador da pesquisa. As particularidades demonstradas tanto pela instituição, quanto pelo município de Nova Esperança, que se encontrava em pleno processo de consolidação, são expressões de um amplo movimento da Igreja Católica em sua relação com o Estado, os quais, ora aproximavam-se, ora afastavam-se. Dessa relação de caráter geral e de sua expressão nos contextos específicos, tal como a atuação do Colégio Coração de Jesus em Nova Esperança, torna-se compreensível a afirmação de que "O que legitima o presente não é o passado como um conjunto de pontos de referência [...], ou mesmo como duração [...], mas o passado como um processo de tornar-se presente" (HOBBSAWM, 2013, p. 36).

Nesse sentido, a análise histórica viabilizada pelas fontes documentais buscaram apreender os múltiplos determinantes que constituíram a época da chegada

das irmãs à Nova Esperança, bem como os nexos estabelecidos entre sua ação educativa baseada na fé cristã e o indispensável cumprimento das prescrições da alta cúpula da Igreja, obstinadas a ampliar seu alcance institucional, traduzido pelo elevado número de fiéis.

5.2.1 Destino social dos egressos do Colégio Coração de Jesus

A cena fotografada no dia 7 de setembro de 1959 retrata o primeiro desfile cívico organizado pela Escola Nossa Senhora da Esperança, em um evento comemorativo ao dia da Independência do Brasil (Figura 21). Chama a atenção o número expressivo de meninas marchando ordenadamente perante o olhar vigilante da Irmã Domingas Brotto. A população, que compareceu em peso ao evento, assistia a um desfile executado com rigor. A ordem, a postura e o comportamento capturados pela lente do fotógrafo são vestígios de uma educação fortemente moralizadora. A formação moral e virtuosa, entretanto, não poderia existir meramente como um atributo subjetivo dessas meninas. Mais do que *ser*, era preciso *parecer*.

Figura 21 - Desfile Cívico – 7 de setembro de 1959



Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Nova Esperança

A distinção social foi evidenciada pela aparência impecável com que foram apresentadas na ocasião. Todas as alunas vestiram uniformes iguais: vestido de

pregas abaixo do joelho, camisa branca de mangas compridas com gravata, chapéu, sapatos pretos e meias brancas na altura dos tornozelos. A aparência e a postura das alunas no desfile cívico, assim como em eventos comemorativos, tal como pode ser observado na formatura da primeira turma após a chegada das Irmãs, podem ser entendidas como elementos discursivos que comunicavam a qualidade da educação ofertada pela escola que, havia pouco tempo, passou a ser administrada pelas irmãs.

Figura 22 - Formatura da primeira turma – 1959



Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Nova Esperança

O desfile cívico promovido pela escola em 7 de setembro de 1962 também foi fotografado (figura 22). Porém, a foto registra diferenças significativa em relação ao evento ocorrido em 1959. Desta vez, a predominância é de meninos que nem de longe demonstram postura semelhante à das meninas na foto anterior.

Figura 23 - Pátio do prédio de madeira – Escola Nossa Senhora da Esperança –
Concentração para o desfile cívico (1962)



Fonte: Revista do SAGRADO - Rede de Educação. n. 4, ano 4, nov. 2014, p. 16

A fotografia apresenta a concentração do desfile no pátio do prédio de madeira onde funcionava a escola, logo, não é de se estranhar que os meninos estivessem mais livres. Contudo, além do comportamento, o rigor das vestimentas também não foi o mesmo. Aparentemente a orientação se restringia às cores das roupas: partes de cima brancas e partes de baixo pretas. Quanto ao modelo, há uma diversidade de combinações: bermudas e calças, camisas de manga longa e de manga curta compunham a aparência dos alunos que desfilaram naquele dia.

A preocupação em tornar pública a sua competência enquanto instituição de ensino é demonstrada, também, pela publicização recorrente das trajetórias sociais de seus ex-alunos. A edição especial de 30 anos da Escola Coração de Jesus de Nova Esperança (1959-1989) da *Revista Coração* dedicou duas páginas inteiras a depoimentos de ex-alunos. No total, foram publicados 25 depoimentos em que os ex-alunos registraram sentimentos de gratidão e saudade dos anos em que frequentaram a escola. O primeiro refere-se à mensagem de uma aluna egressa de 1969, ano da formatura da primeira turma da instituição. Dentre os formados nos anos de 1969 a 1988, a publicação destacou atividades profissionais como advogado, cartorária, orientadora educacional, farmacêutica, empresária, professoras de diferentes áreas, bibliotecária, engenheiro civil, pedagoga, bancária e administradora de empresas.

Constam, ainda, trajetórias profissionais que se encontravam em prospecção, como o caso das estudantes de fonoaudiologia e letras e da vestibulanda do curso de medicina.

As famílias, ao procurarem um colégio católico para matricularem os seus filhos, além da qualidade do ensino, estavam em busca da "[...] possibilidade de ascensão que o colégio oferece e, quando muito, por um ensino religioso que reforce o seu discurso moral" (ALVES, 1991, p. 155). É certo que a edição comemorativa do aniversário de uma instituição escolar haveria de ressaltar as trajetórias profissionais consideradas socialmente bem-sucedidas de seus alunos. O enunciado consistia em uma estratégia publicitária eficiente para promover a qualidade da educação oferecida e, quem sabe, angariar novas matrículas.

Promoção, publicidade e engajamento são termos comuns ao léxico mercadologizante do capitalismo. Porém, uma escola, no seu sentido essencial, não é uma empresa, não constitui um segmento do mercado. A despeito da benevolência e das sinceras intenções de promoverem uma educação de qualidade no município – tarefa que, diga-se de passagem, foi cumprida com louvor (literal e figurativamente) – o Colégio Coração de Jesus, como produto do seu tempo, não poderia ter trilhado um caminho diferente daquele que o levou à posição em que se encontra hoje. Ao longo de sua trajetória, por comercializarem o produto educação, o Colégio se transformou em uma instituição de e para um público seletivo, contribuindo para fortalecer as diferenciações sociais e ampliando a estratificação daquela sociedade em pleno processo de expansão.

6 CONCLUSÃO

O objetivo do estudo apresentado foi analisar historicamente o projeto educacional do Colégio Coração de Jesus, administrado pelas irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, a partir do ano de 1959, em Nova Esperança, na região noroeste do estado do Paraná. A análise buscou dimensionar como a educação ofertada pela instituição, no contexto de consolidação do município de Nova Esperança/PR, incidiu sobre a formação de sua elite econômica. Considerando que a pesquisa histórica se ocupa do estudo dos fenômenos sociais em relação à forma como se manifestam em tempo e espaço determinados, os estudos desenvolvidos sobre Instituições Escolares são importantes para compreender como as relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista, sempre mediada pela mercantilização, influenciam na educação formal.

A atuação educativa de uma escola que confessa uma determinada religião possui suas particularidades, visto que o ensino ofertado, para além do conhecimento científico, objetiva uma formação moral alinhada à sua doutrina. A organização pedagógica e administrativa, os conteúdos que compõem o currículo, os métodos de ensino, a cultura escolar, as normas de conduta e tantos outros aspectos que compõem a dinâmica da instituição escolar expressam a ação evangelizadora e formadora de consciências. E expressa também, de forma particular e peculiar, a própria forma de ser da sociedade na qual está inserida. Nesse sentido, o percurso histórico do Colégio Coração de Jesus e o impacto social que seu trabalho educativo exerceu no município de Nova Esperança expressaram o amplo movimento geral da sociedade capitalista no início da segunda metade do século XX.

Ao desembarcarem no Brasil, em 1900, as irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, cujo carisma supõe o desenvolvimento de tarefas educacionais, encontraram um país que aspirava tornar-se moderno, em uma tentativa de assemelhar-se às nações europeias, aspecto que exerceu significativa influência na maneira pela qual empreenderam a socialização da doutrina cristã via educação escolar. A motivação que impulsionou a vinda das irmãs pioneiras foi a prestação de assistência aos imigrantes italianos que, na época, encontravam, ou pensavam

encontrar no Brasil, um local com oportunidade para escapar da precariedade econômica de seu país de origem. Ocorre que essa assistência espiritual prestada não era resultado unicamente da ação benevolente e pastoral da Congregação ou mesmo de Dom Scalabrini, mas, também consistia em uma maneira eficiente de sustentar a influência da Igreja Católica sobre a população. Do mesmo modo, a educação escolar capitaneada por congregações religiosas foi um eficaz meio de atuação política da Igreja Católica no Brasil, especialmente durante o século XX.

O Brasil de meados do século XX, onde no campo da economia, prevalecia o modelo agroexportador e, no caso da região noroeste do Paraná, a produção voltava-se quase que exclusivamente à cultura cafeeira, cuja hegemonia seria lentamente substituída pela tímida industrialização, era uma nação promissora aos olhos do imigrante. O governo brasileiro, por sua vez, em nada dificultou a entrada em massa dos imigrantes italianos, o que é explicado pelo falso argumento da escassez de mão de obra nas lavouras de café, dada a relativamente recente supressão do regime escravocrata.

No Paraná, a produção cafeeira era o alicerce agrário que sustentava economicamente a região, especialmente no norte do estado, e seu franco desenvolvimento garantiu a prosperidade de muitas famílias, que dispunham de recursos e desejavam investir em uma educação diferenciada para seus filhos para ampliar as perspectivas de ascensão social. O desenvolvimento econômico expressivo que Nova Esperança experimentou na época de sua fundação transformou o município em um campo fecundo para a legitimação do catolicismo como religião dominante.

A análise dos documentos lançou luz à articulação do clero paranaense em favor da ampliação de sua relevância no meio social. As lideranças eclesiais, conscientes do papel que lhes cabia, cumpriram a função de empreender ações que contribuíssem para arregimentar o maior número possível de fiéis. Em consonância com as orientações gerais veiculadas pela Igreja, em razão de sua essência conservadora e reformista, buscava a harmonia social e contribuía para a conformação das classes sociais à sua posição. Em outras palavras, essa postura da Igreja contribuía para a manutenção desse tipo de sociedade, ainda que se declarasse contrária ao apego demasiado à materialidade e aos demais excessos do capitalismo.

A época histórica impelia à Igreja a fazer frente às dominações religiosas não católicas. Desde a proclamação da República, em 1889, e a conseqüente ameaça à sua hegemonia religiosa no país, as lideranças católicas concluíram ser necessário repensar sua missão institucional. Sem destoar do restante do país, a ofensiva católica no município de Nova Esperança cumpriu a tarefa de fortalecer sua presença buscando ampliar o número de fiéis à sua doutrina. A análise revelou que desde a sua gênese, quando assumiram a administração da Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança em 1959, e durante o período inicial da sua trajetória no Colégio Coração de Jesus, as religiosas do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus cumpriram a tarefa de contribuir com a expansão da fé católica na região. O Colégio desempenhou a contento a tarefa que lhe coube. A ferramenta utilizada para tanto foi a formação da consciência, oportunizada pela oferta de um ensino escolar de boa qualidade.

De fato, o alicerce sobre o qual se fundamentava a educação oferecida pelas irmãs se constituía de valores caros à elite que estava em formação. Não bastasse a óbvia diferenciação pelo nível econômico, a educação dos filhos da elite não poderia ser a mesma que os filhos dos trabalhadores recebiam na escola pública. A chegada das irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus consistiu em uma estratégia eficiente para promover a assistência educacional cristã por intermédio da formação escolar das crianças e dos jovens provenientes das famílias mais ricas da região.

A formação pedagógica idealizada, inicialmente, por Madre Clélia Merloni nos anos iniciais de atuação do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, é modelar no que se refere ao atendimento dos interesses da elite conservadora. A educação católica ministrada pela instituição cumpriu um papel específico no município de Nova Esperança na época, qual seja, a formação de sua elite dirigente. As trajetórias sociais e profissionais de seus alunos egressos, amplamente divulgadas, confirmam tal afirmação, o que demonstra que as "acrobacias pedagógicas", mencionadas pela Irmã Domingas Brotto em um de seus relatos, foram efetivas. A equação é simples e lógica: aqueles que tiveram a oportunidade de desfrutar dos privilégios de terem crescido em uma família com posses e condições de arcar com os custos de uma educação escolar disciplinada e eficiente, tiveram

maiores chances de progredir em seus estudos, formarem-se no ensino superior e exercer profissões de destaque na sociedade.

Os depoimentos são criteriosamente escolhidos de modo a promover e fortalecer a identidade elitista construída pela instituição ao longo de sua existência. Obviamente, existem exceções à regra. Em meio aos egressos, ainda que todos tenham recebido educação escolar e formação moral modelares, há aqueles que trilharam, por escolha ou circunstância, trajetórias profissionais que são consideradas com menor prestígio social. Numa palavra, atividades produtivas que ficam à margem das aspirações da elite. Esses enunciados, entretanto, não costumam figurar entre as publicações comemorativas de aniversários e demais vitrines da instituição.

Especificamente em relação à formação das mulheres, há, ainda, aquelas cujo destino social se restringiu à atuação no âmbito familiar e doméstico. Não é de se surpreender que uma educação pautada nos princípios da moralidade conservadora cristã reforçasse a ideia de que a mulher deveria cumprir sua função social como elemento fundante e aglutinador da família. No fim do século XIX, a proposta educativa idealizada pela madre fundadora e destinada às meninas e jovens não tardaria a tornar-se incoerente ao progresso material da Europa, para a qual foi elaborada; no Brasil, ao contrário, ainda que o país desejasse se assemelhar ao moderno padrão europeu de civilização, durante a primeira metade do século XX, à mulher da elite econômica cabia desempenhar o papel social que dela era esperado à época, exercendo a maternidade e ajudando a moldar o caráter, sob o padrão da cristandade, das futuras gerações. Formação moral e acadêmica consistentes, comportamento adequado e aparência modesta, verificada pelos uniformes perfeitamente alinhados nos registros fotográficos do período, são entendidos como elementos de distinção social que ajudaram a compor uma figura-modelar a ser alcançada, inclusive pelas meninas e jovens provenientes das famílias da classe trabalhadora.

A análise dos dados evidenciados pelas fontes nos permitem afirmar que o Colégio Coração de Jesus, desde a sua fundação, tem servido à estratificação social do município de Nova Esperança e de sua região. Diante da conjuntura histórica na qual foi engendrado, que requeria uma nova mentalidade social consoante às questões de sua época, o ensino alicerçado nos princípios morais do catolicismo disseminados pela instituição contribuiu para a disseminação do pensamento

conservador na cidade. A pesquisa realizada apresenta como contribuição para o campo da História e Historiografia da Educação, o levantamento, seleção e análise de fontes documentais nunca antes examinadas sobre o Colégio Coração de Jesus, administrado por religiosas vinculadas ao Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus desde o ano de 1959. Trata-se de uma pesquisa realizada sobre uma instituição de ensino, cuja ação educativa pautada na moral e nos valores do catolicismo, contribuiu para formar a consciência conservadora e a identidade da elite econômica no contexto de consolidação de Nova Esperança.

Tal como o Colégio Coração de Jesus de Nova Esperança, existem outras tantas instituições escolares confessionais, católicas ou não, no Paraná e no país como um todo. Em comum, possuem o fato de serem instituições privadas de ensino, o que as torna, em última instância, empresas como quaisquer outras. A diferença está na natureza do produto comercializado, a educação. Na sociedade capitalista, da qual fazem parte, o lucro é a aspiração que justifica o comportamento comercial. Em Nova Esperança (mas não somente) a educação católica, transformada em mercadoria, é entregue àqueles que podem pagar. Mais do que uma formação consistente e de alta qualidade, o que está posto na vitrine do Colégio é a perspectiva de sucesso acadêmico e profissional de seus alunos que, não raro, ocupam lugar de destaque na dinâmica social e política do município e da região.

Não obstante essa mentalidade elitista que advoga pela e para a estratificação social, é preciso lembrar que a educação, sozinha, não é capaz de assegurar a superação das mazelas sociais próprias do capitalismo. A manutenção de uma sociedade desigual e incapaz de oferecer dignidade a todos os seus cidadãos, só pode ser garantida pelo pacto entre os Estados nacionais e suas instituições, incluindo Igreja e escola. No entanto, essa mesma escola não é – e não precisa ser – um espaço de mera reprodução da ideologia das classes dominantes, muito menos das desigualdades sociais e econômicas e das demais disfunções características do modo de produção vigente. A despeito da perversidade do capitalismo, a escola também é – e não deixará de ser – um espaço para a formação crítica e, sobretudo, de comprometimento com a transformação da sociedade. Por fim, acreditamos que o exame criterioso do passado, à luz de uma teoria e método críticos torna possível

vislumbrar o tempo presente como perspectiva para a construção do futuro que desejamos.

REFERÊNCIAS

- Fontes Documentais da Igreja Católica

BOLETIM ECCLESIASTICO DA DIOCESE DE CORYTIBA. **Carta Pastoral**, Corytiba, Diocese de Corytiba, ano 1, n. 3, p. 26-29, 2 mar. 1900.

BOLETIM ECCLESIASTICO DA DIOCESE DE CORYTIBA. **Escolas Parochiaes**, Corytiba, Diocese de Corytiba, ano 2, n. 5, p. 62-66, set./out. 1901.

CÚRIA DIOCESANA DE JACAREZINHO. **Decreto de Criação da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, de Nova Esperança**. Jacarezinho, 1952.

D'ELBOUX, Manuel da Silveira. A influência da religião no Paraná. *In*: MAZZAROTTO, Jerônimo. **A arquidiocese de Curitiba na sua história**. Curitiba: Arquidiocese de Curitiba, 1956. p. 186-192.

ESCOLA PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA. Nova Esperança. **Ata da reunião realizada no dia 6 de janeiro de 1959 e lavrada pela Irmã Domingas Brotto**. Livro de Atas, n. 1.

PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Livro de Atas da Igreja de Capelinha**. Nova Esperança, 1952.

PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Livro Tombo da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus**. Nova Esperança, 1952 a 1983.

PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. Nova Esperança. **Ata da fundação da Casa de Nova Esperança – Norte do Paraná, lavrada dia 6 de janeiro de 1959 pela Irmã Domingas Brotto**. Livro do Tombo, n. 1, p. 1-2.

- Legislações

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brazil**. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 28, de 29 março de 1884**. Autoriza o governo a auxiliar os imigrantes da Europa e Ilhas dos Açores e Canárias, que se estabelecerem na província [...]. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1884. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1884/lei-28-29.03.1884.html>. Acesso em: ago. 2021.

BRASIL. [Constituição (1891)] **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1891. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224221>. Acesso em: jan. 2020.

BRASIL. Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. **Diário Oficial da União**: Rio de Janeiro, RJ, 7 jan. 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Acesso em: set. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 7 mar. 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 24 fev. 2021.

PARANÁ. Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951. Dispõe sobre a Divisão Administrativa do Estado no quinquênio de 1952 a 1956. **Diário Oficial do Estado do Paraná**: Curitiba, ano 39, n. 217, p. 1-31, 27 nov. 1951.

PARANÁ. Lei Sancionada nº 802, de 24 de novembro de 1951. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR À SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, UM CRÉDITO ESPECIAL DE CR\$ 600.000,00 PARA A CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA, DE UM GRUPO ESCOLAR NO POVOADO DE CAPELINHA, DISTRITO DE MARINGÁ, MUNICÍPIO DE MANDAGUARÍ. **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**: Curitiba, 1951.

PARANÁ. Lei Sancionada nº 1829, de 22 de abril de 1954. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR UM CRÉDITO ESPECIAL DE CR\$. 500.000,00, DESTINADO A AUXILIAR AS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE NOVA ESPERANÇA. **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**: Curitiba, 1954.

PARANÁ. Lei Sancionada nº 3538, de 3 de fevereiro de 1958. AUTORIZO O PODER EXECUTIVO ABRIR O CRÉDITO ESPECIAL DE CR\$. 60.000,00, AO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES, DA S.V.O.P., PARA AMPLIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR DE NOVA ESPERANÇA. **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**: Curitiba, 1958.

- Fontes Bibliográficas

AGASSO JUNIOR, Domenico. **Amor que não se deixa vencer**: Madre Clélia Merloni. Cantalupa: Effatà Editrice, 2018.

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). *In*: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 382-417.

ANDRADE, Ana Luiza Mello Santiago de. **Comemorações entre atos**: o centenário do Colégio Coração de Jesus (Florianópolis, 1988-1998). Orientadora: Maria Teresa Santos Cunha. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ARNAUT DE TOLEDO, Cézar de Alencar; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. História da educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 175-199, jan./jun. 2014.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru: Edusc, 2006. (Coleção História).

ATHAIDES, Rafael; PEREIRA, Márcio José. Arthur Hugh Miller Thomas (1889-1960) e as cidades da CTNP. *In*: PRIORI, Ângelo; MAINKA, Peter Johann (org.). **Rolândia no norte do Paraná**: contribuições para a história da sua fundação. Maringá: Eduem, 2017. p. 159-184.

AZZI, Riolando. **A Igreja e os migrantes**. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

AZZI, Riolando. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida: Editora Santuário, 2008.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **Clélia Merloni**: apóstola do amor! São Paulo: Edições Loyola, 1992.

BARRETO, Célia de Barros *et al.* **O Brasil Monárquico**: o processo de emancipação. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. (História Geral da Civilização Brasileira, v. 3, t. 2).

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III: século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 68-76.

BEZERRA, Severino Ramos. História Remota de Nova Esperança. **Prefeitura Municipal de Nova Esperança – Estado do Paraná**. Nova Esperança, [entre 1977 e 1982].

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR., Amárico. História, epistemologia marxista e pesquisa educacional brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 489-511, maio/ago. 2009.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. *In*: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 203-233.

BROTTO, Domingas. Um pouco de história. *In*: **Revista Coração**. Edição Especial - 30 anos da Escola Coração de Jesus (1959-1989). Nova Esperança, 1989, p. 13.

BUFFA, Ester. A questão das fontes de investigação em História da Educação. **Série-Estudos**, Campo Grande, n. 12, p. 78-86, jul./dez. 2001.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. *In*: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 25-38.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2013.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafecultura paranaense – 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARISMA. *In*: DICIONÁRIO brasileiro da língua portuguesa. Brasil: Michaelis, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=carisma>. Acesso em: 8 mar. 2021.

CARNEIRO JUNIOR, Renato Augusto (coord.). **Personagens da história do Paraná: acervo do Museu Paranaense**. Curitiba: SAMP; Museu Paranaense, 2014.

CARVALHO, Fermina Cassemira de Paula. **A Igreja Católica e a Educação Feminina no Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus 1936-1956**. Orientador: Marcus Levy Albino Bencostta. 2004. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTILHO, Myrian Lúcia Ruiz. **Os Colégios das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus no estado de São Paulo (1927-1945)**. Orientador: Ivan Aparecido Manoel. 2000. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2000.

CAVALCANTI, Afonso de Sousa. **Histórias que envolvem a Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Mandaguari**. Mandaguari: Gráfica Visão, 2007.

CIGOLINI, Adilar Antonio. **A fragmentação do território em unidades político-administrativas**: análise da criação de municípios do Estado do Paraná. Orientadora: Leila Christina Duarte Dias. 1999. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

COELHO JUNIOR, Nelson Maurilio. **Relicários de um tempo**: os quadros de formatura do Colégio Coração de Jesus 1922-1929 (Contribuições para o estudo da História da Educação em Santa Catarina). Orientadora: Maria Teresa Santos Cunha. 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

COELHO JUNIOR, Nelson Maurilio. **Entre a caneta do legislador e a vigilância do inspetor**: as correspondências de Elpídio Barbosa no arquivo do Colégio Coração de Jesus (Florianópolis, 1939/1949). Orientadora: Maria Teresa Santos Cunha. 2018. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

COLÉGIO Coração de Jesus. **O Regional**. Nova Esperança, 1 jun. 1995, p. 13.

CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida. O local e o nacional em História da Educação: questões teórico-metodológicas. *In*: ROSÁRIO, Maria José Aviz do; MELO, Clarice Nascimento de; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **O nacional e o local na história da educação**. Campinas: Alínea, 2012. p. 139-177.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ (CMNP). **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**: publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, 1975.

CORPO de Madre Clélia é colocado numa urna de vidro onde permanece em exposição na Capela da Casa Geral, Roma, Itália. **ASCJ Roma**. Disponível em: <https://www.ascjroma.org/internacional/pagina/226-corpo-de-madre-clelia-e-colocado-numa-urna-de-vidro-onde-permanece-em-exposicao-na-capela-da-casa-geral-roma-italia>. Acesso em: 16 ago. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986. (Coleção Educação Contemporânea).

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: República, recatolização e escolarização. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III: século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 77-86.

DALLABRIDA, Adarzilse Mazzuco. **As famílias com filhos deficientes e a escolha da escola**: o caso do Colégio Coração de Jesus. Orientador: José Geraldo Silveira Bueno. 2006. 188 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

DOMINGUES, Muricy. **Madre Clélia**: geografia e história. Bauru: EDUSC, 2002.

FERREIRA, João Carlos Vicente. Nova Esperança. *In*: FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996. p. 465-467.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. 31. Municípios do Estado do Paraná. Supervisor da Edição: Adolpho Frejat. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FOUILLOUX, Étienne. A fase preparatória (1959-1960). *In*: ALBERIGO, Giuseppe (dir.). **História do Concílio Vaticano II**. O catolicismo rumo à nova era: o anúncio e a preparação do Vaticano II (janeiro de 1959 a outubro de 1962). Petrópolis: Vozes, 1996. 1. vol. p. 69-170.

FRANCESCHETTO, Cilmar. **Italianos**: base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Organizado por Agostino Lazzaro. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

GARUTI DE ANDRADE, Francielle Aparecida. **O Colégio Marista no contexto da urbanização de Cascavel (1962-1989)**. Curitiba: CRV, 2016.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas. *In*: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 3-24.

GORI, Nicola. **Como um grão de trigo**. Cantalupa: Effatà Editrice, 2017.

HEERDT, Moacir. **As escolas paroquiais em Santa Catarina (1890-1930)**. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Prof. Dr. Rufino Porfírio Almeida. Florianópolis, 1992.

HOBBSAWM, Eric. A contribuição de Karl Marx para a historiografia. *In*: BLACKBURN, Robin (org.). **Ideologia na ciência social**: ensaios críticos sobre a teoria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 244-261.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios, 1875-1914**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der; BROD, Benno. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época: período colonial. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO DAS APÓSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Cem anos de presença no Brasil – 1900-2000**. Edição Comemorativa. Curitiba: Cromos Editora e Indústria Gráfica, 1999.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras Regionais**: Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JUST, Alda. **Vida de Madre Clélia Merloni**: fundadora da Congregação das Irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus. Tradução de Eugênio Mazarotto. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1958.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. *In*: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 13-31.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos, v. 23).

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In*: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 167-182.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 8 n. supl, p. 49-90, jun. 1974.

LIMA, Rafael Fernando Braga de. **Colégio Sagrado Coração de Jesus**: 100 anos de excelência e tradição – 1918-2018. Curitiba: Optagraf, 2018.

LOMBARDI, José Claudinei. História e historiografia da educação: atentando para as fontes. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.).

Fontes, história e historiografia da educação. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 141-176.

LOMBARDI, José Claudinei. História e historiografia da educação: fundamentos teórico-metodológicos. *In*: SCHELBAUER, Analete Regina; LOMBARDI, José Claudinei; MACHADO, Maria Cristina Gomes (org.). **Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia.** Campinas: Autores Associados, 2006. p. 73-97.

LUCHESE, Terciane Ângela; MATIELLO, Marina; BARAUSSE, Alberto. Religiosa, imigrante, mulher: Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas num olhar transnacional (1895-1917). **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 19, n. 63, p. 1418-1445, out./dez. 2019.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira:** Maringá. Maringá: Prefeitura, 1997.

MAINKA, Peter Johann. Apresentação. *In*: PRIORI, Ângelo; MAINKA, Peter Johann (org.). **Rolândia no norte do Paraná:** contribuições para a história da sua fundação. Maringá: Eduem, 2017. p. 29-35.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985).** Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINI, Estela Maris Sartori. **Mulheres destinadas ao êxito:** trajetórias escolares e profissionais de ex-alunas do curso científico do Colégio Coração de Jesus de Florianópolis (1949/1960). Orientador: Norberto Dallabrida. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MARTINS, Romário. **História do Paraná.** Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blank. A história da escola primária pública no Paraná: entre as intenções legais e as necessidades reais. *In*: SCHELBAUER, Analete Regina; LOMBARDI, José Claudinei; MACHADO, Maria Cristina Gomes (org.). **Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia.** Campinas: Autores Associados, 2006. p. 188-207.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blank. A institucionalização da instrução pública no Paraná: um estudo a partir de fontes. **Série-Estudos – Periódico do Mestrado Em Educação da UCDB**, Campo Grande, n. 25, p. 31-51, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i25.216>. Acesso em: dez. 2021.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. A Escola Nova no Paraná: avanços e contradições. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n. 14, p. 93-100, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/7355/7175>. Acesso em: set. 2021.

MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná: relações sócio-culturais da pré-história a economia cafeeira**. Maringá: Eduem, 2012.

MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MURASSE, Celina Midori. Imigração e educação técnica no século XIX. *In*: SCHELBAUER, Analete Regina; LOMBARDI, José Claudinei; MACHADO, Maria Cristina Gomes (org.). **Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 279-299.

NICHOLLS, William Henry. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o estado do Paraná, 1920-65. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 33-91, out./dez. 1970.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PAIVA, Vanilda. Igreja e modernidade: educação e ciência. *In*: PAIVA, Vanilda (org.). **Catolicismo, Educação e Ciência**. São Paulo: Edições Loyola, 1991. (Coleção Seminários Especiais – Centro João XXXIII, v. 5). p. 13-60.

PASQUINI, Adriana Salvaterra. **Os Frades Menores Capuchinhos e a educação no Paraná no século XX (1920-1976)**. 255 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2017.

POLETTI, Julia Tomedi. **Colégio Sagrado Coração de Jesus, Bento Gonçalves/RS (1956–1972): processo identitário e cultura escolar compondo uma história**. Orientador: Lúcio Kreutz. 2014. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2014.

POZZOBON, Irineu. **A epopeia do café no Brasil**. Londrina: Grafmarke, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 40. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RAGAZZINI, Dario. Os estudos histórico-educativos e a história da educação. *In*: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados, 1999. p. 19-35.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 17, n. 18, p. 13-28, dez. 2001.

RESENDE, Melina Brasil Silva. **O curso normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus - Araguari-MG (1930-1947)**. Orientador: Geraldo Inácio Filho. 2006. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

REVISTA DO SAGRADO – Rede de Educação. n. 4, ano 4, nov. 2014.

ROBLES, Orivaldo. **A Igreja que brotou da mata: os 50 anos da Diocese de Maringá**. Maringá: Dental Press, 2007.

ROMAG, Dagoberto. **Compêndio da História da Igreja Católica**. A Idade Moderna. São Paulo: Vozes, 1941. vol. 3.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado (Crítica ao Populismo Católico)**. São Paulo: Kairós, 1979.

ROMPATTO, Maurílio (org.). **História e memória da colonização do noroeste do Paraná: os casos de Paranavaí, Nova Londrina e Loanda**. Maringá: Massoni, 2012.

ROTHSCHILDS and Brazil - Coffee. **The Rothschild Archive's website**. , [entre 2009 e 2020]. Disponível em: <https://www.rothschildarchive.org/exhibitions/brazil/coffee>. Acesso em: 1 out. 2020.

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. **A construção histórica da figura “heróica” do padre José De Anchieta**. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2006.

SANFELICE, José Luís. O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da História. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 542-557, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3SfzvwNkdRCpTj33PskBdng/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: set. 2021.

SANFELICE, José Luís. História e historiografia de instituições escolares. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 9, n. 35, p. 192-200, set. 2009.

SANTA CRUZ, Afonso de. **A inexplicável Merloni**. Curitiba: Edições Rosário, 1988.

SANTOS, Tatiana Cavanha. **Formação inicial docente: a escola normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1946-1971)**. Orientadora: Maria Ignes Mancini de Boni. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2006.

SANTOS, Giuliane Ciniciato Gonçalves dos. **O discurso religioso da Pastoral Escolar no Colégio Sagrado Coração de Jesus-SP para crianças de três a seis**

anos de idade. Orientador: Ênio José da Costa Brito. 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

SAVIANI, Dermeval. Idéias para um intercâmbio internacional na área de história da educação. *In*: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional.** Campinas: Autores Associados, 1999. p. 9-18.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas: Autores Associados, 2004. p. 3-12.

SAVIANI, Dermeval. História da educação pública no Brasil: questões para pesquisa. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia.** Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. p. 1-29. (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, Dermeval. O local e o nacional na historiografia da educação brasileira. *In*: ROSÁRIO, Maria José Aviz do; MELO, Clarice Nascimento de; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **O nacional e o local na história da educação.** Campinas: Alínea, 2012. p. 13-29.

SCALABRINI, João Batista. **A emigração italiana na América.** Tradução, introduções e notas de Redovino Rizzardo. Porto Alegre: Grafosul, 1979.

SECRETARIA DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA. Livro de registro do histórico do estabelecimento. Escola Isolada Capelinha. 1978.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SIQUEIRA, Osvaldo Luis Meza. **Colégio Padre Cláudio Morelli: um locus de educação e formação de identidade “umbaraense” de 1912 a 1970.** Orientador: Ariclê Vechia. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: Eduel, 2008.

TARONY, Paolo. A presença italiana. *In*: BONI, Luis Alberto de; COSTA, Rovilio. **Far la Mérica: a presença italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: RIOCELL, 1991. (Coleção O continente de São Pedro. v. 3). p. 10-11.

TOFOLI, Therezinha Elizabeth. **Educação feminina em Adamantina-SP: o Instituto de Educação Madre Clélia (1951-1978)**. Orientadora: Arilda Ines Miranda Ribeiro. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2003.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. *In*: DIAS, Reginaldo Bueno; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999. p. 51-85.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios, v. 159).

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 10. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

XAVIER, Valter dos Santos. **O colégio e a cidade: história do Colégio São José de Bauru/SP (1926-1955)**. Orientadora: Alessandra David. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2016.

ZOCA, Vanessa Elisa. **A construção do Colégio Santo Antonio para o processo de romanização da Igreja Católica e para a manutenção da cultura italiana**. Orientador: Peri Mesquida. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Dissertações de mestrado sobre Instituições Escolares defendidas entre os anos de 2016 e 2020 no estado do Paraná

Ano	Título	Autor(a)	IES
2016	Memória, oralidade e escolarização: os discursos produzidos sobre práticas escolares e relações de afetividade na Escola Confessional Batista Graciosa (1981-2003)	Eduard Henry Lui	UFPR
2016	Entre rezas e saberes: histórias e memórias da fundação e consolidação do Colégio Paroquial Nossa Senhora do Carmo (Paranavaí, 1952-1971)	Marcelo Silveira Siqueira	UFPR
2016	A reconstrução histórica do Colégio Colônia Holandesa- Arapoti-Paraná (1960-2013)	Carla Roseane de Sales Camargo	UEPG
2016	Entre Igreja, escola e sociedade: as Irmãs Passionistas na construção de uma representação identitária em Colombo/PR, (1927-1978)	Mara Francieli Motin	PUC-PR
2016	In Sion Firmata Sum: a formação de meninas e moças no Colégio Nossa Senhora de Sion de Curitiba	Márcia Izabel dos Santos	PUC-PR
2016	Organização e presença da Escola Técnica de Enfermagem Catarina Labouré em Curitiba (1956-1973)	Rodolfo Knesebeck	PUC-PR
2016	A educação não formal e a prática educativa do Centro Juvenil Padre Ludovico Redin - Realeza/PR	Andréa Carla Guimarães de Meira	UNIOESTE
2016	O Colégio Agrícola de Francisco Beltrão e os desafios da educação politécnica	Nara Tatiana Costa	UNIOESTE
2016	O processo de fechamento das escolas no campo em Itapejara D'Oeste/PR: o caso da Escola Estadual de Lageado Bonito e do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes	Ivania Piva Mazur	UNIOESTE
2016	Programa de apoio à aprendizagem escolar: contraturno escolar, dilemas e sucessos de sua implantação, no Colégio De Aplicação Pedagógica da UEM (1974-2013)	Evelline Soares Correia	UEM
2016	O Colégio Marista no contexto da urbanização de Cascavel (1962-1989)	Francielle Aparecida Garuti de Andrade	UEM
2017	A expansão das escolas rurais no distrito de Itaiacoca, no município de Ponta Grossa – PR (1930-1960)	Ronir de Fátima Gonçalves Rodrigues	UEPG
2017	O Colégio Nossa Senhora da Glória e o processo de escolarização no município de Francisco Beltrão-PR (1951-1982)	Moacir da Costa Belliato	UNIOESTE
2017	História da educação do município de Enéas Marques – 1960 a 1992: das escolas rurais à nuclearização	Maricélia Aparecida Nurmberg	UNIOESTE
2017	História e memória da Escola De Aplicação Monsenhor Celso, primeira instituição oficial para educação infantil do município de Astorga/PR: em destaque o currículo pré-escolar (1972-1974)	Maria Miduri Nodak Wanishi	UEM

2017	História do SENAC Maringá: um estudo sobre educação profissional no norte do Paraná (1955-1982).	Amanda Marconi	UEM
2018	O acesso e a permanência à educação escolar no município de Renascença-PR: percurso de crianças do campo à única escola municipal	Iliane Bavaresco Groff	UNIOESTE
2018	Os dispositivos da violência escolar: o caso da Escola Municipal Higino Antunes Pires Neto	Leila Tombini	UNIOESTE
2018	A primeira escola normal do norte do Paraná: Jacarezinho (1938-1973)	Estefane Francisca Gonçalves	UEM
2019	Educação Rural no município de Apucarana-PR (1940-1990): espaços, instituições escolares e professores	Gabriela da Silva Sacchelli	UEM
2019	A formação e os primeiros momentos da Escolinha de Arte do Colégio Estadual do Paraná (1957-1958)	Daniel Kosloski	UFPR
2019	A escolarização em Toledo: uma luz na escuridão da mata - Fundação Educacional de Toledo/PR	Sandra Inês Lindner	UNIOESTE
2019	Cultura escolar no Norte Pioneiro do Paraná: O Ginásio Estadual de Santo Antônio da Platina-Pr (1945-1960)	Lucas Batista Hernandez	UEL
2020	História da Escola Primária Rural de Jandaia do Sul-PR (1940-1980)	Sirley Biage Maldonado	UEM
2020	Cultura escolar na Escola Estadual Senador Correia (1973-1976): entre olimpíadas e esportização	Silmara Solomon	UEPG
2020	Implantação da instituição escolar pública em Ipiranga-PR: a criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos (1914)	Luciana Nair Moretto	UEPG
2020	A escolarização no Oeste do Paraná: Os grupos escolares de Medianeira (1950-1978)	Sander Fernando de Paula	UNIOESTE

Fonte: Dados da Pesquisa

APÊNDICE B

Teses de doutorado sobre Instituições Escolares defendidas entre os anos de 2016 e 2020 no estado do Paraná

Ano	Título	Autor(a)	IES
2017	O conservadorismo moderno na estruturação do projeto da Escola de Música e Belas Artes do Paraná (1910-1950)	Renato Torres	UFPR
2017	Religião e educação escolar na colonização do oeste paranaense: o caso da Implantação do Colégio Vicentino Incomar, de Toledo (1948-1965)	Rodrigo Pinto de Andrade	UEM
2017	Os frades menores capuchinhos e a educação no Paraná no século XX (1920-1976)	Adriana Salvaterra Pasquini	UEM
2018	Escola de Iniciação Agrícola De Araquari-SC: criação, currículos e formação profissional (1954-1967)	Gisele Gutstein Güttschow	UFPR

Fonte: Dados da Pesquisa

APÊNDICE C

Títulos e autores dos trabalhos publicados em anais de eventos de História da Educação entre os anos de 2016 e 2020

Evento/Ano	Título do trabalho	Autor(es)
XI Anped Sul (2016)	A escola elementar rural catarinense e a formação de seus professores nos anos 1930: modernizando o rústico e o arcaico?	Elaine Aparecida Teixeira Pereira e Maria Das Dores Daros
	Discentes do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS (1922/1954): representações a partir do acervo escolar	Gisele Belusso
	Entre o estudo, as orações e o aprendizado do trabalho: uma análise do cotidiano das internas do Asylo Coração de Maria de Rio Grande/RS (1863 a 1951)	Hardalla Santos Do Valle
	A escola isolada no meio rural de Novo Hamburgo/RS (1940-1952)	José Edimar De Souza
	Silenciamentos e pertencimentos: a etnicidade presente na cultura escolar do Colégio Sagrado Coração de Jesus (1956 – 1972)	Julia Tomedi Poletto
	Educar para saúde: a higiene no currículo dos primeiros grupos escolares catarinenses (anos 1910)	Julia Vieira Tocchetto De Oliveira
	Representações estudantis da Cultura Escolar Rural: o Ecos da Mocidade Rural	Magda De Abreu Vicente
	O uso de jornais para a História da Educação: A Escola Garibaldi e a Educação rural em Pelotas (RS) entre 1928 e 1950	Renata Brião De Castro
	Memórias de arquivar: a historicidade dos arquivos escolares da rede municipal de Curitiba (1963-1985)	Sibeli Colere
	Tecendo o espaço escolar de duas escolas confessionais católicas da região nordeste do Rio Grande do Sul na década de 40, século XX	Valéria Alves Paz Forner e Marina Matiello
	Refeições nas escolas étnicas italianas e escolas públicas de Porto Alegre (1930-1940)	Gelson Leonardo Rech
Recursos didáticos da cadeira de história natural do Ginásio Paranaense, início do século XX	Rafael Fernando Da Silva Possette e Mariana Rocha Zacharias	
X Seminário Nacional do HISTEDBR (2016)	Análise sobre a evasão e repetência da instituição escolar Nossa Senhora Das Graças – Campina Verde/MG (1951-1974)	Antonio Bosco de Lima, Cleide Nunes Franco
	Ensino secundário público e privado no estado da Paraíba (1948-1961): acerca da instauração dos ginásios e colégios	Vívia de Melo Silva, Bruna Bianca Albuquerque Souza
	O Instituto de Educação da Paraíba: uma outra análise sobre sua criação (1935-1937)	Mariana Marques Teixeira
	Perfil dos centros educacionais de tempo integral de Manaus: estrutura, funcionamento e gestão	Antônio Carlos Maciel, Cíntia Adélia da Silva, Claudinei Frutuoso, Adriana Martins Carneiro Ranucci
	As instituições escolares entre o local e o nacional: um olhar a partir do norte pioneiro do Paraná	Flávio Massami Martins Ruckstadter,

		Vanessa Campos Mariano Ruckstadter
	A implantação do curso normal regional no território federal de Ponta Porã/MT (1943-1946)	Marcelo Pereira Rocha, Sílvia Helena Andrade de Brito
	O Centro Acadêmico “Luiz De Queiroz” (CALQ): a trajetória contraditória dos 107 anos do movimento estudantil na ESALQ/USP (1909 A 2016)	Rodrigo Sarruge Molina
	O Lyceu Parahybano em vias de reestruturação intervenções do governo Castro Pinto (1912 – 1914)	Itacyara Miranda
	CEFAM paulista: um estudo a partir de fontes históricas	Mirian Aparecida Beltrão Alves e Sonia Aparecida Siquelli
	Escola Regional De Merity: memórias e patrimônio. Uma experiência de educação patrimonial em Duque De Caxias	Renata Spadetti Tuão, Cristiane Dias Nunes de Araújo, Luciana Pires Alves
	A instrução na Paraíba oitocentista: interfaces entre as instituições escolares e a cultura material escolar (1822-1850)	Claudia Engler Cury
	Escolas polivalentes na ditadura civil militar: marco no modelo de ensino profissionalizante ou instrumentos de propaganda do regime?: o processo de implantação do polivalente de Ituiutaba-MG (1974-1985)	Genis Alves Pereira de Lima, Sauloéber Társio de Souza
	A Associação Beneficente De Menores e os projetos para a infância em Duque de Caxias: assistência, escolarização e território (1955-1959)	Marcia Spadetti Tuão da Costa e Amália Dias
	Os reflexos da ditadura civil-militar no cotidiano e nas práticas educativas do Grupo Escolar Cônego Ângelo (1964- 1985)	Talita Costa Alves e Sauloéber Tarsio de Souza
	A influência política no processo de institucionalização das escolas públicas no distrito rural de Itaiacoca no período de 1950	Ronir de Fátima Gonçalves Rodrigues, Vera Lúcia Martiniak e Mirian Margarete Pereira da Cruz
	As escolas isoladas e o ensino primário no município de Porto União-SC 1980-1990	Tania, Corosque e Valéria Aparecida Schena
	Expressões da Escola Graduada de Campinas: o caso do 8º Grupo Escolar Dom João Nery	Rosimeri da Silva Pereira
	A criação dos grupos escolares no município de São Gonçalo na década de 60 – Rio de Janeiro	Karyne Alves dos Santos
	A Escola Técnica Agrícola Estadual de Segundo Grau Doutor Dario Pacheco Pedroso e a política educacional do regime militar	Ana Rita Bueno Camargo Matos e Heulalia Charalo Rafante
XI Congresso Luso- Brasileiro de História da Educação (2016)	A educação da infância desvalida na escola confessional espírita “Casa do Pequenino”	Rosemeire Siqueira De Santana Josineide Siqueira De Santana
	Políticas educacionais nos anos de chumbo e a criação do Colégio Universitário da Universidade Federal De Viçosa (1965-1981): ajustes para a manutenção da ordem e da desordem	Joana D’arc Gemano Hollerbach
	Ensino secundário na república brasileira: as instituições públicas de 1889-1930	Carlos Henrique de Carvalho, Luciana

		Beatriz Bar de Carvalho, Fernanda Barros e Manoel Messias de Oliveira
Constituição histórica da creche em Santa Catarina: um estudo a partir do Posto De Pericultura Beatriz Ramos		Rosa Batista Leonete Luzia Schmidt
A rebeldia na Escola Militar da Praia Vermelha (1858-1904)		Samuel Robes Loureiro
Adentrando os muros escolares: práticas educativas e pedagógicas vivenciadas em um grupo escolar mineiro (1944 a 1962)		Marilsa Aparecida Alberto Assis Souza, Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Maria Elizabeth Farias
História da educação católica no Brasil (1943-1983) – o caso do Rio De Janeiro, São Paulo e Minas Gerais		Brunno Octávio de Oliveira Luz e Virgínia Maria Trindade Valadares
Educação confessional católica no Litoral Da Baixada Ocidental Maranhense: a obra educacional dos Irmãos De Nicolle em Guimarães-MA (1953-1967)		Cesar Augusto Castro e Claudeilson Pinheiro Pessoa
A Escola De Educação Física E Desportos Da UFRJ (1972-1973): uma análise dos planos de curso e dos bastidores da prática		Gustavo da Motta Silva
Antonio de Pádua Carvalho Lopes: “um ginásio para Parnaíba”: o caso da estadualização do Ginásio Parnaibano (1959-1970)		Juliana Brondani da Costa
O Externato Normal da Parahyba do Norte: entre o ideal e o real		Rose Mary de Souza Araújo
Escola Guatemala: um espaço de experimentação pedagógica na década de 1950		Fabrcia Lopes
O Colégio Santíssimo Sacramento: lugar de formação de professoras educadas “dentro da sã moral e dos princípios da santa religião”		Leonice de Lima Mançur Lins
Instituto De Educação “Fernando Costa” (1953-1975) e seus espaços		Aline de Novaes Conceição
Colégio Instituto Noroeste: um sistema educativo protestante (Birigui/SP – Brasil – 1918/2014)		Áurea Esteves Serra e Márcia Elaine Catarin Vignoto
Memórias do Grupo Escolar Otaviano Basílio Heráclio do Rêgo, município de Limoeiro-PE, Brasil		Roseane Silva de Souza, José Luis Simões e Edilson Fernandes de Souza
A história do Instituto Superior de Educação de Garça e do Curso Normal Superior (2003-2007): aspectos da cultura escolar		Vania Regina Pieretti Julião
Industrialização e modernismo: o Colégio de Cataguases		Rodrigo Caetano e Tereza Fachada Levy Cardoso
A história do curso normal do Colégio Imaculada Conceição situado na cidade de Tupaciguara-MG no período de 1961-1977		Izabel Rozetti
Educação jesuítica no século XVI: o Colégio de Santo Antônio e a Aula de Esfera		Natália Cristina de Oliveira, Célio Juvenal Costa, Marcos Pereira Coelho, Gilmar Alves

	Montagnoli e Ariele Mazotti Crubelati
História das escolas noturnas primárias de Uberlândia-MG: usos do espaço e do tempo (1947 a 1963)	Carla Cristina Jacinto Da Silva
História do Colégio Marista no contexto da urbanização de Cascavel	César de Alencar Arnaut de Toledo e Francielle Aparecida Garuti de Andrade
História da implantação do Ginásio Evangélico Rui Barbosa de Marechal Cândido Rondon, Paraná (1959-1969).	Rodrigo Pinto de Andrade e Francielle Aparecida Garuti de Andrade
Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental Vale do Rio Doce em Rio Verde-GO: instituição escolar constituída a partir do Movimento Sem Terra	Sebastiana Aparecida Moreira, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, Nívea Oliveira Couto de Jesus e Denilda Caetano de Faria
O Internato do Colégio Patrocínio de São José na Cidade de Aracaju (1940)	Dilson Gonzaga Sampaio, Cristiano de Jesus Ferronato e Bárbara da Silva Santos
Educação pela fé: estudo sobre as práticas escolares no Colégio do Salvador em Aracaju/Sergipe/Brasil (1935-1959)	France Robertson Pereira da Silva, Nayara Alves de Oliveira e Claudia Quaranta Lobão
O Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia no contexto sociocultural da cidade do Assú (1911-1950)	Gilson Lopes da Silva e Marlúcia Menezes de Paiva
Experiências religiosas na história da educação: as Filhas da Caridade em Minas Gerais e no Rio de Janeiro (1850-1900).	Aline de Moraes Limeira Pasche e Maria Aparecida Arruda
Escolas Polivalente: a política educacional da ditadura civil-militar brasileira	Joice Estacheski
Caminhos da educação no nordeste brasileiro: as escolas da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (1945-2000)	Edvaldo Francisco do Nascimento e Edilson Fernandes dos Santos
Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis. Uma escola de excelência nas décadas de 40 a 70 do século vinte	Francisco Perfeito Caetano
Grupo Escolar 13 de Maio e a educação primária na periferia de Uberlândia – MG 1961-1971	Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, Márcia Silva de Melo Villas Boas e Elizabeth Farias da Silva
Em diálogo o documento e o conhecimento histórico: o Grupo Escolar Visconde de Porto Seguro, em Sorocaba (SP)	Valdelice Borghi Ferreira Vania Regina Boschetti

	Educar Para o trabalho e o desenvolvimento: a implantação da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte em Mossoró (Brasil)	Francisco das Chagas da Silva Souza e Karla da Silva Queiroz
	As escolas japonesas na constituição do campo educacional paulista: 100 anos de história	Zeila de Brito Fabri Demartini
	O ensino primário na capital paranaense no início do século XX: do Grupo Escolar Cruz Machado ao Museu da Escola Paranaense	Fátima Branco Godinho de Castro
	Arquitetura das escolas normais no Paraná: acompanhamento da imprensa paranaense na década de 1920	Ana Paula Pupo Correia
	A produção da disciplina escolar história natural na Escola Normal e Instituto de Educação do Distrito Federal nas décadas de 1920-30 no Brasil	Maria Cristina Ferreira dos Santos
	O ensino de psicologia na Escola Normal em Santa Catarina/Brasil de 1911 a 1928: a psicologia entre a pedagogia e a instrução moral e cívica	Ana Paola Sganderla e Diana Carvalho de Carvalho
	Investigando o ensino de caligrafia desenho no currículo da Escola Normal de São Paulo (Império e início da Primeira República): primeiras considerações	Silvia Maria Oliveira, Ana Clara Bortoleto Nery e Cintia Lima Raphael
	A formação de professores no Espírito Santo: constituição histórica da Escola Normal 1873–1930	Maria Alayde Alcantara Salim
	O CAIC Paulo Dacorso Filho e a formação de professores na UFRRJ: Colégio de Aplicação?	Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho
	Faculdade de formação de professores em Vitória Da Conquista/BA (FFPVC): a história de uma instituição de ensino superior	Gilneide de Oliveira Padre Lima, Lívia Diana Rocha Magalhães, Luciana Canário Mendes e Ana Palmira B. S. Casimiro
	O papel da escola do magistério primário de Bragança na formação de professores e educadores de infância	Luís Castanheira
	Liceu De Itu: da doação do brasileiro de Torna-Viagem Joaquim Bernardo Borges à implantação dos primeiros cursos profissionalizantes (1921-1966)	Márcia Cristina Belucci e Wilson Sandano
	O Lyceu Parahybano Em vias de reestruturação: intervenções do Governo Castro Pinto (1912-1914)	Itacyara Viana Miranda
	o contexto de expansão do ensino secundário no estado do Rio de Janeiro e a história do Colégio Brigadeiro Newton Braga (1960-2010)	Jussara Cassiano Nascimento
	Caminhos do ensino superior no Brasil: a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro (Uberaba, Minas Gerais, décadas de 1940 e 1950).	Neirimar de Castilho Ferreira e Giseli Cristina do Vale Gatti
	A “Escolinha Do Parque Anauá”: história de uma instituição educacional especializada da educação especial na Amazônia brasileira – 1980-2001	Maria Edith Romano Siems-Marcondes
38ª Reunião da Anped Sul (2017)	Nada consta.	Nada consta.
XIV Jornada do	Fontes para a história da educação no norte pioneiro paranaense: um inventário dos cursos e escolas normais (1938-1971)	Vanessa Campos Mariano Ruckstadter

HISTEDBR (2017)	História e historiografia da educação no oeste paranaense: primeiras instituições escolares no município de Toledo/PR (1952-1980)	Sandra Inês Lindner e João Carlos da Silva
	Os grupos escolares e a institucionalização da educação primária no norte pioneiro do Paraná (1910-1971)	Flávio Massami Martins Ruckstadter
	Aspectos históricos sobre as Escolas Rurais Multisseriadas de Francisco Beltrão-PR (1940-1960): o papel da Cango e do município como mantenedores	Carla Cattelan
	Pesquisas sobre instituições escolares: um balanço da produção nas universidades paranaenses (2008-2016)	Francielle Aparecida Garuti de Andrade e Cezar de Alencar Arnaut de Toledo
	As origens da educação escolar em Uniflor (PR) na década de 1950	Rodrigo Pinto de Andrade e Cezar de Alencar Arnaut de Toledo
	Reconstrução histórica das instituições escolares públicas rurais no município de Ponta Grossa – PR (1900-1950)	Ronir de Fátima Gonçalves Rodrigues, Vera Lucia Martiniak e Mirian Margarete Pereira da Cruz
	A constituição das escolas de imigrantes e a expansão do ensino público no Paraná	Vera Lucia Martiniak
	Processos de escolarização em Duque De Caxias: primeiras notas	Cristiane Dias Nunes de Araújo, Renata Spadetti Tuão e Márcia Spadetti Tuão da Costa
IX Congresso Brasileiro de História da Educação (2017)	A educação rural em Minas Gerais e o contexto da implantação da Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza (1947-1951)	Leonardo dos Santos Neves
	Atuação de particulares na educação feminina do século XIX no sul de Minas: o Collegio Marianno (19867-1907)	Hercules Alfredo Batista Alves
	A cartografia dos colégios católicos femininos da região do baixo São Francisco brasileiro (1913-1950)	Dilson Gonzaga Sampaio
	Escola do Orfanato para meninas órfãs e desvalidas em São Cristovão-SE no início do século XX	Josineide Siqueira de Santana
	A modernização pelo ensino com solução para a lavoura: a trajetória de uma instituição modelar em Minas Gerais (1939-1955)	Bruno Geraldo Alves
	As lições de coisas no Grupo Escolar Antensina Santana (Anápolis/GO)	Sandra Elaine Aires de Abreu
	A Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca nos “Anos de Autoritarismo”: um estudo a partir de olhares discentes (1968-1974)	Rodrigo Cerqueira do Nascimento Borba e Sonia de Castro Lopes
	Franciscanos na Escola Reunida São Pedro de Dourados, Sul de Mato Grosso (1968-1987)	Marcel dos Santos Borba
	A contribuição dos colégios católicos na educação sergipana	Miguel André Berger e Andrea Karla Ferreira Nunes
	A equiparação do Lyceu de Goyaz ao Collegio de Pedro II: 1906-1907	Fernanda Barros
	A coexistência do diverso nos acordos e arranjos de instituições educativas católicas	Aparecida Maria Almeida Barros e

	Rafael Vasconcelos de Oliveira
Gênese e dualidades no processo de criação da Escola Técnica De Comércio União Caixeiral, no município de Mossoró/RN, entre 1911 a 1937	Tainá da Silva Bandeira e Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes
Escola primária na Parahyba do Norte: seu funcionamento para civilizar (1886-1889)	Rose Mary de Souza Araújo
Escola Jockey Club brasileiro: uma história marcada pelo sucesso escolar	Rosaline Alves
Influência da ditadura civil-militar no Grupo Escolar Cônego Ângelo (1964 - 1971)	Talita Costa Alves
As marcas da nacionalização no ensino primário do Colégio Farroupilha – POA/RS (1937-1961)	Alice Rigoni Jacques
Escolas paroquiais católicas no Brasil no final do século XIX e início do século XX: conceito e pressupostos de ensino	César Augusto Castro e Janeth Carvalho da Silva Cardoso
Um educandário para cegos no interior fluminense: o silenciamento do papel da mulher campista na história da educação especial	Fernanda Luísa de Miranda Cardoso e Silvia Alicia Martínez
Colégio Pedro II e Lyceu Paraibano: os meios disciplinares presentes no cotidiano do ensino secundário oitocentista	Tatyana Marques de Macedo Cardoso
Implantação dos grupos escolares no antigo território federal do Acre	Mark Clark Assen de Carvalho, Josenir de Araújo Calixto e Denison Roberto Braña Bezerra
Cultura escolar a partir da escrituração escolar e das fontes orais: uma análise acerca da Escola Garibaldi	Renata Brião de Castro
Caridade e filantropia a serviço das meninas desvalidas: o Asilo de Órfãs São Benedito de Pelotas/RS (primeiras décadas do século XX)	Jeane dos Santos Caldeira e Giana Lange do Amaral
Liceu Feminino Santista e a formação das primeiras professoras normalistas de santos	Angela Bonard Micci Borges de Campos
“As causas às vezes alheias à vontade do professor influem para que a escola não dê o resultado desejado”: as escolas rurais e a questão fundiária na Paraíba (1930-1945)	Luiz Mario Dantas Burity
Escolas primárias privadas na Província do Maranhão (1834-1854)	Joseilma Lima Coelho Castelo Branco
Educação de adultos: a parceria do MEB com o MOBRAL em Tefé/AM no regime militar	Leni Rodrigues Coelho
Práticas de assistência e educação no atendimento às crianças pobres, órfãs e abandonadas em regime de internato em Belém: o caso da Instituição Pia Nossa Senhora das Graças (1943 -1975)	Maria Lucirene Sousa Callou
Patronato São Bento: entre o arquivo institucional e a imprensa local a infância menORIZADA (1960-1969)	Márcia Spadetti Tuão da Costa
Políticas públicas para a Escola Primária na Bahia: 1889 a 1930	Sara Martha Dick
O Grêmio Literário Rui Barbosa do Instituto Samuel Graham de Jataí – GO (1956-1961)	Kamila Gusatti Dias
Escola Normal Rural Brasileira nos anos de 1938-1963	Nilce Vieira Campos Ferreira
Grupos escolares rurais na antiga Usina Tamoio (Araraquara/SP)	Ana Flávia Flores

Práticas e memórias educativas da Escola Rural Do Povoado Mussuca/SE de 1969 a 1977	José Carneiro de Almeida Filho e Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
A proposta educacional da Congregação das Filhas do Amor Divino, no Colégio Nossa Senhora das Vitórias em Assú/RN (1927-1948)	Silvia Helena de Sá Leitão Morais Freire e Maria Arisnete Câmara de Morais
Memórias do Grupo Escolar Eugênio Jardim: o que nos revela seu “Termo De Visita”	Márcia Campos Moraes Guimarães, Maria Aparecida Alves Silva e Kênia Guimarães Furquim Camargo
Educação “pré-escolar” em Mato Grosso do Sul: a experiência de uma instituição (1980-1995)	Samara Grativol e Eliana Maria Ferreira
Modernização para a educação catarinense: contribuições do Seminário Sócio-Econômico e do CEPE	Gisele Gutstein Guttchow e Marilândes Mól Ribeiro de Melo
Ginásio Agrícola de Urutaí: últimos anos antes da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (Coagri) - 1970-1974	Silvia Aparecida Caixeta Issa
As rotineiras “visitas” dos inspetores escolares: procedimentos e recomendações ao curso primário numa escola do planalto norte catarinense (1918-1945)	Roseli B. Klein
Práticas de educar crianças na Amazônia: as orientações de instituições públicas na república paraense (1901-1920)	Maria do Socorro Pereira Lima
História do ensino primário rural: as escolas isoladas do município de Rio Claro/SP (1970-1990)	Kamila Cristina Evaristo Leite
Estrela de Madureira: a Escola Normal Carmela Dutra: de referência cultural dos subúrbios ao declínio do programa institucional (1954 – 1982)	Fábio Souza Lima
A Escola “Antônio Souza Martins” – o polivalente de Ituiutaba-MG: uma proposta de educação tecnicista no contexto do regime militar (1974-1985)	Genis Alves Pereira de Lima e Sauloéber Tarsio de Souza
Formação de professores no ambiente reformista: repercussões na escola pública cearense	Tania Maria Rodrigues Lopes e Maria Juraci Maia Cavalcante
Instituto Benjamin Constant: “Monumento Meu”	Cristiane Vales Maciel
Colégio Regina Coeli, Veranópolis/RS: uma escola comunitária (1969 A 1980)	Marina Matiello e Terciane Ângela Luchese
O surgimento do jardim de infância na capital do Rio Grande do Norte	Sarah de Lima Mendes
Por entre notícias de jornais: memória e história do Lyceu Parahybano (1888-1889)	Itacyara Viana Miranda
A criação do Centro De Estudos Supletivos De Niterói como parte integrante da política pública para o ensino de jovens e adultos (1976)	Rosa Maria Garcia Monaco
Participação feminina na educação contábil: Um estudo sobre o Colégio Comercial Cônego José Viana (CCCJV) – Sousa-Paraíba (1956-1995)	José Jassuipe da Silva Morais e Kaionara Lima do Nascimento
Escolas radiofônicas e concepções de alfabetização (Petrolina-PE, 1960-1965)	Manuela Garcia de Oliveira e Virginia

	Pereira da Silva de Ávila
Trajatória das escolas de contabilidade no estado de Sergipe (1923-1972)	Gilvânia Andrade do Nascimento, Gleidson Santos da Silva e Simone Silveira Amorim
Conflitos e tensões na história do Colégio Brigadeiro Newton Braga	Jussara Cassiano Nascimento
Moral cívica religiosa coexistente: eventos e celebrações na Escola Paroquial “João XXIII”	Rafael Vasconcelos de Oliveira e Aparecida Maria Almeida Barros
Quem estuda ilumina o futuro, a grandeza da pátria prepara: Escola Normal Nossa Senhora das Graças (1933)	Dilson Gonzaga Sampaio e Cristiano Ferronato
O ensino de língua inglesa e o Colégio Pedro II: legislação e compêndios	Elaine Maria Santos
Educação para mulheres na Escola Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora	Fernanda Batista do Prado e Nilce Vieira Campos Ferreira
Implantação da Escola Normal Dom Aquino Corrêa de Três Lagoas no sul de Mato Grosso (1952-1971)	Margarita Victoria Rodríguez e Hellen Caroline Valdez Monteiro
O bairro, a fábrica e a escola: a resignificação de um espaço público pela instalação do Colégio Pedro II em Realengo	Daniel Vilaça dos Santos
Escola Modelo Benedito Leite no contexto de produção da modernidade educacional em São Luís-MA	Delcineide Maria Ferreira Segadilha e Marlúcia Menezes de Paiva
Espaço institucional, espaço educativo: instalações em Externato e Internato de Cursos Ginasiais	Stella Sanches de Oliveira Silva
Edificando o passado: a arquitetura escolar do primeiro prédio do Atheneu Sergipense do século XIX	Waldinei Santos Silva
A Escola de Audiocomunicação de Roraima: história de uma instituição educacional especializada da educação especial na Amazônia brasileira – 1995-2001	Maria Edith Romano Siems
Catolicismo e educação: o Grupo Escolar João Alcântara e a formação para a moral católica (1938-1958)	Wilney Fernando Silva
História da presença salesiana em Corumbá-MS: o Colégio Salesiano de Santa Teresa (1899-1987)	Celeida Maria Costa de Souza e Silva e Valdivina Alves Ferreira
A Escola de Aprendizes Marinheiros do Piauí como espaço de civilidade e futuro de menores: o envio de crianças pelas famílias no final do século XIX	Rozenilda Maria de Castro Silva e Antônio de Pádua Carvalho Lopes
O Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia e as inovações pedagógicas do governo republicano no contexto sociocultural da cidade do Assú (1911-1949)	Gilson Lopes da Silva e Marlúcia Menezes de Paiva

	O projeto industrial/educacional nas escolas de fábrica: imagens revisitadas	Maria Beatriz Leal da Silva e Maria Celi Chaves Vasconcelos
	Construções, reformas e adaptações: a política educacional da década de 1970 e a arquitetura do Grupo Escolar da Vila Castelo Branco, Campinas/SP	Rayane Jéssica Aranha da Silva
	Colégio Nossa Senhora de Lourdes – Cajazeiras/PB: primeiras décadas de funcionamento	Débia Suênia da Silva Sousa e Maria Arisnete Câmara de Moraes
	História da Escola Correccional XV de Novembro e a relação com os espaços arquitetônicos de seus prédios	José Henrique Soares e Eurídice Hespanhol Macedo Pessoa
	As práticas administrativas no Grupo Escolar Dom Benevides no período militar	Janaína Maria de Souza e Rosana Areal de Carvalho
	Uma leitura sobre o processo de institucionalização do Instituto de Educação Da Paraíba (1935-1951)	Mariana Marques Teixeira
	História das escolas rurais da região de Araraquara (1980/2010): transformações do meio rural e políticas educacionais para o campo	Reginaldo Anselmo Teixeira
	Instituições escolares rurais pioneiras em Guajará-Mirim/ MT (1924-1935)	Cleicinéia Oliveira de Souza e Nilce Vieira Campos Ferreira
	Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante/ Sul de Mato Grosso: história e perfil de funcionamento da instituição educacional (1959-1972)	Fanny Silva Valdez, Eliane Maria Amaro, Maria do Carmo Brazil e Marcel dos Santos Borba
	História das instituições escolares rurais multisseriadas do município de Concórdia: levantamento de fontes documentais e orais	Solange Aparecida Zotti
	Grupo Escolar da Cidade: novo modelo de educação em Diamantina-MG, 1906-1908	Flávio César Freitas Viera e Renan Eustáquio Assis de Almeida
XIV Seminário de Pesquisa do PPE/UEM (2017)	História e memória da primeira instituição oficial para Educação Infantil do município de Astorga/PR: em destaque o currículo da turma do pré-escolar da Escola de Aplicação Monsenhor Celso (1972-1974)	Maria Miduri Nodakwanishi e Elaine Rodrigues
	História do ensino primário rural em Cianorte-PR (1950-1990)	Rosângela De Lima e Analete Regina Schelbauer
	O ensino normal regional em Cianorte-PR: da institucionalização às práticas e saberes pedagógicos (1957-1964)	Andressa Lariani Paiva Gonçalves e Analete Regina Schelbauer
	História do ensino primário rural em Cianorte-PR (1950-1990)	Rosângela de Lima e Analete Regina Schelbauer
	História do SENAC Maringá: um estudo sobre educação profissional no norte do Paraná (1955-1982)	Amanda Marconi e Analete Regina Schelbauer
XII Anped Sul (2018)	Espaço e tempo escolares na classe secundária experimental do Colégio Santa Cruz (1959-1962)	Stefanie Schreiber

	Práticas de leitura e escrita: o fio condutor dos saberes no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS (1922-1954)	Gisele Belusso
	Um lugar para ensinar na área rural: Escola Pinheiro Machado, Farroupilha/RS	Gisele Belusso
	Ampliando a rede de escolas fascistas no Rio Grande do Sul: a Scuola Principe di Piemonte	Gelson Leonardo Rech
	Do lugar habitado ao espaço de formação: a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (1963-1981)	Marcos Luiz Hinterholz
	Espaço e tempo escolares na classe secundária experimental do Colégio Santa Cruz (1959-1962)	Stefanie Schreiber
	O Curso Complementar no Colégio São José de Vacaria/RS	Gisele Alves de Lima
	Memórias orais e arquivadas: possibilidades para escrita de uma história da Escola Normal em Sapiranga/RS (1963-1966)	José Edimar de Souza
XV Jornada do HISTEDBR (2018)	A Escola Regional de Meriti: Processos de Escolarização e Memória na Baixada Fluminense	Vinicius Kapicius Plessim
	Os Grupos Escolares e o novo ideário de educação primária no início da República no nordeste do Pará	Maria Eduarda da Silva Matos
	Festividades escolares da primeira escola normal pública de Campina Grande-PB (1960-1970)	Vívia de Melo Silva
	A criação da escola normal em Campina Grande nos anos 1955-1960: contestações	Pâmella Tamires Avelino de Sousa
	O ensino superior no interior da Amazônia: estudo da implantação do campus da UFPA em Santarém	Anselmo Alencar Colares
	História das instituições escolares da/na Companhia Ford Industrial do Brasil na Amazônia Brasileira	Edna Marzzitelli Pereira
	Colégio Paes De Carvalho (1964-1985): história de resistência ao projeto ditatorial brasileiro	Maria José Aviz do Rosário
	Casa Familiar Rural do Município de Altamira: história de luta e conquista por uma educação do campo	Maria de Fátima Matos de Souza
XI Seminário Nacional do HISTEDBR (2019)	História e memória da educação em Cáceres-MT: o Grupo Escolar Esperidião Marques, cenas, olhares e vivências	Adriane Cristine Silva
	Companhia de Jesus em Paranaguá: da casa escolar ao prédio do colégio, um resgate da história da educação local	Alexandre Chiarelli e Jennifer Hibari Matsuzaki
	História e memória educacional: a trajetória do Instituto Nossa Senhora de Lourdes de Arrais-TO	César Evangelista Fernandes Bressanin e Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida
	A instalação do Grupo Escola Uberaba, a educação e o progresso na visão do jornal Lavoura e Comércio: instrução escolar uberabense na República Velha (1906-1909)	Cláudia Aparecida da Costa Vicente
	Fontes como possibilidade de publicação: uma análise do Grupo Escolar Professora Ricarda, 1950 – Campos Belos-GO	Cristiele Pereira Campos Fernandes, Willian Douglas Guilherme, Magalis

		Bésser Dorneles Schneider e Sônia Maria dos Santos
	Virtuosas e cristãs: aspectos da formação de professoras no Colégio Imaculada Conceição de Tupaciguara-RA (1961-1971)	Izabel Rozetti
	A relevância das fontes na memória da educação infantil do Instituto Benjamin Constant	Kelli Teixeira Penello e Nailda Marinho da Costa
	Instituições escolares pioneiras em Duque de Caxias: breves considerações sobre a História da Educação municipal	Marcia Spadetti Tuão, Cristiane Dias Nunes de Araújo, Renata Spadetti Tuão e Leandro Sartori
	Cartas, fotografias e imagens: um olhar sobre a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo	Micheli da Cruz Cardoso Tavares
	O Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão como expressão republicana no município de Uberabinha, MG - 1915 a 1930	Mileide Mateus dos Santos, Monalisa de Andrade Martins Ferreira Borrezzi, Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Brenda Maria Dias Araujo
	A Escola Doméstica de Brazópolis – análise de uma educação profissional feminina no século XX (1927-1965)	Palloma Victoria Nunes e Silva e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
	As estratégias identitárias construídas pelas mulheres para ingressarem como professoras de ensino secundário no Colégio Pedro II	Paloma Rezende de Oliveira e Nailda Marinho da Costa
	Entre terços, bandeiras e civismos: o Colégio Diocesano Pio XI e os indícios da ação social da Igreja na Campina Grande dos anos 1930 e 1930	Ramsés Nunes e Silva
	De polivalente a Colégio Cívico Militar: a história de uma instituição escolar e suas ideias pedagógicas	Renata Lopes Silva Ribeiro e Juliana P. de Araújo
	História e memória na região oeste do Paraná: a constituição dos primeiros Grupos Escolares de Medianeira (1950-1970)	Sander Fernando de Paula e João Carlos da Silva
	A implantação do ensino secundário no Colégio São José, em Ituiutaba-MG (1948 E 1959): entre a lei orgânica de 1942 e a realidade sócio educacional do Pontal do Triângulo Mineiro	Simone Beatriz Neves Pacheco e Lúcia Helena Ferreira Lopes
	A história da Escola Popular em Rondônia e o surgimento da Escola Família Camponesa em Machadinho D'Oeste na década de 1990 e sua experiência de educação integral: limites e perspectivas	Tatiane Furtado Ricarte e Marilsa Miranda de Souza
	Os governos Oswaldo Trigueiro e José Américo e a instauração do Colégio Estadual de Campina Grande-PB (1948-1953)	Vívia de Melo Silva
X Congresso Brasileiro de História da	As Práticas Educativas de uma Instituição Militar de Ensino: entre arquivos e memórias (1961 -1992)	Tereza Marta Ribeiro Mendes Ferreira
	A Educação de Crianças No Instituto Santo Antonio do Prata (1898-1920)	Gercina Ferreira da Silva

Educação (2019)	Infância e Educação no Instituto Maria de Mattias em Altamira -PA(1970-1979)	Léia Gonçalves de Freitas
	Destruição da Arquitetura: o Prédio do Jardim da Infância Anexo à Escola Normal de São Paulo – da Monumentalidade à Demolição (São Paulo, 1896 – 1939)	Sandra Aparecida Melro Salim
	Os Jardins de Infância no Maranhão: Contribuições do Ideário Renovador no processo de Institucionalização na década de 1930	Rachel Tavares Moraes
	A Escola Normal Rural de Souza: a Formação de Professores para o Meio Rural (1940 –1950)	Antônio Carlos Ferreira Pinheiro
	Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Conceição do Araguaia no Pará (CFR): resistindo num contexto de desistência	Walnéia Benigno Magalhães Carrijo e Darlene Araújo Gomes
	A Educação Salesiana em Corumbá-MS: o Colégio Santa Teresa e as Obras Educacionais e Assistenciais Adjuntas (1953-1972)	Celeida Maria Costa de Souza Silva
	Os Arquivos de uma Escola Confessional para Meninas: entre os Textos Escritos e Os Objetos Didáticos Visíveis (1931-1961)	Marta Banducci Rahe
	Habilitações Profissionais em um Colégio de Humanidades: o Colégio Pedro II em tempos de Ditadura	Adriena Casini da Silva
	A Presença da Cultura Militar na Cultura Escolar do Colégio Pedro II	Gabriel Rodrigues Daumas Marques
	Entre Operários e Militares: História e Memória do Ginásio Industrial da Fábrica da Estrela	Maria Beatriz Leal Silva
	O Clube Agrícola do Grupo Escolar Rural de Butantan (1933-1942)	Ariadne Lopes Ecar
	Professores Primários e a proposta de Implantação das Escolas Normais Rurais no Piauí nos Anos de 1940	Maria do Perpétuo Socorro Castelo Santana
	Conflitos e Tensões na História do Colégio Brigadeiro Newton Braga (1960-2010)	Jussara Cassiano Nascimento
	A Alma em busca do seu Corpo: Uma Análise dos Cartazes em Comemoração aos quarenta anos do Colégio Estadual Júlia Kubitschek (1960-2000)	Adriano Fernandes da Silva Junior
	História da EFA-Porto Nacional-TO: Memória de Egressos	Lorena Kabrini Barros Costa
	Paulistinha a Creche Universitária da UNIFESP: Memórias do Lugar de Criação (Década de 1970)	Rosana Carla de Oliveira
	Tecendo Novos Fios: Memórias de Fundação do Colégio Estadual Professor Ernesto Faria	Wania Cristina dos Reis Balassiano
	A Instituição Educativa, Escola de Tempo Integral Vinícius de Moraes: Uma História para Memoriar	Nayjla Lane Ramos Gonçalves e Daniela Ado Patrícia Maldonado
	Formação Politécnica na Organização da Educação Soviética – a Experiência da Escola-Comuna Lepeshinskiy (1918-1923)	Caroline Sousa e Cristiane Fernanda Xavier
	A Criação do Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal (CFPEN) no Instituto de Educação do Rio de Janeiro: entre Existir e Resistir	Fabiana Rodrigues

História e Memórias das Instituições de Ensino Primário na Região de Cornélio Procópio	Luiz Antônio Oliveira
Assistência, Educação e Cuidado de Meninos Órfãos e Desvalidos no Instituto Orfanológico do Outeiro (1903-1913)	Wellington Pinheiro
A Educação dos Corpos de Meninos Desvalidos No Instituto Lauro Sodré no Pará Republicano (1897-1899)	Iviny Cristina Aguiar da Silva e Maria José Boulhosa
Lar do Menor Dom Calábria: Origem, Trajetória e Perfil Educacional em São Luís/MA	Maria José Lobato Rodrigues
Instituto de Menores de Dianópolis-TO, Uma Instituição de Vanguarda	Graciene Reis de Sousa
O Instituto Nossa Senhora dos Anjos e a Instrução de Meninas no Município de Abaetetuba-Pará (1960-1965)	Maria do Socorro Pereira Lima
O Instituto Pestalozzi de Campo Grande -1915-1930	Fernanda Barros e Elizabeth Figueiredo de Sá
Ações da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia na criação de Instituições Educativas para Meninas Pobres em Belém do Pará (1877-1878)	Tayana Helena Silva
Escolas da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabriniana No Rio Grande do Sul (1915 a 1966)	Marina Matiello
Centro de Puericultura do Instituto de Educação de São Paulo: o Social e o Educativo no Combate à Mortalidade Infantil (Década de 1930)	Ariadne Lopes Ecar
A História de Crianças que viveram o Isolamento Compulsório no Educandário Eunice Weaver Em Belém do Pará (1942-1980)	Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco
Uma Universidade em disputa: o Nascimento da Universidade Federal Fluminense entre Negociações, Acomodações e Continuísmos	Devyson Carvalho Duarte Pereira
A Universidade do Distrito Federal e o seu Instituto de Artes Modernista no Período do Primeiro Governo Vargas: As Artes no Espaço do Poder (1935-1939)	José Roberto Pereira Peres
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS): Implicações sobre o processo de sua Criação, Implantação e Funcionamento (1977 -1997)	Maria de Lourdes dos Santos
Universidade da Maturidade, uma Instituição Educativa no Tocantins	Neila Barbosa Osório
A Circulação de um Modelo Pedagógico: a Escola Americana e a Reforma do Ensino Público, em São Paulo e em Curitiba	Geysa Spitz Alcoforado de Abreu
Instituições Educacionais de Enfermagem da Região Centro-Oeste: o Ideário Protestante na Saúde (1933 -1937)	Kamila Gusatti Dias e Maria Zeneide Carneiro de Almeida
Colégio Frederico Jose Pedreira Neto, um Projeto Educativo para Palmas	Jocyleia Santana Santos
A Criação do Grupo Escolar Gulhermino Bezerra em Itabaiana/SE (1936)	João Paulo Gama Oliveira e Luana Santos
O Grupo Escolar Ildefonso Pinto: Processos de Escolarização em Campo Bom/RS (1927-1953)	José Edimar de Souza

Rituais na Escola: o 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco e a homenagem a José da Silva Paranhos Junior em 1912	Mário Allan da Silva Lopes
Habilitações Profissionais em um Colégio de Humanidades: o Colégio Pedro II em Tempos de Ditadura	Adriena Casini da Silva
Instituição Educativa, Lugar de Memória: o Colégio Estadual Batista Professora Beatriz Rodrigues da Silva em Tocantínia –TO	Lídia Carene Santos Silva e Adriena Casini da Silva
História e Memória das Escolas Rurais do Campo e seus percursos com o Tempo Presente	Maria Zeneide Carneiro de Almeida
A Escola Primária Rural e o processo de colonização recente, no Sul de Mato Grosso -Brasil (1940 a 1970)	Claudiani Rodelini
A Escola Rural Mineira entre a Expansão Demográfica, o Analfabetismo e o Êxodo Rural	José Carlos Souza Araujo
Educação Rural e sua Perspectiva Histórica em Minas Gerais: Gênese das Escolas Municipais de Ituiutaba (Anos 1940)	Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
Escola Operária de Companhia Brasil Industrial: Memórias de Formação Educacional do Trabalhador Fabril	Gilmara Rodrigues da Cunha Pereira
A Emergência do Ensino de Ofícios no Instituto de Educandos Artífices	Mayje Toledo
“Sejais Respeitosos e Obedientes aos Superiores”: Noções de Instrução na Companhia/escola de Aprendizes Marinheiro nas Províncias do Rio Grande do Norte e da Parayba do Norte (1886-1906)	Cláudia Engler Cury e Azemar dos Santos Soares Júnior
O Regimento Escolar e a mecanização do Corpo: os Deveres e Penalidades dos alunos no Colégio Estadual do Paraná na Década de 1950	Wilma Fontana de Souza Alvares
A Escola e as Práticas Fiscalizadoras do Estado: Grupo Escolar Barão de Mipibu (1957-1971)	Paula Lorena Cavalcante Albano da Cruz
O Ensino Particular em Alagoinhas-BA: Escola 10 de Junho do Professor Maurício Telles (1933 –1937)	Jussara Virginia Teles de Oliveira Machado e Solyane Lima
Pioneirismo das Classes Secundárias Experimentais em Colégios Católicos (1959-1962)	Norberto Dallabrida
Henriette Amado e a Classe Secundária Experimental no Colégio Estadual André Maurois no Estado da Guanabara (1965-1971)	Patricia Coelho da Costa
Renovação Pedagógica nas Classes Experimentais do Instituto Narciso Pieroni (1959-1963)	Leticia Vieira
A Inspeção do Ensino Secundário no Ginásio Leopoldo: entre Negociações e Conflitos (1937-1945)	Ana Paula da Silva Esteves
Ensino Secundário em Porto Nacional: do Externato São Thomaz de Aquino ao Colégio Estadual	Benvinda Barros Dourado
Ginásio Antônio Honorato e a Formação do Magistério Primário em Casa Nova-BA (1961-1977)	Eliana Azevedo
Entre Lavouras e Pastagens: As Escolas Rurais Multisseriadas no Município de Paranaíba, Paraná (1953-1970)	Márcia Marlene Stentzler e Joabe Martins

	A Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo, Política de Inserção Social	Marcia Flausino Vieira Alves
	À Sombra do Pé de Manga: o Caso da Escola Estadual Vila Rica -MT	Fábio Bombarda
	PolskaSzcola e УкраїнськаШкола: Instituições Escolares organizadas pelos Imigrantes Poloneses e Ucrânicos no Sul do Estado do Paraná	Roseli Bilobran Klei
	A Presença dos Gabinetes Médicos e Dentários nos Bancos Escolares das Escolas de Porto Alegre/RS (1930-1960)	Alice Rigoni Jacques
	Práticas Educativas em um Asylo e um Gymnasio em São João Del-Rei (1888-1921)	Fabiana Assunção
	Usos de Testes Psicológicos no Exame de Admissão do Colégio de Aplicação da UFRGS (1959-1964)	Juliana Topanotti dos Santos de Mello e Norberto Dallabrida
	Educação Dominicana/anastasiana nos Sertões do Norte do Brasil: os Colégios Santa Rosa de Lima e Sagrado Coração de Jesus	Cesar Evangelista Bressanin e Maria Zeneide Carneiro De Almeida
	O Tradicional Colégio Pedro II chega à periferia, no Rio de Janeiro: Impressões sobre a Representação da Comunidade Imaginada do Centro do Brasil (2004-2006)	Daniel Vilaça dos Santos
	Um Ginásio para Mocidade Picoense	Higo Carlos Meneses de Sousa
39ª Reunião da Anped Sul (2019)	A repetência e a reprovação escolar em um grupo escolar mineiro, nas primeiras décadas do século XX	Fernanda Cristina Campos da Rocha
XIII Anped Sul (2021)	O ensino primário nos grupos escolares na Serra Gaúcha e no Vale dos Sinos na primeira metade do século XX	José Edimar de Souza
XII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (2020)	A Escola Profissional Doméstica nas Montanhas Mineiras (1927-1965)	Palloma Victoria Nunes e Silva, Brenda Maria Dias Araujo e Betânia De Oliveira Laterza Ribeiro
	A escola e as práticas fiscalizadoras do estado (1957-1971)	Paula Lorena Cavalcante Albano da Cruz
	A instituição escolar Cônego José bento e sua dimensão cultural e social durante as décadas de 1930 e 1940	Júlia Naomi Kanazawa
	A mobilidade japonesa no Paraguai: uma análise sobre a criação da rede de instituições educativas nipo-paraguaias (1936-1956)	Markley Florentino de Carvalho e Arnaldo Pinto Júnior
	Levantamento e catalogação do Arquivo Histórico Escolar da Escola Estadual João dos Santos (1897-2003)	Elisiane de Cássia Ribeiro Tito
	Arquivo Histórico Escolar do Colégio Santo Antônio em São João Del - Rei: um levantamento (1909-1972)	Sthefani Bianck Teixeira Ortiz
	As iniciativas de educação formal da Colônia Pinhal e Escola Japonesa 1964-2001	Adriana Aparecida Alves da Silva Pereira e Wilson Sandano
	Atheneu Alagoano: uma instituição de ensino secundário para o sexo feminino (1883 -1887)	Danielle Fernanda Lopes Matheus Dias

Caminhos e descaminhos percorridos na implantação Da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Conceição do Araguaia no Pará (CFR)	Walnélia Benigno Magalhães Carrijo
A criação ao funcionamento do curso de magistério do Centro Específico de Aperfeiçoamento Do Magistério (CEFAM) De Naviraí-MS - Brasil (1994-2000)	Natalicia Gomes Teixeira Arcanjo
Escola Serviço de Educação Integral: 40 anos de formação na cidade de Dourados-MS	Luana Tainah Alexandre Braz
As escolas multisseriadas de Iguape	Cristiane Correa Strieder e Vania Regina Boschetti
Memórias de uma instituição escolar: O Colégio Imaculada Conceição, Cáceres-MT	Giuslane Francisca Da Silva
O Grupo Escolar Benjamin Constant: o ensino público primário no Pará republicano (1922-1927)	Monika Reschke, João Mazzini e Lucas Silva
O Museu Casa de Padre Toledo e as escolas da cidade de Tiradentes (MG)	Ana Cristina De Aquino Castro Ferreira
O percurso histórico do Grupo Escolar Visconde de Taunay (1938-1973): a primeira instituição escolar da cidade de Guia Lopes Da Laguna	Cláudia de Cillo Mazucato Neri e Nedina Roseli Martins Stein
O processo de criação e os primeiros anos do Ginásio Santo Antônio (1961-1975)	Thayná Luana Borges e Denilson Santos de Azevedo
“Por mais escolas normais no Distrito Federal”: a instalação da Escola Normal Heitor Lira entre os anos 1957 e 1959	Fábio Souza Lima
Práticas do cotidiano de uma creche universitária: A Paulistinha (décadas de 1970 e 1980)	Rosana Carla de Oliveira
Primórdios do ensino secundário na província de Mato Grosso: o Seminário Episcopal da Conceição (1858 - 1880)	Arilson Aparecido Martins
Vestígios históricos da criação do Instituto de Educação Ismael Coutinho e Instituto de Educação Clélia Nanci – Rio de Janeiro	Karyne Alves dos Santos
Reflexos da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) na Escola Agrotécnica Federal de Urutaí – 1986	Silvia Aparecida Caixeta Issa e Jussana Maria Tavares
Escola Polivalente de Osório-RS: políticas educacionais e trabalho a partir da História Oral	Maria Augusta Martiarena de Oliveira e Valesca Brasil Costa
Os grupos escolares em Campo Bom/RS: constituição de um modo de organizar o ensino primário na primeira metade do século XX	José Edimar de Souza
Uma casa de comércio e uma casa do saber: relações entre escola e mercado no processo de institucionalização da Escola Pública Paulista (São Paulo, 1893-1895)	Wiara Rosa Rios Alcântara

ANEXOS

SUMÁRIO – ANEXOS

ANEXO A	Poema I va in Mèrica (Berto Barbarani)	182
ANEXO B	Educandário das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus	183
ANEXO C	Livro do Histórico Estabelecimento - Grupo Escolar Ana Rita de Cássia	184
ANEXO D	Histórico Estabelecimento (Resumo) - Grupo Escolar Ana Rita de Cássia	195
ANEXO E	“Da humilde ‘Escola Isolada Capelinha’ ao moderno Grupo Escolar ‘Ana Rita de Cássia’” (1963)	197
ANEXO F	Decreto de criação da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus (19/09/1952)	198
ANEXO G	Ata da posse do Padre José Antônio Roldan, primeiro vigário da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus (13/09/1952)	200
ANEXO H	Ata de fundação da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus (04/03/1951)	201
ANEXO I	Relação de Padres e Paróquias, Bispado de Maringá (1957)	205
ANEXO J	Primeiras turmas de alunos da Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança (1954) - Diretora: Mítico Komoguchi	207
ANEXO K	Relatório a ser apresentado à Exma. Nunciatura Apostólica Diocese de Maringá – referente ao ano de 1958. Assinado por Dom Jaime Luiz Coelho	209
ANEXO L	Documento emitido pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em comunicando a Prefeitura Municipal de Nova Esperança a relação de transmissão de posse de terrenos, referente ao ano de 1959	214
ANEXO M	Documento assinado por Dom Jerônimo Mazzarotto atestando que o terreno recebido seria usado com finalidade de obras sociais anexas à casa canônica, para fins de isenção de impostos de transmissão (10/08/1959)	215
ANEXO N	Parecer nº 9.671/1959. Estabelece o deferimento de isenção dos impostos requerida pela Mitra Diocesana de Maringá referente a transmissão de propriedade de inter-vivos, recebido por doação (06/11/1959)	216
ANEXO O	Transcrição de Transmissão nº 2.635, de 5 de setembro de 1960	219
ANEXO P	Transcrição nº 2.796, de 7 de maio de 1926	220
ANEXO Q	Correspondências trocadas entre Padre José Antônio Roldan e Dom Jaime Luiz Coelho nos dias 18 e 19 de setembro e 18 de outubro de 1958 a respeito da chegada das religiosas designadas à administração da Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança	223
ANEXO R	Carta de Dom Jaime Luiz Coelho à Madre Jesualda Périco (26/09/1958)	225
ANEXO S	Ata de fundação Escola Nossa Senhora da Esperança (06/01/1959)	227
ANEXO T	Carta de Dom Jaime Luiz Coelho referente à autorização para abertura da Casa Religiosa na Paróquia do Sagrado Coração de Jesus e uma escola anexa (30/01/1959)	230

ANEXO U	Manifesto da Comissão Central da Marcha da Família Maringaense com Deus pela Liberdade (02/04/1964)	231
ANEXO V	Ata de Solenidade da bênção da pedra fundamental do Colégio Nossa Senhora da Esperança (15/02/1959)	232
ANEXO W	Matéria intitulada "Lançada a pedra fundamental", publicada pelo jornal O Estado do Paraná (Curitiba) em 19/02/1959	234
ANEXO X	Ata nº 1 - Redigida por Ir. Domingas Brotto. Deliberações sobre a formação da comissão responsável pela construção do Colégio Nossa Senhora da Esperança (06/03/1959)	235
ANEXO Y	Relatório a ser apresentado à Exma. Nunciatura Apostólica Diocese de Maringá – referente ao ano de 1959. Assinado por Dom Jaime Luiz Coelho	238
ANEXO Z	Carta de Dom Jaime Luiz Coelho à Irmã Superiora do Colégio Nossa Senhora da Esperança - orientações para a campanha em prol da construção do Colégio (23/07/1959)	243
ANEXO AA	Crônica do Colégio Nossa Senhora da Esperança – 1º sessênio de 06/01/1959 a 06/01/1965 – Escrito pela Irmã Domingas Brotto em fevereiro de 1965	244
ANEXO AB	Ata da inauguração da Capelinha das Irmãs no Colégio "N. Senhora da Esperança" (18/06/1960)	248

ANEXO A – Poema *I va in Mèrica* (Berto Barbarani)

I va in Mèrica

Fulminadi da un fraco de tempesta,
l'erba dei prè par 'na metà passia,
brusà le vigne da la malatia
che no lassa i vilani mai de pèsta;

ipotecando tuto quel che resta,
col fermento che val 'na carestia,
ogni paese el ga a so agonia
e le fameje un pelagroso a testa.

Crepà la vaca che dasèa el formajo,
morta la dona a partor 'na fiola,
protestà le cambiale dal notaio,

una festa, serradi a l'ostaria,
con un gran pugno batù sora la tola:
"Porca Italia" i bastiema: "andemo via!"

Ei se conta in fra tuti, in quanti sio?
Apena diese, di e pol far strapasso;
el resto done co i putini in brasso,
el resto, ved e puteleti a drò.

Ma a star qua, no se magna no, par d'io,
bisognerà pur farlo sto gran passo,
se l'inverno el ne capita col giasso,
pori nualtri, el ghe ne fa un desio!

Dentro l'Otobre, carghi de fagoti,
dopo aver dito mal de tuti i siori,
dopo aver fusilà trì quatro goti,

co la testa sbarlota imbragada,
i se da du struconi in tra de lori,
e tontonando i ciapa su la strada.

Poesia del socialista veronese Berto Barbarani.

Fulminados pela tempestade,
a erva dos prados em grande parte secas,
as videiras queimadas por doença,
os camponeses jamais encontram paz.

Hipotecado tudo o que resta,
com o trigo a sofrer a alta dos preços;
cada vilarejo sofre a sua agonia
e toda família tem um pelagroso a seu encargo.

Morta a vaca que dava o queijo,
morta a mulher ao parir uma filha,
protestada a promissória pelo tabelião.

Num Domingo à noite, fechado na taberna
com um grande soco na mesa, blasfema:
"Porca Itália, vamos embora".

Contam-se todos. Quantos somos?
- Apenas dez, podemos trabalhar,
o resto são mulheres com bebês nos braços,
velhos e crianças.

Mas ficando aqui não comemos, por Deus.
Será preciso mesmo assim dar esse grande passo,
se no inverno tivermos um grande frio,
pobres de nós, será uma tragédia!

Em outubro, carregados de fardos,
depois de terem falado mal de todos os senhores,
depois de terem bebido três ou quatro copos,

com as cabeças confusas, embriagadas,
apoiam-se uns nos outros
e, cambaleando, vão pela estrada.

Poesia do socialista veronês, Berto Barbarani, produzido
no final do século XIX, tradução do dialeto vêneto.

Fonte: Extraído de Franceschetto (2014, p. 124)

ANEXO B – Educandário das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus

305/5

EDUCANDATO

DELLE

Suore Apostole del Sacro Cuore

VIAREGGIO (TOSCANA)



Poco distante dalla stazione ferroviaria in amena posizione, trovasi un grandioso palazzo con ampie sale e ben ombreggiato giardino chiamato ISTITUTO DEL SACRO CUORE. L'aria pura, la vigilanza materna con cui sono tenute le fanciulle in questo Istituto, offre alle educande il campo di arricchire la mente ed irrobustire le forze vitali.

Questo Istituto, il quale dà all'istruzione delle giovinette, tutto lo sviluppo che esigono le famiglie, ha per scopo di procurar loro una educazione modesta e semplice, ma solida e completa. Si cerca di non lasciar loro ignorare nulla di tutto ciò che è necessario o veramente utile alla donna cristiana, soprattutto quando essa deve esercitare una certa influenza colle persone che la circondano. Così la Religione studiata in tutte le sue parti e praticata nei doveri ch'essa impone come nelle virtù ch'essa ispira.

La *Lettura* non solamente corretta, ma facile e sentita; la *Scrittura* colle sue forme variate e la sua pronta esecuzione; la *Grammatica* abbastanza compresa onde evitare errori di pronunzia e di ortografia; la *Storia* e la *Geografia* studiata in modo che esse non rimangano straniere nè ai tempi, nè ai luoghi, nè ai personaggi che devono conoscere; l'*Aritmetica* nelle sue regole applicabili agli usi ordinari della vita e così pure a qualche relazione di commercio. Così delle nozioni di *Letteratura*, di *Storia Naturale*, di *Fisica* e di *Mitologia*, secondo la forza della classe a cui appartengono. Il cucito, il rammendo, il ricamo, in una parola tutti i diversi lavori indispensabili al buon andamento di una casa onde educare le giovinette all'ordine ed all'economia domestica, nonchè alla civiltà.

Ecco ciò che forma il fondamento obbligatorio dell'educandato delle SUORE APOSTOLE DEL SACRO CUORE.

Si veglia attentamente alla salute delle alunne; in caso di malattia se ne dà subito avviso ai Genitori, i quali, senza veruna difficoltà, possono visitare le loro figlie all'infermeria.

Fonte: Acervo do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, Curitiba

ANEXO C - Livro do Histórico Estabelecimento - Grupo Escolar Ana Rita de Cássia



Termo de Abertura

Este livro com suas folhas numeradas de 1 (um) a oitocientos, destina-se ao registro do Histórico do Estabelecimento.

Colégio Costa Monteiro, Ensino Regular e Supletivo de 1º Grau, 1ª a 4ª série.

Nova Esperança, 03.05.88
p/ Direção: Jandyrá



Grupo Escolar "Ana Rita de Cássia" - Nova Esperança - Paraná

Histórico do Estabelecimento

1950 - Escola Estadual Papirlinha
Localização atual Praça W. Rêgo II.
Professora fundadora: Nairinha Soares (batizada na escola de Mandaguari).
Saldo pertencente ao Sr. José Lourenço.
Estabelecimento Papirlinha pertencia ao Município de Mandaguari.

1950 - Junho - muda-se para rua Ulisses Soares.

1951 - Renomeia-se Grupo Escolar Papirlinha.
Chegam a Papirlinha os professores João Passarelli e sua esposa Maria Passarelli.
- No entanto mais 03 (três) salas.

1952 - Papirlinha torna-se Município de Nova Esperança.
Renomeia-se Grupo Escolar de Nova Esperança.

1953 - Decreto de criação nº 16.122 de 08/03/1953.
- Lugares apontados: "Cruz Verde", "Cruz Garibaldi", "Cruz Rita de Cássia".
- Decreto de nomeação nº 19564 de 04/11/1953.
Grupo Escolar "Ana Rita de Cássia".

1962 - Muda-se para a quadra nº 69, com área de 12.000,00 m², sendo 1.192,00 m² de área construída, situada à rua Tulo Vaz de Sá, com as trancheiras das Presidentes Kennedy e Rua República do Líbano.

1930 - 04/02 - Abre-se o atendimento às crianças excepcionais.

1933 - Implantação progressiva da Reforma de Uruski, segundo o seu 5692/31, divulgado até o 6º mês.

1934 - Criação da Associação de Pais e Professores - registro no S.S.P. nº 571 de 10/10/34.

1936 - Criação do Centro Cívico Marshal Borden.

1946 - Partida Genérica - Licitação 2456/45 da S.E.C.

1946 - Implantação do Centro de Biblioteca "Romário Martins", no Instituto Nacional de São - R.M. 1947.

02/1946 - Construção de uma área de 49,50 m², para o funcionamento do Plano Especial, destinada ao atendimento de recuperação de crianças excepcionais. Licitação de funcionamento Licitação nº 2.192/46.

1947 - Pelo Decreto nº 2618, o Grupo Escolar "Ana Rita de Cássia" passou a se denominar "Colégio Costa Monteiro" (Ensino Regular e Supletivo de 1º Grau e Ensino de 2º Grau (Reorganização). Decreto nº 153 de 13/10/47.

Nova Esperança, 22 de abril de 1978

Jandyrá Mincoff de Castro Palma



Grupo Escolar "Ana Rita de Cássia" - Nova Esperança - Paraná

Histórico

Em dezembro de 1949, depois de então, Estipênio Papirlinha, presidente da escola de Mandaguari, a professora estadual Nairinha Soares.

Papirlinha pertencia ao município de Mandaguari e ali esta escola não possuía uma sala.

Nairinha Soares era professora nomeada pelo Estado e precisava licenciar, conseguiu um galão de propriedade do Sr. José Lourenço e usou em parte o Grupo Papirlinha. Depois, mudou-se para a quadra Papirlinha, quando chegou lá em busca de alunos, visitando a fazenda Papirlinha, a fazenda do Sr. José Lourenço (hoje Vila Papirlinha) chegou de Mandaguari, alguns vizinhos Papirlinha e alguns estabelecidos por famílias de 1º, 2º e 3º graus e encaminharam esta intenção à Prefeitura, através da professora Tullia de Souza Baralho em Mandaguari.

Uma e meia de ano de 1950 e nasce a Escola Estadual de Papirlinha.

Nova Esperança recebe seus primeiros alunos em Mandaguari.

A Escola Estadual Papirlinha, em junho de 1950, deixa de ser escola e muda-se para uma sala construída pelo povo, na quadra onde atualmente se encontra o "Barracão".

Além da professora Tullia de Souza Baralho de Mandaguari, uma das duas primeiras.

Depois, em junho de 1950, os alunos são encaminhados às aulas. Nairinha Soares, professora Tullia de Souza Baralho, que se interessou pelas crianças excepcionais, e um número de outros, de Mandaguari, professores e mães, que se

dispõem a examinar os alunos.

O nome que se deu que "Capelinha", pertence ao Município de Mandaguari.

Em janeiro de 1931, chegou à Capelinha o professor João Parascowicz, licenciado de Hamburgo, juntamente com sua esposa Regina, também professora.

Logo João assumiu a direção da escola, convidando as senhoras Maria Rosa dos Santos e Sônia Demétrio Gomes, pessoas residentes no latifúndio, para serem professoras, sendo as mesmas nomeadas, algum tempo depois.

Por iniciativa destes professores e com a ajuda do novo aumento, se a escola, continuaram se mais três salas de quadra cobrada, para então o Grupo Escolar "Capelinha".

Em 1933, verifica-se aumento de alunos e professores passando a funcionar em três períodos: manhã, intermédio e tarde.

Em novembro de 1935, o latifúndio Capelinha, passa a Município, delimitando-se de Mandaguari. Começa o município de Nova Esperança e o Grupo Escolar de Nova Esperança.

Decreto do Estado nº 11.112 de 01 de março de 1935, tira sua antiga denominação. Em reunião de professores, sugere-se novo nome. O Grupo Escolar, citaram "Uma Vila Linda" apelidado de "Uma Vila de Parana", sendo incluído este apelido, por se tratar da primeira professora de Parana. No Decreto nº 19.504 de 01 de novembro de 1935, registra este denominação.

Em 1935, o Grupo Escolar "Uma Vila de Parana", passa a chamar-se "quadrado nº 23", com área de 12.000,00 m², sendo 1.195,00 m² de construção situada a rua Nilo Pezaro nº 1, com as bancadas na Avenida Kennedy e República do Uruguai.

Por volta de 1931 ou 1932, são construídas mais algumas

salas para salas, nesta área, sendo ocupadas por outras salas.

Em 04 de agosto de 1940, inicia-se o atendimento às crianças precapitadas.

Inicia-se a desenvolver a organização da Biblioteca, a qual se encontra localizada no Instituto Nacional de Livro, sob o nº 2.009, tendo como patrono Francisco Matos.

Em 1942, com a determinação dos alunos de Educação Moral e Física, fazem efetivo os setores das salas de aula, Rui Barbosa, Vasco Gama, Brás Cubas, Padre Luiz Maria Michel, Borden, José de Lindueta, Wygn de Nozias, Carlos Gomes, S. Pedro I, Santos Dumont, Estelita Soares, Barão de Mauá.

Com o advento da Reforma de Ensino, pela Lei 5692/11, em 1943, deu-se a implantação progressiva desta Reforma. O Grupo Escolar "Uma Vila de Parana", procurou dar continuidade ao Ensino, iniciando-se as 2^{as} de tarde 6^{as} e ao início das 3^{as} séries em 1946, por determinação da 3^a Lei, dando-se ao atender apenas os alunos até a 4^a série, sendo os demais transferidos para o Colégio Estadual "Vista Monturo" de Nova Esperança.

Foram criados a Livraria de Livro e Imprensa "Uma Vila de Parana" e agosto de 1950, nº 217 de 10/10/1950, o Centro Escolar Municipal "Marechal Borden" em 06 de maio de 1945.

Citamos do artigo nº 019/46 da 3^a Lei, relativa a possibilidade de funcionamento do "Centro Escolar", de acordo com a Resolução 2.156/45 da S.E.E.P.

Em setembro de 1946, construção de uma sala de 19,50 m², para o funcionamento da Classe Especial, destinada ao atendimento de recuperação de crianças recuperadas.

Nova Esperança, 24 de outubro de 1946.

João Parascowicz

Em 20 de novembro de 1947, através da Resolução nº 2.132/47, levou a efeito o funcionamento de Parana Especial, para atendimento à criança portadora de deficiência mental.

Em parte de 11 de novembro de 1947, pelo Decreto nº 2.018/47, o Grupo Escolar "Uma Vila de Parana", passou a se denominar Colégio Vista Monturo Ensino Regular e Supletivo de 1^a Graud e Ensino de 2^a Graud.

Nova Esperança, 23 de maio de 1948.

Jandira Muncell de Castro Palma
Diretora em exercício.

Decreto Oficial nº 46
Parana nº 20
20/06/47.

O Estado de Paraná de Educação e da Cultura, no uso de suas atribuições, resolve: Item 20/06/47.

Resolução nº 1.039/47.

Hondagar:

O Parana resolve, de 19 Grupo de Regulagem e Normas que aprova o plano de implantação do Ensino de 12 Grad, representado pelo Colégio Estadual Vista Monturo, Grupo Escolar "Uma Vila de Parana" Escola de Educação Noturna, Grupo Escolar "Vigário Jansen" e o Grupo Escolar "Marechal Borden" Parana, Base Escolar de Vila Maria e Base Escolar Vila Aduna, todos do Município de Nova Esperança.

Francisco Carlos Netto
Secretário de Educação e da Cultura
Nova Esperança, 29 de agosto de 1948.

levantamento de todo o corpo administrativo e docente que tiveram parte deste estabelecimento desde 1950.

De 1950 a 1952

DIRETOR: João Parascowicz
DOCENTES: Mercedes Baptista
Bologna, Zulmira de Grande
Maria Rosa Santos
Antônio Aparecido Costantini
Regina L. Parascowicz

1953

DIRETOR: João Parascowicz
DOCENTES: Florinda de Carvalho
Marta Terra
Nilda Rodrigues Heideman
Cidália Rossi
Sônia Bernhe Torres
Julita Mesquita Rognatto
Adélia Batista Noziska
Olivia Rodrigues
Flores Gabriel Celso
Lourdes Santos Leite
Marta de Lourdes Ribeiro
Dionísio Marcondes Campar

SERVENTES: Maria Barbara Silva
Antônio Guerrero

1954

DIRETORA: Maria Rocha Kall
DOCENTES: Julita Mesquita Rognatto

<p>Olina Rodriguez Maria Aparecida Mello Nadia Ueki Maria Emma Vantas Alvarus Gualdo Veloso Lourdes Vantas Leite Adelia Rossi Anarcha Maranhão Campos Aureliano E. Rodrigues Nilida Rodrigues Wiedeman Suzanna Wolfeman Juliete Kahl Mhafud Zulmira Antonelli Lucia Venke Jorck Claudete A. Carvalho Lydi Amaral Baylão Antonia Guimaraes Olga Fuchsberg</p> <p>1955</p> <p>DIRETORA: Palmira Custas DOCENTES: Olina Rodriguez Maria Aparecida Mello Juliete Mesquita Luzinete Nilida Rodriguez Wiedeman Tereza Campmann Norma Batista Dickunda Frey Anne Silvestri Mitico Komoguchi Alvarus Gualdo Veloso Ana Maria dos Prazeres Adeli Silva Emma Vantas Delores Kelling Lourdes Vantas Leite</p>	<p>Olina Vantas Delores Kelling Lourdes Vantas Leite Ana Romann Ana Banti Muto Adelia Batista Noqueira Lucia Venke Jorck Juliete Kahl Mhafud Zulmira Antonelli Branca S. Saut Tereza Lange Chiapinski Lucilde Bollman Mercedes Chiquize Motta Antonia Gajardo</p> <p>1956</p> <p>DIRETORA: Palmira Custas e Tereza A. Rinaldo (f.m. de 1956)</p> <p>DOCENTES: Olina Rodriguez Maria Aparecida Mello Juliete Mesquita Luzinete Nilida Rodriguez Wiedeman Tereza Campmann Norma Batista Dickunda Frey Anne Silvestri Mitico Komoguchi Alvarus Gualdo Veloso Ana Maria dos Prazeres Adeli Silva Emma Vantas Delores Kelling Lourdes Vantas Leite</p>
--	--

5 p. 1955

<p>Ana Romann Ana Banti Muto Adelia Batista Noqueira Lucia Venke Jorck Juliete Kahl Mhafud Zulmira Antonelli Branca S. Saut Tereza Lange Chiapinski Tereza Saut Dick Lind Claudete Romann Aparecida J. da Silva Matilde Sidoni Romov Lydi V. de Souza Maria Clotilde Linhares Nazmar Ciria Estela Lucilde Bollman Mercedes Chiquize Motta Antonia Gajardo</p> <p>1957</p> <p>DIRETORA: Nilida E. Wiedeman DOCENTES: Margarida Lidia Costa Maria Valva Augusto Renae Hata Tereza W. Noqueira Tereza S. Saut Lucilde Manjane Ana Romann Maria Clotilde Linhares Zulmira Antonelli Adeli Silva Maria Aparecida Mello</p>	<p>Juliete Mesquita Luzinete Anne Maria Schulting Branca Romann Lucia Chiapinski Adelia Batista Noqueira Lourdes Vantas Leite Ana Maria Mendes Lucia Romann Lucilde Costa Ana Banti Muto Anne Silvestri Adina Vantas Maria Wiedeman Norma Lauer Silva Leon S. Silva Aparecida Custas Anna Vantas Tereza Saut Tereza Saut de Oliveira Olga Fuchsberg Mercedes Chiquize Motta Antonia Gajardo</p> <p>1958</p> <p>DIRETORA: Nilida E. Wiedeman DOCENTES: Tereza Chiapinski Nadia Saut Ana Maria dos Prazeres Lidia E. dos Vantas Adina Costa Lucia Gajardo Adeli Mota Lourdes Vantas Leite Anne Silvestri</p>
--	--

6 p. 1957

<p>Ana Vandy Melo Lidia Santos Lucia Constantes Corrigan Lilia Alves de Oliveira Zulmira Baralari Yolanda Zanussi Maria Afundemam Margarida Lucia Costa Juliete Mesquita Riquetto Maria Adelaide Riquetto Ana Romaria Vinica S. Aneto Maria Conceicao Melo Adelia Batista Bezerra Alzuirio Costa Theresi Hotta Anna Santos Jose Maria Schelting Geli Oliveira Ceci Almeida Tere Curran</p> <p>SERVENTES Antonia Capado Dora Martins Mello</p> <p>1959</p> <p>DIRETORA Dulce de Mizio Baralho</p> <p>DOCENTES Zulmira Antonelli Maria Landada Guido Jorge Ana Maria Mendes Lourdes Santos Leite Luiza Sampaio Chippinski Lygia Garcia Nel Martins</p>	<p>Jose Maria Schelting Geli Oliveira Ulisses de Oliveira Maria da Silva Fischer Conceicao Antonelli Ana Romaria Tere Curran Maria Hotta Ana M. Sampaio Dulce Batey Zelleshoff Ana Lilia Hotta Juliete Mesquita Riquetto Dionizia Cruz Zanussi Mikael Komogaki Dora Lucia Pinatti Juliete Machado Kahl Lilia Hotta Maria Hotta Lilia A. Corrigan Geli Mendes Geli Oliveira Joana da Silva Reis Jose Oliveira Yolanda Zanussi Claudete Romanini Dinora Andre Lilia Romaria Maria Gabriel de Muro Lygia Tereza Mesquita Ana Dado Antonia Capado Dora Martins Mello</p> <p>SERVENTES</p>
--	--

<p>1960</p> <p>DIRETORA Dulce de Mizio Baralho</p> <p>DOCENTES Maria Conceicao Silva Mikael Silva Zulmira Antonelli Maria Hotta Lourdes Santos Leite Geli Oliveira Luiza Sampaio Chippinski Maria Lena Marly Silva Juliete de Oliveira Dinora de Oliveira Maria A. Schelting Ana Dado dos Santos Rosalina Gato Lygia Garcia Maria Luiza Sampaio Nel Martins Ulisses de Oliveira Luiza Silva Dulce Batey Zelleshoff Lilia de Oliveira Conceicao Lopez Tereza S. Chippinski Lilia Junqueira Yolanda Zanussi Ana Maria Mendes Rafael A. Antonelli Juliete Mesquita Riquetto Geli Kahl</p>	<p>Dionizia Cruz Zanussi Maria da Silva Fischer Angelina Maria Barbosa Maria Landada Guido Jorge Jose M. Schelting Ana M. Sampaio Tereza Pinatti Nadir Oliveira dos Santos Alzuirio Costa Lilia A. Corrigan Zulmira Gadelon</p> <p>SERVENTES Maria Joia de Oliveira Dora Martins Mello Maria Conceicao dos Santos Lilia Zanussi Constanca Gomes Leal Maria Lilia Baralho Cecelia Santana</p> <p>1961</p> <p>DIRETORA Tereza Sampaio</p> <p>DOCENTES Mikael Hotta Zulmira Antonelli Lilia Curran Dinora de Oliveira Zanussi Luiza S. Chippinski Geli Oliveira Maria Lena Marly Silva Rosalina G. Garcia Lilia Romaria Rosalina Gato Lygia Garcia</p>
--	---

<p> Ombra Loty Zilberhoff Mayra Lucia Binatti Nely M. Marques Tereza de Mello Luiza Silva Zuleia Ribeiro dos Santos Maria Celite Schelting Staama Galvão Ana Maria Mendes Lourdes Vento Leite Juliete Mesquita Riquetto Olney Gabriel Nobis Benigna P. Zanuso Zulmira Cavallari Irene Maria Schelting Angélica Sara Lídia Pallares Gonçalves Maria da Silva Becker Norma Alexandre Cabalum Zue dos S. Loureiro de Melo Maria P. Lourenço Sra. H. Damasceno Izolda Zanuso Juliete de Oliveira Gêise de Oliveira Noronha Juliete Kahl (Zue) Benigna Vento Gabriel A. Dickende Zuleia de Mello Cavallari Zue Jurel da Rosa Luiza Loty da Rosa Mônica T. Lourenço </p>	<p> Tereza Binatti SERVENTES Benigna Gomes Real Maria Vitória Cavallo Maria Amadeu dos Santos Lídia Santos Izolda S. Santos Onofre Martins Guimarães Nely Alves Dias Ana Cardoso dos Santos 1962 DIRETORA: Nely Zanuzia DOCENTES: Olney Gabriel Nobis Zulmira Cavallari Mônica Nobis Maria Esperança Silva Lúcia Mag. L. Melo Luiza S. Marinho Zuleia Maria Schelting Benigna Gomes Zete Schelting Zuleia A. Lima Benigna P. Zanuso Mayra Lucia Binatti Zue P. Lourenço Zuleia Kahl Zolanda Zanuso Maria Vitória Alves Lídia Marques Zanuzia Benigna Kahl Nely Silva Zuleia Galvão Luiza Galvão </p>
---	--

<p> Lídia de Mello Luiza Silva Nely M. Marques Maria Luiza Lourenço Marlene Goussin Celite Silva Lídia E. Lima Irene Schelting Maria dos Reis Soares Celina Patrícia Marques Norma A. Cabalum Ana Maria Mendes Juliete Mesquita Riquetto Rachel Aguiar de Oliveira Maria da Silva Fischer Ombra Loty Zilberhoff Benigna P. Zanuso Zue dos S. Loureiro de Melo Zue Jurel da Rosa Angélica Sara Lídia de Oliveira Noronha Staama Galvão Lourdes Vento Leite Maria Celite Schelting Zue de Mello Cavallari Lídia de Mello Mendes Zue J. de Mello Mendes Nely Gonçalves Benigna P. Zanuso Juliete Kahl </p>	<p> SERVENTES Zolanda Martins Mello Helga dos Santos Mônica Sara Benigna Zanuzia Barbosa Maria José de Oliveira Zuleia de Mello Benigna Gomes Real 1963 DIRETORA Rosalina Gato DOCENTES Norma Alexandre Cabalum Mônica Nobis Zue dos Santos Maria Inês Penonza Maria da Silva Fischer Lídia A. Lourenço Lourdes Vento Leite Benigna P. Zanuso Irene Maria Schelting Zue dos Santos Lourenço Zulmira Cavallari Mayra Lucia Binatti Luiza Silva Zuleia Ferreira Maria P. Lourenço Nely Silva Zete Kahl Lídia Marques Zanuzia Benigna Zanuzia Benigna Gomes </p>	<p> Maria dos Reis Soares Celina Patrícia Zete Schelting Luiza Goussin Benigna P. Zanuzia Lídia Zanuzia Zue P. Zanuso Zue P. Lourenço Benigna Soares Marlene Goussin Marlene Celite Schelting Nely Zanuzia Celite Silva Ana Maria Mendes Zolanda Martins Mello Benigna Vento Leite Nely Soares Benigna Zanuzia Maria da Silva Mendes Luiza Zanuzia Nely M. Marques Nely Zanuzia Zete Schelting Zue Jurel da Rosa Luiza Silva Zete Kahl Benigna Zanuzia Zolanda de Mello Maria Esperança Cavallo </p>	<p> Zue Cardoso Santos Luiza Zanuzia Binatti Benigna Mello Zue J. Melo Nely Zanuzia Maria da Silva Goussin Angélica Sara Barbosa Lídia Zanuzia SERVENTES Maria Luiza Lídia de Mello Santana Maria A. dos Santos Benigna G. Real Maria Vitória Cavallo Maria José de Oliveira Lídia dos Santos Benigna Zanuzia Zuleia Kahl Onofre Martins Mello 1964 DIRETORA Rosalina Gato DOCENTES Norma Alexandre Cabalum Olney Gabriel Nobis Mônica Nobis Benigna Zanuzia </p>
--	--	--	---

Wilena Simi Cecília Antonelli Zulmira Barbosa Mathilde de S. Barros Maria de Lourdes Balço Sílvia Alves de Oliveira Vera Lúcia Campos Marly Sibi Divanil Aguiar Marly Sibi Vera Lúcia Minicoff Mance Horta Nascimeto Julieta Mesquita Reginatto Suzya Ganshar Helene Kanuya Sibi Similde dos Santos Maria de Sábado Aguiar Guanarda Yamamoto Olívia Jorgensen Suzya Gerandey Demitti Sábado Yamamoto Wazy Sábado Binatti Maria dos Prazeres Soares Kubuyo Nishimoto Nadia Vicente Gomes Eunice Ana Claudirina Aparecida Aguiar Jandyrá Minicoff de O. Palma Rosal Garcia Rosalina Boni Valina Patrão Negrão Regina Siqueira	Jay Balduino Siqueira Marilda Aguiar Miria S. Martins Kimbo Utsomi Cláudia Suzuki Lourdirina Santos Sute Dayde Barros Dulce Zéfano Cecília Fordin Kátia S. Pachet Maria de S. Oliveira SERVENTES Cecília S. Santana Maria Vitória Carvalho Maria Aparecida Santos Andréa Martins Mello Maria Jacobina de Oliveira Margarida Gonçalves Maud Ap. S. Lourenço Benedita Genuale Jurdilina Brandão Francisca Aparecida de Souza Inez Almeida 1969 DIRETORA Vânia Betarello Verdade Marly Sibi Dacy G. Neves Norma Alexandre Abraham	Nadia Barros Rêde S. Gomes Simão Ucho Jandyrá Minicoff de O. Palma Gus M. Zéfano Eunice Aguiar Suzya Alves de Oliveira Mance Horta Nascimeto Olívia Braga Antonia Aparecida Zanussi Olívia Maria Junqueira Guanarda Cláudia Yamamoto Helene Kanuya Sibi Julieta Mesquita Reginatto Margabe Kusoda Suzya Gerandey Demitti Kimbo Nagatani Regina Sábado Siqueira Zulmira Barbosa Siqueira Wilena Simi Valina Patrão Negrão Rosalina Boni Claudirina Aparecida Aguiar Maria das Dores Soares Quêdis Mouto Santos Cláudia Suzuki Dada Barros Vera Lúcia Minicoff Kubuyo Nishimoto Rêde S. Pachet Dulce P. Damasco Vera Lúcia Malho	Maria de Lourdes Aguiar Nadia Vicente Gomes Suzya Sábado Sibi Willy Linhares Paulina O. Aguiar SERVENTES Andréa Martins Mello Maria J. Oliveira Maria Otília Carvalho Cláudia Gerandey Siqueira Sebastiana Sauerant Maria Anacleto dos Santos Joana Mouto Boni Maria Inácia de Souza Maria J. dos Santos Gus Sábado Siqueira Maria Aparecida Campos Jurdilina Brandão Vera Maria Aguiar 1970 DIRETORA Vânia Betarello Verdade Helene Kanuya Sibi Suzinha de Souza Jampaulo Jandyrá Minicoff de O. Palma Dulce Aguiar Simão Ucho Margabe Kusoda Maria das Dores Soares
--	--	---	---

Olívia Maria Junqueira Kimbo Nagatani Rêde S. Pachet Nadia Vicente Gomes Olívia Braga Nadia S. de Oliveira Valina Patrão Negrão Sábado Yamamoto Guanarda Cláudia Yamamoto Mance Horta Nascimeto Vera Patrão Gonçalves Divanil Aguiar Dayde Barros Cecília Sibi Olívia Mendes de Freitas Claudirina Aguiar Eunice B. Sibi Suzya Gerandey Demitti Dada Barros Vera Lúcia Malho Quêdis Mouto Santos Dado Tanaka Rosalina Boni Valina Patrão Negrão Niza Vieira Machado Zulmira Barbosa Siqueira Antonia Suzya de Oliveira Eunice Aguiar Rêde S. Pachet Antonia Aparecida Zanussi Vera Aparecida Siqueira	Vera Lúcia Minicoff Kubuyo Nishimoto Rêde S. Pachet Julieta Mesquita Reginatto Norma Gerandey Siqueira Marly Sibi SERVENTES Andréa Martins Mello Maria J. de Oliveira Maria Otília Carvalho Cláudia Gerandey Siqueira Sebastiana Sauerant Maria Aparecida dos Santos Joana Mouto Boni Maria Inácia de Souza Maria J. dos Santos Maria Aparecida Campos Jurdilina Brandão Vera Maria Aguiar 1971 DIRETORA Vânia Betarello Verdade Suzinha de Souza Jampaulo Julieta Mesquita Reginatto Margabe Kusoda Quêdis Mouto Santos Suzya G. de Almeida Dada Barros	Nadia Vicente Gomes Kimbo Nagatani Dado Tanaka Nadia Oliveira de Cláudia Antonia Suzya de Oliveira Simão Ucho Jandyrá Minicoff de O. Palma Vera Patrão Gonçalves Guanarda Cláudia Yamamoto Suzya Demitti Maria do Prazeres Martins Olívia Mendes de Freitas Rêde S. Pachet Vera Lúcia de Campos Malho Marly Sábado Garcia Rêde S. Pachet Vera Patrão Negrão Claudirina Aparecida Aguiar Norma Alexandre Abraham Rosalina Boni Zulmira Barbosa Siqueira Cláudia Suzuki Niza Vieira Machado Dacy Sábado Minicoff Kubuyo Nishimoto Mance Horta Nascimeto Maria das Dores Soares Olívia Maria Junqueira Helene Aguiar Suzya Ganshar Rêde S. Pachet Vera Patrão Gonçalves	Andréa Martins Guimarães Maria José de Oliveira Maria Otília Carvalho Cláudia Gerandey Siqueira Sebastiana Sauerant Maria Anacleto dos Santos Joana Mouto Boni Maria Inácia de Souza Gus Sábado Siqueira Maria Aparecida Campos Jurdilina Brandão Vera Maria Aguiar 1972 DIRETORA Vânia Betarello Verdade Rêde S. Pachet Julieta Mesquita Reginatto Olívia Mendes de Freitas Kimbo Nagatani Maria das Dores Soares Nadia de Oliveira Almeida Norma Alexandre Abraham Quêdis Mouto Santos Antonia Suzya de Oliveira Vera Lúcia de Campos Malho Rêde S. Pachet Vera Patrão Gonçalves
---	---	---	--

Júlia Mesquita Agnatto	Neide de Oliveira Almeida
Maria da Silva Figueira	Ruth Antunes Barbosa dos Santos
Maria Tereza Pacheco	Júlia Mata
Alba Lúcia Mano	Luiza Bernardes Dematti
Monica Luiza Lopes Santana	Concha Ueno
Cláudia Cecília Fernandes	Neide Lourenço (Prof. sem ensino)
Ana Lúcia Belmonte	Ana Lúcia de O. Malhotra para ens.
Maria Luiza Bezerra	
Rosa Fozilândia Ballo	
Melba Yoshida	
Elisa Barbosa	
Maria das Neves Soares Santos	Jandrya Mincoff de Castro Palma
Luciana Marquetti	Cláudia Suzuki
Cláudia Mello Santos	Norma Adelaide Arahim
Luiza Silva da Silva	Neusa Lucia Agnatto
Elisa Rodrigues Garcia	Júlia Mesquita Agnatto
Mauriciana Cipriada Caporoni	Maria da Silva Figueira
Melba Bezerra Machado	Alba Lúcia Mano
Kayumi Nonoe	Cláudia Yoshida
Elaine Maria Junqueira Canaldo	Julmunda Cavera Trani
Ros da Silva Gouveia	Luiza Lúcia Batista
Elisa Gomes de Souza	Paulina Gervasio Guspon
Adelina Bete Basso	Luiza Palmari
Associação Associação Sândem	Maria Lúcia Yoshida
Rosa de Nádia Inês	Maria Conceição Brito Botelho
Neusa Lúcia Guarnés Mincoff	Maria Hermínia Zacharias
Rosa Fozilândia Ballo	(idem Zacharias)
Júlia M. Ballo	Kayumi Nonoe
Elina Faltano de Azevedo	Maria Tereza Pacheco
Juliana Barbosa Araújo	Maria Antônia dos Santos
Maria Antônia dos Santos	Cláudia Cecília Fernandes
Luiza Soares Gervasio	

Luizinha Pereira Santos	Juliana Barbosa Araújo
Melba das Neves Santos - 332 1.R.E.	Elisa Agnatto
Mauriciana Cipriada Caporoni - 332 1.R.E.	Luiza Gervasio
Melba Bezerra Machado	Elisa Fozilândia Ballo
Elisa Rodrigues Garcia	Luiza Bernardes Dematti
Ruth Antunes Barbosa dos Santos	Cláudia Bete Basso
Luiza Soares Gervasio	Melba Maria Zellehoff
Elisa Gomes de Souza	Luiza de Souza Caporoni
Luiza Soares Gervasio	Adelina Bete Basso
Maria Antônia dos Santos Soares	Concha Ueno
Cláudia Junqueira Canaldo	Ana Lúcia de Pompeu Malhe - in v. v.
Neide de Oliveira Almeida	
Associação Associação Sândem	

Secretariado Estatístico

ANO	Nº DE ALUNOS					Total	Nº DE TURMAS				TOTAL
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª		1ª	2ª	3ª	4ª	
1962	400	267	219	99	1040	15	07	07	03	33	
1963	449	251	247	160	1090	15	09	07	04	36	
1964	411	335	207	173	1136	13	11	06	05	35	
1965	365	276	299	210	1011	12	07	09	06	35	
1966	325	231	247	119	933	11	07	09	06	31	
1967	316	202	205	119	903	11	07	07	05	30	
1968	272	207	165	221	711	11	07	05	07	30	
1969	230	227	174	187	707	04	06	05	05	20	
1970	293	174	207	157	733	08	04	06	04	22	
1971	299	133	175	177	725	07	05	05	05	22	
1972	247	175	175	174	748	07	05	05	05	22	
1973	163	177	166	173	638	04	05	05	05	19	
1974	144	96	156	147	543	05	03	04	04	16	

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	TOTAL
1975	137	117	113	149	516
1976	134	149	146	145	674
1977	123	171	155	147	696
1978	121	141	139	150	611
1979	112	113	128	131	620

Observações:
 De 1967 a 1974 o estabelecimento funcionava com turma de 2ª série provisória.
 De 1973 a 1975 com a reforma do Ensino o estabelecimento passou a oferecer a 2ª série, do 1º Grau, e em 1975 a 6ª série; após o período ano voltou novamente a atender somente alunos da 1ª a 4ª série.

Resultado Final

ANO	1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		4ª SÉRIE		TOTAL
	AP	REP	AP	REP	AP	REP	AP	REP	
1976	137	41	125	21	121	22	127	09	511
1977	124	30	130	23	141	09	137	06	532
1978	123	28	127	24	128	13	140	10	547
1979	112	36	114	33	109	24	129	05	495

Distrito da A.P.M. - 1978

Presidente - Cezário Moura
 1º vice - Sakuyuki Iato
 2º vice - Mitsuo Miyashiro
 3º vice - Maria Luiza Caporoni
 4º vice - Ana Lúcia Guarnés Mincoff
 5º vice - Rosa Fozilândia Ballo
 Assessor - Nilza Bezerra Mano

1979

Nome do diretor que atua neste ano - Jandrya Mincoff de Castro Palma.

Quadro administrativo:
 Cláudia Suzuki - secretária
 Nilza Bezerra Machado - aux. secretária
 Elisa Rodrigues Garcia - aux. secretária
 Júlia Mesquita Agnatto - mensalista
 Maria da Silva Figueira - bibliotecária
 Ruth Antunes Barbosa dos Santos - bibliotecária

Secretários

Nome	Função
Onofre Martins Guimarães	guarda
Maria Elvira Ballo	cozinheira
Maria da Rocha Ballo	mensalista
Maria Cipriada Campos	mensalista
Maria Antônia de Souza	servente
Joana Meigs Bano	servente
Cláudia de Aguiar Antônia Ballo dos Santos	servente
Cláudia Fernandes Sepi	servente
Cláudia Jodor Gutierrez	servente

Distrito da A.P.M. - 1979

Presidente - Antônio Passos
 Secretário Geral - Manoel de Jesus
 Diretor Administrativo - Cláudia Cecília Fernandes
 Conselho Fiscal - Cezário Moura
 José Geraldo Soares
 Benedito de Mota
 Sakuyuki Iato

} Jovane Gama
 } Antonio Mendes de Brito
 Assessor - Cruzinho Nogueira de Castro

Centro Cívico (reorganizado)
 Presidente - Regiani Faria
 Vice-pres. - Ivoni Cruz
 Secunário - Celso de Castro Palma
 Secretária - Ivete Perillo
 Pradara - Willy Brodbeck
 Orientadora - Ruth Antonia Barbosa dos Santos

 1985
 Nome do diretor que atua neste ano -
 Dajze Lucia Binatti

Quadro administrativo
 Talya Uva Hachido - secretária
 Célia Rodrigues Garcia - aux. secretária
 Mulo Yoshida - aux. secretária
 Juciete Marques Rignatto - mensalista
 Maria da Silva Kuhn - bibliotecária
 Duzia Arantes Gama - bibliotecária

Serventes
 Nome - Serviço
 Onofre Martins Guimarães - quarenta
 Maria Vitoria Cavallo - vinte e
 Maria Luísa de Souza - mensalista

1984

Maria Aparecida de Campos - mensalista
 Lúcia Jovane Malacenda Sampaio - servente (C.L.T.)
 Adélia Jovane Gutierrez - servente
 Jovane Miguel Camo - servente
 Alair Fernando Lepi - servente

Pessoal Técnico
 Norma Alexandre Abraham

Pessoal docente
 Alba Uva Moreno - Sílvia Miriam Nogueira
 Lúcia Stella Zefirino - Aluísio Costa Castro
 Maria Bivotto dos Santos Castro - Vera Lucia Ribeiro Castro
 Maria S. N. Satayama - Maria Aparecida dos Santos
 Neiza Dornas Rogatto - Cláudia Lúcia da Silva
 Renata Galvani - Eucamário Sampaio Landim
 Sônia Luciano Gupar - Maria Aparecida Brito Araújo
 Maria Sora Jost da - Aluísia Suzete (aguard. servente)
 Suzyka Nogueira de Castro
 Ruth Antonia Barbosa Santos
 Maria Sampaio Barros
 Izaura Fernandes Demeth
 Eric Jannone de Souza
 Elenice Jungueira Amado
 Neide de Oliveira Amado
 Arlete Antônia Hernandez
 Leuz Aparecida Brito
 Lúcia da Silva Jovane
 Regina Gasparini
 Dora Amado
 Juliana Barbosa Araujo

Diretoria do A.P.M.

Diretores: Valtair da Silva
 Secretário: Sérgio Yamamoto
 Diretor financeiro: Arnaldo Pinheiro
 Conselho fiscal: Jovane Gama
 Maristela Yamamoto
 Relato de Aluísia
 Duplentes: Valtair Dias Gasparini
 Sakiyuki Sato
 Miriam Martins

Equipe Cívica Escolar
 Presidente: Mari Lúcia Okabayashi
 Vice-presidente: Maria Sato
 Secunário: Aluísio Okabayashi Junior
 Secretária: Satsuki Okano
 Pradara: Elaine Sônia Marcon
 Orientadora: Prof. Ruth Antonia Barbosa Santos

Resultado Eleitoral

Século	1ª		2ª		3ª		4ª		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Mobilizados	105	91	97	94	91	91	99	50	360	326
Presentes	80	71	84	82	71	79	66	38	301	210
Apostados	55	59	58	68	56	71	61	37	230	233
Repostados	35	12	21	14	15	8	5	3	66	37
Participação	75%	75%	84%	84%	77%	82%	66%	72%	81%	81%

2014

1981

Nome do diretor que atua neste ano -
 Dajze Lucia Binatti

Quadro Administrativo
 secretária - Talya Uva Hachido
 aux. secretária - Aluísia Rodrigues Garcia
 aux. secretária - Mulo Yoshida
 mensalista - Juciete Marques Rignatto
 bibliotecária - Maria da Silva Kuhn
 aux. bibliotecária - Duzia Arantes Gama

Serventes
 quarenta - Onofre Martins Guimarães
 servente - Maria Vitoria Cavallo
 servente - Maria Luísa de Souza
 servente - Maria Aparecida de Campos
 servente - Lúcia Jovane Malacenda Sampaio (C.L.T.)
 servente - Adélia Jovane Gutierrez
 servente - Jovane Miguel Camo
 servente - Alair Fernando Lepi
 servente - Benjamin Barbosa dos Santos

Pessoal Técnico
 Norma Alexandre Abraham

Pessoal docente
 Lúcia Stella Zefirino
 Aluísia Aparecida Maria Sato
 Aluísia Uva Jovane
 Neiza Dornas Rogatto
 Arlete Antônia Hernandez

Maria Buita J. Cardoso
 Lucina Galvao
 Oreste Amadeo
 Suzinha Nogueira de Castro
 Maria J. Tralves
 Ruth Barbosa Jantos
 Maria Loureiro Pereira
 Lucina Carolina Gregori
 Luiza Lima dos Santos
 Elvira Figueira Amalido
 Esi Gomes de Souza
 Nilda Oliveira Almeida
 Encarnação Loureiro Sardenha
 Helena Leal de Nogueira Sabagama
 Jitinka M. Pinheiro Nogueira
 Luis Augusto Jantos
 Luiza Gregorio
 Eza da Silva Zanoni
 Juliana Barbosa Araujo
 Albenice Costa Campos
 Maria Amadeo dos Santos
 Cezara Leal da Silva (disposição que do Paró)
 Maria Ap. Brito Castilho (Luz. trat. saúde)

Directoria da A.P.M.

Presidente: Walter Regiani
 Director Administrativo: Benjamin de Mattos
 Secretario: Celso M. Gomes
 Conselho Fiscal: Luiz Carlos Simedini
 Secretário Augusto Guedes
 Luiza Jantos

21/1/1983

Instituição: Escola Regiani, Manuel S. Martins e Espirito
 Yacamato

Resultados Finais

Série	1 ^o	2 ^o	3 ^o	4 ^o	5 ^o	6 ^o	7 ^o	8 ^o	9 ^o	10 ^o	Total
Série	92	95	96	93	96	99	98	92	94	94	949
Matriculados	74	76	87	80	71	70	67	74	71	71	724
Apresentes e Ausentes	50	43	38	52	41	42	47	48	46	46	410
Apresentes compareceram	1	8	7	3	11	10	6	5	5	5	26
Apresentes no total	51	51	45	55	52	52	53	53	51	51	436
Reprovados	11	11	24	7	17	18	6	1	6	6	105
Porcentagem	22%	16%	13%	13%	14%	14%	7%	1%	8%	8%	24%

71 - 93 Coleção Costa Monteiro Regiani
 Escola
 Coleg
 Escola Ed. J
 Grupo Escolar R. de Castro

76 -

93 4/5/83
 Esc. Mun. Que R. de Castro
 Ensino de 1^a Fase

A.P.M.
 Conselho Fiscal

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Nova Esperança

ANEXO D - Histórico Estabelecimento (Resumo) - Grupo Escolar Ana Rita de Cássia

GRUPO ESCOLAR "ANA RITA DE CÁSSIA".
NOVA ESPERANÇA - PARANÁ.

HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO. - RESUMO.



1.950: ESCOLA ISOLADA CAPELINHA.

- Localização: atual Praça D. Pedro II.
- Professora fundadora : Dalva Lira Soares (lotada na escola de Marialva)
- Salão pertencente ao Sr. José Razende.
- Patrimônio Capelinha pertencia ao Município de Mandaguari.

1.950-Junho-muda-se para rua Ulisses Roseiras.

1.951-Denomina-se Grupo Escolar "Capelinha".

- Chegam a Capelinha os professores João Panasiewicz e sua esposa Regina Panasiewicz.
- Povo constrói mais 03 (três) salas.

1.952-Capelinha torna-se Município de Nova Esperança.

- Denomina-se Grupo Escolar de Nova Esperança.

1.955-Decreto de criação nº 16.122 de 08/03/1.955.

- Sugestões apresentadas: "Ana Neri", "Ánita Garibaldi", "Ana / Rita de Cássia".

-Decreto de Denominação nº 1.9564 de 04/11/1.955.

Grupo Escolar "Ana Rita de Cássia".

1.962-Muda-se para a quadra Nº 69, com área de 12.000.00m², sendo 1.193,00m² de área construída, situado à rua Nilo Cairo S/N, com as transversais Rua Presidente Kennedy e Rua República do Líbano.

1.970:- 04/08- Inicia-se o atendimento às crianças excepcionais

1.973- Implantação progressiva da Reforma de Ensino, segundo a /

Lei 5692/71, chegando-se até a 6ª Série.

1.974- Criação da Associação de Pais e Professores- registro na S.S.E. Nº 578 de 10/10/74.

1.975- Criação do Centro Cívico "Marechal Rondon".

1.976- Cantina Comercial- Resolução 5456/75 da S.E.C.

1.976- Confirmação do Registro da Biblioteca "Romário Martins", no Instituto Nacional do Livro- R.M.8999.

09/1.976- Construção de uma área de 79,50M², para o funcionamento da Classe Especial, destinada ao atendimento de recuperação/ de crianças excepcionais. Autorização do funcionamento, Resolução Nº192/77.

1.977- Pelo Decreto Nº4.018, o Grupo Escolar "Ana Rita de Cássia", passou a se denominar, Colégio Costa Monteiro Ensino Regular e / Supletivo de 1º Grau e Ensino de 2º Grau.

NOVA ESPERANÇA, 28 de abril de 1.978.

Jandyra Mincoff de Castro Palma.

1981. Passou a denominar Escola Costa Monteiro Ensino Regular e Supletivo de 1º grau.

1983. Pela Resolução nº 1545/83 passou a denominar Escola Estadual Costa Monteiro Ensino de 1º grau Regular e Supletivo

1989. Funcionava em 3 turnos com 1300 alunos, sob a direção do Prof. Genesio Sampaio.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Nova Esperança

ANEXO E – “Da humilde ‘Escola Isolada Capelinha’ ao moderno Grupo Escolar ‘Ana Rita de Cássia’” (1963)

Da Humilde «Escola Isolada Capelinha» ao Moderno Grupo Escolar «Ana Rita de Cássia»

Em 1950 a cidade já contava com mais de 80 crianças em idade escolar. Um grupo de pessoas de boa vontade, observando a grande necessidade de criarem uma escola para atender aquelas crianças, fundaram, então, a “ESCOLA ISOLADA CAPELINHA”. Dois anos, foi o tempo de funcionamento da Escola Isolada, em salas provisórias à Av. Brasil, tendo uma única professora e ministrando aulas aos alunos. Foi a Sr^a. Dna. Maria Dalva Soares. Após este período resolveu-se construir uma sala própria, localizada à Praça Rocha Pombo. A cidade crescia e exigia maiores e melhores acomodações as centenas de alunos que naquela altura Nova Esperança possuía. Outras salas foram de imediato construídas, também na Praça Rocha Pombo. O número de alunos exigia a transformação do estabelecimento de simples Escola Isolada para Grupo Escolar. Sob a direção do Prof. sr. João Panaszewicz, recebeu a Escola Isolada Capelinha o nome de Grupo Escolar Nova Esperança. O nome do Grupo Escolar foi mudado para o atual, Grupo Escolar “Ana Rita de Cássia”, em justa homenagem àquela que foi a primeira professora a ingressar-se no magistério. Daí a esta data, muitas foram suas diretoras, sempre com trabalhos carinhosos e dedicados à causa da educação da criança de Nova Esperança. Profa. Maria Rocha Kallil, Profa. Palmira Tristão, Profa. Nair Reinaldo Araujo, Profa. Néi

da Sampaio Haldeman, Profa. Ruth de Muzio Carvalho, Profa. Nadir Scucuglia e a atual Diretora Profa. Rosalina Gato.

Há de se destacar, entretanto, a atuação da Diretora Dna. Ruth de Muzio Carvalho que nem em só momento, mediu esforços e nem limitou trabalho para que Nova Esperança tivesse um Grupo Escolar à altura de suas necessidades. Também bastante empreendedoras foram as Diretoras Maria Rocha Kallil e Palmira Tristão. Na gestão da Diretora Nadir Scucuglia, o Grupo Escolar “Ana Rita de Cássia” passou a funcionar já no novo edifício à Rua



Prof. Srta. Rosalina Gato,
Diretora do Grupo Escolar
“Ana Rita de Cássia”

Nilo Cairo esquina com a Rua Desembargador Munhoz de Mello. A Diretora Nadir Scucuglia, imprimiu uma das mais brilhantes atuações à frente do Grupo Escolar “Ana Rita de Cássia”. Sua Sucessora, Rosalina Gato, vem atuando de forma convincente e progressista, conquistando a simpatia de todos que a auxiliam de perto, dos alunos e respectivos pais, e de todo o povo novaesperancense. O grande edifício onde funciona o Grupo é de construção funcional e dotado de todos os requisitos necessários ao bom desempenho das múltiplas funções. Seus dois pa-

vilhões têm 12 salas de aulas. Um amplo abrigo contra a chuva faz a ligação dos dois pavilhões. Há uma ampla cantina com todo o necessário à distribuição de merendas escolares, despensa completa, 12 instalações sanitárias completas, 10 bebedouros com água filtrada, e grande pátio onde será construído, posteriormente, moderno Play-Ground aos alunos. No bloco administrativo há quatro salas com todas as instalações necessárias, inclusive portaria e sala de espera. O Corpo Docente é composto de 44 professoras e 3 orientadoras. Há uma secretária ligada diretamente à diretoria, duas auxiliares do setor administrativo, uma supervisora da merenda escolar, duas operadoras de mimeógrafo, um desenhista encarregado de preparar material didático, um porteiro e nove serventes, completando o quadro de funcionários do Grupo Escolar “Ana Rita de Cássia”, em Nova Esperança.

Os alunos matriculados somam-se 1.240 distribuídos 610 para o 1.º, 258 para o 2.º, 251 para o 3.º e 158 para o 4.º ano primário — A frequência atingiu o expressivo índice de 94% com a presença regular de 1.168 dos alunos, 50% dos alunos matriculados, tomam a merenda escolar do Grupo. Grupo Escolar “Ana Rita de Cássia”, resultado de muito trabalho, muito esforço e dedicação dos abnegados mestres, é hoje, uma realidade palpante, uma certeza de boa educação e assistência aos filhos de Nova Esperança.



Vista de um dos pavilhões, com o bloco administrativo aparecendo ao fundo



Perspectiva dos dois pavilhões do Grupo Escolar “Ana Rita de Cássia”, observando-se ao fundo o grande abrigo que os une.

Relojoaria CYMA

DE

Iroshi Mori & Irmão Ltda.

RELÓGIOS EM GERAL

Filial em Pérola do Oeste

Técnicos especializados em

consertos

Av. 14 de Dezembro, 765
NOVA ESPERANÇA
Estado do Paraná

NOSSOS CUMPRIMENTOS EFUSIVOS PELA PASSAGEM DE MAIS UM ANO DE PROGRESSO E REALIZAÇÕES

ANEXO F – Decreto de criação da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus
(19/09/1952)



DOM GERALDO DE PROENÇA SIGAUD

POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTÓLICA,
BISPO DIOCESANO DE JACARÉZINGO

Aos que este Nosso Decreto virem, saudação, paz e benção em Nosso Senhor Jesus Cristo.

Fazemos saber que, havendo Nós deliberado aumentar o numero de paróquias em Nossa Diocese, em razão do crescimento da população e da grande extensão territorial que a mesma vem ocupando, de sorte que, sem grave incomodo não podem os fiéis frequentar a respectiva igreja matriz para receber os Sacramentos e assistir aos Divinos Officios, depois de ouvir o parecer do Nosso Conselho, usando da Nossa Jurisdição Ordinaria e de conformidade com o Código de Direito Canonico, principalmente tendo em vista os canones 1426 e 1427, Havemos por bem separar, dividir e desmembrar das paróquias de Alto Paraná e Mandaguaçu o territorio que vai abaixo indicado, e nele Erigimos e canonicamente Instituímos a paróquia amovível de CAPELINHA, criada pelo presente Decreto, de conformidade com o canon 1426 do Código de Direito Canonico, com as seguintes divisas: Começa no ponto em que a divisa oeste da Companhia de Terras Norte do Paraná córte o ribeirão Paranhos. Sobe por aquela rumo ao norte até o ponto em que cruza o ribeirão Anhumã; sobe por este até suas cabeceiras, seguindo dai em linha reta atravessando a estrada oficial Paranavaí-Maringá até as cabeceiras do ribeirão do Diabo (São Francisco); por este segue até a sua foz no Paranapanema; sobe dai o Paranapanema até o ponto em que neste desemboca o Pirapó; sobe este até a foz do ribeirão Branco e continúa subindo até a foz do ribeirão Turiaçu sobe este até a sua nascente e numa reta atravessa a estrada Maringá-Paranavaí, até as cabeceiras do Paranhos, desce este até seu ponto inicial.

Limitada assim a nova Paroquia de CAPELINHA, Submetemos à jurisdição e cuidado espiritual do paroco que para ela for nomeado e dos que canonicamente lhe sucederem no cargo os habitantes daquele territorio, aos quais Mandamos que, tanto para do revmo. paroco como para a Fábrica da Matriz contribuam religiosamente com os emolumentos, oblações e benesses que respectivamente lhes sejam devidos por estatutos, leis e costumes da Diocese. Outrossim Ordenamos que funcione o novo paroco e seus legitimos sucessores na igreja de CAPELINHA, a qual por isso gozará de todos os privilegios e insignias que em direito lhe couberem. Pelo que concedemos á dita igreja pleno direito e faculdade para ter sacrario em que se conserve o Santissimo Sacramento com o necessario ornato e decencia, com a lampada acesa de dia e de noite, bem como a faculdade para aí estabelecer o Batisterio e a Pia Batismal, e possa ter os livros do Tombo e os de Batismo e Casamentos e Obitos, abertos, rubricados e encerrados em Nossa Curia Diocesana, os quais, na forma do direito, deverão ser em duplicatas, afim de um deles ser conservado no Arquivo da Curia, depois de completo. Ainda lhe concedemos todas as demais honras, insignias e distincões de igreja paroquial. Portanto Damos por erigida e constituida em Nossa Diocese a nova paroquia de CAPELINHA, a qual terá por padroeiro e titular o Sagrado Coração de Jesus, cuja fésta se há de celebrar anualmente com pompa e religioso esplendor.

Mandamos que este Nosso Decreto seja lido em um domingo ou dia santo, á estação da Missa Paroquial na igreja da nova paroquia, bem como nas igrejas das paroquias de Mandaguaçu e Alto Paraná, do que se passará certidão adiante, para a todo o tempo constar. Seja este integralmente registrado no livro de Criação de Paroquias de Nossa Curia Diocesana, e tambem nos livros do Tombo das paroquias de Mandaguaçu e Alto Paraná, assim como tambem no livro do Tombo da nova paroquia de CAPELINHA.

Dado e passado em Nossa Curia Diocesana de Jacarèzinho, sob Nosso Sinal e Selo de Nossas Armas, aos 19 de Setembro de 1952.



Fonte: Cúria Arquiocesana de Maringá

ANEXO G – Ata da posse do Padre José Antônio Roldan, primeiro vigário da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus (13/09/1952)

Ata da posse do muito Reverendo Padre José Antônio Roldan

Aos treze dias do mes de Setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, pelas sete horas da tarde, nesta matriz de Nova Esperança, sendo ai, na qualidade de delegado de S. Excia. Revma. o Sr. Dom Fernando de Proença Ligaud, Bispo desta Diocese de Jacareizinho, em minha presença comparecer, acompanhados dos testemunhos abaixo assinados, o Revmo. Padre José Antônio Roldan, vigário desta freguesia, nomeado por provisão de S. Excia. Revma. de sete de julho de mil novecentos e cinquenta e dois, e em ato seguido procedi à leitura da provisão, se introduzi na posse desta freguesia, observando o ceremonial prescrito, sem que tivesse contestação alguma.

E para constar lavrei esta ata que assino com o novo Vigário e testemunhos designados.

Pe. José Antônio Roldan

Fonte: Paróquia do Sagrado Coração de Jesus

Anexo H – Ata de fundação da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus (04/03/1951)

Ata de Fundação ^{2º} ¹ ¹⁴

aos 4 dias do mez de março de 1951.
 na residencia do sr. Jose Marques de Rezende, Avenida Casanga 3ª, as 4 horas da tarde tem inicio a reunião para eleger a diretoria provisoria, para constuir e dirigir ao destino da Igreja catolica apostolica Romana do Patrimonio de Capelinha, Distrito de Paranavai, municipio e Comarca de Mandaguari; Presidencia pelo sr. João Batista Soares e secretaria pelo sr. Jose Vagetti; posto e debatido o assunto em apresso ficou constituido por aclamação, como presidente o sr. Thomaz de Assiz Pimenta, foi recebido com uma Salva de Palmas, o sr. presidente ^{eleito} usando da Palavra, agradeceu a confiança prestada pelas presentes, e em seguida convidou o sr. Severino Arrancina para vice presidente, houve um contentamento geral, em seguida o sr. presidente ^{eleito} convidou o sr. Jose Vagetti para 1º Secretario e o sr. Olenino Vandellino Petri, para 2º Secretario Reinou ainda o grande Entusiasmo dos presentes, em seguida o sr. presidente eleito convidou o sr. João Batista Soares, para 1º Tesoureiro e o sr. Jose Mongolin para 2º Tesoureiro,
 Houve uma Salva de palmas para os senhores eleitos
 Ainda o sr. Presidente eleito revendo a necessidade de um fiscal geral e um concelho fiscal composto de seis membros, posto e debatido a assunto, ficou deliberado o sr. Amador Bortolito

continua

para fiscal geral, e as seguintes
 senhores para o concelho fiscal
 José Orlando Zitto, Amadeu Vitto
 Mathias Pauli, Leonardo Pauli,
~~Stentino Wendetino~~ Francisco Peres
 Repetiu a Salva de Palmas, por todos
 e em seguida o smr. presidente eleito usou
 da palavra, pediu a todos os senhores
 elitos, que o objetivo desta Diretoria e
 angariar Donativos, e construir a Igreja
 pedir orientações do Reverendissimo padre
 da parochia, e Brevemente ir visitar o
 Bispado de Jacarezinho, para pedir ao
 Reverendissimo smr. Bispo, que providencie
 a vinda de um padre para nossa capela
 que a parochia mais perto que temos e
 38 kilometros, o que esta dificultando muito
 em ouvir missa,

Dice ainda o smr. presidente eleito
 para que todos aplique o maior esforço
 para a construção mais Rapida da Igreja
 e progredir maior numero de catolicos,
 e contrair maior Simpatia do povo em
 geral

Ouve uma Salva de palmas ouvindo
 as palavras do smr. presidente eleito

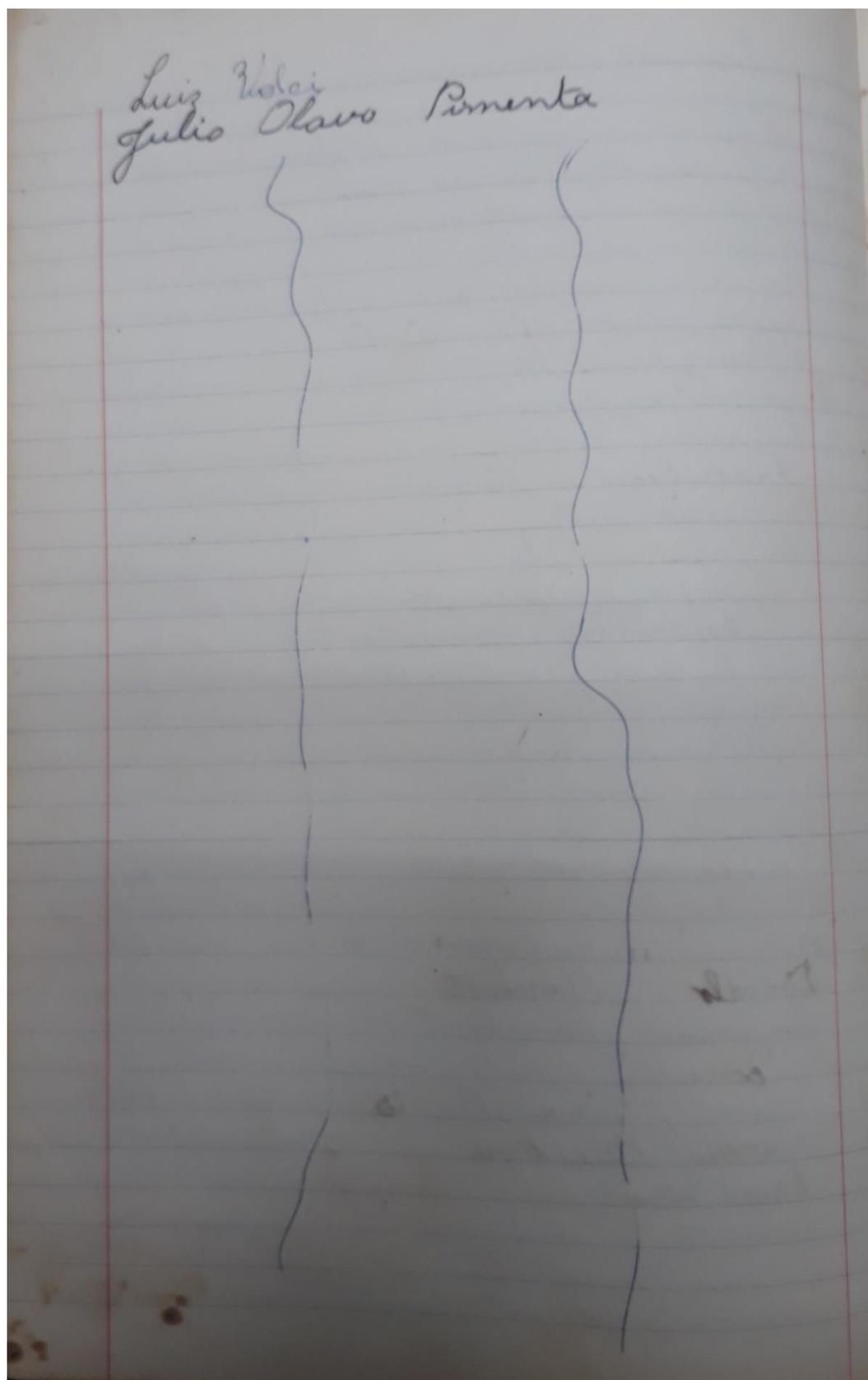
Em seguida o smr. presidente da Reuniao
 não avendo mais assuntos a tratar, mandou
 lavrar a presente acta que vai assinada
 por todos os presentes

Presidente M. Mag de Assis Simenta

2
L.H. 1

Vice presi Severino Avancini
 Secretário José Vagetti
 2º Secri. Plentino Wendelino Petri
 Tesoureiro João Batista Soares
 2º Tesoureiro José Mangolin
 Fiscal geral Amador Boboletto

membros do conselho Fiscal
 José Orlando Aito
 Amador Vitor
 quartas pauli
 Leonardo Pauli
 Francisco Perez
 Assistentes
 Guido Vito
 Onofre pimenta
 Amador Mangolin
 Aníbio Pimenta
 Alidisc Mangolin
 Alberto Pauli
 Pedro Mangotti
 Deolinda Perez
 Lionara Pauli
 Victorio Vito
 Georgim Alexandre
 Dorval Marchetti
 Leopoldo Marchetti
 Dionísio Silva
 Pedro Vieira Neto
 Sebastião Alexandre
 Manuel Rosendo
 Carlos Baggio
 Antonio Ferreira Rocha
 João Senis de Freitas



Fonte: Paróquia do Sagrado Coração de Jesus

ANEXO I – Relação de Padres e Paróquias, Bispado de Maringá (1957)

- 1957
- RELACAO DE PADRES E PAROQUIAS.
BISPADO DE MARINGA
- te: 1. PAROQUIA DE BOM SUCESSO
Vigário: Pe. Orlando . Josefino - Italiano
Consta do Município de Bom Sucesso e o Município de S. Pedro do Ivaí
Bom Sucesso tem a Capela do Distrito de Columbia, e outras menores.
Ivaí no tem Capelas. Quere ser Paróquia. Seria muito cedo.
2. PAROQUIA DE JANDAIA DO SUL.
Vigário: Pe. João Barbieri- Josefino - Italiano
Consta sómente do município de Jandaia do Sul. Tem o distrito de Ma-
rumbí com boa Capela. Mais as Capelas dos Patrimónios de Kaloré,
Jussara, S. José e S. Pedro, e outras menores. é um Município rico.
3. PAROQUIA DE MANDAGUARI
Vigário: Pe. António -Palotino-Alemão
Um só município do mesmo nome; bastante rico e não grande.
4. PAROQUIA DE MARIALVA.
Vigário: Pe. Teo -Palotino - Alemão
Um só Município bastante grande e bastante rico. Tem duas Capelas gr
grandes: Itambé, m Arquibadã e Cambuí .
5. PAROQUIA DE SAO JOSE em Maringá. Padres Jesuitas.
6. PAROQUIA DE CATEDRAL. em Maringá. PP. Palotinos.
- te: 7. PAROQUIA DE MANGUACU;
Vigário: Frei Ambrosio-Capuchino. Tam coadjutor habitualmente.
Dois municípios: Mandaguacú e S. Jorge. Bastante Ricos.
Tem a Capela do Distrito de Ourizona e a Capela do município de S.
Jorge que quere ser Paróquia, e comportaria já se houvesse Padre.
8. PAROQUIA DE NOVA ESPERANCA.
Vigário: Pe. José António Roldán.-Secular-Español
Consta de quatro municípios: Nova Esperança, Florai, Cruzeiro e Pa-
ranacity. Paróquia imensa de mais de 100 Km. de banda banda.
Insuficientemente administrada por um Pe. só. Mais de 15 Capelas
bastante populosas. Delas queren ser paróquias: Florai-Cruzeiro e
Paranacity. Cruzeiro é um município muito pequeno e muito próximo
aParanacity. Esta e Florai podem ser paróquias quando houwer PP.
9. PAROQUIA DE ALTO PARANA.
Vigário: Frei Agatângelo - Capuchino
Um só Município, bastante rico e populoso. Tem alem da Matriz duas
grandes Capelas e outras pequenas . Bem administrada.
10. PAROQUIA DE S: JOAO DE CAJUA:
VIGÁRIO: Pe. Marcos A. Ramos - Secular- Brasileiro naturalizado.
Um só município e dos mais pobres e menos povoados. Tem uma só
Capela além da Matriz.
11. PAROQUIA DE PARAISO DO NORTE;
Vigário: Pe. Francisco ^{R. Benquinhão} -secular - espanhol
Um só município, pequeno, pobre e menos povoado. Quase não tem Ca-
pelas.
12. PAROQUIA DE PARANAVAL.
Vigário: Frei Ulrico-Carmelita.
Consta de um Município dos mais grandes e mais ricos e povoados.
E'a segunda cidade em povoação depois de Maringá. E a melhor u das
melhores Paróquias da Diocesi. Tem dois coadjutores. Tem colegio de
Irreras e estão formando um seminário carmelita.
13. PAROQUIA DE TANBOARA.

Paranavaí. Tem dois municípios São Carlos do Ivaí e São Carlos do NORTE até que houvesse PP. suficientes.

14. PAROQUIA DE TERRA RICA

Ainda não foi enviado Pe. para lá. Cuidam de lá os Curas de Paranavaí de onde foi desmembrada. Tem um só município muito rico nem muito povoado, e pequeno.

15. PAROQUIA DE NOVA LONDRINA.

Vigário: Pe. José - secular - brasileiro - rico
Um só município, pequeno, não muito rico e pouco povoado

16. PAROQUIA DE LOANDA.

Vigário: Pe. Pedro Bronka. - secular - Polonês.
Coadjutor, Pe. Valdomiro - secular - Ucrainiano.
Tem quatro municípios: Loanda, Santa Izabel, Monte Querência do Norte. É uma das paróquias mais extensas do Estado não das mais povoadas. Comportaria ser dividida em duas. Santa Izabel é a cidade mais adiantada. Querência é uma

Fonte: Cúria Arquidiocesana de Maringá

ANEXO J - Primeiras turmas de alunos da Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança
(1954) - Diretora: Mítico Komoguchi.

1º ano do Curso Primário – Professora Julieta Mesquita Rigonato

- | | |
|-------------------------------|--|
| 1- Ademir Vieira | 16- João Scremin |
| 2- Enilde Consolo Cotrim | 17- Jesus Martines |
| 3- Ilda Marcheti | 18- Otavio Antoneli |
| 4- Leonites Gomes Pimenta | 19- Oracio Trabuco |
| 5- Maria Szmulch | 20- Elio Paganeli |
| 6- Schirley Casati Pissinim | 21- Schirley Linhares - reprovou |
| 7- Terezinha de Castro | 22- Alice de Deus Mateus - reprovou |
| 8- Vera-Nice de Azevedo | 23- Maria de Lourdes Martines - reprovou |
| 9- Alcides Custódio | 24- Sumie Komoguchi - reprovou |
| 10- Carlito José Bueno | 25- Rumico Nonose - reprovou |
| 11- Florentino Scremin | 26- Orelino Marim - reprovou |
| 12- Gerson Zanusso | 27- Graciano Gomes Netto - reprovou |
| 13- Julio Alves de Oliveira | 28- Edivaldo Costa - reprovou |
| 14- Jorge Domingos Saragiotto | 29- Vitório Derhatz – reprovou |
| 15- José Carlos Gerolim | |

Obs.: A aluna Schirley Casati Pissinim e a aluna Schirley Linhares podem ser a mesma pessoa, pois, de acordo com a Ata que consta o Resultado Final, a turma tinha 28 alunos.

1º ano do Curso Primário – Professora Francisca S. Squeti

- | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------|
| 1- Luiz Caetano | 14- Dirce Costa – reprovou |
| 2- Amabile Terezinha Bosquilha | 15- Ancelma Correia – reprovou |
| 3- Aparecida Martine | 16- Ivone de Assis – reprovou |
| 4- Wlademir Franco | 17- Maria Mares Rizato – reprovou |
| 5- Joaquim Carlos | 18- João Ap. Montine - reprovou |
| 6- José Roberto da Silva | 19- Nivaldo Brito – reprovou |
| 7- Sebastião de Assis | 20- Vicente Jacoboski – reprovou |
| 8- Nereide Brito – reprovou | 21- Mario Nakaya – reprovou |
| 9- Maria Marquete – reprovou | 22- Roberto de Assis – reprovou |
| 10- Maria de Machasahi - reprovou | 23- João Gomes – reprovou |
| 11- Otilia Jacoboski - reprovou | 24- Paulo César Franco – reprovou |
| 12- Suelso Nakaya – reprovou | 25- Luiz Carlos de Souza – reprovou |
| 13- Nelci Zatone – reprovou | |

2º ano do Curso Primário – Professora Julieta Kalil

- | | |
|------------------------------|-----------------------------|
| 1- Agenor Dornellas | 10- Chirley Vitto |
| 2- Antonio A. Lopes | 11- Ires Fullin |
| 3- Álvaro Antonio Macari | 12- Irmã Vitto |
| 4- Carlos Alberto de Almeida | 13- Maria do Rosário Amorim |
| 5- Dorival Macari | 14- Maria Helena Medeiros |
| 6- Felício Marchetti | 15- Nair Gomes da Silva |
| 7- Hiran Parra | 16- Olanda Vitto |
| 8- Alice A. Celestino | 17- Sebastiana Pegararo |
| 9- Catarina A. Ruiz | 18- Ioshiko Komoguchi |

3º ano do Curso Primário – Professora Mítico Komoguchi

1. Antonio Dornellas
2. Antonio Gomes Pimenta
3. Denerval Antonio de Jesus
4. Eugenio Marchetti
5. João Fullin
6. José Hoshi
7. Laudaci Felipe Elias
8. Licínio de Barros Filho
9. Vitório Machetti
10. Zacarias Bernabé
11. Hélio Luiz Robato
12. Alice Pimenta
13. Clarice Pauluci
14. Cleuza Valente
15. Elza Machetti
16. Flora Hoshi
17. Ivanilde Dala Maria
18. Maria José de Lima
19. Mercedes Aparecida da Silva
20. Marlene Leone
21. Maria Alves de Oliveira
22. Aparecida Palandrani
23. Edenilce Celestino
24. Rioji Kamiya – reprovou
25. Célia Michels

Fonte: Colégio Coração de Jesus

ANEXO K - Relatório a ser apresentado à Exma. Nunciatura Apostólica
Diocese de Maringá – referente ao ano de 1958. Assinado por Dom Jaime Luiz
Coelho

RELATÓRIO A SER APRESENTADO À EXMA
NUNCIATURA APOSTÓLICA
DIÓCESE DE MARINGÁ
ANO DE 1958

SITUAÇÃO GERAL DA DIÓCESE:

Reportando-nos ao Relatório enviado à Exma Nunciatura Apostólica em
ANO de 1957, devemos reafirmar que, tanto na sede como em toda a Diocese,
as perspectivas de colaboração apostólica são das melhores. A instalação do
do criou alma nova nos municípios da Diocese e, conforme as possibilidades,
de criar TRÊS paróquias e incentivar maior assistência religiosa nas paró-
e suas capelas.

À nossa chegada à Diocese eram 14 as Paróquias. Instalamos uma que já
a sido criada pelo Exmo Sr. Bispo de Jacarèzinho e criamos 3 em 1958, ter-
do o ano com 18 paróquias.

De maneira geral, o Bispo é sempre acarado, tanto por parte das Auto-
es como das diversas entidades sociais e do povo. Essa atitude conforta
to contribui para a expansão do Reino de Deus.

SITUAÇÃO RELIGIOSA:

Havíamos assinalado, no Relatório de 1957, a grande propagação de sei-
protestantes, tanto na sede como em toda a Diocese. Não perdem tempo em le-
as incautos a sua heresia, e a cada momento surgem novos templos protestan-
tês em cidades pequenas com 5 ou mais templos protestantes. No entanto, para
de nosso, o número dos que os frequentam é pequeno. Contudo, não é para
timar tal propagação, que sempre consegue arrastar consigo alguns adetos
com perigoso indiferentismo religioso.

Algumas seitas novas têm chegado à Diocese, neste ano. Assinala-se a
de um grupo mais ativo, na sede, com programa de rádio, semanal, e al-
poucos artigos pelo jornal, da Legião da Boa Vontade, o que também se nota
algumas paróquias.

A LOJA MAÇÔNICA " JUSTIÇA " continua o seu trabalho com o ambulatório
o programa de uma Escola Primária, e conquistas para o seu quadro. Aber-
ta, não combate a Igreja.

IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA: O Padre Michel van del Michels tem feito
trabalho desagregador, mas está muito desacreditado. Passa por " Vigaria-
deus dinheiro emprestado e não paga. Constava que, no fim deste ano de
de haver aqui um casamento solene de um Padre apóstata, pertencente à
Brasileira. Contudo, nada se realizou.

MISSÃO JAPONÊSA: O problema religioso entre os japoneses está exigin-
do cuidado. Existem, só na cidade de Maringá, 400 famílias japonesas.
mente, batizam os filhos, mas por ser este um costume local e por necessi-
de sustentar as relações sociais. A grande maioria dos nisseis é apenas ba-
tizada. Poucos frequentam a religião.

No dia 29 de novembro de 1958, depois de muitos entendimentos, chegou

agã o Revmo Sr. PADRE MIGUEL YOSHIMI KIMURA, da Diocese de FUKUOKA, Japão, pença do Exmo Sr. Bispo Diocesano, Dom Domingos Fukakori, para permanecer, Diocese, por 5 anos. Trata-se de um Sacerdote piedoso, de sólida formação intelectual, apostólico. Passou a morar na Residência Episcopal, até que, aprendido um pouco a língua, pôde iniciar o seu grande trabalho. Temos grande esperança no apostolado do sacerdote japonês.

A Colônia Japonêsa mostra-se desejosa em colaborar com as obras da Igreja, e em festas e campanhas financeiras, sempre está presente.

TRABALHO DA JUVENTUDE

IRMÃOS MARISTAS: Tendo recebido da Mitra Diocesana o Ginásio Diocesano, em novembro de 1957, os Irmãos Maristas (apenas três), juntamente com outros professores por eles escolhidos, levaram avante o 1º ano de funcionamento do Ginásio Marista. A matrícula cresceu consideravelmente. Antes, entre os alunos do Ginásio, do Ginásio e Escola Técnica de Comércio, todos os cursos mistos, chegavam ao número de 270 alunos. Neste ano de 1958 os Maristas tiveram 505 alunos matriculados, sem contar também, com a Escola Técnica de Comércio, que não quis aceitar e ficou a cargo da Mitra Diocesana.

IRMÃS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO: Funcionou, na Casa de Nossa Senhora da Glória, dessas Religiosas, a 1ª série feminina, anexa ao Ginásio dos Maristas. No entanto, como as Irmãs não desejam, no seu programa, aqui, fazer funcionar o Ginásio, para 1959, dispensaram as alunas, funcionando, apenas, o Curso de Inglês.

IRMÃS CARMELITAS DA CARIDADE: Pioneiras do ensino em Maringá, continuam seu trabalho educacional e estão elaborando a construção de um moderno edifício para o seu colégio.

IRMÃS MISSIONÁRIAS DO SANTO NOME DE MARIA: Na paróquia de São José, em Maringá, nesta cidade, fazem funcionar o Colégio Paroquial Santo Inácio, com Jardim da Infância e Curso Primário.

IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA: Na paróquia de Mandagauri funcionam um bom Colégio de meninas e jardim da Infância e curso primário misto. São pioneiras do ensino naquela paróquia.

IRMÃS CARMELITAS MISSIONÁRIAS DE SANTA TERESINHA DO MENINO JESUS: Escolas na Paróquia de Paranavaí, e possuem um Jardim da Infância e auxiliam na Escola Paroquial. São, porém, Irmãs sem iniciativa para Colégios, e Paranavaí necessita de uma maior assitência neste campo.

ESCOLAS PAROQUIAIS: Em algumas Paróquias funcionam Escolas Paroquiais, sob a orientação do Vigário e entregue à direção leiga.

NOVAS RELIGIOSAS: Estão sendo feitos entendimentos para a abertura de Escolas de Religiosas, com Colégios, nas Paróquias de Paraizo do Norte, Nova Esperança e Paranavaí. Para as duas primeiras paróquias já se tem, como, certo, a vinda das Religiosas.

ENSINO RELIGIOSO NOS GRUPOS ESCOLARES E COLEGIOS ESTADUAIS: Não temos

RELATÓRIO - Fls. 3

... dificuldades, por parte da Direção dos Grupos Escolares e Colégios Estaduais
... aulas de Religião. O que nos falta são professores. Na séde, uma Irmã
... mária está encarregada de dar essa assistência, na medida do possível.

LIVRARIA CATÓLICA: (Irmãs Paulinas)

A fim de difundir a Boa Imprensa e facilitar aos Vigários a aquisição
... livros religiosos, foi aberta uma LIVRARIA CATÓLICA, formada com capital de
... Irmãos Marianos, sendo inaugurada a 29 de junho de 1958. Contudo, o desejo
... presença das Irmãs Paulinas para esta obra, o que conseguimos com a sua
... em novembro do corrente ano. Facilitámos a elas a compra da Livraria,
... que se chama LIVRARIA SÃO PAULO, pusemos uma casa da Mitra, adquirida para
... fim, à sua disposição, servindo para a residência das Irmãs. A Livraria
... em prédio alugado.

VISITAS PASTORAIS:

Neste ano de 1958 foram feitas cinco visitas pastorais a 5 paróquias,
... mais tempo tinham sido visitadas pelo Exmo Sr. Bispo de Jacarèzinho, além
... em diversas matrizes e capelas.

SACERDOTES:

Entraram na Diocese 5 sacerdotes seculares e um religioso ad normam
... 41, § 2.

ESTUDANTES:

MAIORES: 3 (1 no 2º de teologia, Rio de Janeiro; 1 no 1º de teologia
... 1º de filosofia, Curitiba).

MENORES: 18 em Jacarèzinho; 13 em Curitiba; 1 em Ribeirão Preto;
... 32

SEMINÁRIO DE VOCACÕES TARDIAS (São Paulo): 1.

PROPAGANDA DA DOUTRINA:

Por meio de uma Coluna em um jornal diário e 15 minutos diários em
... estações de Rádio, em cadeia, procuramos, na séde, e em irradiação para as
... cidades, maior divulgação da Doutrina Cristã e das nossas obras.

SITUAÇÃO ECONÔMICA DA DIOCESE:

Os débitos constantes do ano de 1957, conforme Relatório enviado, quan-
... nossa posse, já foram todos liquidados. A Santa Casa, de propriedade da
... Diocesana, continua aumentando o seu patrimônio.

As terras doadas pelo Estado (hum mil alqueires) para patrimônio
... Diocese, ainda não estão legalizadas. Há um sacerdote encarregado pelas Mitras
... poder solucionar o assunto.

Na séde episcopal, estamos estudando junto à Companhia Melhoramentos
... do Paraná um meio para adquirir algumas datas para patrimônio da Diocese.
... ou-se a Diretoria da C:M.N.P. doar datas para o aludido patrimônio, devend-
... adquirir-las, por compra.

Nas Paróquias temos procurado legalizar os terrenos doados para igre-
... matrizes e capelas, colégios, e alguns pequenos patrimônios. Cada Vigário

Procuração para receber bens para a Mitra nas respectivas Paróquias

RELEVANTES:

A 15 de agosto, Festa da Padroeira da Catedral, NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, com a presença do Exmo e Revmo Sr. Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Manuel da Silveira D'Elboux, dos Exmos Srs. Dom Geraldo Fernandes, Bispo de Londrina, Dom Luís do Amaral Mousinho, Bispo de Ribeirão Preto, de Mons. Dom Rocco, representando a Exma Nunciatura Apostólica, de Autoridades Civis Militares, Sacerdotes, Religiosas, e representantes de todas as paróquias, foram lançadas as PEDRAS FUNDAMENTAIS do Seminário Diocesano Nossa Senhora da Glória e da Catedral, pedras essas, conforme cópia abaixo do Documento recebido pelo Santo Padre o Papa Pio XII.

CÓPIA:

Segreteria di Stato di Sua Santità

N. 423010

Vaticano, 21 de Abril de 1958

Ex.mo e Rev.mo Senhor

Cumpro o honroso dever de comunicar a V. Ex.ia Rev.ma que o Santo Padre em resposta à sua carta de 6 de Março pp., se dignou benzer duas pequenas pedras de mármore, das escavações da Basílica de S. Pedro, para a futura Catedral de Nossa Senhora da Glória e para o Seminário Diocesano.

Tais pedras já foram enviadas ao Pontifício Colégio Pio Brasileiro.

Invocando sobre a Diocese a maior abundância de graças e favores celestes, o Augusto Pontífice concede a V. Ex.ia Rev.ma e a todo o clero e organizações católicas, uma particular Bênção Apostólica.

Com a mais subida consideração, sou

de V. Ex.ia Rev.ma

at.o e ded. servidor in C.J.

C. Grano

Sostituto

Ex.mo e Rev.mo Senhor

Dom Luiz Coelho

de

Maringá

DOCUMENTO DO PAPA PIO XII:

A Diocese prestou homenagem filial à memória do Santo Padre o Papa Pio XII, com sufrágios solenes por ocasião do seu falecimento, tendo se unido a essas as Exmas Autoridades e Fiéis. Foi dirigida Mensagem de pesar à Santa Sé, tendo recebido telegrama, em resposta, do Emo. Sr. Cardail Camerlengo.

Em um loteamento novo da cidade de Maringá, em homenagem ao Pontífice falecido, foi dado o nome de "PRAÇA PIO XII" a um local onde, futuramente, será erguida uma igreja matriz.

RELATÓRIO - Fls. 5

DEVOÇÃO DO PAPA JOÃO XXIII

A Diocese de Maringá, unindo-se ao júbilo da Igreja pela Eleição e Trono do Papa João XXIII, prestou à S.S. homenagem filial.

Foi enviada ao Sumo Pontífice uma Mensagem de adesão filial ao Trono Santo, respondendo S. Excia, Mons. Tardini, transmitindo à Diocese a primeira Mensagem Apostólica de Sua Santidade.

No Relatório de 1957, ao enumerarmos a colaboração dos Religiosos, acrescentamos de anotar os JESUITAS: regem a paróquia de São José, na Vila Operária, Maringá. São três Sacerdotes. Encontram-se em Maringá desde 1955, quando adentraram a paróquia, hoje, da Catedral, passando, em seguida, para a paróquia de São José, onde desenvolvem grande apostolado.

Maringá, 10 de janeiro de 1961.

Jaime, Bispo de Maringá
Dom Jaime Luiz Coelho
Bispo de Maringá

ANEXO L – Documento emitido pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em comunicando a Prefeitura Municipal de Nova Esperança a relação de transmissão de posse de terrenos, referente ao ano de 1959.

Mod. 97

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ

ANTERIORMENTE
CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ
A MAIOR EMPRESA COLONIZADORA DA AMÉRICA DO SUL
FUNDADA NO ANO DE 1925
LONDRINA – Rede Viçosa Paraná Sta. Catarina
SÊDE RUA SÃO BENTO, 392 – 8º ANDAR – SÃO PAULO

ENDERECO POSTAL:
LONDRINA - CAIXA POSTAL, 2771
S. PAULO - CAIXA POSTAL, 10 E 320

TELEFONES
LONDRINA - 427 - 402 - 463
S. PAULO - 32-2485 E 33-4561

ENDERECO TELEGRAFICO
"CIANORTE"

Maringá, 2 de Dezembro de 1.959.-

Ilmo. Sr.
Prefeito Municipal de
NOVA ESPERANCA

*À Laucadoria
para cadastro.
Em 15/12/59.
José Luiz...*

Prezado Senhor:-
Temos o prazer de enviar a V.S. uma relação das
terras vendidas por esta Companhia, durante o mes de Agosto de
1.959, a saber:-

Quadra	Data	Comprador	Valor
4	2	Mario Meneguetti	20.000,00
7	11	Pedro Meneguetti	20.000,00
10	8	José A. Ribeiro Filho	20.000,00
30	9	Benvinda José de Freitas	8.000,00
31	1	Edgard Peluso	10.000,00
31	10	Laudelina Tobias Martins	6.000,00
<u>PATR. ATALAJA</u>			
5	8	Evaristo Rossi	8.000,00
<u>PATR. NOVA ESPERANCA</u>			
122	19	Oswaldo Cordeiro Ribas	15.000,00
122	23	Doralina O. dos Santos	20.000,00
124	29	Alfonço Pereira	12.000,00
125	8	Dejanira Araujo Ferreira	20.000,00
125	13	Sebastiao Domingues Moreira	12.000,00
150	13	Francisco Lopes Mendes	50.000,00
2	10	Benedita Barbosa	20.000,00
3	7	José Aniceto Nascimento	15.000,00
6-A	17e14a20	Colegio Nossa Senhora da Espe- rança	1.400.000,00
6-A	8a13	Mitra Diocesana de Maringá	600.000,00
6-	17e18	Umberto Scolare S.A.Comercial e Exportação	200.000,00
27	1	Hajime Akimoto e outros	300.000,00
60	4	Herculano Constantino Luca	12.000,00
60	15	Tertuliano Dantas	15.000,00
113	19	Arestides Ruiz Vasques	40.000,00
118	21	Boleslau Weitoviez	20.000,00

*Cadastrado
em 15/12/59
J. Luiz...*

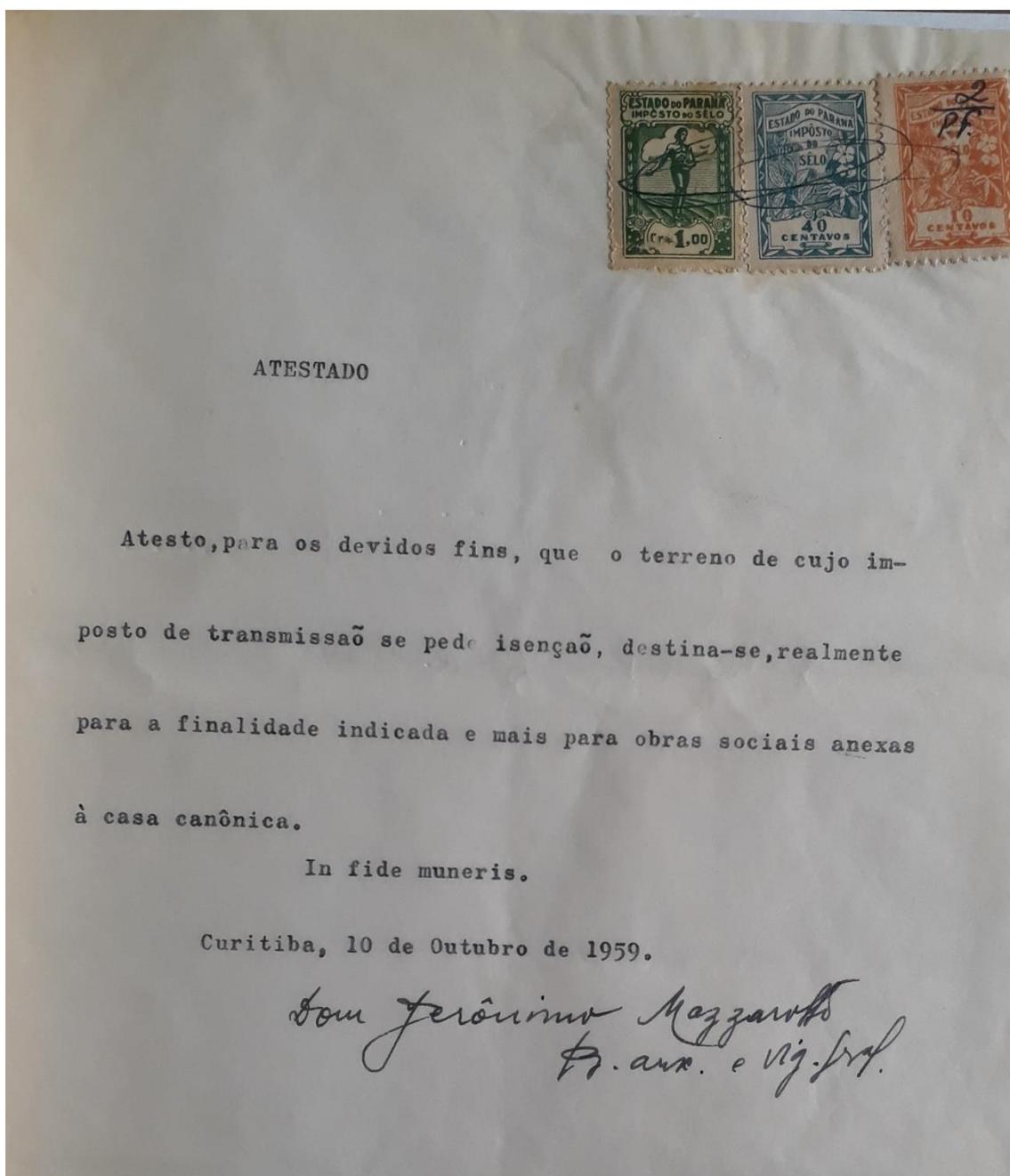
Fazemos esta comunicação para efeito de lança-
mentos dos impostos municipais.-
Sendo só o que se nos oferece no momento subs-
crevemo-nos

Atenciosamente

[Assinatura]

Fonte: Cúria Arquidiocesana de Maringá

ANEXO M – Documento assinado por Dom Jerônimo Mazzarotto atestando que o terreno recebido seria usado com finalidade de obras sociais anexas à casa canônica, para fins de isenção de impostos de transmissão (10/08/1959)



Fonte: Cúria Arquidiocesana de Maringá

ANEXO N – Parecer nº 9.671/1959. Estabelece o deferimento de isenção dos impostos requerida pela Mitra Diocesana de Maringá referente a transmissão de propriedade de inter-vivos, recebido por doação (06/11/1959)

IOE Mod. R.

ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DA ARRECADAÇÃO

INFORMAÇÃO

PROTÓCOLO N. Interessada: - MITRA DIOCESANA DE MARINGÁ.
Assunto: - Isenção do imposto de transmissão de -
propriedade.
Protocolo nº - 9629/59 - DAR.

PARECER Nº - 9.671

Pelo requerimento junto, a MITRA DIOCESANA DE MARINGÁ, solicita isenção do imposto de transmissão de propriedade de inter-vivos, incidente sobre a aquisição que pretende realizar do imóvel sito em Nova Esperança, recebido por doação.

O Sr. Recebedor local, concordou com o valor de Cr\$. 600.000,00.

Estabelece o inciso 7, do art. 5º, do Decreto-lei 658, de 28/6/47, com a nova redação dada pelo art. 1º, da lei nº 13 de 24 de novembro de 1947: -

Serão isentos do imposto: -

" as aquisições para associações profissionais, beneficentes, recreativas, culturais, rurais, aéro-clubes, assim como as destinadas à instalação de estabelecimentos hospitalares de ensino ou de assistência social legitimamente constituídos".

Ainda, sobre o caso, dispõe o § 3º, do citado artigo: -

" A isenção fundada no nº 7, será concedida pelo Sr. Secretário da Fazenda, mediante requerimento do interessado instruído com certidão que prove a sua personalidade jurídica e atestado de autoridade competente de que vem realizando os seus fins. Se ao imóvel for dada destinação diversa da indicada no pedido de isenção será exigido o imposto que não foi pago com a majoração de 20% ".

-.-.-.-.-

NADA SE ESCREVERA NESTA MARGEM

P.F.
IOE MOD. X-3

ESTADO DO PARANÁ

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO N.

Parece-nos dispensavel, a prova mediante atestado de autoridade competente de que a interessada vem realizando os seus fins, pois isso é fato do conhecimento comum.

Quanto à prova de personalidade jurídica, também entendemos não ser exigido, face ao parecer do insigne jurista LACERDA DE ALMEIDA, sobre a personalidade jurídica das Prelozias e Prefeituras Apostólicas erigidas pela Santa Sé no Brasil.

Diz o saudos mestre:

" as exigências de publicidade registro não dão vida à corporação; apresentam-na ao público para que terceiros saibam com quem tratam e as condições com quem tratam.

Ora, neste caso, no de uma agremiação desconhecida que surge ao público mediante o processo da chamada aquisição de personalidade jurídica não está a Igreja, nem as sub-divisões da Igreja. O direito canônico deve ser conhecido, é público e o Estado e mesmo os fiéis não podem ignorados. Qualquer que seja a diocese criada tem em si capacidade de Direito Privado. A personalidade jurídica, como vulgarmente a denominam não tem necessidade de publicação ou registro, A lei 1.893, e o código civil - nos lugares competentes tem aplicação às corporações de carater privado somente a estas".

-.-.-.-.-

Identicamente firmou o S.I.P., in Agravo nº 11878 entre partes Fazenda Nacional e Rev. d. Alexandre J. Amaral - (Rev. de Dir. Adm. - Vol. II - Fasc. II - outubro 50, págs. 714 e seguinte).

ESTADO DO PARANÁ

IOE Mod. 2.2

INFORMAÇÃO

PROTÓCOLO N.

"Ninguém ignora que a Igreja tem a sua personalidade jurídica perante o direito internacional público e tem ao mesmo tempo a sua personalidade jurídica perante o direito privado de cada país, reconhecida através, dos nu merosos sub-organismos em que se divide, para poder rea lizar a sua finalidade; as dioceses, as paróquias, as congregações, as capelas, as irmandades, etc..."

"Ora, como se sabe a condição sine qua, à existência de toda pessoa jurídica é a sua lei orgânica.

" A Igreja como pessoa jurídica, tem a sua lei orgânica que é o código canônico universalmente reconhecido pelo poder civil como consequência de personalidade jurídica da Igreja".

Em conclusão, opinamos pelo deferimento do requerido, expedindo-se o conhecimento de isenção solicitado.

D.J., em 6/novembro/59

Iraci Queiroz
 IRACI QUEIROZ
 Chefe da Divisão.

Em apreciação do Com. Sr. Secretário da Fazenda.

D.J. em 6/11/59

P. Z. de S.

Director

NADA SE ESCREVERA NESTA MARGEM

ANEXO P – Transcrição nº 2.796, de 7 de maio de 1926



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ - COMARCA DE TIBAGI
SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
 FERNANDO PUPO MENDES
 REGISTRADOR DE IMÓVEIS

Avenida Manoel das Dores, 1275 – Centro – Tibagi-PR - CEP – 84.300-000

Fone (42) 3275-1207 - <https://www.registradores.org.br/> – ritibagi@gmail.com

CERTIDÃO

CERTIFICO que, às fls.11 do livro **3-D** e sob n.º **2796**,

Foi feita a: Transcrição de Teor Seguinte.

Data: 07 de Maio de 1.926.

Circunscrição: Queimadas – Tibagy – E Jatahy – Município de São Gerônimo todos desta Comarca.

Denominação: Pirapó – Bandeirantes.

Características e Confrontações: Terras situadas entre os rios Paranapanema e Ivaí quase todos fazendo parte dos imóveis Pirapó e Bandeirantes tendo por limites o rio Paranapanema ao norte e rio Ivaí ao sul toma linha reta ao poente e o rio bom em uma linha irregular a leste conforme a seguinte descrição detalhada da linha geral de divisas, começando em um marco existente a margem esquerda do Rio Paranapanema na origem de corredeira do estreito, colocado pelo comissário da terras em virtude de dispositivo constante da cláusula primeira da escritura pública lavrada em 20 de março do corrente ano (1.925) a fls 96v do livro de notas 203 do Cartório do 2º Tabelião desta cidade de Curitiba entre a Companhia resiloeira de Viação e Comercio e Companhia Marcondes de Colonização, Industria e Comercio sobe pelo rio Paranapanema divisa norte do Estado até o extremo de uma reta que de direção norte-sul verdadeiro, parte do canto do limite Ocidental do lote de 100 alqueires já demarcado pela Companhia Marcondes a referido na escritura de compromisso entre essa Companhia e o Sr. Maurilio Mamão, lavrada em 31 de agosto do corrente ano, em Notas do 130º Tabelião da Capital do Estado de São Paulo as fls 40 do livro 42. Deste ponto a margem do Rio Paranapanema e a cerca de três e meio quilômetro, a jusante embocadeira do Rio Pirapó, segue pela referida reta mencionada canto do lote 100 alqueires e uma extensão de cerca de Kilometro dai defletindo a esquerda segue em outra reta pela divisa do referido lote com a extensão aproximada de 2 quilometro até a estrada de automóveis que tem origem na Foz do Rio Pirapó, segue por esta estrada na direção sul do Oeste e depois pela picada já existente na continuação da mesma escritura de 18 de Junho do corrente ano outorgada pela Companhia Marcondes em notas do Cartório de Paz di Distrito de Bica da Pedra Estado de São Paulo. Contendo o dito lote em três retas sucessivas respectivamente com as extensões aproximada de seiscentos e noventa e três mil duzentos e setenta, digo setecentos, e quarenta metros até a já referida picada para a estrada de automóveis pela qual segue uma picada de mais de 2Km até a divisa dos lotes 7 e 8 demarcada pela Companhia Marcondes continua pela, referida picada deixando para a Companhia de Terras Norte do Paraná o canto referido referido, digo o canto referido lote existente a direita mencionada picada, pela qual ainda continua passando a montante da cabeceira mais alta do ribeirão (ilegível) afluente da margem esquerda do Rio Pirapó, até chegar a um marco de madeira lascada existente em ponto fronteiro, a cabeceira mais alta do ribeirão da Fatura também afluente do Rio Pirapó, ponto este da divisa do lote 27 e 90 vendido a João Arraias Sirodes Filho e outros por escritura outorgadas pela Companhia

Para verificar a autenticidade, acesse <https://www.registradores.org.br/validacao.aspx> e digite o hash dcc42b0d-4872-4863-922c-01140d58fde8

Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.org.br
 Registradores
 Central Registradores de Imóveis

Esse documento foi assinado digitalmente por FERNANDO PUPO MENDES - 22/12/2020 10:07 PROTOCOLO: S20120136452D

Marcondes em 22/9 do corrente ano as fls 15 do Lº nº44 de notas do 13º Tabelião da Capital de São Paulo desse ponto segue em reta mais curta possível até a cumiada do Espigão divisor até o ponto (ilegível) parte de uma reta direção oeste-leste (o-i) verdadeira que terminando a linha de divisa das terras concedida pelo Estado ao Sr. Antônio Alves de Almeida, segue entre esta linha de divisa o Rio Paranapanema e os limites acima descritos deste rio Paranapanema a extensão precisa de 38.842 alqueires; segue pela reta assim determinada até a referida linha da divisa das terras do Dr. Antônio Alves de Almeida, linha estabelecida pela clausula 2º da escritura lavrada em 09 03 do corrente ano a fls 95, Lº29 do 13º Tabelião da Capital do Estado de São Paulo entre os reciprocamente autorgantes e autorgados Dr. Antônio Alves de Almeida e Alves de Almeida Companhia Ltda e a Companhia Marcondes de Colonização, Industria e Comercio. Por esta linha rede direção norte-sul- verdadeiro e trançada deste rio Paranapanema a 5 Km do ponto reta de igual direção de terreno do Dr. Manoel Firmino de Almeida, segue até o seu extremo onde começa a reta perpendicular a anterior que constitui o limite sul das terras do Dr. Antônio Alves de Almeida de modo abranger a superfície precisa de 100.000 alqueires (cem mil. Conforme citada estado de 09 de março do corrente ano, e por essa nova reta de direção poente-leste verdadeiro até a reta que constitui o limite oriental das referidas terras do Dr. Alves de Almeida limite esse formado por uma reta de direção norte-sul-verdadeiro determinada pelo prolongamento da reta que existe como divisa entre as terras da Fazenda Floresta as Dr. Alves de Almeida. Dai segue continuando para o sul pelo prolongamento dessa reta norte-sul pelo digo, verdadeiro até (duas palavras ilegível) dos rios Ivaí Paranapanema e por este (ilegível) até o extremo da reta determinada pela mais curta distância entre eles e a cabeceira principal do mais longo braço formados do rio Bom por esta reta e depois sucessivamente pelo referido braço e pelo Rio Bom até a sua fez no Ivaí confrontando com as terras do estado. Desse por este Rio Ivaí até o extremo sul da reta que parte da origem da corredeira do estreito segue por uma reta de direção sul-norte verdadeiro até o marco inicial desta descrição de divisa no Rio Paranapanema confrontando (ilegível) com cessão da Companhia Brasileira de Viação e Comercio.

ADQUIRENTE: Companhia de Terras Norte do Paraná com sede na Capital do estado de São Paulo.

TRANSMITENTE: O Estado de Paraná.

TITULO: Compra e venda.

FORMA: Escritura de 16 de outubro de 1925 lavrada em Curitiba na Nota do 3º Tabelião Homero F. do Amaral, Lº001-fls 49 (49).

VALOR: 6:776\$000(seis mil setecentos e setenta e seis contos de reis).

CONDIÇÕES: Compareceram na escritura acima referida como interveniente a Companhia Marcondes de Colonização Industria e comercio Dr. Custodio José de Almeida e sua mulher Olga Ludof Coelho de Almeida; Marcondes e sua mulher D. (ilegível) Soares Marcondes e declararam reconhecerem que as terras de que se trata o título são de Domínio do Estado, outorgante pelo que estavam de acordo com a venda feita pelo mesmo Estado em favor da outorgada Companhia de Terras Norte do Paraná e expressamente autorizam a outorgada a fazer a transcrição do título e as averbações que julgar necessárias ao lado das transcrições (ilegível 3 palavras).

AVERBAÇÕES: Tendo a Companhia Norte do Paraná, requerida pelo Juiz de Direito desta Comarca de Tibagy, sendo referido esse requerimento em 07 de agosto de 1931, para ser feita a averbação dos registros 2796, fls 11 do Lº 3-D, em 11 de maio de 1928.- Da área superficial de (350.000) trezentos e cinquenta mil alqueires que foi emitido naquele registro e consta da escritura de 16/10/1925 nas notas do 3º Tabelião de Curitiba Homero F. do Amaral aquisição esta que referida Companhia de Terras Norte do Paraná obteve por compra do Governo do Estado do Paraná, nos imóveis Pirapó e Bandeirantes sita nesta Comarca de Tibagy, sendo intervenientes a Companhia Marcondes de

Colonização Industria e Comercio. Dr. Custodio José C. de Almeida e outros conforme tudo consta da referida escriptura acima de 16/10/1925 Tibagy 08 de agosto de 1.931 oficial (aa) José B. do Amaral.- **AVERBAÇÃO N° 338.**- Por uma escriptura publica de quitação final lavrada em 25/03/1.942 nas notas do 3º Tabelião de Curitiba-Homero F. Amaral, O Estado do Paraná, como credor, representante pelo seu interventor Federal Manoel Ribas e Procurador da Fazenda da Companhia de Terras Norte do Paraná, e a Cessionaria desta Companhia Ferroviaria São Paulo Paraná, quitação final da importância de Cr\$ 57.523,96, referente final da obrigação assumida pelas Companhias mencionadas e pelo Estado do Paraná, ficando desde já importada como pagamento final no credito que o estado do Paraná tinha contra a Companhia de Terras Norte do Paraná em virtude da escriptura de 16/10/1925- Encerrado Tibagy 20 de maio de 1.944-A Sub-oficial (aa) Evelina Amaral Araujo.- **AVERBAÇÃO N°703.**- Consta dos imóveis Pirapó e Bandeirantes outrora desta Comarca, hoje pertencente ao Norte do Paraná , a primeira com 20.000 alqueires e a segunda com 350.000 alqueires. Em assembleia Geral de 08/02/1.951, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo nº56 do 13/03/51, a Companhia de terras Norte do Paraná conforme edificações de seus estatutos passa a denominar-se COMPANHIA MELHORAMENTO NORTE DO PARANÁ, com sede na capital do Estado de São Paulo.- O referido é verdade e dou fé, Tibagy 22 de Novembro de 1.951.- A Oficial (aa) Otavio C. Amaral.- **AVERBAÇÃO:-** Averbação 4628. Lº3/13, averba-se que por força da carta precatória expedido pelo Juiz de Direito da Comarca de Maringá assinado pelo MM Juiz de Direito da Comarca de Maringá Dr. Airton Vargas da Silva aos 19/01/06 tendo em anexo a certidão Inteiro Teor averba-se que o lote 25 da quadra 45 com a área de 581,60m² passou para a M=3384 do CRI de Maringá, pelo presente fez esta averbação. É verdade e dou fé A Oficial(ass).-

O referido é verdade e dou fé.

Tibagi-PR, 22 de Dezembro de 2020 .

Fernando Pupo Mendes
Registrador de Imóveis



BUSCAS R\$ 7,41
CERTIDÃO DE INTEIRO
TEOR (TRANSCRIÇÃO) R\$
12,93
REGISTRO EXCEDENTE R\$
1,52
SELO (FUNARPEN) R\$ 4,67
Iss R\$ 1,09
Funrejus R\$ 5,43
FADEP R\$ 1,09
Total R\$ 34,15

ANEXO Q – Correspondências trocadas entre Padre José Antônio Roldan e Dom Jaime Luiz Coelho nos dias 18 e 19 de setembro e 18 de outubro de 1958 a respeito da chegada das religiosas designadas à administração da Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança

DE NOVA ESPERANÇA
DIOCESE
- DE -
MARINGÁ
133 - TELEFONE, 1065
ANA - BRASIL
++

Nova Esperança 18 de Setembro de 1958

Exmo e Revmo. D. Jaime Luiz Coelho
DD. Bispo Diocesano.

Queria chegar até Maringá, mas, devido aos compromissos já assumidos para amanhã, e sábado e a outra semana, achei melhor escrever o que V. Excia. deseje saber. Como foi combinado, esperamos a Irmãs depois das eleições, e da festa. Depois das eleições, porque a casa, só depois desta data que será desocupada. E ainda querem dar uma pintura. Depois da festa, porque agora não muito tempo para pensar nisso. A Comissão acha que na festa da Imaculada Conceição seria uma data bem escolhida. Assim N. Esperança conta com certeza com a chegada das Irmãs para este ano. Esperava uma cartinha delas, mas, ainda não recebi nada, nem tenho o endereço delas. O menino, Jesus, voltou do seminário. Estou esperando a venda do café para fazer a cobrança das despesas e mensalidades. João escreveu convidando a V. Excia para o casamento que será realizado em S. Paulo. Eu não mando o pedido de licença, pois, são apenas trez dias que ficarei fora da paróquia. No dia 30 chegarei um pouco tarde na reunião. Naquele dia tenho o compromisso com uma capela, Missa, confissões etc. Agradeço a V. Excia e beijo o Anel Pastoral

Le José Antônio Roldan

Maringá, 19 de setembro de 1958.

Prezado Padre José
In omnibus Christus!

Cumprimentos em Nosso Senhor.
Acuso o recebimento de sua carta.
Quanto à vinda das Irmãs, tenho necessidade de uma resposta certa e urgente, pois as Religiosas, devendo tomar outros compromissos na Diocese, desejavam saber em que ficou o caso de Nova Esperança. Vou, pois, escrever à Provincial dizendo que a Paróquia conta com as Irmãs em dezembro. Justamente no dia em que o Sr. fala, 8, de estar em Alto Paraná, para uma Concentração Mariana Inter-Paroquial. Quem sabe podemos agendar o horário e tudo se resolverá, ou então em outro dia, pois gostarei de estar presente na instalação das Religiosas.

Peço agradecer ao João o convite para o casamento. Que Deus N.S. o abençoe e seja feliz.

Afetuosas bênçãos do servo em Xto,

DE NOVA ESPERANÇA
 DIOCESE
 - DE -
 MARINGÁ
 L. 133 - TELEFONE, 1063
 PARANÁ - BRASIL
 ++

Nova Esperança 18 de Outubro de 1958.

Exmo E Revmo. Sr. Dom Jaime Luiz Coêlho
 DD. Bispo Diocesano.

Quero comunicar a V. Excia Revma. a respeito dos limites das Paróquias de Mandaguaçu e Nova Esperança, para tranquilidade De V. Excia e nossa, que pela Portaria em data de 29 de Março de 1958, quando da criação da paróquia da Paracity, sanou o erro dos pontos de partida dos limites da paróquia de Nova Esperança. Disse a portaria: "A paróquia do Sagrado Coração de Jesus terá desta data em diante os seguintes limites com os municípios de São Jorge, Mandaguaçu, isto é o território compreendido pelos municípios de Nova Esperança e Florai".

Agora bem. pelo mapa do Município de Nova Esperança, (não pelo mapa da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná) o limite do Município de N. Esperança vai além do distrito de Iroí mais uns 500 metros pela estrada oficial; compreendendo mais uns tres sítios ou fazendas depois do distrito de Iroí.

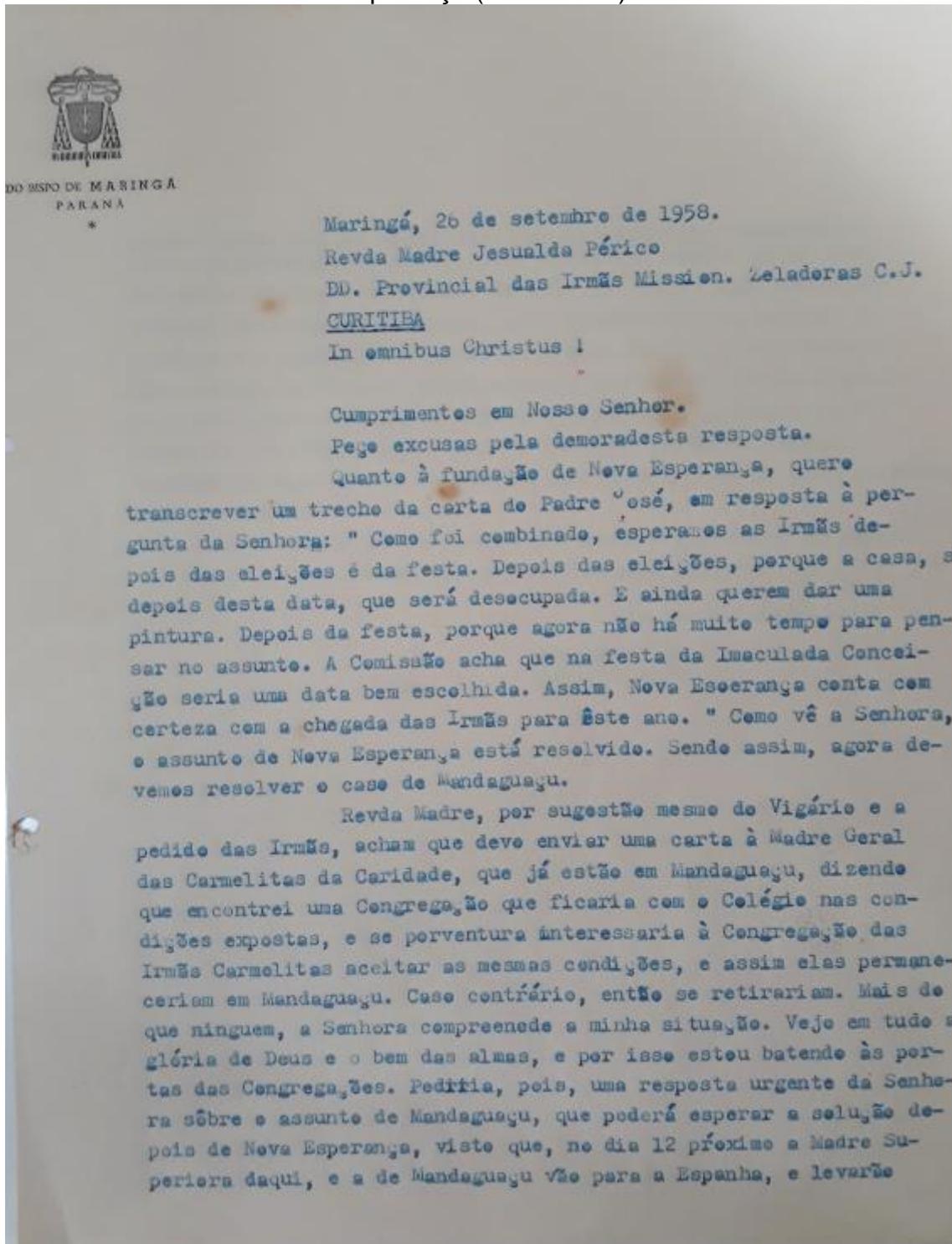
Sobre a chegada das Irmãs religiosas, deliberamos junto com a comissão, que, V. Excia. escolha o dia, domingo, que V. Excia estiver livre para passar conosco o dia e participar assim dos festejos da recepção, podendo ser no mes de Dezembro ou Janeiro, desejaríamos que nos comunicasse para iniciar os preparativos.

Respeitosamente beijo o Anel Pastoral

Se. José Antônio Poldain

Fonte: Cúria Arquidiocesana de Maringá

ANEXO R – Carta de Dom Jaime Luiz Coelho à Madre Jesualda Périco, em resposta à solicitação de autorização para abertura de escola em Nova Esperança (26/09/1958)





DO BISSO DE MARINGÁ
PARANÁ

minha carta, com as consultas. Se as Carmelitas resolverem ficar em Mandaguagu, então, como a Senhora sugere poder aceitar outra fundação em meados de 1959, já esteu aqui com outro pedido: trata-se de Marialva, a 16 quilômetros de Maringá. O Vigário e o povo, por ocasião da Visita Pastoral realizada em fins de agosto último, assediaram-me com pedidos de Religiosas para uma Escola Paroquial e futura Colégio. A situação lá é a mesma de Nova Esperança. Temos o terreno, perto da igreja, e havendo certeza da ida das Irmãs, que êles querem já para dezembro tudo se fará.

Envie as respostas que a Senhora pediu e os mapas.
Compedeza bênção, confesse-me serve em Xte,

Jaime, Bispo de Maringá
Dom Jaime Luiz Coelho
Bispo de Maringá

Fonte: Acervo do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, Curitiba

ANEXO S - Ata de fundação Escola Nossa Senhora da Esperança

(06/01/1959)

Repetido
 Fundação da casa de Nova
 Esperança-Norte do Paraná

Ata

O dia 6 de janeiro de 1959, a pedido de S. Ex.ª Sr.
 Rev.ª Sr. Bispo de Maringá, D. Jaime Luiz Coelho,
 e do Sr. Vigário, estava há muito designado para a
 ida das Irmãs Missionárias Beladoras do Sagrado Co-
 ração de Jesus a Nova Esperança, cidade de grande
 futuro, situada ao Norte do Paraná, pertencente à Dio-
 cese de Maringá, cujo Bispo Diocesano é S. Ex.ª Sr.
 Rev.ª Sr. Jaime Luiz Coelho, acima citado.

Como havia sido determinado, com anteceden-
 cia, as Irmãs deviam estar dia 5 em Maringá, e ao dia
 seguinte acompanhadas por S. Ex.ª Sr. Rev.ª Sr. Jaime
 Luiz Coelho, chegaram às 9 horas em Nova Esperança. Infelizmente um
 contratempo, devido às grandes chuvas e temporais das
 dias anteriores, não permitiu que tudo corresse como ha-
 via sido determinado de antemão.

Sabendo que nada acontece sem a permissão
 de Deus, de modo particular quando se trata das obras
 de Deus, as quais devem levar o selo do sacrifício e da renun-
 cia, pronunciamos tranquilas também nesta circunstância, o
 nosso "Deo gratias" (fiat).

Às 10.ª horas, duas Irmãs acompanhadas pela Re-
 verenda Mãe Provincial, chegaram em Nova Esperança. Terminada
 a S. Missa, S. Ex.ª Sr. Rev.ª Sr. Jaime Luiz Coelho, na escadaria da Igreja Ma-
 rinhá, acompanhado por sacerdotes e seminaristas e por
 autoridades civis, apresentou as Irmãs ao povo, no momen-
 to em que estas entraram na praça da Igreja, acompanhadas
 pelo Sr. Vigário e por uma Comissão de Senhoras.

O povo rompeu num delírio incontido e com vistas

palmas, após manifestarem o seu contentamento em receber as
 irmãs na sua cidade. Em poucos minutos nós nos vimos
 rodeadas de crianças e moças, filhas de Maria, etc., que era
 impossível sairmos do lugar, e com muita dificuldade as
 Marianas, mediante ordem do Sr. Bispo conseguiram abrir
 alas para que as Irmãs pudessem chegar até a escadaria
 da Igreja.

Ali falaram várias pessoas; um advogado em nome
 do Município, um médico, um professor e Director do Ginásio
 Estadual, uma professora da Escola Paroquial e uma alumna
 do Ginásio. Encerrando as representações, uma pequena a-
 lúria da Escola Paroquial que representava todas as Crian-
 ças da Paróquia, toda de branco que mais se assemelhava
 a um anjo que a uma criatura terrena, ofereceu em nome
 das Crianças do lugar, um lindo ramalhete de flores belas e
 perfumadas, à V. Ex.ª Mãe Provincial.

A V. Ex.ª Mãe em poucas palavras agradeceu es-
 tas manifestações e S. Ex.ª Sr.ª Maria as encobriu com cha-
 vé de ouro, com grande nobreza e eloquência que lhe são ca-
 racterística, exaltando o trabalho das Religiosas.

Congratulando-se com a V. Ex.ª Mãe Provincial,
 manifestou toda a sua satisfação por ter as Irmãs Missionárias
 Encarnadas na sua Diocese, agradeceu a V. Ex.ª Mãe Geral pe-
 la permissão da fundação daquela casa. Estimulou o povo a
 ajudar as Irmãs e o Vigário, a fim de que, em breve, possam cons-
 truir o novo Colégio para a infância e alegria de todos.

Desde esta parte, logo seguiram para a casa, que seria a
 residência provisória das Irmãs; após o corte simbólico da fita,
 executado por S. Ex.ª Sr.ª, depois o Sr. Bispo benzeu a casa
 e concedeu a criação canônica da mesma. Ali ficaram as
 Irmãs e moças, até ao pôr do sol em massa, queria cumprimentar
 as Irmãs e não chegaram. Chegando, beijaram também as moças
 a medalha do terço. Toda a noite conseguimos sair para o almôço.

do grande trabalho que nos haviam preparado tomaram parte. O Vigário, o Sacristão, as autoridades civis, a Comissão de Benfizes, Diretores e Professores do Ginásio e dos Grupos, etc. etc. etc. obedeceram mais suas Ordens com grande alegria pelo motivo já citado. Foram recebidas com grande júbilo pelo povo presente e por el. Ex.cia que tão paternalmente as havia esperado e providenciado uma Missa solenne, para que não se faltasse a obrigação da dita Santa.

Encerramos o dia com a Alta Missa. O Vigário cantava o Evangelho e o Sr. Vigário exporcionou a oração, transparecer toda a sua alegria e contentamento.

Resta-nos ainda dizer que a casa de residência das Ordens que é preciosa, a incommodável mobiliada.

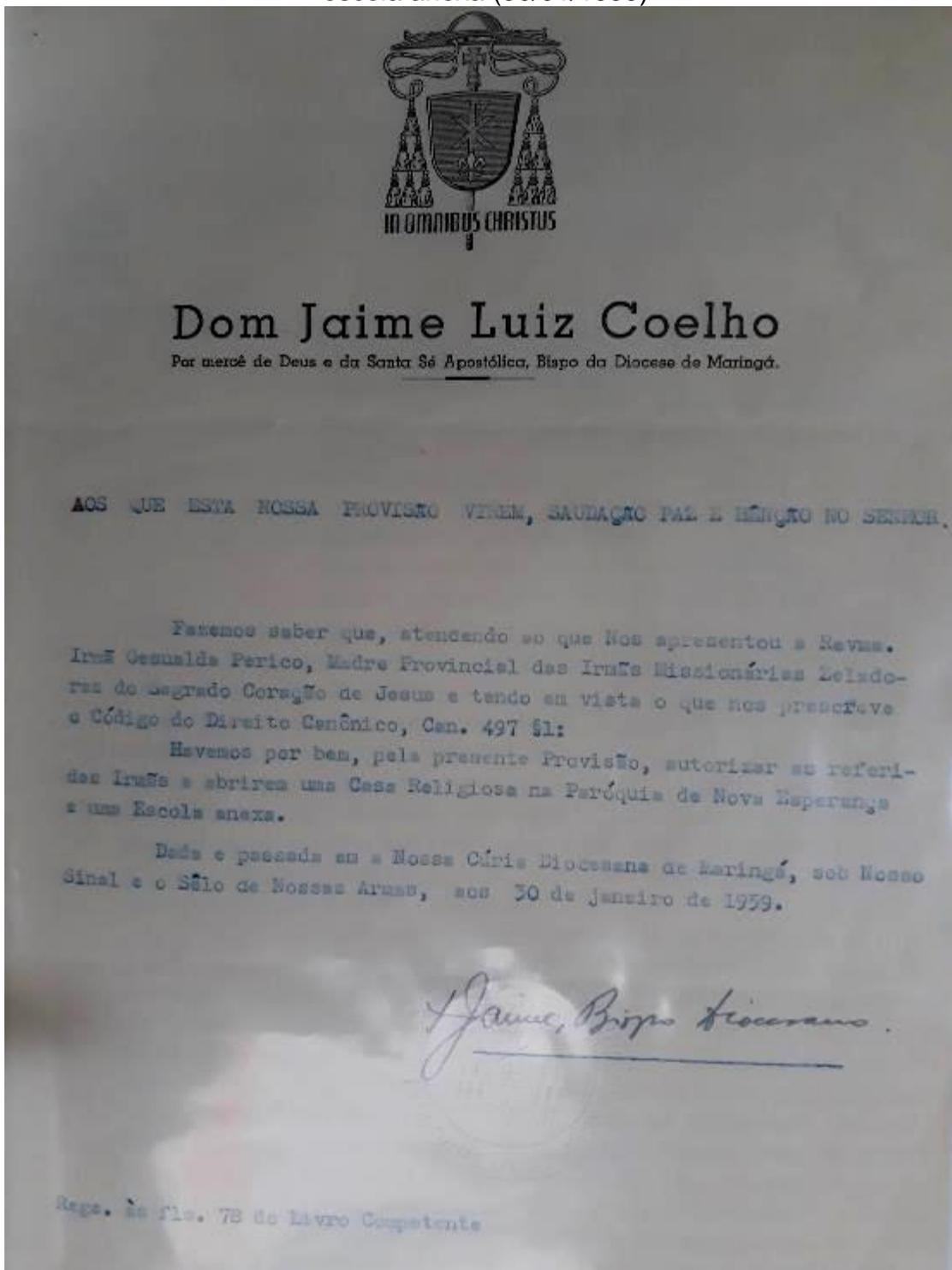
O Vigário havia nomeado uma Comissão de Benfizes que têm providenciado até as menores coisas e mínimos objetos que fossem necessários, como: roupas de cama, utensílios de cozinha, louças para o refeitório, gêneros alimentícios, etc. etc., enfim durante os 8 dias que a Nossa Senhora lá permaneceu, era uma continua visita com doações. Os primeiros dias levaram almôço e jantar já prontos.

O preceito em geral, mas principalmente a Colônia Japonesa, insistia para que a Nossa Senhora, e por isso, pelo menos uma Missa Japonesa para a sua Colônia, que é tão vasta, e onde há muitos católicos e outros tantos que ainda são budistas.

A Escola, a pedido de N. Sr. Vigário, e cada uma se-a "Escola Nossa Senhora da Esperança", sendo assim a paróquia dedicada ao Sagrado Coração de Jesus. Que feliz coincidência!...

E para contar laçou-se a presente ata.

ANEXO T – Carta de Dom Jaime Luiz Coelho referente à autorização para abertura da Casa Religiosa na Paróquia do Sagrado Coração de Jesus e uma escola anexa (30/01/1959)



Fonte: Acervo do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, Curitiba

ANEXO U – Manifesto da Comissão Central da Marcha da Família
Maringaense com Deus pela Liberdade – 02/04/1964

MANIFESTO DA COMISSÃO CENTRAL DA MARCHA DA FAMÍLIA MARINGAENSE COM
DEUS PELA LIBERDADE.

POVO DE MARINGÁ E DA REGIÃO:

Convocados pelo Brasil, que neste momento reencontra o seu caminho de ordem, de paz e de progresso dentro dos princípios democráticos e cristãos, aqui nos encontramos para conclamar os - nossos irmãos de Maringá e da região para a grande "marcha da Família com Deus pela Liberdade" a se realizar amanhã, dia 3, às 16 h. nesta cidade de Maringá.

A "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que teve o seu início glorioso na cidade de São Paulo, partiu de um grito - de alarme da Mulher Brasileira, que estava vendo perecer o patrimônio glorioso por ela criado - a educação cristã e cívica dos seus filhos para os gloriosos destinos do Brasil.

Queremos, pois, nesta hora histórica da Pátria Brasileira, ajudar a escrever a sua página de Glórias, reafirmando a nossa solidariedade aos irmãos de toda a terra de Santa Cruz para a restauração da ordem, de disciplina, do patriotismo, que estavam sendo solapados.

Povo de Maringá e da Região, amanhã, pois, todos unidos, estejamos no coração da Cidade Canção, orgulho do Paraná, para a grande demonstração de fé cívica e cristã, na "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", como expressão do nosso agradecimento a Deus pela sua divina e abençoada proteção.

O Brasil nos convoca para continuar-mos a sua história gloriosa. Digamos - Presente - e cubramos de louros o futuro que nos espera.

Maringá, 02 de Abril de 1964.

COMISSÃO: Dom Jaime Luis Coelho - Bispo Diocesano. *H. J. L.*
Mário Clapier Urbinati - Vice-Prefeito
Jorge Sato - Presidente da Câmara Municipal
José Costa - Pelo Conselho de Pastores
Herculano Wagner da Silveira - Presidente da UMES
Sebastião Cherubin - Inspetor Regional
Amaury Antonello - 2º Tenente
Branca de Jesus Camargo Vieira - Diret. Esc. Normal Sec.
Purificação de Jesus Valente -
France Lus - Diret. Escola Normal Regional "Vital Brasil".

do povo a fim de que todos cooperem para a construção. O rico dando um tijolo de ouro ou prata e o pobre um tijolo de argila, em pouco tempo conseguirão edificar mais um colégio católico que será um novo protesto contra as maquinarias comunistas de certos dirigentes da educação brasileira.

Após os eloquentes palavras de S. Excelsa Senhora, uma Irmã falando em nome da Congregação, expressou ao povo a satisfação que sentia em constatar que o povo desta cidade muito se interessa pela educação católica de seus filhos e que foi e é mais um estímulo para o entusiasmo das Irmãs e um reforço ao seu ideal de tudo fazer para dilatar as fronteiras da civilização, estendendo o reino da Fé e da Moral Cristã. Agradeceu a recepção que tiveram da parte do bom povo desta terra e agradecendo a dedicada atenção de S. Excelsa Senhora, protestou-lhe incondicional e obediência. Agradeceu ainda a dedicação do zeloso e dinâmico vigário Pe. José Antônio Poldon.

Comou então a palavra o exmo. Ch. D. Gouveia saudando o exmo. Ch. Bispo; exaltou suas virtudes partilhando-lhe sua alegria de encarar de frente os perigos que ameaçam nesta Pátria protestando corajosamente contra a atitude que os nossos governantes ante um perigo tão eminente. Saudou também as Irmãs louvando-lhes muito os seus trabalhos educativos nesta terra. Disse que seria educado, parte em colégios católicos e parte em estabelecimentos de governo, por isso podia falar com experiência da superioridade da qual se trata.

Finalmente o Sr. S. Excelsa Senhora depositou na mesa, no livro próprio a ata e seus complementos, e entre rosas e banda de música, depositou tudo na urna adrede preparada como peça fundamental.

Ditou assim encerrada aquela solenidade e para concluir levantou-se a presente ata.

ANEXO W – Matéria intitulada "Lançada a pedra fundamental", publicada pelo jornal O Estado do Paraná (Curitiba) em 19/02/1959



Fonte: Acervo do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, Curitiba

ANEXO X – Ata nº 1 - Redigida por Ir. Domingas Brotto. Deliberações sobre a formação da comissão responsável pela construção do Colégio Nossa Senhora da Esperança (06/03/1959)

Ata nº 1

Nos seis dias do mês de março de 1959, às 20 h na residência das Irmãs, a convite do Rev. Sr. Pe. José Antonio Faldani, M. D. Cônego de Nova Esperança e da Revda. Madre Gertrudes do Campo, D. Sup. local das Rev. Sr. M. I. do S. P. de Jesus, estiveram reunidos os Exmos. Srs. Nelson Cardoso, Miram Fink, José Filus, Benedito Silveira, Jorge Nagacha e João Hartwig para formarem a comissão que orientará a construção do Colégio N. S. da Esperança.

O Rev. Sr. Pe. Faldani explicou o motivo da reunião e, com interesse altamente compreensivo todos demonstraram muito boa vontade de trabalhar ativamente para que muito em breve se possa iniciar a referida construção. Foi indicado para presidente da Comissão o Sr. Nelson Cardoso e, unânime, todos concordaram na escolha.

Do Sr. Benedito Silveira foi proposto o trabalho de secretário que aceitou sem dificuldade. Porém, ao Sr. Presidente pareceu mais conveniente que, os Srs. membros, inclusive o Sr. Silveira ficassem mais livres para com as atividades e que para os trabalhos, de secretário e tesoureiro a Revda. M. Sup. indicasse duas Irmãs.

O Sr. Silveira tem como os demais suscritor plenamente e assim ficou estabelecido. O Rev. Sr. Pe. José A. Faldani ficará supervisor geral de todo o movimento.

O Exmo. Sr. Fink encarregou-se de ir à residência da Revda. M. Provincial por um Curituba, buscar

a planta do prédio e entender-se com o respectivo engenheiro sobre orçamentos, etc.

Ficou determinado que a próxima reunião se faria no dia 20 de março às 20 h e sempre na residência das Trinas, e desde logo se trataria de angariar iniciar uma intensa campanha para a aquisição de 2 milhões de cruzeiros importância que se julga necessária para o 1º impulso das obras.

Discutiu-se sobre o modo de angariar ofertas na cidade, na zona rural e ^{no município} quiza no da Comarca, pois que o colégio abraça um internato interessante portanto, também as cidades vizinhas.

O Revmo. Sr. José sugeriu que, em vista da atual dificuldade financeira de toda a zona, se propuzesse aos contribuintes e consignações de letras promissórias a serem pagas mensal ou trimestralmente. A sugestão foi aprovada.

Discutiu-se sobre outrossim sobre a maneira de cobrar essas letras no prazo determinado. Opinou-se que seria conveniente encarregar um cobrador que fosse a domicílio fazer tais cobranças.

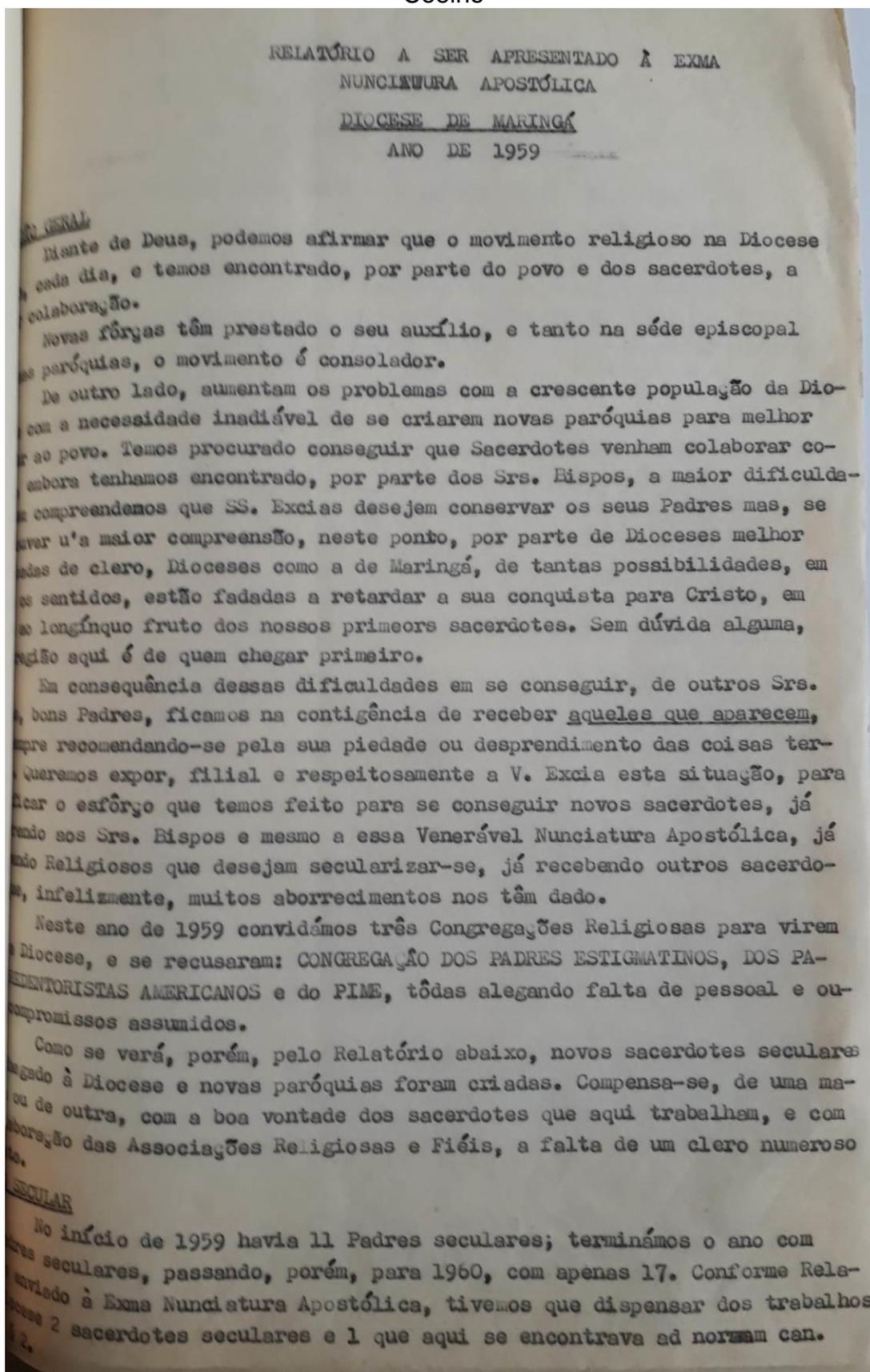
Toda mais havendo visto tratado foi lavrada esta ata que, se for aprovada será assinada

Revda. Madre Secretária, se possível quando a Sra. vier traga-nos um bom dicionário e um livro que ensine fazer atase um livro de caligrafia "Sempre é tempo" Tudo será pago à vista. Dinheiro aqui é café!

Na reunião do dia 20 combinou-se que a próxima reunião seria no dia 3 de abril, sexta-feira da Páscoa e, se a senhora chegar antes se fará uma reunião extraordinária na sua presença. Esses homens daqui são mesmo animados! Precisamos aproveitá-los bem.

Perfeitoras Randaccio e Votos de Boa Páscoa
Madre Leucivalva Sr. M. Domingas.

ANEXO Y - Relatório a ser apresentado à Exma. Nunciatura Apostólica
Diocese de Maringá – referente ao ano de 1959. Assinado por Dom Jaime Luiz
Coelho



PARÓQUIAS
 No ano de 1959 os sacerdotes Religiosos que trabalham na Diocese em 8 Paró-

PARÓQUIAS
 Neste ano de 1959 foram criadas 5 paróquias novas, elevando-se o nú-
 mero de 18 para 23.

ALUNOS:

MAIORES: 2 (1 no 3º ano de teologia, Rio de Janeiro, e 1 no 1º de
 teologia, tendo deixado o Seminário em setembro, Curitiba).

MEIORES: Total - 32 (Curitiba, 19, sendo 1 na 6a. série; Jacarèzinho,
 sendo um na 6a. série; Campinas, 1, na 5a. série).

AÇÃO RELIGIOSA

NA SÉDE: Continuam desenvolvendo o seu trabalho entre a nossa juventude
 nossos Colégios Católicos, que têm aumentado a sua matrícula.

Destaque especial dêste ano: abertura de um JARDIM DA INFÂNCIA pelas
 Missionárias de Jesus Crucificado, frequentado por crianças da chamada
 "sociedade." É um meio de aproximação com essas famílias.

Quanto às seitas protestantes, continuam também o seu trabalho. Nestes
 chegaram à cidade os Mormons, com a sua bem organizada propagação de cur-
 sos em inglês e visitas domiciliares.

Possue a Mitra Diocesana uma ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO, que funciona
 sob a direção dos Irmãos Marietas, curso noturno, da qual somos o Diretor. Assu-
 mimos pessoalmente a Direção para dar-lhe maior prestígio e com o fito de apos-
 tar-nos.

FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS: Criada pela Lei nº 4070,
 de agosto de 1959, e reconhecida pelo Governo Federal em data de 27 de
 agosto de 1960, foi instalada nesta cidade a Faculdade Estadual de Ciências Eco-
 nômicas, precisamente por sugestão da nossa parte, uma vez que, por motivos
 pessoais, desejava um Deputado local criar uma Faculdade Estadual de Filoso-
 fia, Ciências e Letras. A convite do Sr. Governador do Estado, aceitámos o car-
 go de Diretor da referida Faculdade, que deveria ter começado a funcionar
 em 1960. A nossa aceitação do cargo prendeu-se ao fato de poder formar, diri-
 gindo a Faculdade em bases cristãs, para que não caísse em mãos de
 pessoas indiferentes ou hostis à Igreja.

NAS PARÓQUIAS: Na paróquia de PARAIZO DO NORTE as IRMÃS DA CARIDADE
 de VICENTE DE PAULO, Província Brasileira, com séde em Curitiba, aceitaram
 a direção de um Colégio para meninas - EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA APARECIDA -
 em funcionamento.

PARÓQUIA DE NOVA ESPERANÇA: chegada das IRMÃS MISSIONÁRIAS ZELADORAS
 de SÃO JESUS, Província de Curitiba, que já iniciaram a construção do
 Colégio NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA, e já com Jardim da Infância e Curso Pri-
 mário em funcionamento em prédios provisórios. Este colégio é resultado da Es-

RELATÓRIO - Fls. 3

Paroquial que já existia.

PARÓQUIA DE PARANAVAÍ: prepara-se para receber (embora contra a vontade dos Padres Carmelitas) a chegada das IRMÃS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE para, no próximo ano de 1960, abrirem um Colégio para meninas. As se instalarão, de início, em prédio e terreno que a Ordem Carmelita entrega à Mitra Diocesana, visto não ter, naquela paróquia, a Mitra nenhuma ciedade para tal.

Conseguimos, na mesma paróquia de Paranavaí, por doação de particular, uma quadra para futuro Colégio de Meninos.

Quando da minha posse, já encontrámos, nessa mesma paróquia, um Jardim de Infância e um Curso Primário a cargo da Paróquia.

Nas Paróquias de ALTO PARANÁ, MANDAGUAÇU e MANDAGUARI já funcionavam grupos de Religiosas antes da nossa posse.

Também trabalho de preparação para a instalação de colégios de Religiosas está se registrando nas paróquias de LOANDA, SANTA ISABEL DO IVAÍ, JANGUÁ DO SUL e MARUMBI.

PARÓQUIA DE MANDAGUAÇU: entregue aos Padres Capuchinhos.

As IRMÃS CARMELITAS DA CARIDADE que, há quatro anos mantêm o Colégio paroquial SÃO FRANCISCO DE ASSIS, nesta paróquia, por desentendimentos com o Município, deixarão, no fim deste ano de 1959, a Direção do Colégio. Providentemente, porém, conseguimos a vinda das Religiosas da Instrução Cristã, cuja Provincial encontra-se em Recife, e que passarão a dirigir, como proprietárias, o referido colégio, no ano de 1960.

CONDIÇÕES

Em diversas paróquias inicia-se o trabalho da construção de igrejas, e paroquiais, em alvenaria, pois, na sua grande maioria, são tôdas de madeira.

RELIGIOSAS

Por bondade do Exmo Sr. Bispo de Londrina, para os trabalhos da Residência Episcopal, chegaram, em março deste ano, duas Religiosas da CONGREGAÇÃO MISSIONÁRIAS DE SANTO ANTÔNIO MARIA CLARET. Pretendemos aumentar o número delas para um trabalho social.

ENCONTRO DIOCESANO DE JECF

Para estimular os membros da JECF, promovemos um Encontro Diocesano, neste ano, tendo vindo de Santa Maria, Rio Grande do Sul, duas jovens para orientar os trabalhos. Passado o 2º semestre, como maior fruto do Encontro que era só para o ramo feminino existente, nasceu a JEC masculina, com vigor e entusiasmo. Falta, porém, um sacerdote Assistente. Temos procurando, pessoalmente, na medida do possível, acompanhar o movimento, que conta com o auxílio generoso de uma Irmã Missionária de Jesus Crucificado.

TRABALHO DE CATEQUESE

Na séde, onde o trabalho, cada dia, se faz mais necessário, a cate-

conta com a colaboração das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, de Irmãs Marianos e Filhas de Maria. Aliás, idêntico trabalho, com membros das Sociedades Religiosas, é feito nas Paróquias da Diocese. Onde há Religiosas, dentro das suas Constituições, também auxiliam nesse sentido.

CONSTRUÇÃO DO SEMINÁRIO DIOCESANO

Em julho do corrente ano de 1959 foram iniciados os trabalhos da construção do Seminário Diocesano Nossa Senhora da Glória. Tendo a C.M.N.P. doado uma área de 5 alqueires, tôda em mato virgem, para a construção do Seminário, foi derrubada de uma parte do mato para a construção, ficando outra parte em reserva.

Afim de aumentar mais o patrimônio do Seminário, adquirimos duas chácaras: uma, com 3 alqueires e meio, pela importância de G\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), e outra, de 5 alqueires, pela importância de G\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil cruzeiros), ficando a propriedade com uma área de quase 14 alqueires.

Tôda a Diocese está auxiliando a construção do Seminário.

CONSTRUÇÃO DA CATEDRAL

Também em julho de 1959 foram iniciados os trabalhos dos alicerces da Catedral, conforme projeto enviado, estando já em fase de acabamento das obras.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Santa Casa local, de propriedade da Mitra Diocesana, conforme os estatutos anexos, tem feito grande obra de assistência.

O déficit que aparece é coberto com o movimento de doentes pagantes, para as despesas. O Relatório é feito desta maneira para efeito de solicitar verbas federais e estaduais, o que é muito difícil e de desenhar.

ALBERGUE NOTURNO: Existe na cidade, como obra assistencial do Governo do Estado ao trabalhador rural, uma Hospedaria noturna, mas sem funcionar. Devido à grande procura de trabalhos, nesta região, desloca-se para cá uma grande quantidade de nordestinos, que ficam ao léu, desabrigoados, dormindo pelas ruas, em calçadas. Afim de minorar este mal, a Mitra Diocesana fez um Convênio com o Governo do Estado afim de dirigir a referida hospedaria, por meio de uma Associação, e fazê-la realmente funcionar. Para o início de 1960 teremos, na cidade, as IRMÃS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO.

SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO: Na sede e em algumas Paróquias estão sendo fundadas as Conferências Vicentinas. Quando da nossa posse, só na paróquia de Alto Paraná é que havia Vicentinos. Atualmente existem em 4 paróquias.

VISITAS PASTORAIS

Neste ano de 1959 foram feitas Visitas Pastorais a onze paróquias, além de pequenas visitas e crismas em outras paróquias e capelas.

Nota relevante nestas visitas pastorais, a partir do 2º semestre, a presença de duas IRMÃS PAULINAS que, acompanhando o Bispo Diocesano, de-

RELATÓRIO - Fls. 5

trabalhar de uma grande difusão de Bíblias, volumes do Novo Testamento, Catecismos, História Sagrada e livros de Formação, estes em parte, por não despertarem ainda muito interesse entre o povo simples.

SITUAÇÃO

A situação econômica, na Diocese, é boa. Região rica, podendo todas as coisas levar avante as suas obras. A grande vantagem que desfrutamos é a quantidade, que é em grande número. Pequenos sítiantes, que não dão grandes quantias para as nossas obras, mas o volume de donativos é grande pela extensão de terras. No entanto, temos dificuldades em receber donativos dos proprietários, que geralmente residem fora, e cujos administradores dificilmente fazem sem ordem dos patrões.

PARÓQUIAS SACERDOTAIS

Está funcionando, de maneira mais ou menos satisfatória, em algumas, a O.V.S. Nas novas paróquias temos recomendado aos Vigários, no momento da Criação da Paróquia, a fundação da O.V.S., bem como a pregação sobre o Seminário Diocesano e O.V.S.

PARÓQUIAS QUE NÃO ENVIAM SEMINARISTAS: As paróquias entregues a Religiosos, e dos Jesuítas, na sé episcopal, até o presente, não encaminharam para a Diocese nenhum seminarista. As melhores paróquias da Diocese entregues a Religiosos: PARANAVAÍ (Carmelitas), Mandaguagu (Capuchinhos), Palotinos), MANDAGUARI (Palotinos), JANDAÍIA DO SUL (Josefinos), Palotinos), e BOM SUCESSO - paróquia regular (Josefinos), até hoje não encaminharam nenhum seminarista para a Diocese, apesar de termos falado bastante sobre o assunto. De JANDAÍIA DO SUL temos um seminarista, que foi encaminhado pelo próprio pai, e da Catedral temos seminaristas que nós recomendamos, temos arrebitado. Sabemos, porém, que de todas essas paróquias não enviamos para os seus Seminários.

Vocações não faltam. Falta mais interesse pelas vocações diocesanas.

Maringá, 10 de janeiro de 1964.

Jaime, Bispo de Maringá.

Dom Jaime Luiz Coelho
Bispo de Maringá.

- ANEXO AO RELATÓRIO DE 1960 -
 Informações à Exma Nunciatura Apostólica
MISSÃO JAPONÊSA NA DIOCESE DE MARINGÁ

	Famílias japonêsas	Famílias cató- licas praticantes	Famílias pagãs	Batizados não praticantes
.....	200	zero	200	600
.....	50	1	49	147
.....	100	2	98	294
.....	200	40	160	640
do Sul ..	70	4	66	264
.....	70	6	64	256
.....	50	zero	50	150
.....	90	4	86	344
.....	200	zero	200	800
.....	400	20	380	1520
.....	600	35	565	2260
do Norte ..	80	zero	80	320
.....	120	zero	120	480
.....	500	30	470	1870
bel do Ivaí	50	3	47	188
do Caiuá ..	50	3	47	188
.....	150	4	146	584
.....	120	13	107	428
.....	120	3	117	468
Paróquias ..	200	10	190	760
.....	3420	178	3242	12561

habitantes da Colônia Japonêsa: 20.520

católicos praticantes: 1.068

batizados não praticantes: 12.561

pagãos: 6.891

Entre as Famílias pagãs há muitos filhos batizados. Como o ambiente é pagão, em casa, os filhos encontram dificuldade para praticarem a Religião. Estes dados são aproximados, mas traduzem a realidade.

Revm Padre Miguel Yoshimi Kimura, japonês, tem feito um trabalho extraordinário junto à Colônia Japonêsa. Visita toda a Diocese, mas o campo é vasto para um só Padre. Aguarda reforços do Japão.

Diocese de Maringá tem um seminarista nissei no 2º ano de filosofia e outro na 1ª série do Seminário Menor.

Maringá, 10 de janeiro de 1961.

Jaime, Bispo de Maringá
 Dom Jaime Luiz Coelho
 Bispo de Maringá

ANEXO Z – Carta de Dom Jaime Luiz Coelho à Irmã Superiora do Colégio Nossa Senhora da Esperança - orientações para a campanha em prol da construção do Colégio (23/07/1959)

Maringá, 23 de julho de 1959.
À Revda Irmã Superiora
Colégio Nossa Senhora da Esperança
NOVA ESPERANÇA
In omnibus Christusi

Cumprimentos em Nosso Senhor.

Para a boa ordem na campanha que ora se processa na Paróquia em prol da construção do Colégio, e que está sendo feita pelo Revmo Sr. Padre Francisco Serafim, dispus com o Revmo Pároco, Pe. José Antônio Roldan, o seguinte:

A campanha do café que está sendo feita é para a construção do Colégio, ressalvadas as disposições diocesanas em vigor, isto é: 10% correspondem ao Seminário Diocesano, e 10% ao Sacerdote que faz o trabalho. Os restantes 80% serão aplicados integralmente nas obras do Colégio.

Quanto ao jeep: na dificuldade da Comissão atual poder ceder um jeep para a campanha, acho interessante que o Colégio adquira o jeep no seu próprio nome. Terminada a campanha, pago o jeep, se a Superiora resolver conservá-lo ou vendê-lo, seja feito de acôrdo com o que melhor lhe parecer. Não vejo conveniência em que o jeep seja comprado em nome da Paróquia ou do Pároco, seja pago com o resultado da campanha do café, e depois o Colégio se veja privado de apreciável parte das arrecadações.

Com votos de resultados na campanha, e esperando o trabalho dedicado da Comissão, das Revdas Irmãs, do Pároco e de todos quanto se interessam pelo Colégio, envio afetuosa bênção.

Servo em Xto,

Dom Jaime Luiz Coelho
Bispo Diocesano

ANEXO AA – Crônica do Colégio Nossa Senhora da Esperança – 1º sessênio
de 06/01/1959 a 06/01/1965 – Escrito pela Irmã Domingas Brotto em fevereiro
de 1965

CRÔNICA DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA

atual → Escola Sagrado Coração de Jesus

1º Sessênio - de 06/01/1959 a 06/01/1965

No dia 06 de janeiro de 1959, as primeiras Irmãs M. Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus eram festivamente recebidas na paróquia do Sagrado Coração de Jesus, em Nova Esperança - Diocese de Maringá, sendo Bispo Diocesano S. Excia. Revma. D. Jaime Luís Coelho e vigário da paróquia o Revmo. Pe. José Antônio Roldan.

As Irmãs escaladas para esta fundação foram: Revda. Ir. Ciríaca Ramo, superiora, Irmãs Domingas Brotto e Romualda Juliani, as quais, para a abertura da casa, vieram acompanhadas das Revdas. Madres Jesualda Périco, Superiora Provincial, e Afonsina Ribeiro, secretária Provincial.

A nova Comunidade foi recepcionada com grandes festas: Estavam presentes: O Sr. Bispo Diocesano, o Sr. Pedro Zanusso, Prefeito Municipal, outras autoridades locais e grande número de populares. A festa prolongou-se por todo o dia, pois que, à hora marcada (10h da manhã) só haviam chegado as Reverendas Madres Provincial e Secretária e Irmã Romualda que viajaram de avião, na véspera. Apesar de não terem podido aterrissar em Maringá, devido ao mau tempo, retornando a Londrina, onde pernoitaram, chegando a tempo na manhã seguinte.

Após a Santa Missa festiva foram as Irmãs saudadas na escadaria da Igreja Matriz com discursos e espoucar de fogos. Vários oradores se fizeram ouvir, inclusive o Dr. Sérgio Lanzzone, representando a Prefeitura; as Srtas.: Maria Dalva Silveira e Maria Célia Costa Monteiro que seriam as duas primeiras professoras contratadas pelas as Irmãs para a Escola Paroquial. Madre Afonsina agradeceu as homenagens, em nome das Irmãs.

Em seguida o Sr. Bispo cortou a fita simbólica da abertura e benzeu a nova casa religiosa.

Um lauto banquete foi servido no Salão Paroquial.

Às 15 h, chegaram as duas retardatárias que vieram de jeep, 23 horas de viagem devido ao mau tempo. O Sr. Bispo ainda estava presente, na expectativa. Mandou repetir o discurso da Professora Maria Célia que estava também ainda na festa.

Populares passaram à tarde "curiosamente" visitando as dependências da casa das Irmãs que os paroquianos haviam preparado com muito esmero, sob a orientação do Vigário.*

A casa, se bem que alugada, estava inteiramente mobiliada; cozinha, copa e dormitórios tinham de tudo: louças, panelas, roupas, etc., até colchões de mola! (Novidade!).

À noite o Revmo. Pe. Vigário celebrou Missa Vespertina (também novidade aqui) especialmente para as duas Irmãs que celebraram aviação dos Reis Magos viajando toda a noite e quase todo o dia.

As duas Revdas. Madres permaneceram aqui conosco apenas uma semana. Depois as três fundadoras ficaram semi-tristonhas, pois não se conheciam ainda para se amarem... Irmã Romualda custou a acostumar-se com o horário da Missa diária: às 7h30min! Muito tarde! Não lhe dava tempo de fazer o almoço (foi nossa primeira cozinheira improvisada).

O Revmo. Pe. Vigário que em 1954 fundara a Escola Paroquial Nossa Senhora da Esperança a entregou então para as Irmãs em 1959.

Essa Escola já estava bem organizada, com numerosos alunos e boas professoras, quase todas estaduais; porém, tivera uma crise sua Direção em 1958, motivo porque fora mais suspirada a vinda das Irmãs.

Assim que tomaram posse as Irmãs mandaram reformar e pintar pela 1ª vez o prédio Escolar. (as casas aqui, eram encardidas: não costumavam pintá-las).

No princípio de fevereiro começou-se a matrícula e as aulas tiveram início dia 16, duas Irmãs ficaram semi-liberadas para os trabalhos paroquiais: Duas ou três vezes por semana acompanhavam o Vigário às capelas para ajudá-lo: preparavam os fiéis para a confissão, davam instrução, faziam reuniões das associações preparavam os batizados, etc.

No dia 15 de fevereiro realizou-se a cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Colégio Nossa Senhora da Esperança pela sua Excia. Revma. o Sr. Bispo Diocesano. A Revma. Madre Provincial veio assistir a cerimônia e trouxe um "reforço" para a Comunidade: Irmã Léa Silva e Irmã Bernadete Belé.

Asolenidade realizou-se logo após a Missa das 10 h celebrada por S. Excia. o Sr. Bispo. Falaram no ato da bênção, além do Sr. Bispo que explicou o significado dessa bênção; o advogado Dr. José Gouveia e uma Irmã. O jornalista Jamil Riechi relatou o acontecimento em "O Estado do Paraná" do dia 19 de fevereiro de 1959.

Para a construção do Colégio a Cia. Melhoramentos Norte do Paraná doara quase um quarteirão para a Associação das Irmãs M. Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus.

Em março de 1959 foi organizada, (proposta pelo Pe. Vigário e aprovada pelo Sr. Bispo) uma comissão que se encarregaria de angariar fundos para a construção do Colégio, a qual ficou assim constituída: Presidente: Nelson Cardoso da Silveira; secretário: Irmã Domingas e tesoureira: Irmã Ciríaca; membros: Srs. Benedito Silveira, João Martins Salvático, Jorge Nagaoka, José Filus e Miran Pirih.

Esta comissão começou logo suas atividades e, em pouco tempo já se viam os alicerces do prédio despontar fora da terra, despertando o entusiasmo dos benfeitores.

No dia 12 de maio de 1959, coincidindo com o "Dia das Mães" tivemos a visita da Revda. Madre Speranzina Morelli, Superiora Geral. Demonstrou grande satisfação pela nova fundação. Entusiasmou-se sobremaneira ao conhecer a história da Capelinha do Sagrado Coração que deu origem à Cidade. Viu a Mão da Providência a encaminhar para cá as Irmãs do Coração de Jesus.

A cidade não tinha luz elétrica e a Madre achou extraordinariamente pitoresco as Irmãs irem à Matriz de madrugada com velas acesas, procurando o caminho na escuridão, e lá fazer as orações da manhã, a luz de velas. Nessa época já estava conosco a 1ª vocação novaesperancense: Ormísia Rodrigues (futura Irmã Matilde).

Em virtude da escassez de água (que as 10 horas da manhã já não tínhamos mais) a Madre Superiora com as primeiras aspirantes, enquanto as Irmãs davam aulas, iam tirar água à mão, de um poço de 60 m, de um vizinho, para cozinha, limpeza, lavanderia, etc.

À noite tínhamos algumas horas de luz gentilmente cedida pelo Revmo. Pe. Vigário. Para os serões mais prolongados, porém, entrava, em função o "lampeão de gás".

Em 20 de dezembro o Vigário foi removido, tomando posse em seguida um ancião meio doentio: Padre José Velloso, que permaneceu aqui somente alguns meses.

No dia de Natal o novo Vigário, na Missa das 10h, solenemente louvou, apresentando aos paroquianos, as 3 primeiras vocações religiosas que partiam para o Noviciado: Chamou-lhes de (Frutos da Redenção". Eram: Ormísia Rodrigues, Léa e Santina de Souza (futura Irmã Domicia).

Em junho de 1959 a noviça Irmã Carmela Cristofolim vinha aumentar nossa comunidade.

1 9 6 0

No começo do novo ano a Escola foi transportada do pátio da Matriz onde seria a Praça D. Pedro II para o terreno próprio do Colégio. Ao lado da Escola "provisória" construiu-se a residência das Irmãs, também "provisória".

A Escola nova começou a funcionar a 15 de fevereiro e as Irmãs transferiram a residência para a casa própria, no dia 15 de abril de 1960 (Quinta feira Santa).

No dia 18 de junho foi inaugurada, com grande solenidade, a Capelinha na casa das Irmãs onde os alunos teriam sempre livre acesso para visitar a Jesus. A esta inauguração esteve presente grande número de convidados, autoridades locais, além do Exmo. Sr. Bispo Diocesano, Madre Provincial e o novo Vigário da Paróquia: Padre Ernesto Pretti. Com a gestão deste Vigário começou para as Irmãs um quadriênio de "Via Sacra".

Em fevereiro de 1960 a noviça Irmã Celeste Zaniolo viera para esta comunidade, em substituição à Irmã Bernadete.

1 9 6 1

Em 1961, precisamente no dia do Sagrado Coração de Jesus, 9 de junho, estando providencialmente presente a Madre Provincial, as Irmãs foram, em companhia do Sr. Heriberto Bruning, escolher um lote que a Cia Melhoramentos Norte do Paraná, doaria às Irmãs para uma chácara. Dois locais nos propuseram à escolha. O primeiro, porém, a nos ser apresentado foi justamente o do local onde fora encontrada em 1930 a Capelinha do Sagrado Coração de Jesus. Tomadas de entusiasmo não quisemos mais ver o segundo lote! Tratamos de legalizar logo a doação para podermos preparar a reconstrução da Capelinha que fora incendiada. Foi preciso começar desbravando o mato. A Madre Superiora tratou logo de abrir uma estradinha e construir uma casa para o "chacareiro". Irmã Imeldes logo que aqui chegou começou a limpeza de um pedaço de mato e ali fez um bonito local de passeio: um bosque natural.

Nesse ano vieram para nossa Comunidade: Irmã Euzébia, Ir. Plínia. Irmã Léa foi transferida para Curitiba e Irmã Carmela para a Argentina, Irmã Licínia veio também nesse ano, da Província de São Paulo, para o apostolado entre os nêceis. Logo se fez sentir o efeito benéfico da presença de uma Irmã Japonesa entre os japoneses: São inúmeras as adesões à Religião Católica. Três vocações japonesas já estão no nosso noviciado.

Em junho de 1961 vieram também duas noviças para Nova Esperança: Irmã Margarida e Irmã Maria Helena.

1 9 6 2

Em fevereiro veio para nossa Comunidade a noviça Irmã Raquel que só ficou até abril.

Em abril tivemos a visita da Revda. Madre Geral. Quis visitar o local (já nosso) da antiga Capelinha encontrada no mato. Não obstante existir lá um "mar" de carrapichos (amoroso) ela enfrentou, avançou até ouvir o famoso "gorgolio" que os engenheiros de outrora, perdidos, haviam lá encontrado. Vendo a pequena cascata, exclamou super-entusiasmada:

— Questo é veramente il gorgolio, come il velo de una sposa, que a motivato la capelinha del Sacro Cuore!

Sugeri que as Irmãs fizessem "um bel vialle" de acesso ao local, reconstruíssem a capelinha que fora incendiada e fizessem dela um lugar de atração para perpetuar a bela história das origens de Nova Esperança.

1 9 6 3

Prosseguem os trabalhos da construção. As Irmãs proibidas de trabalhar com as Filhas de Maria, irmandades em geral, paróquia em fim, restringem sua atividade exclusivamente ao Colégio e visitas domiciliares nos sítios.

Em fevereiro veio a Irmã Terezinha e Irmã Jacira. Irmã Euzébia foi transferida para o Rio Grande.

Em junho veio mais a noviça Ir. Amélia.

1 9 6 4

O maior acontecimento do ano foi a transferência do Pe. Ernesto para outra Diocese. No dia 5 de junho tomou posse da Paróquia o Cônego Francisco Pelegrina Lopes, começando então um período de paz e liberdade. As Irmãs puderam retomar suas atividades na Paróquia. Tudo tomou nova vida!

Nossa Comunidade, porém, teve duas grandes perdas: Irmã Romualda e Irmã Terezinha, ambas transferidas para Curitiba. Em fevereiro veio a Irmã Amábilis e a Irmã Lia. Esta porém, só ficou até março. Em junho veio a noviça Irmã Juliana.

O ano de 1965 inicia-se promissor, risonho. A construção já chega na fase de cobertura. Um Congresso de Religiosas em Curitiba traz novas perspectivas para a atividade das Religiosas na Paróquia, segundo o "Plano de Emergência" do Brasil. A plena compreensão mútua com o Vigário franqueia a Paróquia às Irmãs e elas se lançam de "corpo e alma" ao serviço da Santa Mãe a Igreja.

Nova Esperança, fevereiro de 1965.

Irmã Maria Domingas - p/ secretária

ANEXO AB – Ata da inauguração da Capelinha das Irmãs no Colégio "N. Senhora da Esperança" (18/06/1960)

Inauguração da Capelinha das Irmãs
no Colégio "N. Senhora da Esperança"
Nova Esperança

Aos dezoito dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta, com a presença do Excmo. e Revmo. Sr. Dom Jaime Luis Celso, D.D. Bispo de Maringá; do Revmo. Sr. Fe. Ernesto Fretti - Vigário da Paróquia; da Revda. Madre Genalda Péico - Superiora Provincial; do Excmo. Sr. Pedro Janusso - Prefeito Municipal; dos Excmos Srs. Diretores do Ginásio Estadual e Escola Normal; dos professores de todas as escolas locais; e de numerosos convidados, realizou-se a Inauguração da Capela das Irmãs e da Escola, complemento das obras que se construíram este ano, no terreno próprio: escola e residência das Irmãs, junto à construção do Colégio que nem surgindo. -

As dezesseis horas, os alunos da Escola, com a colaboração da fanfara do Ginásio Estadual, desfilaram pelas principais ruas da cidade. As dezessete horas estavam de volta ao Colégio, com os numerosos convidados e benfeitores que colaboraram no preparo da capela. - Devido ao mau estado das estradas, a chegada do Excmo. Sr. Bispo atrasou-se de cinquenta minutos. Enquanto se esperava, adiantando o programa, prestou-se uma homenagem ao Excmo. Sr. Prefeito, a quem a Escola "Nossa Senhora da Esperança" deve muita gratidão. Saudando S. Excia., a professora Luiza Ishibe finalizou convidando a

Reverenda Mãe Superiora local, Ir. Maria Crisaca Ramos, para descolhir o retrato de S. Excia., que ficaria exposto na Escola. Durante a cerimônia, fez-se ouvir a "Marcha do Soldado" pela Banda Municipal que, com muita honra para a Escola, nesse dia fez também sua inauguração, emprestando sua eficiente colaboração à Escola em festa. - Enquanto se aguardava a chegada do Excmo. Sr. Bispo, os alunos cantaram extra-programado "Recepção", dedicado aos visitantes e ginasticaram o canto "A distância". A Banda executou outros números. - As deztois (12) horas recepcionava-se S. Excia. Revma., o Sr. Bispo Diocesano, ao som da Banda de Música. Os alunos cantaram "Salve, D. Jaime"; a professora Maria Célia Costa Monteiro fez o discurso de saudação, duas alunas recitaram, com o auxílio do alto-falante; e, em seguida fez-se ouvir a palavra amável do querido Pai e Pastor, felicitando a Escola e as Irmãs, por mais este empreendimento levado a efeito, exortando os alunos a visitarem com muito amor a Jesus, neste novo Sacrário, no próprio recinto da Escola. Externou ainda S. Excia. o desejo de ver o rápido crescimento do Colégio; e, referindo-se ao Revmo. Pe. Ernesto, novo Vigário da Paróquia, exortou o povo a estar sempre unido, em colaboração com ele. A seguir, S. Excia. procedeu a bênção da Capelinha e deu início à Santa Missa. Os alunos cantaram e rezaram em conjunto, agradecendo a Deus mais esta grande dádiva que recebiam. A hora da Consagração, era a Pátria que rendia sua homenagem ao Divino Rei, através do Hino Nacional, executado pela Banda. Encerrou-se a festa com o último número da Banda de Música. Na residência das Irmãs, ofereceu-se um jantar a S. Excia. Revma., ao Sr. Vigário, ao Sr. Prefeito e aos dedicados membros da Comissão "pro-Conservação" do Colégio "Nossa Senhora da Esperança". Para constar o ocorrido, lavrou-se uma ata nestes termos.

Nova Esperança, 18 de junho de 1960.